

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PABLO SILVA PIMENTEL

“NÃO VAI MESMO TER GOLPE”: UM ESTUDO SOBRE OS EDITORIAIS DE *O GLOBO* NOS IMPEACHMENTS DE FERNANDO COLLOR (1992) E DILMA ROUSSEFF
(2016)

CURITIBA

2019

PABLO SILVA PIMENTEL

“NÃO VAI MESMO TER GOLPE”: UM ESTUDO SOBRE OS EDITORIAIS DE *O GLOBO* NOS IMPEACHMENTS DE FERNANDO COLLOR (1992) E DILMA ROUSSEFF
(2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Paraná, linha de pesquisa Comportamento, Representação e Comunicação Política, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Marques.

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Pimentel, Pablo Silva

“Não vai mesmo ter golpe”: um estudo sobre os editoriais de *O Globo* nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016). / Pablo Silva Pimentel. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

1. Política – Brasil – Cobertura jornalística. 2. Jornalismo – Aspectos políticos. 3. Política – Brasil - Impedimentos. 4. Brasil. Presidente (2011 – 2016 : Dilma Rousseff). 5. Brasil. Presidente (1990 – 1992 : Fernando Collor). I. Marques, Francisco Paulo Jamil, 1980 -. II. Título.

CDD – 320.981

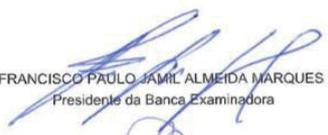


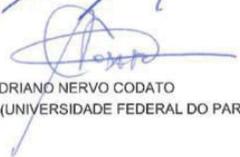
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **PABLO SILVA PIMENTEL**, intitulada: "**NÃO VAI MESMO TER GOLPE**": UM ESTUDO SOBRE OS EDITORIAIS DE O GLOBO NOS IMPEACHMENTS DE FERNANDO COLLOR (1992) E DILMA ROUSSEFF (2016), sob orientação do Prof. Dr. FRANCISCO PAULO JAMIL ALMEIDA MARQUES, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 12 de Dezembro de 2019.


FRANCISCO PAULO JAMIL ALMEIDA MARQUES
Presidente da Banca Examinadora


ADRIANO NERVO CODATO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


FERNANDO ANTONIO FARIAS DE AZEVEDO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)

AGRADECIMENTOS

Fala-se que Gratidão é um sentimento de reconhecimento de uma pessoa por alguém que lhe concedeu algo importante, talvez um favor, auxílio ou benefício. Particularmente, tenho compreendido de outra forma. Estou aprendendo que Gratidão não se trata de uma reação passiva ou benevolente a algo recebido, mas sim uma atitude perante a vida. Ser agradecido, nesse sentido, é uma predisposição para a celebração. Celebração do encontro, do amor e da vida. E não se celebra sozinho. Só existe celebração se ela for coletiva, inclusiva e plural. Sendo assim, queria externar minha gratidão, ou seja, reconhecer publicamente com quem tenho celebrado momentos tão marcantes como estes últimos dois anos.

Não há palavras para expressar como Deus tem se revelado através do amor que celebro e vivo com a pessoa que compartilha comigo nossos dias, sonhos, projetos e utopias. Só ela conhece de fato as incertezas, inseguranças, cansaços, as noites sem dormir. Apesar de toda a fadiga, tenho muito a celebrar o término dessa etapa porque sei que é mais um passo que estamos dando juntos. E assim andaremos juntos para sempre. O que estamos celebrando só faz sentido porque tenho você. Obrigado, minha Saninha, por toda a paciência e desprendimento que sei que você dedicou a mim nesses últimos tempos.

Estendo essa celebração aos meus pais, Jô e Jakson, por todo o apoio incondicional que sempre tenho recebido. Obrigado por plantarem em mim e em meu irmão Eric, o gosto pelo conhecimento, pelos livros e por sempre terem sonhado comigo esse passo importante na vida acadêmica. Tudo o que conquistei até hoje não seria possível se não fosse vocês ao meu lado.

O que seria, também, dessa caminhada sem os amigos que fizemos ao longo da caminhada. Amigos de Salvador e amigos de Curitiba, obrigado por todas as palavras e momentos que passamos juntos. E espero comemorar com todos vocês mais esse momento.

Também queria agradecer ao apoio dos colégios em que leciono a melhor disciplina de todas. Muito obrigado Educação Adventista e Bom Jesus pelo apoio recebido. Nunca imaginei que a conjugação da vida de professor com a vida de estudante seria tão difícil. Mas queria externar minha gratidão por toda paciência e confiança no meu trabalho.

Ao falar de Educação, não poderia me furtar de mencionar meus queridos estudantes que também compartilharam comigo esse momento. Conviver com a garotada tem sido uma

das maiores bênçãos que Deus tem posto em minha vida. Sei que já é clichê, mas é real que aprendo mais do que ensino. E nos últimos anos tenho aprendido como é importante ouvir o que eles têm a dizer. Em um momento tão sombrio do nosso país, é nas meninas e nos meninos que vejo a possibilidade de alcançarmos, juntos, algo melhor, mais luminoso e empático.

Também queria fazer um agradecimento muito especial às pessoas que tive o privilégio de conhecer durante o mestrado. Foi um prazer conhecer cada uma e cada um dos colegas que tive a honra de dividir a sala de aula. A cada colega da turma de 2018 do mestrado de Ciência Política desejo tudo do melhor. Estarei torcendo sempre por cada um de vocês. Da mesma forma queria agradecer aos colegas do PONTE por todas as discussões, conselhos e indicações. Vocês são muito feras. Em especial, queria agradecer demais ao Deivison que foi um grande parceiro para a realização deste trabalho.

Agradeço também a cada professor que tive o prazer de ter aulas durante o mestrado. Toda a troca e conhecimento adquirido por meio do trabalho de vocês tem sido essencial para mim. Saúdo todos vocês através do agradecimento ao Prof. Dr. Fernando Azevedo e ao Prof. Dr. Adriano Codato que tão gentilmente aceitaram contribuir compondo a banca examinadora desta dissertação. Muito obrigado, queridos Mestres. E não poderia deixar de fazer um agradecimento muito especial ao Prof. Dr. Jamil Marques. Muito obrigado por toda a paciência, orientação e parceria que sempre teve para comigo. Agradeço mesmo, meu amigo.

Por último queria agradecer à pessoa que tem me feito olhar a realidade com outros olhos. Ele que tem me ensinado valores que tem transformado e orientado minha ação. Princípios como o amor, a empatia, a solidariedade, a igualdade, a liberdade, a inclusão, a partilha e a cooperação. Num tempo onde o ódio, a violência e o preconceito tem sido perpetrados por aqueles que se julgam seguidores dEle, mais do que nunca é preciso rememorar o que é ser seguidor do Cristo. O Cristo dos excluídos, dos rejeitados, dos desamparados. O Cristo daqueles que não conseguem se defender. Que se importa com a dignidade da vida humana. O Cristo que só pregou o amor e a vida. Que olha a todos como iguais. Que toca, acolhe, recebe e ampara sem distinção de credo, cor, classe, gênero ou sexualidade. A Ele devo a capacitação para realizar este trabalho, apesar de minhas fraquezas e debilidades. Mesmo sem merecer, que eu possa viver o amor desse Cristo através da celebração que hoje faço com todos vocês que tenho o privilégio de compartilhar meus dias. Muito obrigado a todos.

"O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer."

Walter Benjamin

RESUMO

Os eventos dos últimos anos da política nacional colocaram mais uma vez em pauta um processo de impeachment de um (a) titular da Presidência da República. Dilma Rousseff (PT) foi destituída em 31 de agosto de 2016, vinte e quatro anos após o impeachment de Fernando Collor (PRN), ocorrido em 30 de dezembro de 1992. As crises políticas que levaram às quedas de Dilma e Collor configuraram importantes agendas da imprensa brasileira, o que instiga o debate sobre o papel do jornalismo como ator político no processo democrático. A partir dessas reflexões, este trabalho objetiva realizar uma análise sobre os posicionamentos editoriais do jornal *O Globo*, concernentes à construção da legitimidade dos processos de impeachment de Fernando Collor e de Dilma Rousseff. A pesquisa utiliza a Análise de Conteúdo para investigar um *corpus* composto por 191 editoriais – sendo 25 textos publicados entre 1º de setembro de 1992 e 06 de janeiro de 1993 e mais 166 editoriais veiculados a partir de 02 de dezembro de 2015 a 07 de setembro de 2016. Tais períodos correspondem ao intervalo que vai da aceitação das denúncias de crime de responsabilidade pela Presidência da Câmara Federal até uma semana após o fim dos processos de impeachment. As seguintes hipóteses guiam a investigação: (H1) *O Globo* foi mudando progressivamente seu posicionamento editorial sobre a legitimidade da saída de Collor, enquanto que, no caso de Dilma, o referido jornal buscou construir a legitimidade para a saída da então presidente ao longo de todo o processo de impeachment; (H2) Os editoriais de *O Globo* utilizaram argumentos distintos para legitimar a deposição dos dois presidentes: argumentos de natureza econômica foram privilegiados para sustentar o favorecimento do jornal ao processo contra Dilma Rousseff, enquanto que argumentos ligados ao combate à corrupção e fisiologismo foram acionados no caso de Fernando Collor; e (H3) *O Globo* abordou constantemente a tese de golpe contra Dilma Rousseff, buscando refutá-la ao longo do processo de impeachment. Como estudo exploratório, no intuito de realizar uma comparação com a H3, foi elaborada a seguinte *questão de pesquisa*: (RQ1) Qual a frequência e o tipo de abordagem que o jornal *O Globo* empreendeu quanto à tese de golpe contra Fernando Collor durante o processo de impeachment de 1992? Os resultados indicam que o jornal mobilizou argumentos da seara econômica para legitimar o processo contra Dilma, enquanto argumentos contra o fisiologismo foram privilegiados no caso de Collor, porém a denúncia de corrupção contra o então presidente não foi discutida. Constatou-se, ainda, a mudança da linha editorial durante a crise política que derrubou Collor, porém, o baixo número de editoriais evidencia a falta de uma campanha do jornal tanto para destituir, quanto para defender a permanência de Collor. No caso de Dilma, os resultados confirmam que o jornal buscou construir a legitimidade do processo ao longo de todo o período, reagindo progressivamente aos acontecimentos registrados na esfera institucional. Ainda se verificou que *O Globo* teve um papel ativo no combate à narrativa do golpe contra Dilma – associada, pelo jornal, a termos como “farsa” “delírio” e “bizarrice”. Entretanto, no caso de Collor, a empresa jornalística abordou a tese do golpe apenas uma vez no recorte temporal da investigação. Reconhecendo a premissa do neoinstitucionalismo histórico de que a “história importa”, este trabalho relaciona os resultados obtidos à literatura que discute os contextos em que os mesmos estavam inseridos. Nesse sentido, foi evidenciada a atuação do jornal *O Globo* como ator político ao se constatar o caráter estratégico do jornal durante os episódios de impeachment em prol de interesses ideológicos e comerciais da empresa jornalística nos períodos abordados.

Palavras-chaves: Jornalismo político. Jornalismo editorial. *O Globo*. Impeachment. Fernando Collor. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

The events of the last years of the national politics once again put on the agenda an impeachment process of a titular of the Presidency of the Republic. Dilma Rousseff (PT) was dismissed on August 31, 2016, twenty-four years after the impeachment of Fernando Collor (PRN) on December 30, 1992. The political crises that led to the falls of Dilma and Collor formed important agendas Brazilian press, which instigates the debate about the role of journalism as a political actor in the democratic process. From these reflections, this paper aims to analyze the editorial positions of the newspaper *O Globo*, concerning the construction of the legitimacy of impeachment processes of Fernando Collor and Dilma Rousseff. The research uses Content Analysis to investigate a corpus of 191 editorials - 25 of which were published between September 1, 1992 and January 6, 1993, and 166 other editorials published from December 2, 2015 to September 7, 2016. Such periods range from the time of acceptance of the accusations of responsibility crime by the Presidency of the House of Representatives until one week after the end of impeachment proceedings. The following hypotheses guide the investigation (H1) *O Globo* was gradually changing its editorial position on the legitimacy of Collor's departure, while, in the case of Dilma, the newspaper sought to build legitimacy for the then president's departure along the way of impeachment process; (H2) The editorials of *O Globo* used different arguments to legitimize the deposition of the two presidents: economic arguments were privileged to support the newspaper's favoring the case against Dilma Rousseff, while arguments related to the fight against corruption and physiologism were raised in the case of Fernando Collor; and (H3) *O Globo* constantly approached the coup thesis against Dilma Rousseff, seeking to refute it throughout the impeachment process. As an exploratory study, in order to make a comparison with H3, the following research question was elaborated: (RQ1) what is the frequency and type of approach that the newspaper *O Globo* took regarding the thesis of coup against Fernando Collor during the process of impeachment of 1992? The results indicate that the newspaper mobilized economic arguments to legitimize the case against Dilma, while arguments against physiologism were privileged in Collor's case, but the allegation of corruption against the former president was not discussed. There was also a change in the editorial line during the political crisis that overthrew Collor, but the low number of editorials shows the lack of a newspaper campaign to either dismiss or defend Collor's permanence. In the case of Dilma, the results confirm that the newspaper sought to build the legitimacy of the process throughout the period, reacting progressively to the events registered in the the institutional sphere. It was also found that *O Globo* played an active role in combating the narrative of the coup against Dilma - associated, by the newspaper, with terms such as "farce", "delusion" and "bizarre" - but, in the case of Collor, approached the coup thesis only once in the time frame of the investigation. Recognizing the premise of historical neoinstitutionalism that "history matters", this paper relates the results obtained to the literature that discusses the contexts in which they were inserted. In this sense, it was evidenced the performance of the newspaper *O Globo* as a political actor by noting the strategic character of the newspaper during the impeachment episodes in favor of ideological and commercial interests of the newspaper company in the periods covered.

Keywords: Political journalism. Editorial journalism. *O Globo*. Impeachment. Fernando Collor. Dilma Rousseff.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE EDITORIAIS POR MÊS PARA O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	118
TABELA 2: LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE EDITORIAIS POR MÊS PARA O IMPEACHMENT DE DILMA.....	119
TABELA 3: ÍNDICES DOS TESTES DE CONFIABILIDADE PARA AS VARIÁVEIS DO EIXO “RAZÕES FAVORÁVEIS (CONTRÁRIAS) AO PROCESSO DE IMPEACHMENT”.....	127
TABELA 4: ÍNDICES DOS TESTES DE CONFIABILIDADE PARA AS VARIÁVEIS DO EIXO “SAÍDAS POLÍTICAS PARA A SITUAÇÃO”.....	128
TABELA 5: ÍNDICES DOS TESTES DE CONFIABILIDADE PARA AS VARIÁVEIS DO EIXO “CONSEQUÊNCIAS DO IMPEACHMENT”.....	128
TABELA 6: ÍNDICES DOS TESTES DE CONFIABILIDADE PARA AS VARIÁVEIS DA ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE.....	128
TABELA 7: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “RAZÕES FAVORÁVEIS” DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	141
TABELA 8: TIPOS DE “RAZÕES FAVORÁVEIS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	141
TABELA 9: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “RAZÕES CONTRÁRIAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	144
TABELA 10: TIPOS DE “RAZÕES CONTRÁRIAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	144
TABELA 11: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “SAÍDAS POLÍTICAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	145
TABELA 12: TIPOS DE “SAÍDAS POLÍTICAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	145

TABELA 13: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “CONSEQUÊNCIAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	146
TABELA 14: TIPOS DE “CONSEQUÊNCIAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	146
TABELA 15: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE” DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	150
TABELA 16: TIPOS DE ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	150
TABELA 17: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “RAZÕES FAVORÁVEIS” DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	152
TABELA 18: TIPOS DE “RAZÕES FAVORÁVEIS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	153
TABELA 19: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “RAZÕES CONTRÁRIAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	163
TABELA 20: TIPOS DE “RAZÕES CONTRÁRIAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	163
TABELA 21: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “SAÍDAS POLÍTICAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	168
TABELA 22: TIPOS DE “SAÍDAS POLÍTICAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	168
TABELA 23: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “CONSEQUÊNCIAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	173
TABELA 24: TIPOS DE “CONSEQUÊNCIAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	173
TABELA 25: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO A “ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE” DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	178

TABELA 26: TIPOS DE ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	178
---	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DATA, TÍTULO E PÁGINA DOS EDITORIAIS PUBLICADOS SOBRE O IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR POR <i>O GLOBO</i>	119
QUADRO 2: DATA, TÍTULO E PÁGINA DOS EDITORIAIS PUBLICADOS SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF POR <i>O GLOBO</i>	120
QUADRO 3: EIXOS E VARIÁVEIS PARA A CONSTRUÇÃO (OU DESCONSTRUÇÃO) DA LEGITIMIDADE DOS IMPEACHMENTS.....	125
QUADRO 4: VARIÁVEL DA ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE E SUAS CATEGORIAS.....	126
QUADRO 5: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL <i>CORRUPÇÃO E FISILOGISMO</i> DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	142
QUADRO 6: ELEMENTOS NEGATIVOS E POSITIVOS COMO CONSEQUÊNCIAS DO IMPEACHMENT DE COLLOR.....	147
QUADRO 7: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL <i>OUTRA</i> DO EIXO DE CONSEQUÊNCIAS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	148
QUADRO 8: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO AS VARIÁVEIS <i>CRISE ECONÔMICA E CORRUPÇÃO E FISILOGISMO</i> DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	153
QUADRO 9: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL <i>OUTRO</i> (PROJETO BOLIVARIANO DE PODER) DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	159
QUADRO 10: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL <i>VOZ DO POVO</i> DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	161
QUADRO 11: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL <i>CORRUPÇÃO E FISILOGISMO (CONTRA)</i> DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	163

QUADRO 12: TRECHOS DE EDITORIAIS APREGOANDO O RESPEITO AO DESFECHO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA SEJA QUAL FOR O RESULTADO.....	168
QUADRO 13: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL <i>IMPEACHMENT</i> DURANTE PROCESSO CONTRA DE DILMA.....	169
QUADRO 14: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL <i>INSTABILIDADE ECONÔMICA</i> DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	173
QUADRO 15: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL <i>MELHORA DO CENÁRIO POLÍTICO</i> DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	174
QUADRO 16: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL ‘ <i>FUTURO INCERTO</i> ’ DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	175
QUADRO 17: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL <i>INSTABILIDADE ECONÔMICA</i> DEVIDO À DESCONFIANÇA DO COMPROMETIMENTO DE TEMER COM O AJUSTE FISCAL.....	177
QUADRO 18: TRECHOS DE EDITORIAIS DESQUALIFICANDO A TESE DO GOLPE CONTRA DILMA.....	181
QUADRO 19: TRECHOS DE EDITORIAIS QUE DISSOCIAVAM A CRISE POLÍTICA DO GOVERNO COLLOR DE SEU PROGRAMA ECONÔMICO.....	188
QUADRO 20: POSICIONAMENTOS EDITORIAIS SOBRE A TESE DO GOLPE ANTES E DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	195

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PROCESSO DE PRODUÇÃO EDITORIAL A PARTIR DE FIRMSTONE (2008).....	53
FIGURA 2: CRITÉRIOS DE EDITORIALIDADE A PARTIR DE MARQUES E MONT'ALVERNE (2019).....	55
FIGURA 3: PRIMEIRA PARTE DO EDITORIAL, “RESUMO DO EVENTO”.....	57
FIGURA 4: SEGUNDA PARTE DO EDITORIAL, “AVALIAÇÃO DO EVENTO”.....	58
FIGURA 5: TERCEIRA PARTE DO EDITORIAL, “CONCLUSÃO PRAGMÁTICA”.....	58
FIGURA 6: CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DE <i>O GLOBO</i> EM 29 DE JULHO DE 1925.....	60
FIGURA 7: CAPA DE <i>O GLOBO</i> COMEMORANDO O GOLPE DE 1964.....	66
FIGURA 8: EDITORIAL EM PRIMEIRA PÁGINA NA <i>FSP</i> APELANDO PELO IMPEACHMENT DE COLLOR.....	88
FIGURA 9: PRIMEIRA PÁGINA DA <i>FSP</i> COMEMORANDO A DERROTA DE COLLOR NA CÂMARA FEDERAL.....	88
FIGURA 10: EDITORIAL DO <i>OESP</i> ÀS VESPERAS DA VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT DE COLLOR NA CÂMARA FEDERAL.....	89
FIGURA 11: PRIMEIRA PÁGINA DO <i>OESP</i> ABORDANDO A VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT DE COLLOR NA CÂMARA FEDERAL.....	90
FIGURA 12: EDITORIAL DE <i>OESP</i> APELANDO PELO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.....	100
FIGURA 13: PRIMEIRA PÁGINA DO <i>OESP</i> ABORDANDO O IMPEACHMENT DE DILMA NA CÂMARA FEDERAL.....	101
FIGURA 14: PRIMEIRAS PÁGINAS DA <i>FSP</i> ABORDANDO A VOTAÇÃO NA CÂMARA E TRAZENDO, EM EDITORIAL, APELO POR NOVAS ELEIÇÕES.....	101

FIGURA 15: CAPAS DO JORNAL <i>O GLOBO</i> ABORDANDO A LIGAÇÃO DE COLLOR COM OS ESCÂNDALOS INVESTIGADOS PELA CPI DO PC FARIAS EM 1992.....	110
FIGURA 16: CAPAS DO JORNAL <i>O GLOBO</i> ABORDANDO A CRISE ECONÔMICA DURANTE A CRISE DO GOVERNO DILMA EM 2016.....	111
FIGURA 17: CAPAS DO JORNAL <i>O GLOBO</i> ABORDANDO O AFASTAMENTO DE DILMA E A PROMESSA DE REFORMAS ECONÔMICAS DE TEMER EM 2016.....	112
FIGURA 18: CAPAS DO JORNAL <i>O GLOBO</i> ABORDANDO A TESE DO GOLPE CONTRA COLLOR EM 1992.....	114
FIGURA 19: MATÉRIA DO JORNAL <i>O GLOBO</i> , EM 1992, REPORTANDO O DISCURSO DE COLLOR EM QUE DENUNCIAVA UM ‘SINDICADO DO GOLPE’ E CONVOCAVA SEUS APOIADORES ÀS RUAS.....	115
FIGURA 20: CAPA DO JORNAL <i>O GLOBO</i> ABORDANDO A TESE DO GOLPE EM 2016.....	115
FIGURA 21: MATÉRIA DE <i>O GLOBO</i> ABORDANDO A TESE DO GOLPE EM 2016.....	116
FIGURA 22: PÁGINA EDITORIAL PADRÃO DE <i>O GLOBO</i> EM 1992.....	131
FIGURA 23: EDITORIAL EM PRIMEIRA PÁGINA DE <i>O GLOBO</i> EM 1992.....	132
FIGURA 24: PÁGINA EDITORIAL PADRÃO DE <i>O GLOBO</i> EM 2015/2016.....	133
FIGURA 25: EDITORIAL EXTENDIDO DE <i>O GLOBO</i> EM 2015/2016.....	134
FIGURA 26: PÁGINA DE EDITORIAIS COM OPINIÃO DO JORNAL E OPINIÃO DIVERGENTE EM 2015/1016.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: HISTÓRICO DO VOLUME DE EDITORIAIS ABORDANDO O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	138
GRÁFICO 2: HISTÓRICO DO VOLUME DE EDITORIAIS ABORDANDO O IMPEACHMENT DE DILMA.....	138
GRÁFICO 3: HISTÓRICO DO NÚMERO DE EDITORIAIS CONTENDO OS EIXOS DE VARIÁVEIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	140
GRÁFICO 4: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘RAZÕES FAVORÁVEIS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	143
GRÁFICO 5: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘SAÍDAS POLÍTICAS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	146
GRÁFICO 6: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘CONSEQUÊNCIAS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.....	149
GRÁFICO 7: HISTÓRICO DO NÚMERO DE EDITORIAIS CONTENDO OS EIXOS DE VARIÁVEIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	151
GRÁFICO 8: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘RAZÕES FAVORÁVEIS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	160
GRÁFICO 9: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘RAZÕES CONTRÁRIAS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	166
GRÁFICO 10: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘SAÍDAS POLÍTICAS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	172
GRÁFICO 11: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘CONSEQUÊNCIAS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	176
GRÁFICO 12: HISTÓRICO DA ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.....	179

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AC – Análise de Conteúdo

AIB – Ação Integralista Brasileira

BA – Bahia

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

DEM – Democratas

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

Fecomércio – Federação do Comércio

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FSP – Folha de São Paulo

GO – Goiás

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NYT – New York Times

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OESP – O Estado de São Paulo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Programa Nacional de Desestatização

PONTE – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia

PP – Partido Progressista

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RJ – Rio de Janeiro

RO – Rondônia

RS – Rio Grande do Sul

STF – Supremo Tribunal Federal

UDN – União Democrática Nacional

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	20
2.	O JORNALISMO COMO ATOR POLÍTICO.....	29
2.1.	A INSTITUIÇÃO JORNALÍSTICA NA ARENA POLÍTICA.....	29
2.1.1.	O discurso de autolegitimação do Jornalismo moderno.....	29
2.1.2.	A perspectiva neoinstitucionalista associada ao <i>habitus</i> do campo jornalístico.....	34
2.1.3.	Abordagens sobre o papel do jornalismo nas democracias latino-americanas.....	42
2.2.	EDITORIAL: O ESPAÇO DAS MARCAS IDEOLÓGICAS DA EMPRESA JORNALÍSTICA.....	46
2.2.1.	Opinião editorial e sua relação com o sistema político.....	47
2.2.2.	Modelos de editoriais e a construção de sua imagem pública.....	51
2.2.3.	O posicionamento editorial e os critérios de editorialidade.....	52
2.2.4.	A estrutura do editorial.....	56
2.3.	O GLOBO E A POLÍTICA: DA PRIMEIRA REPÚBLICA À REDEMOCRATIZAÇÃO (ANOS 1920 – 1980/1990).....	59
3.	IMPEACHMENT: UMA PERSPECTIVA POLÍTICA E HISTÓRICA.....	72
3.1.	AS ORIGENS DO IMPEACHMENT NO BRASIL.....	73
3.2.	IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR.....	77
3.3.	IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.....	91
4.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E HIPÓTESES.....	107
4.1.	CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES.....	107
4.2.	MÉTODOS DE COLETA DOS DADOS.....	116
4.3.	ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	123
5.	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	137
5.1.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPÍRICOS.....	137
5.1.1.	Collor: Entre o “golpe” e a renúncia.....	139
5.1.2.	Dilma: “Não vai mesmo ter golpe”.....	151
5.2.	DISCUSSÃO.....	183
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
	REFERÊNCIAS.....	205
	APÊNDICE.....	218

1 INTRODUÇÃO

Desde a redemocratização iniciada em 1985, o regime político brasileiro atravessou por dois processos de impeachment que testaram suas instituições. Fernando Collor de Mello – em dezembro de 1992 – e Dilma Vana Rousseff – em agosto de 2016 – foram processados e perderam seus mandatos. Como o jornalismo é não só um importante espaço da deliberação pública (HABERMAS, 1929; MAIA, 2008), mas também um ator político relevante na democracia (COOK, 2011; EILDERS, 1999; EBERWEIN; PORLEZZA; SPLENDORE, 2015; VAN AELST; WALGRAVE, 2017; THESEN, 2017), houve uma intensa cobertura e uma grande produção de posicionamentos sobre esses episódios, principalmente através de editoriais. É por meio dos editoriais que o jornal expõe explicitamente seus posicionamentos, refletindo suas marcas ideológicas, e faz apelos às lideranças do Estado em prol de interesses empresariais que representa, apesar de se autolegitimar como defensor do interesse público (ALVES FILHO, 2006; ARMAÑANZAS; NOCÍ, 1996; BELTRÃO, 1980; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015).

O jornal *O Globo* – periódico *quality paper*¹ do maior conglomerado de mídia do país, comandado pela família Marinho – também não se furtou em cobrir as graves crises políticas que conduziram aos processos de impeachment tanto em sua seção noticiosa, quanto em seus editoriais (ALMEIDA, 2017; CONTI, 1999; CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2018; NORONHA, 2018; SALLUM JR, 2015; SINGER, 2018; SOUZA, 2016; VAN DIJK, 2017). Em 17 de abril de 2016, dia da votação da admissibilidade do processo de impeachment contra Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, *O Globo* lançou um editorial intitulado “Não vai mesmo ter golpe”, no qual se fazia uma defesa da legalidade do instrumento institucional usado pelo Parlamento brasileiro contra a presidente. Em um trecho, o editorial afirmava que “[...] assim como não houve golpe contra Collor, não há também contra Dilma [...]. Não importa o resultado da votação, a democracia representativa brasileira sairá mais forte” (NÃO VAI MESMO TER GOLPE, *O Globo*, 17/04/2016). Nesse período, outros editoriais de *O Globo* realizaram comparações entre os dois processos de impeachment, destacando semelhanças e diferenças, mas sempre

¹ Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018), em consonância com autores como Azevedo (2016) e Hallin e Mancini (2004), conceituam o *quality paper* como jornal de impacto no campo político e no debate público. Não sendo uma publicação de cunho “popularesco” (MIGUEL; COUTINHO, 2007), destinar-se-ia, desta forma, às elites políticas, econômicas e intelectuais conferindo grande importância ao noticiário político.

afirmando a legitimidade dos processos políticos que acabaram por levar à deposição tanto de Collor, quanto de Dilma.

No entanto, em editorial publicado no dia 22 de agosto de 1992, período já avançado da CPMI que investigava o esquema PC Farias² e que serviria de base para o pedido de impeachment de Collor, *O Globo* concluiu que “[...] programa[va]-se um golpe contra as instituições democráticas, a pretexto de se punir o presidente da República nas práticas irregulares apuradas, sem se evidenciar preocupação com a correção das mesmas” (A NAÇÃO EXIGE RECUPERAÇÃO MORAL E RESPEITO À LEI, *O Globo*, 22/08/1992, p. 3). Esse posicionamento editorial – às vésperas da leitura do relatório final da CPMI a ser realizada pelo senador Amir Lando (PMDB-RO) que responsabilizaria Collor por receber vantagens econômicas indevidas (SALLUM JR, 2015, p. 313) – endossava as declarações do então presidente de que um “sindicato do golpe³” conspirava contra seu governo, porém parece contradizer os editoriais do mesmo jornal, vinte e quatro anos depois, que afirmavam que assim como não houve um golpe contra Collor, também não havia contra Dilma⁴.

Pouco mais de um mês depois, no dia 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovava a abertura do processo de impeachment do presidente e, conseqüentemente, seu afastamento para que se deflagra-se o julgamento a ser feito pelo Senado. No dia seguinte, apesar de ter denunciado a programação de um golpe contra Collor, *O Globo* lançou editorial em primeira página com título “Renúncia agora”, fazendo um apelo para que o presidente recém-afastado renunciasse ao seu cargo. O editorial afirmava que o pedido de renúncia se justificava no sentido de que o país pudesse – com um novo governo definitivo – voltar a avançar as reformas econômicas prometidas por Collor que, segundo o jornal, “[...] conduzir[ia] o país no caminho da modernização” (RENÚNCIA AGORA, *O Globo*, 30/09/1992, p.1). O jornal que denunciava um golpe contra o presidente, agora apelava por sua renúncia.

² O empresário Paulo César Farias, tesoureiro e braço direito da campanha de Collor à Presidência em 1989, era acusado de ter montado uma rede de tráfico de influência e corrupção, agindo como intermediário de negócios entre o empresariado e o governo, inclusive com denúncias de pagamentos de serviços particulares do ex-presidente e sua esposa, Rosane Collor, por meio de dinheiro de propina. Ver mais em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/relembre-casos-do-governo-collor-que-envolveram-pc-farias.htm>> acesso em 10 set. 2019.

³ Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_14ago1992.htm> acesso em 24 nov. 2018.

⁴ Um trabalho importante para analisar os usos do passado e a reconstrução da memória no jornalismo é *O PRESENTE DA MEMÓRIA: Usos do passado e as (re) construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'* (2012) de André Bonsanto Dias.

A formulação dos posicionamentos nos editoriais do jornal *O Globo* sobre os processos de impeachment – acima de aparentar possíveis contradições que precisam ser mais bem analisadas – demonstra o interesse da empresa jornalística em participar do debate público ao promover apelos, apontar saídas e dialogar com os agentes políticos envolvidos, evidenciando sua atuação com *player* político relevante nesses episódios singulares da vida política nacional.

Alguns teóricos têm se dedicado a pensar em que medida se pode classificar o jornalismo como um ator e instituição política. Cook (1998) e Sparrow (1999) afirmam que o jornalismo é uma instituição no sentido do compartilhamento de normas e regras – formais ou informais – que limitam e contrangem suas práticas. Essas estruturas que se estabelecem ao longo do tempo, também acabam por fundamentar quais papéis normativos os agentes jornalísticos exercem (HANITZSCH; VOS, 2017), e ao se relacionarem e produzirem notícias sobre o campo político, o jornalismo não só informa sobre os atores políticos, mas também se torna um ator político (EILDERS, 1999).

Para Thesen (2017), o jornalismo como instituição e ator político difere de outros agentes por não se tratar de uma instituição eleita ou representativa de segmentos da população, afinal suas principais metas são jornalísticas e comerciais. Nesse sentido, o autor argumenta que a atuação política do jornalismo se daria de forma indireta, uma vez que sua ação interfere na distribuição de poder entre agentes e instituições políticas através do produto jornalístico. Tal produto passa por um processo de seleção e enquadramento que é inerentemente político, uma vez que as escolhas dos agentes jornalísticos não favorecem igualmente os discursos e os agentes da arena política. Ou seja, o jornalismo se caracteriza como uma relevante instituição política intermediária na democracia ao possuir a “[...] habilidade de influenciar os resultados e processos políticos⁵” (THESEN, 2017, p. 31, tradução nossa).

Pérez-Liñan (2007) reconhece que os agentes jornalísticos devem ser considerados atores estratégicos, assim como membros de outras instituições; e que o lugar, o momento e a frequência dos escândalos midiáticos não são um produto do acaso. Esse cientista político – referencial para pensar o impeachment na América Latina – afirma que dentre as quatro condições históricas que levaram um novo tipo de instabilidade que provocou a deposição de vários chefes do poder Executivo nos anos noventa está o “[...] papel dos *mass media* como

⁵ Texto original: “The media therefore has the ability to influence political processes and outcomes”.

um *watchdog* [cão de guarda] da moralidade pública⁶” (PÉREZ-LIÑAN, 2007, p. 186, tradução nossa). Para o autor, a intensa cobertura dos escândalos de corrupção por parte das empresas jornalísticas teve uma grande influência para conformação dos processos de impeachment daquele período.

Considerando então que o (1) jornalismo é uma instituição e agente relevante na arena política; que, (2) através de seus elementos normativos, rotinas e práticas, interfere na cena política, (3) exercendo um papel fulcral nos contextos que levaram a processos de impeachment; e considerando, também, que (4) é nos editoriais que a empresa jornalística expõe oficialmente seus posicionamentos, este trabalho propõe o seguinte problema de pesquisa: Como *O Globo* – jornal vinculado ao maior conglomerado de mídia do país – construiu (ou questionou) a legitimidade dos processos de impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff por meio de seus editoriais?

Desta forma, como objetivo geral, esta investigação pretende compreender como se deu a atuação política do jornal *O Globo* para construir – ou desconstruir – a legitimidade dos processos de impeachment ocorridos na nova República. Como objetivos específicos, pretendemos (1) comparar de que forma se deu a atuação política do jornal *O Globo* durante os processos de impeachment de Collor e Dilma, (2) identificar os argumentos que foram utilizados pelo jornal para fundamentar os posicionamentos de seus editoriais durante os episódios de afastamento desses presidentes e (3) analisar as possíveis contradições entre os posicionamentos do jornal durante esses processos de impeachment, relacionando aos respectivos contextos históricos, políticos e econômicos.

Segundo a delimitação do objeto de pesquisa, observando os devidos contextos históricos e amparado por um arcabouço teórico-metodológico que identifica na empresa jornalística um ator político na democracia, pretende-se verificar as hipóteses de trabalho delineadas a seguir, divididas em dois blocos:

H1: O Globo foi alterando, progressivamente, seu posicionamento editorial sobre a legitimidade da saída de Collor, enquanto que, no caso de Dilma, o jornal buscou construir a legitimidade para a saída da então presidente ao longo de todo o processo de impeachment.

H2: Os editoriais do jornal utilizaram argumentos distintos para legitimar a saída dos dois presidentes. Argumentos econômicos foram privilegiados para sustentar o

⁶ Texto original: “[...] the role of the mass media as a watchdog of public morality”.

favorecimento do jornal ao processo contra Dilma Rousseff, enquanto que argumentos ligados ao combate à corrupção e fisiologismo foram acionados no caso de Fernando Collor.

Esse primeiro bloco de hipóteses de trabalho – embasado na literatura especializada da Ciência Política, do Jornalismo e da Historiografia – tem como objetivo analisar os posicionamentos editoriais produzidos pelo *O Globo* de um ponto de vista temporal, observando o desenrolar e o encadeamento dos acontecimentos, como também, o conteúdo de seus argumentos para legitimar (ou deslegitimar) os impeachments. A relevância dessa proposta de análise se dá pela compreensão de que um fato político, que se desenrola em um processo histórico, não pode ser analisado, simplesmente, de forma geral ou estática. Verificar as nuances da cobertura editorial do jornal durante o desenvolvimento dos processos de impedimento permitirá relacionar os achados a uma variável externa que limita e constrange as possibilidades de atuação política de *O Globo*: o contexto histórico.

Através do segundo bloco de hipóteses, pretende-se verificar o problema específico levantado nesta introdução. Como compreender as possíveis contradições entre os posicionamentos do jornal que em 2016 sustentavam que não haveria um golpe contra Dilma assim como não houve contra Collor, apesar de *O Globo* – às vésperas do início do processo de impeachment de 1992 – ter denunciado o planejamento de um golpe contra a democracia? Para tanto, será preciso obter, de forma empírica, elementos que possibilitem a compreensão da abordagem desse assunto nos dois impeachments. Porém, como existe literatura para embasar a proposição de uma hipótese com respeito ao posicionamento editorial do jornal sobre a tese do golpe contra Dilma, mas não foram encontrados trabalhos que analisem o posicionamento de *O Globo* sobre essa temática no caso de Collor, este trabalho dividirá a investigação desse quesito através de um teste de hipótese e de um estudo exploratório, a partir da elaboração de uma *RQ* (*research question*). Dessa forma, redigimos esse bloco da seguinte forma:

H3: O Globo abordou constantemente a tese de golpe contra Dilma Rousseff, buscando refutá-la durante todo o processo de impeachment.

RQ1: Qual a frequência e o tipo de abordagem que O Globo empreendeu quanto à tese de golpe contra Fernando Collor durante o processo de impeachment de 1992?

Para responder à problemática desta pesquisa e testarmos as hipóteses formuladas (que justificaremos na seção “Construção das Hipóteses” no quarto capítulo), estudaremos – através da Análise de Conteúdo – os editoriais do periódico selecionado por este trabalho que abordaram os processos de impedimento dos chefes do poder Executivo no recorte cronológico definido – setembro de 1992 ao início de janeiro de 1993 e dezembro de 2015 ao início de setembro de 2016 (detalharemos melhor na seção que apresenta os métodos de coleta dos dados). Utilizaremos, de forma adaptada, as técnicas metodológicas do trabalho de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) que elencaram três eixos de variáveis independentes para analisar a construção da legitimidade durante o impeachment de Dilma Rousseff nos jornais *Folha de S. Paulo (FSP)* e *O Estado de São Paulo (OESP)*.

Porém, a atuação política do jornal *O Globo* e suas contradições durante os processos de impeachment de Collor e Dilma somente serão compreendidas de forma mais segura ao posicionarmos as mesmas de acordo com os contextos históricos em que estiveram inseridas. Para tanto, este trabalho propõe uma interface entre a Ciência Política, o Jornalismo e a História para o estudo do fenômeno observado. Abordaremos a importância da perspectiva historiográfica para ancorar a análise e discussão dos dados e, para possibilitar esse intento, iremos contextualizar – em um capítulo específico – os episódios que levaram às crises que desencadearam os processos de impedimento dos presidentes aqui abordados, bem como o que a literatura tem observado sobre o papel da imprensa durante esses contextos.

Algumas razões podem ser elencadas para se argumentar em prol da pertinência da pesquisa proposta. Este trabalho visa se inserir num debate importante para a Ciência Política, a saber, a produção acadêmica sobre as relações entre Comunicação e Política, em específico a atuação da empresa jornalística como ator político. Apesar de já existir uma literatura estrangeira que observa o jornalismo como instituição e ator político, essa abordagem ainda está num processo de desenvolvimento no Brasil, carecendo, assim, de mais trabalhos empíricos que confirmem – ou não – a atuação política do jornalismo em diversos momentos de nossa história. Mesmo na área da História política, a abordagem de um jornalismo independente e que atue na arena pública com interesses próprios, ainda é um pouco ausente ou periférica na historiografia brasileira (MIGUEL, 2000).

A partir dessa constatação, uma pesquisa voltada para a análise de editoriais, também é um fator importante para ressaltar a relevância deste trabalho, haja vista que é a partir deles que a empresa jornalística atua de forma direta sobre o campo político. Trabalhos que

observam editoriais como unidades de análise empírica estão num processo de expansão (AZEVEDO, 2005; AZEVEDO, CHAIA, 2008; COSTA, 2009; ITUASSU, 2011; MIGUEL; COUTINHO, 2007; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2013; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2016; MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018; NUNES NETO, 2012; PEREIRA, 2011), porém não são tão numerosos, sendo pertinente contribuir para essa linha da produção acadêmica.

Justifica-se a escolha do jornal *O Globo* não só por ser um periódico de grande circulação nacional – cerca de 280 mil exemplares em média por dia nos dias úteis e cerca de 350 mil exemplares aos domingos com 1.194.000 leitores⁷ –, mas por sua relevância para a história do jornalismo brasileiro. O jornal carioca foi fundado em 1925 por Irineu Marinho e, após seu falecimento, administrado por Roberto Marinho que transformou a empresa em um grande conglomerado de mídia⁸. Atualmente, o *Grupo Globo* atua em vários segmentos como televisão, rádio, cinema, jornais, revistas, conteúdo virtual, classificados de imóveis, editora, discografia, dentre outros. Destaque para a *TV Globo* que tem sua programação distribuída por todo o território nacional com cinco emissoras próprias em parceria com empresas afiliadas de todos os estados e está em mais de 100 países pela *Globo Internacional*⁹. Desta forma, justifica-se também a escolha de não abordar aqui a atuação de outros *quality papers* como a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* – doravante *FSP* e *OESP* – tendo em vista a importância de se analisar os editoriais do jornal *O Globo* como produto jornalístico do maior conglomerado de mídia do país¹⁰.

No documento em que são apresentados seus princípios editoriais o *Grupo Globo* afirma que o “jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas” e que o jornalista “[...] noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento [que é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos¹¹]”. A busca pela isenção, pela verdade dos fatos e pelo menor subjetivismo possível é destacado nesse trecho:

⁷ Disponível em <<https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>> acesso em 30 set. 2018.

⁸ Disponível em <<http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>> acesso em 24 nov. 2018.

⁹ Disponível em <<https://grupoglobo.globo.com/quem-somos/>> acesso em 24 nov. 2018.

¹⁰ Para mais informações sobre o desenvolvimento do conglomerado de mídia do *Grupo Globo* ver: PORTO, Mauro. *Media Power and Democratization in Brazil: TV Globo and the Dilemmas of Political Accountability*. Nova York: Routledge, 2012.

¹¹ Disponível em <<https://grupoglobo.globo.com/principios-editoriais/>> acesso em 24 nov. 2018.

O Grupo Globo será sempre independente, apertado, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza¹².

Apesar disso, *O Globo* sempre manifestou sua característica de ator político em vários momentos da história política nacional. (AGUIAR, 1993; ARÊAS, 2012; CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994. CONTI, 1999; FONSECA, 2005; ITUASSU, 2011; PORTO, 2012; SOUZA, 2016) O periódico apoiou, por exemplo, a Revolução de 1930, manifestou repúdio à “intention comunista” de 1935, apoiou a deposição de Vargas e o fim do Estado Novo, apoiou a cassação do PCB em 1947, foi a favor do parlamentarismo na crise de posse de João Goulart em 1961, e apoiou o golpe civil-militar de 1964 que derrubou o presidente Jango e instaurou um regime de exceção que durou vinte e um anos (ARÊAS, 2012). Sendo assim, justifica-se a relevância de se propor uma análise sobre a opinião de *O Globo* em dois dos episódios políticos mais cruciais desde a redemocratização, a destituição parlamentar dos presidentes Collor e Dilma.

Por fim, não podemos deixar de destacar o caráter atual da pesquisa proposta, haja vista os últimos eventos da política nacional que, após vinte e quatro anos, colocaram mais uma vez em pauta nas páginas dos jornais, um processo de impeachment de um presidente da República. A crise política que marcou os últimos anos foi agendada constantemente nas capas, manchetes e principalmente pelos editoriais da imprensa brasileira (FERNANDES; CHAGAS, 2016; POZOBON; PRATES, 2016; VIEIRA, 2016; WEBER et al., 2016; POZOBON; PRATES 2017; CHAGAS, 2017; RUGGIERI, 2017; GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO 2018; MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018). Essas discussões têm desempenhado um papel relevante no debate público durante os últimos episódios da política nacional e, nesse contexto, tem se produzido vários trabalhos científicos que observam a importância do papel do jornalismo para a democracia brasileira. Por tanto, por esse e outros argumentos apresentados, justifica-se uma pesquisa sobre a atuação editorial do jornal carioca *O Globo* durante o recorte cronológico proposto.

No próximo capítulo, intitulado “O Jornalismo como ator político”, abordaremos, de forma mais abrangente, o que tem sido escrito de mais relevante sobre o papel da imprensa na

¹² Ibidem.

arena política e de que forma – e em que medida – a empresa jornalística pode ser considerada uma instituição e ator político nas democracias contemporâneas. Será importante entendermos melhor o gênero jornalístico escolhido por este trabalho como unidade de análise, a saber, o editorial. Buscaremos um referencial teórico que nos permita compreender não só seus vários modelos, características e objetivos, mas também como se dá o processo de produção editorial e o que impacta a formulação da opinião de um jornal, observando esses posicionamentos como variáveis dependentes de fatores e valores que constroem critérios de editorialidade. Ainda nesse capítulo, abordaremos a história do jornal *O Globo*, seu desenvolvimento junto ao conglomerado midiático construído pela família Marinho e sua relação com os maiores fatos de repercussão política do século XX.

No terceiro capítulo, “Impeachment: uma perspectiva histórica e política,” pretendemos buscar a literatura historiográfica sobre os episódios que levaram aos processos de impeachment de Dilma e Collor para uma melhor compreensão das temporalidades distintas que aqui estamos abordando. Discutiremos, também, as origens e características do expediente institucional utilizado para a derrubada desses presidentes e realizaremos uma análise sobre a economia política do jornalismo no recorte temporal escolhido e o papel da imprensa durante esses contextos.

No quarto capítulo, será detalhada, de forma mais sistemática, a construção das hipóteses, a metodologia de coleta de dados e de análise do *corpus* elaborada para esta pesquisa e, no quinto capítulo, faremos a análise e a discussão dos achados, mobilizando instrumentos teórico-metodológicos que nos permitam a verificação das hipóteses elaboradas, de forma a minimizar possíveis problemas que a comparação entre dois contextos distintos pode ocasionar. Por último, nas “Considerações Finais”, reforçaremos as conclusões do trabalho empírico, suas limitações e possíveis indicações de uma agenda de pesquisa que permita um avanço teórico e metodológico para a observação do jornalismo brasileiro como ator político em nossa democracia.

2 O JORNALISMO COMO ATOR POLÍTICO

Neste capítulo, abordaremos várias obras teóricas que se ligam ao nosso objeto de pesquisa e que balizaram a formulação das hipóteses. Realizaremos essa revisão da literatura a partir de dois blocos teóricos: (1) uma discussão sobre o papel do jornalismo como instituição e ator político, bem como sua interferência junto a outros agentes na cena política; e (2) o papel do editorial como “voz” e “tribuna” (BELTRÃO, 1980) da empresa jornalística, e uma discussão sobre suas características, modelos e funções. Após a discussão bibliográfica, abordaremos a história do jornal *O Globo* e sua relevância na história política brasileira.

Esta revisão de literatura procura responder aos seguintes questionamentos: o que faz o jornalismo ser considerado uma instituição e ator político nas democracias modernas? De que maneira ele atua na distribuição de poder entre agentes e instituições políticas? Qual é o papel dos editoriais nesse contexto? A partir dos autores que serão abordados, apresentaremos um quadro teórico que nos auxilie no entendimento dessas questões e nos propicie um arcabouço referencial consistente para analisar a atuação do jornal *O Globo* durante os episódios de impeachment de Collor e Dilma.

2.1 A INSTITUIÇÃO JORNALÍSTICA NA ARENA POLÍTICA

Nesta seção, pretendemos discutir de que forma a instituição jornalística atua na arena política. Abordaremos os papéis normativos clássicos que o Jornalismo ocidental advoga; sua relação com o campo político; e como os *media* interferem nos processos políticos como instituição e campo ao – através de suas práticas e rotinas motivadas por um *habitus* – agendar, selecionar e enquadrar os contextos e agentes da política institucional. Também discutiremos, brevemente, um referencial teórico que relacione esses conceitos à atuação política das empresas jornalísticas da América Latina, em especial no Brasil.

2.1.1 O discurso de autolegitimação do Jornalismo moderno

A partir do início do século XX, as organizações jornalísticas nos EUA começaram a aderir ao discurso de que seriam defensoras do interesse público, fiscalizadoras dos poderes constituídos (ALBUQUERQUE, 2013; SCHUDSON, 2007) e que o produto de seu ofício

seria um reflexo da realidade social ao utilizarem a metáfora de um espelho para representá-lo (VOS, 2011). A noção de que os agentes jornalísticos exerceriam um papel de *gatekeepers* – ao decidir que informações deveriam ser noticiadas com base em seus filtros e verificações – favoreceu o ideal normativo de uma função pública a ser realizada pelos jornalistas (VOS; THOMAS, 2019).

Essas funções e papéis do jornalismo adviriam de uma autolegitimação que seria pautada pela prática da neutralidade, da objetividade e da busca pela verdade. Esse discurso nasce da perspectiva liberal americana de que o jornalismo cumpriria a função de *watchdog* ou um *quarto poder* nas democracias ocidentais (GOMES, 2009). “O que todas essas conceituações de jornalismo em relação à democracia têm em comum é que elas assumem que o público precisa de jornalismo, mesmo que nem sempre se envolva ativamente com ele¹³” (PETERS; WITSCHGE, 2015, p. 23, tradução nossa).

Porém, a literatura acadêmica tem desmistificado esse discurso em relação à produção jornalística. Patterson e Donsbagh (1996), em *News decisions: Journalists as partisan actors*, elaboraram um estudo comparativo entre Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália e Suécia para analisar o papel partidário dos jornalistas nesses cinco países. A pesquisa procurava mensurar suas tendências ideológicas, suas percepções sobre as tendências ideológicas das empresas jornalísticas onde trabalhavam e objetivava verificar se o partidarismo interferia em suas práticas. Apesar de se autolegitimarem como objetivos e imparciais, os achados do trabalho sugeriram que o partidarismo pode ser mensurado nas decisões jornalísticas. Segundo os autores, os jornalistas podem ser mais ou menos partidários de acordo com a arena midiática ou país em que trabalham. Porém, o viés político encontrado nas decisões jornalísticas seria sutil, o que tornaria o jornalismo menos *accountable* em relação aos cidadãos do que os jornais assumidamente partidários, fazendo com que, para os autores, isso se torne um problema para a democracia.

Apesar de atestar o grau de partidarismo – ainda que não tão robusto – dos agentes jornalísticos na pesquisa proposta, Patterson e Donsbagh (1996, p. 466, tradução nossa) afirmam que:

De fato, os jornalistas tipicamente negam a existência desse viés [partidário], alegando que suas decisões são baseadas apenas nas normas profissionais. Há, como

¹³ Texto original: “What all these conceptualisations of journalism vis-à-vis democracy hold in common is that they assume, at least in principal, that the public needs journalism even if it does not always actively engage with it”.

consequência, uma lacuna perceptual entre a autoimagem dos jornalistas e suas ações, e isso os leva a rejeitar qualquer sugestão que eles são politicamente tendenciosos. Reclamações de políticos são descartadas como egoístas e às vezes são retratadas como ataques à liberdade da imprensa e uma ameaça à sua objetividade¹⁴.

Essa lacuna entre a autoimagem, os papéis normativos dos jornalistas e suas ações, também foi evidenciada pelo trabalho de Vos e Wolfgang (2018) que, através de entrevistas em profundidade com jornalistas estadunidenses, identificou que apesar do grau de importância que eles conferiam ao fomento de um ambiente de diversidade nas matérias jornalísticas, os entrevistados ainda eram dependentes de fontes elitistas, evidenciando que tal norma é subvalorizada na prática.

Essa autolegitimação do trabalho jornalístico através do discurso da objetividade e da neutralidade contribuiu para a formação dos papéis normativos do jornalismo na democracia. Para Miguel e Biroli (2010, p. 66), a imparcialidade não é apenas impossível de ser atingida como – ao tomá-la como um valor de referência – acaba por colaborar para a ocultação dos lugares de enunciação dos discursos e por dificultar a identificação de suas características. Isso faz com que esses discursos circulem por determinados espaços e sejam aceitos como verdadeiros, não permitindo assim compreender uma parte importante de dinâmicas sociais mais profundas. Em outras palavras, por mais que as empresas jornalísticas apresentem seu discurso como objetivo, refletor da realidade, defensor e fiscalizador do interesse público, em um contexto de conflito de interesses, não há como ela ser porta-voz imparcial do debate político, pois o processo de produção de enunciados e os efeitos de sentido junto ao público leitor interferem nas relações sociais (MIGUEL, 2002; VOS, 2011). Essa assertiva se contrapõe, por exemplo, a ideia norteadora dos princípios editoriais de *O Globo* apresentada na introdução que diz respeito à produção da informação despido de viés ou livre de “prismas¹⁵”.

Ainda assim, o discurso autolegitimador é disseminado em várias áreas do jornalismo comercial, desde a formação até o exercício dos códigos de ética da profissão do jornalista (ATHANASIO, 2017; BIROLI 2012). Gomes (2009, p.25) afirma que a teoria do

¹⁴ Texto original: “Indeed, journalists typically deny the existence of this bias, claiming that their decisions are premised solely on professional norms. There is, as a consequence, a perceptual gap between journalists' self-image and their actions, and it leads them to reject any suggestion that they are politically biased. Complaints from politicians are dismissed as self-serving and are sometimes portrayed as attacks on the press's freedom and a threat to its objectivity”.

¹⁵ Disponível em < <https://grupoglobo.globo.com/principios-editoriais/> > acesso em 24 nov. 2018.

jornalismo se refugia num *ethos* de que é teoricamente justificável reivindicar a objetividade e a verdade como exigências morais, sem se perguntar se elas de fato são possíveis ou razoáveis. A falta dessa crítica contribuiu para que a prática jornalística consolidasse de forma bem sucedida o discurso de autolegitimação (GOMES, 2009).

Para Strömbäck (2008, p. 236), o jornalismo é a fonte mais importante de informação e canal de comunicação entre os cidadãos, instituições e atores políticos. Miguel (2003, p. 132) afirma que, nas sociedades contemporâneas, os *media* possuem muita influência na difusão de informações, de discursos e de representações simbólicas do mundo social. Desta forma, o jornalismo seria fonte direta e indireta de grande parte das informações de que os cidadãos dispõem para compreender o mundo social em que vivem (MIGUEL, 2003, p.132). Ainda nesse sentido, o historiador Roger Chartier em *A História Cultural: entre prática e representações* (1990) afirma que:

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Ao explicar que tais representações construídas não são neutras e que têm por objetivo legitimar algum projeto, Chartier (1990, p. 17) afirma que as lutas por essas representações são tão importantes quanto as lutas econômicas, no sentido de se apreender como um grupo tenta legitimar sua visão de mundo. Por conta disso, existe uma grande interação do campo jornalístico com o campo político. Os agentes do campo político, por exemplo, precisam da visibilidade e do poder simbólico (BOURDIEU, 1989) que o campo jornalístico possui. No arcabouço teórico do sociólogo francês Pierre Bourdieu, *poder simbólico* se define:

[...] como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

As grandes empresas jornalísticas, através do prestígio e credibilidade adquiridos pela áurea da objetividade, imparcialidade e isenção, possuem esse *poder simbólico* ao conferir legitimidade para seus pontos de vista, num sentido da tentativa de formar consensos

na sociedade em torno de seus interesses e visões de mundo (BOURDIEU, 1997; GRAMSCI, 2000). Por conseguinte, os agentes do campo político necessitam dialogar com a lógica e as regras do jornalismo para que possam dar maior visibilidade às suas agendas e também tentar configurar uma *imagem pública*¹⁶ (GOMES, 2004) que possibilite a obtenção de maior capital político.

Strömbäck e Van Aelst (2013) exploram teoricamente como os partidos políticos estão se adaptando à lógica da produção de notícias dos *media*. Os autores citam Schrott (2009, p. 42, tradução nossa) para explicar que “o âmago da midiatização consiste no mecanismo de institucionalização da lógica da mídia em outros subsistemas sociais. Nesses subsistemas, a lógica da mídia compete com diretrizes estabelecidas e influencia nas ações dos indivíduos¹⁷”. Nesse sentido, os atores políticos acabam ajustando suas percepções e comportamentos à lógica dos *media*, e não a uma lógica estritamente política.

Esses ajustes podem afetar não apenas os esforços de comunicação dos agentes políticos, mas também a produção de resultados políticos e o modo como eles se organizam (STRÖMBÄCK; VAN AELST, 2013). Consequentemente, os partidos – conhecedores da importância e influência dos *media* na formulação das agendas, enquadramentos e construção da imagem – se adaptam às lógicas da *mediatização* de acordo com seus objetivos. A partir dessas metas, os partidos agem para minimizar danos em sua imagem e publicitar suas ações nas arenas eleitorais. Para tanto, eles contratam especialistas da Comunicação política para auxiliá-los em sua relação com o campo do Jornalismo.

Diante desse quadro, Arnold (2004, p. 1, tradução nossa) afirma que:

A comunicação de massa desempenha uma função vital no funcionamento dos sistemas democráticos, ao reportar o que os representantes eleitos estão fazendo em seus cargos. A mídia transmite não só relatos factuais das atividades e decisões dos representantes; ela também transmite avaliações da performance deles, incluindo avaliações por outros políticos, líderes de grupos de interesse, especialistas e cidadãos comuns. Embora a mídia não seja a única fonte de informação sobre a performance dos representantes, é, de longe, a mais importante¹⁸.

¹⁶ Gomes (2004) define *imagem pública* da seguinte forma: “A imagem pública de um sujeito qualquer, é pois um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam. [...] Formar uma imagem é, portanto, reconhecer um conjunto de propriedades como características de determinadas instituições e atores políticos – um ‘reconhecimento’ que, a bem da verdade é uma atribuição.”

¹⁷ Texto original: “The core of mediatization consists in the mechanism of the institutionalization of media logic in other societal subsystems. In these subsystems, media logic competes with established guidelines and influences on the actions of individuals”.

¹⁸ Texto original: “The mass media perform a vital function in democratic systems by reporting what elected officials are doing in office. The media convey not only factual accounts of officials’ activities and decisions; they also transmit evaluations of officials’ performance, including assessments by other politicians, interest

Da mesma forma, os agentes jornalísticos necessitam do poder de influenciar decisões, vontades e a capacidade de realizar, de fazer – e o impedir de fazer – que agentes políticos detêm (GOMES, 2004, p. 142). Tanto jornalistas, quanto políticos precisam uns dos outros e têm algo a ganhar com essa interação. Esse relacionamento é frequentemente descrito na literatura como de interdependência, troca e benefícios mútuos (VAN AELST; WALGRAVE, 2017). Nesse sentido, Miguel (2003, p. 120) afirma que:

Eles [os *media*] cumprem funções políticas importantes, que a literatura sobre a questão já descreveu: desempenham papel crucial na formação da agenda pública, contribuem para a disseminação de determinados enquadramentos dessas mesmas questões, contribuem para a produção do capital político, absorvem funções de expressão de demandas públicas que antes pertenciam aos partidos. Mas o campo político não é o objeto passivo de um agente que o influencia. Ele impõe limites à ação da mídia e também age sobre ela, tanto com seus recursos específicos (legislativos e administrativos) quanto por sua capacidade superior de determinar qual é o espaço da política.

Sendo assim, é fundamental compreender como esse jogo de interesses e tensões entre o campo jornalístico e o campo político se dá para discutir a atuação política do jornalismo nas democracias contemporâneas.

2.1.2 A perspectiva neoinstitucionalista associada ao *habitus* do campo jornalístico

A grande interação com os agentes políticos, a partir das representações construídas sobre seu papel de defensor do interesse público, é um dos fatores que evidenciam o papel de ator político do jornalismo. Timothy Cook (2011, p. 203) afirma que o jornalismo deve ser considerado como instituição política – de diferente natureza, uma vez que não é eleita, nem possui o papel de representação (THESEN, 2017). Nessa visão, o jornalismo é uma instituição no sentido de que implica padrões sociais de comportamento identificáveis em organizações que se estendem ao longo do espaço e perduram ao longo do tempo, e que presidem um setor social e político (HANITZSCH; VOS, 2017).

Tal abordagem teórica é chamada na Ciência Política de Neoinstitucionalismo. Essa teoria surgiu como um contraponto às teorias comportamentalistas e estrutural-funcionalistas, e ganhou força, principalmente nos anos 1980, como uma perspectiva teórica que posiciona o

group leaders, pundits, and ordinary citizens. Although the media are not the only source of information about officials' performance, they are by far the most important”.

Estado como ator político ao ressaltar seu caráter de instituição autônoma. Para March e Olsen (2006, p. 22, tradução nossa) instituições são “[...] conjuntos relativamente duráveis de regras e práticas organizadas, incorporadas a estruturas de sentido e recursos que são relativamente invariáveis frente a mudanças individuais¹⁹”. Essas regras e práticas seriam resilientes diante das preferências e expectativas dos atores dessas instituições.

Entre os anos 1960 e 1970, pensava-se no Estado apenas como uma arena em que grupos de interesse disputavam as decisões sobre políticas públicas, ou seja, não se pensava o aparato estatal como um ator independente. O Neoinstitucionalismo defenderia a ideia de que o Estado poderia formular e perseguir objetivos que não seriam simplesmente reflexos das demandas dos grupos de interesse (SKOCPOL, 1996). Para os neoinstitucionalistas, as perspectivas funcionalistas não progridem, já que elas contornam a questão das origens das instituições e a importante questão das coalizões materiais e ideológicas nas quais as instituições são fundadas (THELEN; STEIMO, 1994).

O jornalismo – enquanto instituição – se constitui num agregado ordenado de normas compartilhadas e regras informais próprias que orientam a coleta de notícias (SPARROW, 2006, p. 155). Essas normas e regras são limitantes e capacitadoras, constrangedoras e constitutivas. Elas incluem estruturas formais, bem como regras e procedimentos informais, como costumes, tradições, tabus e códigos de conduta (COOK, 1998; NORTH, 1991; SPARROW, 1999). Desta forma, o jornalismo forma uma instituição caracterizada por padrões recorrentes de comportamento e crenças coletivamente compartilhadas sobre o que é notícia (COOK, 1998).

A partir dessa perspectiva, a instituição jornalística seria, então, um ator político independente – e não mero instrumento de uma elite econômica, de um partido político ou apenas um espaço disputado por grupos de pressão. Ou seja, considerar o jornalismo profissional como instituição desvinculada de partidos ou grupos políticos não diminui sua influência política. Ao contrário, ao invés de ser uma mera voz de partidos, o jornalismo passa a agir politicamente de forma independente de acordo com seus próprios interesses.

Porém, o fato de o jornalismo agir como ator político independente não pressupõe que não haja confluência de pautas e agendas políticas com as elites econômicas ou até mesmo partidárias. Como exemplo, os autores Allern e Blach-ørsten (2011), que analisam o

¹⁹ Texto original: “Relatively enduring collection of rules and organized practices, embedded in structures of meaning and resources that are relatively invariant in the face of turnover of individuals”.

desenvolvimento do jornalismo como instituição nos países escandinavos – Dinamarca, Noruega e Suécia –, ressaltam que a profissionalização das empresas jornalísticas não necessariamente diminuiu o que é denominado de *paralelismo político*. Esse termo – originalmente construído por Seymour-Ure (1974) numa tentativa de definir as relações de proximidade ou até mesmo controle dos jornais pelos partidos – também pode ser mobilizado a partir da abordagem de Hallin e Mancini (2004) e Azevedo (2017), percebendo e analisando convergências ideológicas e compartilhamentos de crenças e valores mais gerais entre as empresas jornalísticas e tendências político-partidárias. Para Albuquerque (2012), o paralelismo político pode ser encontrado em países onde existem sistemas partidários bem estruturados sobre clivagens mais ou menos estáveis, e que os *media* exerçam uma atuação política ativa, posicionando-se sobre essas clivagens.

Allern e Blach-ørsten (2011, p. 101, tradução nossa) comentam que:

Em primeiro lugar, um alto grau de *paralelismo político* coexistiu com uma imprensa de circulação de massa fortemente desenvolvida. Em segundo lugar, um alto grau de *paralelismo político* coexistiu com um alto nível de profissionalização jornalística. Em terceiro lugar, um envolvimento significativo do Estado no setor de mídia coexiste e continua a coexistir com forte proteção à liberdade de imprensa e um profundo respeito à autonomia jornalística²⁰.

Segundo os autores, a ligação histórica das empresas jornalísticas a determinadas visões de mundo são percebidas, ainda que os agentes jornalísticos representem sua atividade como *quarto poder* fiscalizador. Os pesquisadores concluem que “[...] o novo e independente jornalismo ainda desempenha um papel político e ideológico e hoje pode até representar uma influência crescente na agenda e nas prioridades dos partidos, blocos e instituições políticas²¹” (ALLERN; BLACH-ØRSTEN, 2011, p. 102, tradução nossa).

A partir desse quadro teórico, Eilders (1999, p. 302) afirma que:

A função crucial da imprensa em comunicação política, no entanto, não se restringe a serviços de informação. A imprensa não apenas serve como transmissor neutro, mas pode também ter um papel ativo no processo de comunicação política expressando suas próprias visões e opiniões. As empresas de comunicação não apenas informam sobre os atores políticos, mas na verdade são os próprios atores

²⁰ Texto original: “Firstly, a high degree of political parallelism has coexisted with a strongly developed mass-circulation press. Secondly, a high degree of political parallelism has coexisted with a high level of journalistic professionalization. Thirdly, a significant involvement of the state in the media sector has and continues to coexist with Strong protection for press freedom and a deeply held respect for journalistic autonomy”.

²¹ Texto original: “[...] the new and independent media still play a political and ideological role, and may today even represent an increasing influence on the agenda and priorities of political parties, blocs and institutions”.

políticos participantes. A pesquisa em Comunicação tem negligenciado em grande parte essa perspectiva²².

Desta forma, as empresas jornalísticas são, de fato, atores políticos. A influência dos *media* no debate público pode acontecer desde a exposição explícita de apoio a partidos ou agentes políticos, pela defesa de agendas específicas ou até mesmo por interesses particulares (ATHANÁSIO, 2017, p. 43). Para Eberwein, Porlezza e Splendore (2015), podemos identificar quatro formas de atuação política das empresas de jornalismo: quando estão sob a propriedade de políticos ou possuem um posicionamento ideológico; quando expõem uma opinião explícita; quando promovem campanhas específicas e quando reconhecem a importância do poder da mídia e a contestam.

Van Aelst e Walgrave (2017, p. 4) afirmam que a perspectiva do ator sugere que os *media* podem ter um impacto sobre a luta pelo poder entre diferentes elites políticas e, por isso, o jornalismo difere significativamente de outras instituições e atores do sistema político. Nesse sentido, o jornalismo seria uma instituição e ator político intermediário que teria a capacidade de intervir em processos onde o poder de outros atores e instituições estaria em jogo. Ou seja, a influência dos *media* na política é – a partir do ponto de vista da Ciência Política – sobre como eles afetam a distribuição de poder entre outros agentes políticos e instituições (THESEN, 2017, p. 22).

Pode-se, também, afirmar que o jornalismo seria uma instituição que agiria de forma complementar ao *campo* discursivo (HANITZSCH; VOS, 2011). *Campo social* pode ser entendido como espaço social de relações objetivas no sentido de que existe uma relação de luta interna entre agentes que possuem muito ou pouco capital específico de acordo com suas posições sociais dentro desse campo, disputando a legitimidade de fala e de definir que fala seria legítima, definindo assim o monopólio do poder de determinado campo (BOURDIEU, 1989, pp. 29, 64). Para Bourdieu (1989), existe uma relativa autonomia do *campo*, mesmo que também haja relações externas a outros, como o político e o econômico.

Complementar à ideia de *campo* é o conceito de *habitus*, compreendido como:

²² Texto original: “The crucial role of the media in political communication, however, is not restricted to information services. Media not only serve as neutral transmitters but may also take an active role in the political communication process by expressing their own views and opinions. Media not only report on political actors, but indeed are participating political actors themselves. Communications research has largely neglected this perspective”.

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem que por isso sejam o produto da obediência às regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente desse fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2007, p. 86).

Nas palavras de Miguel (2002, p. 157), enquanto o “[...] campo é um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõe naturalmente aos agentes que dele participam”, o *habitus* seria a interiorização do próprio *campo*, incorporando regras, também, de maneira natural em suas práticas. Para Gomes (2004, p. 53), o campo jornalístico pode ser entendido como um sistema social voltado para a produção de informação sobre a atualidade. Dentro dessa perspectiva, é através das especificidades da rotina, dos critérios e regras legitimados junto ao *campo* que o produto jornalístico é produzido e dessa forma se mantém a credibilidade perante os colegas e à audiência (MONT’ALVERNE, 2016, p. 16).

Porém, Bourdieu (1997) defende a ideia de que mesmo que o campo jornalístico tenha certa autonomia interna, ele sofreria bastante influência do campo econômico, pois o processo de produção de notícias – na ânsia pela disputa da maior audiência – acabaria por se sujeitar ao mercado. A partir disto, o campo jornalístico teria a capacidade de naturalizar ou de não refletir sobre o que é tido como certo a partir de seu próprio “óculos”, fruto de seu *habitus*, e acabaria por produzir um mundo para o leitor a partir do ponto de vista de suas disposições até mesmo inconscientes (BOURDIEU, 1997, p. 33).

Aliando, então, o conceito de jornalismo como uma instituição discursiva à ideia da internalização do *habitus* no campo jornalístico, Hanitzsch e Vos (2011, p. 10) definem quatro categorias analíticas de papéis institucionais dos jornalistas – papéis normativos, cognitivos, praticados e narrados – que corresponderiam a características distintas: o que os jornalistas devem fazer, o que querem fazer, o que os jornalistas fazem na prática e o que eles dizem que fazem. Os papéis normativos moldam os papéis cognitivos, que impulsionam a prática atual dos jornalistas que, por sua vez, está sujeita à observação, à percepção e à construção de um imaginário sobre esses papéis.

Nesse sentido, o jornalismo também define e interpreta questões. Ao selecionar e enquadrar, os jornais apresentam vantagens e desvantagens para os agentes políticos

(THESEN, 2017). Enquadramento (*framing*) se refere à capacidade dos agentes do campo jornalístico de produzirem e disseminarem implicitamente uma interpretação do mundo, que estaria na própria estrutura das matérias jornalísticas, indicando o papel do jornalismo na construção das *representações* (SOARES, 2008, p.11).

Para Entman (1993, p.52), enquadrar “[...] é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes num texto comunicativo, de modo a promover uma definição de problema particular, uma interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento²³”. Segundo Gamson e Modigliani (1989), enquadramento é uma ideia central que organiza e dá sentido aos acontecimentos, defendidos por grupos sociais que pretendem exercer influência na esfera pública.

No que é chamada de “Terceira Era da Comunicação”, os agentes políticos passaram a estar mais vulneráveis ao poder de enquadramento do jornalismo, já que este se encontra mais diversificado, autônomo e independente (BLUMER; KAVANAGH, 1999). Essa característica mais adversária provocou um maior impacto na imagem pública dos agentes políticos, obrigando-os, como já afirmamos, a profissionalizarem sua gestão de comunicação para se adequarem aos critérios do campo jornalístico de forma a tentar influenciar os enquadramentos.

Constatar a forma como os enquadramentos influenciam a produção jornalística não é afirmar que se faça isso de maneira deliberada, mas que pode ser fruto do *habitus* de seu campo, resultado da absorção inconsciente de pressuposições acerca do mundo social (HACKETT, 1999, p. 121). Nesse sentido, estudos de enquadramento são muito importantes para observar e compreender as *representações* elaboradas pelo jornal e seu papel como ator político.

De acordo com essas premissas, enfatizamos a ideia de que o jornalismo deve ser considerado um ator e instituição política, porque a seleção e enquadramento de notícias é inerentemente política (THESEN, 2017). As escolhas que jornalistas e empresas jornalísticas fazem não favorecem igualmente todos os atores e instituições políticas, bem como suas mensagens. Dentro dessa perspectiva, é interessante observar as diferenças de tratamento das

²³ Texto original: “To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation”.

linhas editoriais de *O Globo* e as *representações* produzidas através desses enquadramentos quanto aos protagonistas políticos dos dois processos de impeachment a serem analisados.

Porém, alguns trabalhos têm analisado se o impacto das grandes mudanças no campo jornalístico nos últimos anos e sua conseqüente relação com o campo político, com advento das novas tecnologias, permite ainda afirmar que o jornalismo exerce esse papel de ator e instituição política nas democracias contemporâneas. Anderson (2013), por exemplo, propõe uma abordagem sociológica para analisar o que ele define como campo do jornalismo computacional, marcado pelo *bigdata* e pela presença cada vez maior de formas algorítmicas, científicas e matemáticas de inovação utilizadas cada vez mais nas redações jornalísticas contemporâneas.

Peters e Witschge (2015) analisam as mudanças estruturais que o jornalismo digital tem provocado quanto aos papéis clássicos da imprensa na democracia e sobre a participação política. Os autores teorizam que as características do jornalismo digital estão minando as grandes narrativas sobre o papel da imprensa na democracia, uma vez que diminui a abordagem de uma rede de comunicação em massa para uma abordagem mais participativa da produção de notícias. A partir dessa perspectiva, esses papéis normativos tenderiam a perder sua substância nesse contexto de mudanças tecnológicas, uma vez que se passa a enfatizar um conjunto diferente de práticas do jornalismo e de seu consumo. Esse contexto geraria um empoderamento do público no processo de produção de notícias. Nesse novo ambiente, o público passaria a ser visto como coparticipante ativo e seria invocada a ideia de que o jornalismo estaria se democratizando ao tornar o público menos separado do jornalismo, facilitando, segundo os autores, diferentes funções democráticas em seu nome.

A partir desse quadro em que as práticas jornalísticas sofreram grandes mudanças, em boa parte, pelas novas ferramentas do jornalismo digital ou computacional, outros trabalhos tentam responder se o jornalismo ainda pode ser considerado uma instituição social e conseqüentemente um ator político relevante na democracia. Robinson (2007), por exemplo, afirma que os resultados de sua pesquisa que objetivou, através de entrevistas em profundidade, compreender como os jornalistas de jornais impressos e on-line concebem sua missão e como rotinas como redação, formatação e edição de histórias mudaram devido à tecnologia, sugerem que, apesar do jornalismo ainda se manter como instituição, houve uma série de mudanças em seus padrões, práticas e rotinas.

Segundo o autor, (1) o processo de produção da notícia passou a ser mais compartilhado com o público, fazendo com que a instituição jornalística perdesse seu monopólio sobre a notícia, (2) as rotinas e práticas do jornalismo se tornaram mais maleáveis e flexíveis e (3) as entrevistas denotam que para os jornalistas a sua prática está voltada mais para uma plataforma, ou esfera pública interativa, do que de fato uma característica de uma instituição.

Já Cook (2006), um dos acadêmicos mais proeminentes da perspectiva neoinstitucionalista sobre os *media*, reflete sobre as bases da abordagem do jornalismo enquanto instituição política em relação às mudanças do campo no século XXI, como o aumento da pluralidade de fontes de informação e a queda da confiança na instituição jornalística. O autor defende que as mudanças da Comunicação política no século XXI não fazem com que se abandone a perspectiva neoinstitucionalista para abordar o Jornalismo. Ele reforça a abordagem de que as empresas jornalísticas formam uma instituição no sentido de que (1) compartilham práticas e rotinas que moldam seu ofício, (2) práticas essas que permanecem ao longo do tempo e (3) que presidem uma parte da vida política e social.

Cook (2006), porém, sugere alguns ajustes para atualizar o conceito, argumentando que (1) é preciso observar que o compartilhamento das rotinas jornalísticas não faz com que os conteúdos das empresas jornalísticas sejam idênticos e que (2) é preciso analisar o jornalismo enquanto instituição política de forma mais larga, abrangendo não só os agentes jornalísticos, mas os agentes políticos que em conjunto produzem não só notícias, mas políticas.

Respaldando as conclusões de Cook (2006), Sparrow (2006) analisa que a forma como o jornalismo enfrenta o ambiente incerto das relações entre os campos sociais – incertezas econômicas, profissionais e informacionais – cria práticas e rotinas que ainda caracterizam as empresas jornalísticas como uma única instituição independente. A hierarquização do processo de produção de notícias, a redução das fontes autorizadas e a autolegitimação como independente, crítico e objetivo são formas de se superar as incertezas e uniformizar suas práticas.

2.1.3 Abordagens sobre o papel do Jornalismo nas democracias latino-americanas

A partir desse arcabouço teórico, é importante questionar por qual razão empresas jornalísticas no Brasil estariam interessadas em legitimar – ou deslegitimar –, na condição de atores políticos, a queda de um governo eleito. Não favorecer igualmente os agentes e as correntes políticas, agindo como instituição política intermediária através de suas rotinas e práticas – como aqui já abordamos – ainda se circunscreve a um papel desempenhado em uma democracia. Porém, uma atuação política que construa, com seu *poder simbólico*, *representações*, objetivando derrubar presidentes legitimamente eleitos, pode ser interpretada como antidemocrática. Como resolver essa questão, sendo que o jornalismo, na tradição liberal, é considerado um pilar importante para a manutenção da democracia pela literatura especializada.

Gomes (2009, p. 78), por exemplo, explica a importância do jornalismo para a democracia, uma vez que:

[ele] garante para a esfera civil um fluxo alternativo de comunicação política, fora do controle dos interesses do campo político. [...] Além disso, o trabalho de redução das zonas de segredo da política e a exibição, nos seus fluxos informativos à disposição de todas as audiências, daquilo que o mundo da política preferiria que fosse reservado e preservado, certamente prestam um enorme serviço à esfera civil, no mínimo para a formação do seu voto. Há, portanto, funções para a democracia, mesmo reduzida à democracia eleitoral, que só um jornalismo comprometido com a ideia de interesse público é capaz de cumprir.

Albuquerque (2017) reflete sobre essas questões, apresentando possíveis razões para tais práticas e busca uma nova abordagem que consiga interpretar de forma crítica a atuação política dos *media* no Brasil e América Latina. Em seu artigo, *Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil* (2017), o autor adverte que grande parte dos pesquisadores em comunicação no Brasil aborda a relação entre os *media* e a política através do modelo do *quarto poder*, ou seja, as instituições jornalísticas seriam fiscalizadores dos poderes nas democracias ocidentais.

Sendo assim, essa perspectiva abordaria o caso latino-americano como de “transição para a democracia”, no sentido de que as sociedades periféricas do Ocidente estariam caminhando para a consolidação do jornalismo como instituição independente e fiscalizadora junto ao processo de democratização política e liberalização econômica. Nessa marcha rumo a se tornar um quarto poder ou *watchdog* da moralidade pública, o jornalismo, nos países

latino-americanos, enfrentaria vários obstáculos como a concentração midiática, a falta de liberdade de imprensa e a ausência de um verdadeiro “*rule of law*”.

Waisbord (2000), em sua obra de referência *Watchdog Journalism in South America*, segue essa linha criticada por Albuquerque (2017). Para o autor, uma série de fatores históricos dificultou com que o jornalismo praticado no Brasil e países vizinhos aderissem ao ideal objetivo e fiscalizador fomentado pela cultura jornalística estadunidense. A ligação e dependência das empresas jornalísticas em relação ao poder, em contextos autoritários e ditatoriais, não permitiriam o desenvolvimento de um jornalismo independente e que investigasse possíveis malfeitos das autoridades constituídas durante um longo período dessas nações.

Waisbord (2000, p. 5) afirma que:

Se a autonomia é indispensável para o jornalismo *watchdog* evoluir, como sustentam as posições liberal e crítica, a raridade do jornalismo *watchdog* na região [América do sul] tem sido o produto de uma imprensa historicamente ligada a poderes econômicos e políticos e, se estiver disposta a se distanciar, é incapaz de tornar-se efetivamente autônomo²⁴.

É durante a redemocratização dos países latino-americanos, entre os anos 1980 e 1990, que, segundo Waisbord (2000), o jornalismo dá sinais vigorosos de uma maior independência exemplificada no papel que a imprensa desempenhou nas revelações de escândalos de corrupção governamentais – como nos episódios que levaram ao impeachment de Fernando Collor - e nas denúncias de abusos cometidos contra os direitos humanos durante os regimes de exceção que entraram em derrocada.

Porém, por mais que o histórico de autoritarismo e dependência do jornalismo brasileiro sejam fatores explicativos das dificuldades em se ter uma imprensa livre e investigativa, a passagem para a democracia não necessariamente faz com que o modelo de “*quarto poder*” seja adotado de forma invariável. A historiadora culturalista da imprensa, Marialva Barbosa (2006), compreende que os jornais brasileiros nunca foram *watchdog*, segundo o modelo estadunidense, uma vez que sempre estiveram ligados a personagens políticos e “[...] ocupando um lugar central em muitos episódios decisivos da história do Brasil”. Mesmo advogando os padrões e práticas do jornalismo estadunidense, o jornalismo

²⁴ Texto original: “If autonomy is indispensable for watchdog journalism to evolve, as both liberal and critical positions hold, the rarity of watchdog journalism in the region has been the product of a press historically tied to both economic and political powers and, if willing to take distance, unable to become effectively autonomous”.

brasileiro desenvolveu esse modelo de forma diferenciada e a adaptada e criou outro tipo de “*quarto poder*” (ALBUQUERQUE, 2005; SILVA, 1991).

O jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva (1991), por sua vez, afirma que por mais que o discurso do modelo *watchdog* seja hegemônico, seus valores não se reproduzem de forma mecânica. O autor sustenta que mesmo que o jornalismo brasileiro assuma os pressupostos estadunidenses – que ele elogia intensamente - e tente copiá-los, ele o faz adaptando às suas conveniências, produzindo assim um modelo diferente que responde às características e idiossincrasias do Brasil. Albuquerque (2005) argumenta que a retórica do “*quarto poder*”, após a redemocratização, tem como objetivo legitimar o jornalismo como instituição moderadora dos poderes no Brasil, garantindo seu *poder simbólico* (BOURDIEU, 1989) de produzir *representações* do mundo social (CHARTIER, 1990).

Albuquerque (2017) advoga que essa abordagem naturaliza o modelo ocidental como universal, tornando-se padrão para outras formas de organizações sociais tidas como periféricas. Nesse sentido, tal abordagem não problematiza esse modelo enquanto uma construção histórica advinda do colonialismo e deixa de perceber as nuances, as diferenças e as complexas relações sociais encontradas na América Latina.

Objetivando, então, propor outra abordagem para analisar a relação entre a política e os *media* nas democracias latino-americanas, o autor advoga a abordagem “póscolonial”. Albuquerque (2017, pp. 5, 6, tradução nossa) define essa abordagem da seguinte forma:

[...] a perspectiva pós-colonial não dá valor à centralidade ocidental, mas a percebe como resultante de padrões assimétricos de relação historicamente estabelecidos, resultantes do processo colonial e do imperialismo [...] que permitiu às sociedades ocidentais alegar a defesa dos valores universais²⁵.

Desta forma, as sociedades da América Latina, marcadas por uma profunda desigualdade, internalizaram e naturalizaram fortemente esses modelos normativos externos. A partir disso, os segmentos das elites latino-americanas se apresentaram como portadoras desses valores universais, reforçando, assim, a sua autoridade. Porém, num outro movimento, adaptaram esses modelos aos seus interesses e às circunstâncias de suas sociedades (ALBUQUERQUE, 2017, p. 10). Sendo assim, as instituições jornalísticas se apropriaram desses discursos, em especial a construção discursiva de “*quarto poder*”, fortalecendo uma

²⁵ Texto original: “[...] the postcolonial perspective does not take the western centrality for granted, but perceives it as resulting from asymmetrical patterns of relationship historically established, resulting from the colonial process and imperialism [...] which allowed western societies to allege championing universal”.

retórica que concedeu a si mesmas uma legitimidade para desempenhar um papel político ativo.

Nesse contexto, Albuquerque (2017, p. 3, tradução nossa) afirma que os *media* e outras instituições no Brasil e na América Latina “[...] podem solapar a democracia, ao mesmo tempo em que afirmam defendê-la, sob o argumento de que é necessário proteger a democracia contra as más escolhas das pessoas²⁶”. Ou seja, segundo o autor, quando governos eleitos não estão em conformidade com os critérios das elites do que a democracia deveria ser, grandes tensões podem acontecer.

O *Grupo Globo*, em seus princípios editoriais, evidencia a mobilização do discurso do *quarto poder* ao afirmar que sua postura vigilante pode gerar alguns incômodos aos governantes, mas que tal atuação não se trata de partidarismo. No documento, o grupo defende essa função ao afirmar que “[...] o jornalismo não pode abdicar desse seu papel: [...] de esmiuçar toda e qualquer ação, de qualquer grupo, em especial de governos, capaz de ameaçar aqueles valores [democráticos]. Este é um imperativo do jornalismo do qual não se pode abrir mão²⁷”.

Apesar da afirmação – apresentada nos princípios editoriais – de que as empresas jornalísticas do *Grupo Globo* não seriam contra (ou a favor) de governos e partidos, vários estudos têm apontado para essa característica da grande imprensa no Brasil – inclusive *O Globo* – de se transformarem em oposição ferrenha a governos que não compactuem com seus interesses ou posicionamentos ideológicos (GOLDSTEIN, 2017; AZEVEDO, 2016; VAN DIJK, 2017). A literatura – tanto historiográfica, quanto da Comunicação e da Ciência Política – tem registrado essa característica, por exemplo, durante os Governos Vargas (1951-1954), João Goulart (1961-1964), Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) (ALBUQUERQUE, 2017; AZEVEDO, 2016; DELGADO, 2010; GOLDSTEIN, 2017; LIRA NETO, 2014; MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016; NAVA; MARQUES, 2019; RODRIGUES, 2011; SOUZA, 2016; SINGER, 2017; VAN DIJK, 2017).

Como exemplo da verificação dessa característica, em uma entrevista para *O Globo* em 2010 – fins do governo Lula –, Maria Judith Brito, presidente da Associação Nacional dos Jornais à época, declarou que as empresas de comunicação no Brasil estavam “[...] fazendo de

²⁶ Texto original: “[...] can undermine democracy, at the same time they claim to defend it, under the argument that it is necessary to protect democracy against people’s bad choices”.

²⁷ Disponível em <<https://grupoglobo.globo.com/principios-editoriais/>> acesso em 07 nov. 2018.

fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. E esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo²⁸”.

Desta maneira, justifica-se um estudo empírico que analise e compare a atuação política de um mesmo jornal, em nosso caso *O Globo*, em dois momentos de grave crise política que levaram a instauração dos processos de impeachment. Vale lembrar que *O Globo* apoiou publicamente a candidatura de Fernando Collor, assim como apoiava sua agenda econômica (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; CONTI, 1999; SALLUM JR, 2015) e possui um histórico de divergências com os governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores de Lula e Dilma Rousseff (ALBUQUERQUE, 2017; AZEVEDO, 2016, 2018). Para tanto, será preciso uma análise dos editoriais, “voz e tribuna” do jornal (BELTRÃO, 1980), compreendendo esse produto jornalístico, seus modelos, objetivos, e finalidades como também seu processo de produção.

2.2 O EDITORIAL: ESPAÇO DAS MARCAS IDEOLÓGICAS DA EMPRESA JORNALÍSTICA

É nos editoriais onde o jornal expõe explicitamente seus posicionamentos. Ao selecionar e apresentar questões de acordo com sua própria agenda, livre da obrigação de ser objetivo, o editorial confere a função de permitir aos jornais o desempenho de um papel ativo nas deliberações públicas (FIRMSTONE, 2008). Ao teorizar os jornais como atores que acessam e interferem nos processos políticos, a necessidade de pesquisar o jornalismo editorial é ainda mais premente (FIRMSTONE, 2019). Portanto, uma pesquisa que tem como unidades de análises os editoriais possibilita um entendimento maior da relação entre o jornalismo e a política, analisando as empresas jornalísticas como atores políticos relevantes e independentes na cena pública (EILDERS, 2000, 2002; FIRMSTONE, 2008; MCCOMBS, 1997; PAGE, 1996; PRICE, 1992).

²⁸ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045>> acesso em 23 jun. 2019.

2.2.1 Opinião editorial e sua relação com o sistema político

O editorial é um gênero jornalístico que é identificado como um texto não assinado e escrito por profissionais nomeados pela empresa jornalística com o objetivo de representar o posicionamento oficial da empresa em relação a fatos de grande repercussão (AZEVEDO, 2016; BELTRÃO, 1980; ESPINOSA, 2002; FIRMSTONE, 2008; MELO, 1983). Os editoriais costumam ser impessoais, enfocam eventos públicos e elaboram opiniões gerais sobre a sociedade, a economia, a cultura e política que, geralmente, podem ser compartilhadas por outras elites (VAN DIJK, 1995). Beltrão (1980 p. 51) afirma que “[...] é através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião”. Guerreiro Neto (2016) também comenta que os editoriais refletem as preferências dos proprietários. “O editorial seria, assim, a opinião do jornal apenas metonimicamente, considerando que a opinião do jornal equivale a do editor e dos proprietários” (GUERREIRO NETO, 2016 p. 94).

Importante afirmar, porém, que o processo de elaboração dos editoriais passa pelas mãos de vários profissionais. Os editorialistas são jornalistas especializados que ocupam altos cargos em jornais ou são membros de um conselho editorial (FIRMSTONE, 2019). Reuniões diárias formam as pautas para possíveis temas que serão submetidos à apreciação de um editor-chefe (MONT’ALVERNE; ATHANÁSIO; MARQUES, 2018). Reuniões com chefes de outras editorias também podem ser realizadas para a montagem de um cronograma temático. Desta forma, o posicionamento editorial:

Não se trata simplesmente da opinião do proprietário, mas de um consenso de opiniões dos diferentes núcleos que participam da propriedade da empresa. Afinal, há relações de luta travadas no interior das organizações, além da possibilidade de pressões externas, como de governos ou anunciantes. Os interesses corporativos são defendidos nesse espaço (GUERREIRO NETO, 2016, p. 94).

O documento de princípios editoriais do *Grupo Globo* apresenta a formulação de seus editoriais da seguinte forma:

Os veículos do *Grupo Globo* expressam, em seus editoriais, uma opinião comum sobre os temas em voga. Os textos podem e devem divergir no estilo, no enfoque, na ênfase nesse ou naquele argumento, mas a essência é a mesma. Essa opinião deve refletir a visão do seu conselho editorial, composto **por membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações**. Nenhum outro jornalista do grupo

precisa, porém, concordar com tais opiniões, que, em nenhuma hipótese, influenciarão as coberturas dos fatos²⁹.

A composição do conselho editorial evidencia a afirmação de Guerreiro Neto (2016) de que, para a formulação dos editoriais, se busca um consenso entre os núcleos proprietários da empresa. O trecho também evidencia que o processo de elaboração editorial passa pelas mãos de alguns jornalistas com cargos de chefia na empresa jornalística, como sustenta Firmstone (2019).

Da mesma forma, assim como é afirmado no documento do *Grupo Globo* de que pode haver variação de estilos, ênfases e enfoques, vários pesquisadores têm ressaltado a importância de jornalistas individuais na formulação do assunto e do estilo da política de campanhas editoriais (FIRMSTONE, 2008; HYNDS; ARCHIBALD, 1996; SHOEMAKER; REESE, 1996). Por outro lado, por mais que os jornalistas tenham mais liberdade de estilo da escrita no gênero editorial, os editorialistas precisam manter uma regularidade na forma como os jornais constroem sua opinião ao longo do tempo (FIRMSTONE, 2019; MARQUES; MONT'ALVERNE, 2019; MONT'ALVERNE; ATHANÁSIO; MARQUES, 2018). Riffe *et al.* (1985, p. 898) resumem essa característica do editorial afirmando que "a obra de arte é a do artista, mas a mensagem é a do jornal"³⁰.

Nos editoriais estão “as linhas mestras que marcam ideologicamente os conteúdos jornalísticos e fundamentam a atividade empresarial de uma publicação” (ARMAÑANZAS; NOCÍ, 1996, p. 171 apud MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015, p. 128). É através desse gênero que as empresas jornalísticas dizem aos dirigentes do aparelho estatal como gostariam de orientar os assuntos públicos (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015; FIRMSTONE, 2019). Para Melo (1983, p. 105), o editorial, na imprensa brasileira, não é fruto de percepções das reivindicações da coletividade dos cidadãos, mas se trata de uma coação ao Estado em prol dos objetivos e visão de mundo da empresa jornalística e seus pares.

Segundo Firmstone (2008), ao realizar algumas entrevistas com editorialistas de grandes jornais britânicos, vários jornalistas estavam conscientes de que os políticos não só monitoravam seus editoriais, mas frequentemente reconheciam e consentiam com sua opinião. Van Dijk (1995) indica que as elites políticas – como aquelas que fazem parte da cúpula dos poderes Executivo e Legislativo –, bem como as elites econômicas, costumam acompanhar as

²⁹ Disponível em <<https://grupoglobo.globo.com/principios-editoriais/>> acesso em 07 nov. 2018.

³⁰ Texto original: “The artwork is that of the artist, but the message is that of the newspaper”.

opiniões das mais respeitadas empresas jornalísticas e que existe, por diversas vezes, uma influência mútua entre as opiniões dessas elites e dos grandes jornais.

Mesmo que a opinião dos jornais seja acolhida pelos agentes políticos, isso não determina que ela influencie diretamente as ações dos formuladores de políticas públicas. No entanto, Firmstone (2008, p. 224, tradução nossa) sustenta que “[...] os editoriais permitem que os jornais acessem o sistema político, e vários jornalistas acreditam que as agendas políticas dos jornais podem e tiveram efeito sobre o processo político³¹”. Ao entrevistar editorialistas da *FSP*, os pesquisadores Mont’Alverne, Athanásio e Marques (2018, p. 409) obtiveram o seguinte depoimento de um dos entrevistados:

É sempre bastante prestigioso quando o jornal nota que uma opinião que ele emitiu foi acolhida. Acho que essa é a ambição de um editorial muitas vezes: orientar a tomada de decisão. Você está sempre dialogando, você está sempre sinalizando para onde você vai e os agentes estão sempre sinalizando como eles reagiram ao que você falou (...). Acho que todos os controladores da mídia brasileira têm pretensões políticas, de que a ideia que eles exprimem seja encampada, seja endossada por algum agente de fato, do jogo político (Entrevistado Anônimo, entrevista, 4 jun. 2017).

Por mais que já se tenha passado o tempo em que se acreditava de forma dogmática que o editorial influenciava irremediavelmente e diretamente o público, seu impacto pode ser poderoso, ainda que de forma indireta (ESPINOSA, 2002). Gomis (1998, pp. 18-19) afirma que:

O editorial levanta problemas e sugere soluções; aprova ou desaprova o que as autoridades ou os vários grupos ou pessoas que influenciam a vida social e política fizeram; explica por que é bom ou ruim o que foi feito, que consequências isso pode ter; pergunta, inquire, pede a adoção de uma solução para um problema. Coleta e expressa opiniões vigentes no público que o lê, e com tudo isso contribui, como vimos antes, para a elaboração e adoção de soluções³².

Como já ressaltado, mesmo que os editoriais advoguem a representação do interesse comum, eles são instrumentos do jornal para fazer apelos ao Estado para a defesa de interesses dos setores empresariais e financeiros que representam (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015, p. 128). Para tanto, o jornal produz uma reconstrução discursiva do mundo

³¹ Texto original: “[...]editorials enable newspapers to access the political system, and several journalists believed that newspapers’ political agendas can, and have, had an effect on the political process.”

³² Texto original: “El editorial plantea problemas y sugiere soluciones; aprueba o reprueba lo que han hecho las autoridades o los diversos grupos o personas que influyen en la vida social y política; explica por qué es bueno o es malo lo que se ha hecho, qué consecuencias puede tener; pregunta, inquire, urge la adopción de una solución para un problema. Recoge y expresa opiniones vigentes en el público que lo lee, y con todo ello contribuye, según hemos visto antes, a la elaboración y adopción de soluciones”.

(BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 22), atuando com o objetivo de situar o leitor sobre determinados acontecimentos, a partir de uma seleção de pautas e agendas.

Essa noção de reconstrução discursiva do mundo pode ser associada, como já citada, ao conceito de *representações* do historiador Roger Chartier (1990). Para este autor, a utilização desse conceito como instrumento teórico-metodológico permite a apreensão da internalização das lutas pelo poder de um campo (remetendo mais uma vez às noções de *habitus* e *campo social* em Bourdieu) e que a “[...] exteriorização da interiorização simbólica de tais lutas seria capaz de comandar atos” (PACHECO, 2005). Desta forma, é através dos editoriais que seria possível analisar as representações construídas na complexa relação entre opinião e ideologias e, nesse sentido, mesmo as declarações aparentemente factuais, quando relacionadas ao resto do texto e ao contexto político, têm implicações de natureza avaliativa e ideológica (VAN DIJK, 1995).

Segundo Espinosa (2002, p. 226, tradução nossa), “[...] os textos de opinião podem ser traduzidos como atos de representação mental que tenta explicar a realidade de um modo racional e lógico³³”. Ou seja, as opiniões específicas formuladas pelo jornal sobre eventos específicos que estão manifestadas no editorial tendem a ser derivadas de representações sociais e não das experiências ou opiniões pessoais de um editor ou grupo de editores (VAN DIJK, 1995).

Portanto, é importante ressaltar que ao estudar os editoriais, não se analisa esse produto jornalístico como fruto de um ou mais agentes jornalísticos, mas sim da própria empresa jornalística como já abordado por vários autores (FIRMSTONE, 2019; MELTZER, 2007; MONT'ALVERNE et al., 2018; OAKES, 1964; VAN DIJK, 1995; WIGGINS, 1942). Nesse sentido, por mais que a opinião do editorial seja formulada por um grupo de editorialistas especializados, em sua base podem ser encontradas as representações sociais de conhecimento, atitudes e ideologias compartilhadas pelo campo jornalístico em interface com os campos político e econômico (BOURDIEU, 1997; VAN DIJK, 1995).

³³ Texto original: “[...] los textos de opinión se pueden traducir como actos de representación mental que intentan explicar la realidad de una manera lógico racional”.

2.2.2 Modelos de editoriais e a construção de sua imagem pública

Por mais que não haja garantias de que os posicionamentos do jornal sejam seguidos, o que se objetiva nos editoriais é que o leitor aceite as orientações e argumentos apresentados e que se alinhe à posição defendida pela empresa jornalística (ALVES FILHO, 2006, p. 87). Além de buscar a aceitação, muitas vezes se faz um apelo à ação. As organizações de jornalismo podem publicar de forma progressiva, com em uma campanha, uma série de editoriais sobre um mesmo tema até chegar a pedir uma ação concreta (ARMAZANAS; NOCÍ, 1996, p. 95).

Para atingir seus objetivos, vários tipos de editoriais podem ser mobilizados pela empresa jornalística. Santamaria (1990) estabelece três modelos de editoriais: (1) o “editorial polêmico”, cujo objetivo é argumentar contra posições divergentes a sua opinião, (2) o “editorial interpretativo”, em que há um predomínio de uma argumentação amparada em dados técnicos e científicos e (3) o “editorial objetivo e analítico”, em que não há uma defesa apaixonada sobre um ponto de vista por conta do tema não ser alvo de muita controvérsia. Por isso, este último tipo de editorial, segundo a autora, não seria tão frequente. Santamaria (1990) ainda afirma que esses modelos atenderiam as funções desempenhadas pelos editoriais, a saber, (a) explicar os fatos, (b) oferecer antecedentes de modo a contextualizar o conteúdo, promovendo um entendimento da relação da temática com o seu contexto histórico, (c) prever o que pode acontecer, de acordo com a interpretação da temática, e (d) formular juízos, tomando partido e defendendo sua opinião.

Outro elemento relevante do papel dos editoriais é que ao produzir diversos posicionamentos sobre instituições, agentes políticos e econômicos, o jornal não só produz uma imagem pública de outros, mas também de si mesmo, uma vez que ao interferir na arena política, a empresa jornalística advoga a representação do interesse público, (BELTRÃO, 1980; GOMES, 2009; GUERREIRO NETO, 2013). Athanásio (2017) oferece como exemplo da construção da própria imagem pública por parte dos editoriais dos periódicos, o combate enfático à corrupção que acaba por legitimar a defesa do interesse público frente aos leitores. Ao mesmo tempo em que se constrói como *watchdog* da moralidade pública e um quarto poder para exercer, em nome do interesse geral, um papel de fiscalização (ALBUQUERQUE, 2000; 2009), a empresa jornalística também acaba por delimitar sua identidade em relação às

outras empresas. Sendo assim, o editorial seria a carta de apresentação e o elemento de identificação ideológica dos *media*, especialmente dos escritos (ESPINOSA, 2002).

[...] cada jornal - ou cada veículo de comunicação - desenvolve estratégias de distinção, presumidamente capazes de lhe outorgar uma identidade discursiva ou editorial, tida como necessária para inculcar no público leitor a sua especificidade comercial. Essa identidade, que se constrói no interior da atmosfera de relacionamento entre o jornal e seu público, permite uma diferenciação frente a outros modos jornalísticos de enunciar os fatos cotidianos e, evidentemente, dá margem ao aparecimento de posições diferenciais - pontos de vista, doutrinas, preferências políticas, etc. -, que poderemos chamar de "ideológicas" (SODRÉ, 2009, p. 14).

Desta forma, os editoriais possuem um papel importante para a construção da identidade do jornal. Cada empresa jornalística, portanto, pode ter uma visão distinta e uma maneira diferente para abordar esse gênero opinativo, evidenciando, assim, diversos modos de configurar uma imagem pública para o periódico e, conseqüentemente, sua própria identidade dentro do mercado jornalístico.

A análise dos editoriais de *O Globo* durante os contextos aqui abordados será valiosa, no sentido de não só compreender a atuação do jornal durante as crises que geraram os processos de impeachment, mas também de perceber movimentações na identidade do próprio jornal ao abordar fenômenos políticos semelhantes, porém com atores e contextos diferentes.

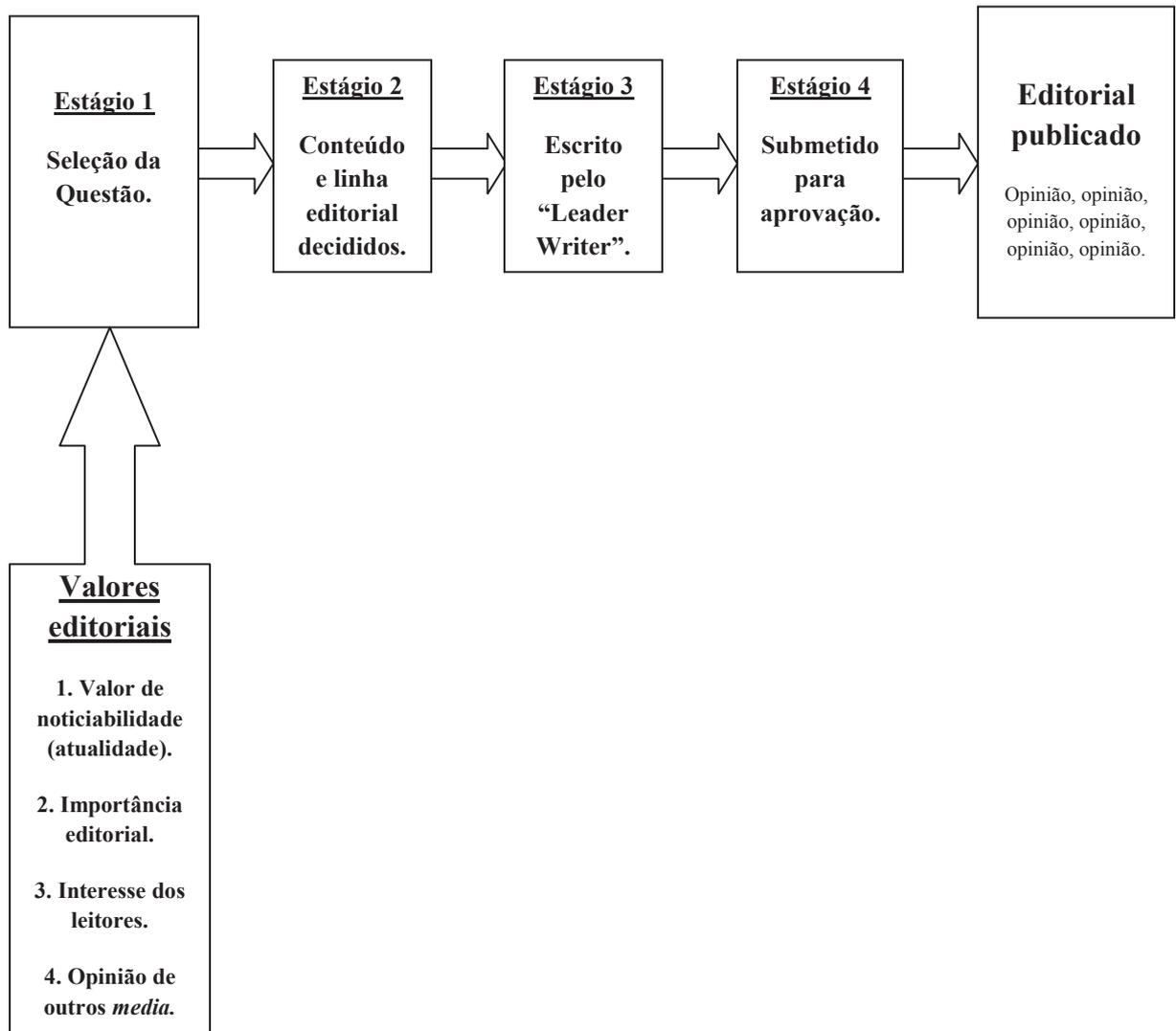
2.2.3 O posicionamento editorial e os critérios de editorialidade

Uma referência obrigatória para o debate sobre o que influencia o conteúdo editorial dos jornais é a pesquisa de Firmstone (2008), "The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the british press towards Europe". Ao pesquisar sobre a formulação de editoriais de jornais britânicos sobre a União Europeia, a autora elabora um modelo de análise para compreender que fatores impactam o posicionamento editorial do jornal. Segundo a autora, os editoriais podem sofrer influência de uma série de fatores categorizada por ela como (1) organizacional interna, (2) individual interna e (3) outras mídias externas.

Além de analisar as estruturas organizacionais que influenciam os conteúdos editoriais, Firmstone (2008) promove uma análise das rotinas jornalísticas para mapear as práticas, padrões e procedimentos que os jornalistas seguem para produzir o editorial. A

autora, então, elabora quatro estágios da produção editorial, a saber, (a) a seleção da questão, (b) a decisão do conteúdo e da linha editorial, (c) o processo de escrita do editorial pelo “*Leader Writer*” e (d) e a submissão e aprovação do editorial pelo Editor (ver figura 1).

FIGURA 1: PROCESSO DE PRODUÇÃO EDITORIAL A PARTIR DE FIRMSTONE (2008).



FONTE: Firmstone (2008) traduzido.

Segundo Firmstone (2008), é no primeiro estágio do processo de produção editorial que os valores editoriais incidem e influenciam sua temática e conteúdo. São elencados quatro valores que impactam os posicionamentos editoriais: (1) um valor de noticiabilidade importante que é a atualidade da temática, (2) a importância editorial do conteúdo, (3) a percepção sobre quais são os interesses dos leitores do jornal e (4) as opiniões que os outros

jornais estão dando. Espinosa (2002) dialoga com esses valores editoriais, elencando três grandes causas de seleção de temática editorial: (1) temas internacionais que tenham uma grande importância histórica e que se relacionam com o país do periódico, (2) temas de implicação social para o leitor médio do jornal e (3) temas de grande conflito na sociedade, emitindo opinião, contudo, sem entrar em confronto.

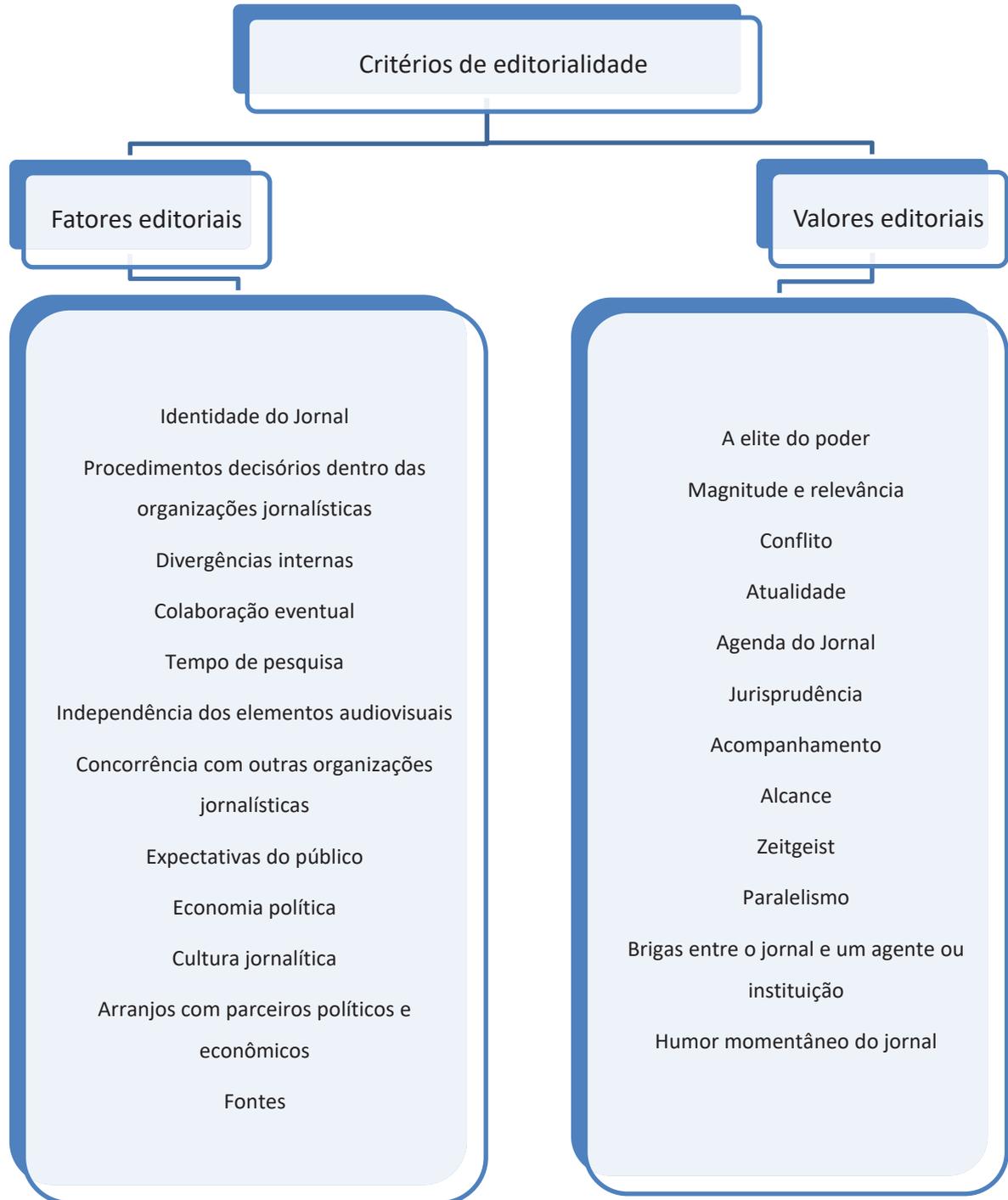
Por mais que as autoras supracitadas tenham ofertado uma grande contribuição para os estudos sobre o que impacta a produção dos editoriais, ainda faltava uma melhor distinção da natureza dos elementos que formam os critérios para a seleção do conteúdo editorial (MARQUES; MONT'ALVERNE, 2019). Desta forma, o trabalho de Marques e Mont'alverne (2019), *What are newspaper editorials interested in? Understanding the idea of criteria of editorial-worthiness*, oferece a pesquisadores que observam os editoriais como unidades de análise, um quadro teórico ou uma taxonomia importante para se pensar os critérios de editorialidade. Os autores elencam dois tipos de critérios, os fatores e os valores editoriais. Fatores editoriais seriam elementos contextuais que não podem ser verificados diretamente nos editoriais, mas que explicam e influenciam a produção editorial. De outra forma, os valores editoriais são elementos que podem ser identificados objetivamente nos editoriais e que os constituem.

Esses dois tipos de elementos estão em diálogo como o que Ryfe (2006) denomina de regras constitutivas e regras reguladoras. Enquanto os fatores editoriais estariam em paralelo com as regras constitutivas por oferecerem, em termos gerais, quais aspectos influenciam a construção de um editorial, os valores editoriais estariam em paralelo com as regras reguladoras que oferecem mais diretamente como deve ser a composição de um editorial (MARQUES; MONT'ALVERNE, 2019, p. 6). Na figura 2 estão os fatores e valores editoriais propostos por Marques e Mont'Alverne (2019), a partir de fontes primárias e secundárias.

Importante ressaltar que os referidos critérios de editorialidade não precisam necessariamente estar todos em um mesmo editorial e nem são aplicáveis a todas as situações ou contextos. Essa compreensão é relevante para evitar análises desvinculadas das culturas e práticas jornalísticas de cada sociedade. Observar e reconhecer que existe diversidade nas rotinas de produção editorial – a partir das diferenças de contexto histórico, econômico, social e cultural – significa desenvolver um olhar teórico e metodológico que não homogeneíze as práticas e padrões do jornalismo, mas que perceba e identifique as diversas nuances e matizes

que marcam o trabalho dos agentes jornalísticos em cada sociedade e sistema político-midiático (BENSON et al. 2012; HALLIN; MANCINI, 2004; HANITZSCH, 2005; WAHL-JORGENSEN, 2009; WILLIG, 2012).

FIGURA 2: CRITÉRIOS DE EDITORIALIDADE A PARTIR DE MARQUES E MONT'ALVERNE (2019).



FONTE: Marques e Mont'Alverne (2019) traduzido.

Nesse sentido, cada jornal acaba por estabelecer uma rotina própria de produção editorial. Oakes (1964), editorialista-chefe do *New York Times* (NYT) durante os anos 1960, descreve como ele liderava o trabalho dos editorialistas do jornal. Interessante notar como várias rotinas – como o que fazer quando existe discordância interna sobre um tema, a influência que jornalistas especializados em temáticas específicas exercem sobre a produção editorial ou o processo hierárquico de construção da opinião do periódico – podem ser próprias do grupo de editorialistas e de seu editor-chefe em específico. Da mesma forma, Mont’Averne, Athanásio e Marques (2018), através de entrevistas com editorialistas do jornal *FSP*, evidenciam a ideia de que existe uma rotina própria do jornal nos processos de elaboração dos editoriais.

Apesar dessas ressalvas, o quadro criado pelos autores Marques e Mont’Alverne (2019) será de muita valia para esta pesquisa tanto na utilização dos valores editoriais, no sentido do reforço da formulação das hipóteses já propostas para esta pesquisa e também no sentido de considerar vários indicativos de contexto que os fatores editoriais propostos oferecem. Fatores como “Economia política”, “Cultura jornalística” ou “Identidade do jornal” serão mobilizados nesta pesquisa para estabelecer parâmetros seguros para comparar a atuação política de *O Globo* durante os processos de impeachment que aconteceram em períodos e contextos diferentes.

2.2.4 A estrutura do editorial

Com base nos modelos teóricos propostos por Espinosa (2002) e Van Dijk (1995), a estrutura de um editorial é composta por um título que indica o tema e um corpo que pode ser dividido em três partes: (1) “Resumo do evento”, (2) “Avaliação do evento - especialmente de ações e atores”, e (3) “Conclusão Pragmática” (recomendação, aconselhamento, aviso).

Na primeira parte, o editorial realiza uma introdução e descreve brevemente o evento para nominá-lo e contextualizá-lo de forma mais ou menos factual. Eventos amplamente conhecidos são mais brevemente descritos do que outros. Na segunda parte, é desenvolvida a opinião sobre o tema de forma a avaliar o que foi bom ou ruim, errado ou correto, especialmente sobre ações das instituições ou agentes envolvidos nos episódios abordados pelo editorial. É nessa parte que são mobilizados os valores que evidenciam as ideologias que moldam a opinião da empresa jornalística. Na terceira e última parte é elaborada a conclusão

que explica as razões para a avaliação e opinião do editorial e também se comunica um último pensamento que, segundo Van Dijk (1995), deve responder as seguintes perguntas: "O que vem depois?", "O que vamos fazer a respeito disso?" A partir de então, é estabelecido o que deve ser feito principalmente pelos atores envolvidos.

Nas figuras abaixo, podemos perceber, em um exemplar de editorial do jornal selecionado por esta pesquisa, a estrutura teórica elaborada pelos autores citados.

FIGURA 3: PRIMEIRA PARTE DO EDITORIAL, “RESUMO DO EVENTO”.

Opinião

Não vai mesmo ter golpe

Depois de 24 anos, o país volta a se encontrar, pela segunda vez na História, com a situação limite do impeachment de um presidente da República. No caso de Fernando Collor, em 1992, estava em questão a honradez, o decore do cargo manchado pela corrupção, com Dilma Rousseff, um crime tipificado de responsabilidade, devido ao notório desprezo da presidente pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — registrado por analistas, denunciado pela imprensa profissional pelo menos desde 2013 —, reforçado pela realização de despesas sem a aprovação do Congresso, um ato monárquico. Não se trata de “questão contábil”, como procura minimizar o advogado-geral da União, ministro José Eduardo Cardozo, defensor de Dilma no Congresso e perante o Supremo Tribunal Federal.

Entre os dois casos, há uma importante diferença: Collor, um desconhecido do eleitorado, governador de Alagoas, favorecido por um desses momentos perigosos em que a degradação da imagem da política dá chances a oportunistas que se transvestem em “salvadores” do Brasil, não contava com o suporte de qualquer partido forte. Teve de se abrigar no nânico PRN, para registrar a candidatura.

Já Dilma, brizolista, depois filiada ao PT, criatura de Lula, tem o apoio do bloco de esquerda, minoritário entre os eleitores, porém organizado. Durante os 13 anos no Planalto, ainda soube cooptar movimentos ditos sociais e organizações em geral, entre as quais se destacam sindicatos, com benevolente distribuição de dinheiro do Tesouro.

Além disso, o PT foi beneficiado pela decisão do primeiro governo Lula de manter as bases de uma política econômica sensata, ajudada pela sorte de haver um ciclo importante de alta de cotações de commodities. O governo aproveitou e expandiu programas sociais herdados dos tucanos, e assim Lula turbinou a popularidade. Já Collor não tinha esse apoio, nem contou com a sorte de um ciclo mundial de crescimento.

Pesquisa mostra que 61% dos brasileiros querem o impeachment, mas os 33% do lado contrário, segundo o Datafolha, contam com máquinas — nos aparelhos engravados em segmentos da burocracia pública, em sindicatos e em movimentos ditos sociais cevados com dinheiro público. Não deverá ser uma tramitação tranquila a do impeachment, em todas as etapas. Se aprovado hoje.

O ponto comum entre os processos de Collor e Dilma são as instituições republicanas. Ministério Público, Polícia Federal, Judiciário e Legislativo deram, no escândalo de Collor, o primeiro exemplo de atuação, desde a redemocratização, à margem de pressões de poderosos. E dariam demonstração mais forte ainda nestes 13 anos de PT e Lula em Brasília.

Primeiro, no mensalão, e, desde 2014, com a Lava-Jato, no petrolão. Houve incontestável assalto ao dinheiro público por meio do controle de estatais (Banco do Brasil, Petrobras, Eletrobras etc.). Chegando ao ápice no petrolão, escândalo de corrupção dos maiores do planeta.

O mesmo instrumento institucional mobilizado contra Collor, este visto como das “elites”, tem sido acionado pelo Estado, também sem qualquer deslize inconstitucional, desta vez contra Dilma e companheiros, Lula incluso, num governo “popular”. As instituições precisam ser impessoais, e têm sido.

Assim como não houve golpe contra Collor, não há também contra Dilma, seja a admissibilidade do pedido de julgamento do seu impeachment aprovada hoje ou não. Não importa o resultado da votação, a democracia representativa brasileira sairá mais forte. ●

FONTE: NÃO VAI MESMO TER GOLPE, *O Globo* 17/04/2016, p. 14.

Nesse trecho, o editorial introduz o tema, descrevendo a base da denúncia para os dois processos de impeachment, a quebra de decore do cargo da Presidência devido aos escândalos de corrupção do Governo Collor e a quebra da lei de responsabilidade fiscal no caso de Dilma Rousseff. Interessante notar que, já na fase descritiva e introdutória do tema, existe um indicativo da avaliação do editorial sobre a anuência do jornal à denúncia de crime de responsabilidade atribuída à presidente ligada ao Partido dos Trabalhadores.

No segundo trecho, tornam-se evidentes as características que compõe a “Avaliação do evento”. São elencados vários argumentos, avaliando as diferenças e semelhanças dos dois processos de impeachment, num sentido de reafirmar que as instituições democráticas continuam atuando em prol de saídas constitucionais.

FIGURA 4: SEGUNDA PARTE DO EDITORIAL, “AVALIAÇÃO DO EVENTO”.

Opinião

Não vai mesmo ter golpe

Depois de 24 anos, o país volta a se encontrar, pela segunda vez na História, com a situação limite do impeachment de um presidente da República. No caso de Fernando Collor, em 1992, estava em questão a honradez, o decore do cargo manchado pela corrupção; com Dilma Rousseff, um crime tipificado de responsabilidade, devido ao notório desprezo da presidente pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — registrado por analistas, denunciado pela imprensa profissional pelo menos desde 2013 —, reforçado pela realização de despesas sem a aprovação do Congresso, um ato monárquico. Não se trata de “questão contábil”, como procura minimizar o advogado-geral da União, ministro José Eduardo Cardozo, defensor de Dilma no Congresso e perante o Supremo Tribunal Federal.

Entre os dois casos, há uma importante diferença: Collor, um desconhecido do eleitorado, governador de Alagoas, favorecido por um desses momentos perigosos em que a degradação da imagem da política dá chances a oportunistas que se transvestem em “salvadores” do Brasil, não contava com o suporte de qualquer partido forte. Teve de se abrigar no nanico PRN, para registrar a candidatura.

Já Dilma, brizolista, depois filiada ao PT, criatura de Lula, tem o apoio do bloco de esquerda, minoritário entre os eleitores, porém organizado. Durante os 13 anos no Planalto, ainda soube cooptar movimentos ditos sociais e organizações em geral, entre as quais se destacam sindicatos, com benevolente distribuição de dinheiro do Tesouro.

Além disso, o PT foi beneficiado pela decisão do primeiro governo Lula de manter as bases de uma política econômica sensata, ajudada pela sorte de haver um ciclo importante de alta de cotações de commodities. O governo aproveitou e expandiu programas sociais herdados dos tucanos, e assim Lula turbinou a popularidade. Já Collor não tinha esse apoio, nem contou com a sorte de um ciclo mundial de crescimento.

Pesquisa mostra que 61% dos brasileiros querem o impeachment, mas os 33% do lado contrário, segundo o Datafolha, contam com máquinas — nos aparelhos engravados em segmentos da burocracia pública, em sindicatos e em movimentos ditos sociais cevados com dinheiro público. Não deverá ser uma tramitação tranquila a do impeachment, em todas as etapas. Se aprovado hoje.

O ponto comum entre os processos de Collor e Dilma são as instituições republicanas. Ministério Público, Polícia Federal, Judiciário e Legislativo deram, no escândalo de Collor, o primeiro exemplo de atuação, desde a redemocratização, à margem de pressões de poderosos. E dariam demonstração mais forte ainda nestes 13 anos de PT e Lula em Brasília.

Primeiro, no mensalão, e, desde 2014, com a Lava-Jato, no petróleo. Houve incontestável assalto ao dinheiro público por meio do controle de estatais (Banco do Brasil, Petrobras, Eletrobras etc.). Chegando ao ápice no petróleo, escândalo de corrupção dos maiores do planeta.

O mesmo instrumento institucional mobilizado contra Collor, este visto como das “elites”, tem sido acionado pelo Estado, também sem qualquer deslize inconstitucional, desta vez contra Dilma e companheiros, Lula incluso, num governo “popular”. As instituições precisam ser impessoais, e têm sido.

Assim como não houve golpe contra Collor, não há também contra Dilma, seja a admissibilidade do pedido de julgamento do seu impeachment aprovada hoje ou não. Não importa o resultado da votação, a democracia representativa brasileira sairá mais forte. ●

FONTE: NÃO VAI MESMO TER GOLPE, *O Globo* 17/04/2016, p. 14.

FIGURA 5: TERCEIRA PARTE DO EDITORIAL, “CONCLUSÃO PRAGMÁTICA”.

Opinião

Não vai mesmo ter golpe

Depois de 24 anos, o país volta a se encontrar, pela segunda vez na História, com a situação limite do impeachment de um presidente da República. No caso de Fernando Collor, em 1992, estava em questão a honradez, o decore do cargo manchado pela corrupção; com Dilma Rousseff, um crime tipificado de responsabilidade, devido ao notório desprezo da presidente pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — registrado por analistas, denunciado pela imprensa profissional pelo menos desde 2013 —, reforçado pela realização de despesas sem a aprovação do Congresso, um ato monárquico. Não se trata de “questão contábil”, como procura minimizar o advogado-geral da União, ministro José Eduardo Cardozo, defensor de Dilma no Congresso e perante o Supremo Tribunal Federal.

Entre os dois casos, há uma importante diferença: Collor, um desconhecido do eleitorado, governador de Alagoas, favorecido por um desses momentos perigosos em que a degradação da imagem da política dá chances a oportunistas que se transvestem em “salvadores” do Brasil, não contava com o suporte de qualquer partido forte. Teve de se abrigar no nanico PRN, para registrar a candidatura.

Já Dilma, brizolista, depois filiada ao PT, criatura de Lula, tem o apoio do bloco de esquerda, minoritário entre os eleitores, porém organizado. Durante os 13 anos no Planalto, ainda soube cooptar movimentos ditos sociais e organizações em geral, entre as quais se destacam sindicatos, com benevolente distribuição de dinheiro do Tesouro.

Além disso, o PT foi beneficiado pela decisão do primeiro governo Lula de manter as bases de uma política econômica sensata, ajudada pela sorte de haver um ciclo importante de alta de cotações de commodities. O governo aproveitou e expandiu programas sociais herdados dos tucanos, e assim Lula turbinou a popularidade. Já Collor não tinha esse apoio, nem contou com a sorte de um ciclo mundial de crescimento.

Pesquisa mostra que 61% dos brasileiros querem o impeachment, mas os 33% do lado contrário, segundo o Datafolha, contam com máquinas — nos aparelhos engravados em segmentos da burocracia pública, em sindicatos e em movimentos ditos sociais cevados com dinheiro público. Não deverá ser uma tramitação tranquila a do impeachment, em todas as etapas. Se aprovado hoje.

O ponto comum entre os processos de Collor e Dilma são as instituições republicanas. Ministério Público, Polícia Federal, Judiciário e Legislativo deram, no escândalo de Collor, o primeiro exemplo de atuação, desde a redemocratização, à margem de pressões de poderosos. E dariam demonstração mais forte ainda nestes 13 anos de PT e Lula em Brasília.

Primeiro, no mensalão, e, desde 2014, com a Lava-Jato, no petróleo. Houve incontestável assalto ao dinheiro público por meio do controle de estatais (Banco do Brasil, Petrobras, Eletrobras etc.). Chegando ao ápice no petróleo, escândalo de corrupção dos maiores do planeta.

O mesmo instrumento institucional mobilizado contra Collor, este visto como das “elites”, tem sido acionado pelo Estado, também sem qualquer deslize inconstitucional, desta vez contra Dilma e companheiros, Lula incluso, num governo “popular”. As instituições precisam ser impessoais, e têm sido.

Assim como não houve golpe contra Collor, não há também contra Dilma, seja a admissibilidade do pedido de julgamento do seu impeachment aprovada hoje ou não. Não importa o resultado da votação, a democracia representativa brasileira sairá mais forte. ●

FONTE: NÃO VAI MESMO TER GOLPE, *O Globo* 17/04/2016, p. 14.

No último trecho do editorial, é proposta, então, uma conclusão que reforça a argumentação do jornal de que assim como não houve um golpe contra Collor, também não haveria um golpe contra Dilma e faz um breve apelo para que as instituições brasileiras continuem a ser impessoais como, segundo a avaliação do periódico, já estavam sendo.

Todo esse referencial que organiza não só a estrutura de um editorial, mas também seus objetivos, funções e os valores e fatores que influenciam seu conteúdo, ampara a análise

que nos propomos a realizar, a partir dos editoriais coletados do jornal *O Globo* durante os dois processos de impeachment. Porém, para compreendermos e posicionarmos historicamente a opinião política do jornal em seus editoriais será preciso entender a história do periódico abordado, suas mudanças institucionais e sua influência no debate público nas últimas décadas.

2.3 O GLOBO E A POLÍTICA: DA PRIMEIRA REPÚBLICA À REDEMOCRATIZAÇÃO (ANOS 1920 – 1980/1990)

No dia 29 de julho de 1925 nascia o jornal *O Globo*, fundado por Irineu Marinho, com a proposta de “renovar os padrões dominantes da imprensa carioca³⁴”. A ideia seria praticar um jornalismo não partidário, envolvido com as causas populares (MATTOS, 2005). Segundo o verbete sobre *O Globo* encontrado no *website* da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o fundador do jornal afirmou que sua prática jornalística seria “isento[a] de ‘afinidade com governos’, livre de ‘interesses conjugados com os de qualquer empresa’, [e]o jornal, tampouco, se ligaria ‘a grupos capitalistas ou a plutocratas isolados’³⁵”.

Apesar dessa carta de intenções, vários pesquisadores verificaram a proximidade que o *Grupo Globo* teve em relação ao poder econômico e político no decorrer de sua história. Como principal jornal do conglomerado, o jornal *O Globo* não só opinou sobre os rumos e acontecimentos políticos do país, mas, também, foi ator importante na arena política da história brasileira no século XX (AGUIAR, 1993; ARÊAS, 2012; CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; CONTI, 1999; FONSECA, 2005; ITUASSU, 2011; PORTO, 2012; SOUZA, 2016).

Pouco menos de um mês depois do lançamento do novo jornal, Irineu Marinho faleceu e Eurycles de Mattos foi contratado para a direção do periódico. O herdeiro, Roberto Marinho, assumiu a função de jornalista até a morte do diretor, em 5 de maio de 1931, e, a partir de então, passou a dirigir o jornal. É a partir da chefia de Roberto Marinho que *O Globo* deixou de ser apenas mais um jornal do Rio de Janeiro, mas o principal jornal do maior conglomerado de mídia brasileiro, um império que participou ativamente da vida política do país (PORTO, 2010).

³⁴ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/globo-o>> acesso em 15 set. 2019.

³⁵ *Ibidem*.

FIGURA 6: CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DE O GLOBO EM 29 DE JULHO DE 1925.



FONTE: O Globo, 29/07/1925, p. 1.

Roberto Marinho, o mais longo proprietário da referida empresa jornalística, não escondia a força política das então *Organizações Globo* e, conseqüentemente, da orientação que imprimia às empresas de comunicação que chefiava:

Não é verdade que eu exerça poder político hegemônico e menos ainda que o faça em caráter pessoal. A orientação que imprimo aos veículos que me cabe dirigir visa

estritamente à defesa do que julgo serem os reais interesses do país e dos caminhos a serem trilhados para que se possa alcançar o bem-estar do povo³⁶.

Em entrevista concedida em 1987, ao jornalista Alan Riding do *New York Times*³⁷, Roberto Marinho comentou sobre o poder que ele e seu conglomerado de mídia detinham no Brasil.

Sim, eu uso o poder, mas eu sempre faço isso patrioticamente, tentando corrigir as coisas, buscando os melhores caminhos para o país e seus estados. Nós gostaríamos de ter poder para consertar tudo o que não funciona no Brasil. Nós dedicamos todo nosso poder para isso. [...] Se o poder é usado para desarticular um país, para destruir seus costumes, então isso não é bom, mas se é usado para melhorar as coisas, como nós fazemos, isso é bom³⁸ (MARINHO, Roberto, 1987, tradução de LIMA, 2005).

Comentando a entrevista, o jornalista afirmou que “talvez o que mais o distinga [as *Organizações Globo*] das principais redes no exterior, é que Marinho **usa descaradamente esse poder politicamente**³⁹ [...]” (RIDING, 12/01/1987, **grifo nosso**). Venício de Lima, em *Globo e Política: Tudo a ver* (2005), relata como Roberto Marinho – devido à importância do *Grupo Globo* – influenciou processos políticos ao longo do tempo, sabatinando, indicando e até mesmo demitindo ministros de Estado. Mauro Porto (2012, p. 1, tradução nossa), por exemplo, reproduz uma fala de Tancredo Neves (PMDB), presidente eleito indiretamente em 1985, dirigida a seu colega de partido Ulysses Guimarães no contexto da formação de seu ministério: “Olha, Ulysses, eu posso lutar com o Papa, com a Igreja Católica, com o PMDB, com qualquer pessoa, mas não lutarei com o doutor Roberto [Marinho]⁴⁰”. Porém todo esse poder foi construído ao longo de muitas décadas.

A primeira edição do jornal *O Globo* – que continha apenas oito páginas – teve uma tiragem de 33.345 exemplares. O periódico, até então vespertino, iniciava sua trajetória durante os anos finais da Primeira República (1889-1930), período marcado, politicamente,

³⁶ Disponível em: < <http://www2.machadodeassis.org.br/noticias/jornalista-por-escolha-e-por-destino>> acesso em 16 de set. de 2019.

³⁷ Disponível em: < <https://www.nytimes.com/1987/01/12/world/rio-journal-one-man-s-political-views-color-brazil-s-tv-eye.html>> acesso em 16 de set. de 2019.

³⁸ Texto original: "Yes, I use this power," he said in the interview at his office here, "but I always do so patriotically, trying to correct things, looking for the best paths for the country and its states. We would like to have the power to fix everything that doesn't work in Brazil. We dedicate all our power to this.' [...] "If power is used to disrupt a country, to destroy its customs, then it's not good," Mr. Marinho said. "But if it's used to improve things, as we do, it's good.

³⁹ Texto original: Yet perhaps what most distinguishes it from major networks abroad is that Mr. Marinho unabashedly uses this power politically [...].

⁴⁰ Texto original: “Look, Ulysses, I can fight with the Pope, with the Catholic Church, with PMDB, with anyone, but I will not fight with Doctor (sic) Roberto [Marinho]”.

pelo domínio das oligarquias cafeeiras, principalmente a paulista e a mineira. Segundo o verbete da FGV e Arêas (2012), o jornal alternou simpatias e desconfianças sobre movimento tenentista e a Coluna Prestes, opositores do poder oligárquico que reivindicavam a moralização da política brasileira. Porém, diante da Revolução de 1930 que empossou Getúlio Vargas, derrubando o governo de Washington Luís, *O Globo* saudou o movimento em editorial afirmando que “a ação das forças pacificadoras da guarnição militar da capital da República consagrou na manhã de hoje, desoprimindo a população atormentada, a vitória da revolução que empolgou o país de Norte a Sul” (*O Globo*, 24/10/1930).

Segundo a historiadora Marialva Barbosa (2006, p. 221), as novas relações de poder geradas após os episódios de 1930 fizeram com que o jornalismo na capital brasileira à época se situasse nas “cercanias do poder” e, conseqüentemente – apesar da perseguição a alguns periódicos e do controle à imprensa perpetrada pelo novo Regime –, um maior alinhamento dos dirigentes dos jornais a Getúlio. Haveria uma maior relação e proximidade do que divergências na relação entre o governo e as empresas jornalísticas. Desta forma, houve uma acomodação de *O Globo* em relação ao novo poder (MATTOS, 2005), mesmo que esse apoio não fosse totalmente irrestrito, exemplificado, por exemplo, na cobrança ao Governo Provisório de Vargas sobre a volta do ambiente constitucional, como o apoio à reivindicação da Revolução Constitucionalista de 1932⁴¹ e nas críticas aos interventores nomeados por Getúlio para os estados (SODRÉ, 1999).

Mesmo que o jornal fosse o carro-chefe da empresa e começasse a se destacar como líder de vendas entre os periódicos vespertinos (ARÊAS, 2012), foi a comercialização de histórias em quadrinhos e os negócios imobiliários que permitiram seu o crescimento econômico entre os anos 1930 e 1940, já sob o comando de Roberto Marinho (ARÊAS, 2012; MATTOS, 2005). Esse desenvolvimento financeiro fez com que o grupo conseguisse inaugurar, em 1944, a rádio Globo no Rio de Janeiro. É a partir dessa aposta comercial – num contexto de auge do setor radiofônico devido à cobertura da Segunda Guerra Mundial – que o atual *Grupo Globo* conseguiu potencializar seu alcance e, desta forma, seu poder econômico e influência política.

Segundo Nelson Werneck Sodré (1999), foi através do investimento das empresas jornalísticas em outras mídias, como a rádio e depois a televisão, que surgiram as grandes

⁴¹ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/globo-o> > acesso em 16 set. 2019.

corporações e então se agravou a concentração midiática no Brasil. Para o autor, os jornais não alcançavam uma dimensão nacional, porém, com o surgimento de conglomerados multimídia, a penetração dos *media* rompeu uma barreira existente devido ao grande déficit educacional no país. Ao analisar esse contexto, ele sustenta que:

É fácil constatar, assim, o poder de que dispõe as empresas que lidam com o jornal, a revista, o rádio e a televisão. A época é das grandes corporações que manipulavam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos (SODRÉ, 1999, p. 389).

Ainda durante a era Vargas (1930-1945), *O Globo* demonstrava seu anticomunismo, denunciando a Aliança Nacional Libertadora – cuja sede localizava-se na mesma rua do jornal – como um soviete extremista. Segundo o Dicionário histórico-biográfico da FVG, a perseguição realizada por Getúlio aos comunistas agradou ao jornal que fazia coro ao afirmar que “o combate à ideologia vermelha com seu rosário de inconveniências para um povo da nossa formação moral e religiosa continuava como um dos objetivos mais sérios⁴²”. A chamada “Intentona comunista” – levante comunista liderado por Luís Carlos Prestes⁴³ - foi amplamente noticiada pelo jornal que comemorou sua derrota, afirmando que “sobre as cabeças de seus criminosos [cairiam as] maldições da sociedade brasileira” (*O Globo*, 28/11/1935).

Além de seu caráter anticomunista, o jornal também criticava intensamente a Ação Integralista Brasileira (AIB), representante das ideias nazifascistas no país, comandados por Plínio Salgado. Durante o putsch integralista, em 1938, *O Globo* condenou, veementemente, a tentativa de golpe, afirmando que não diferenciava o credo dos “camisas verdes” (integralistas) dos bolcheviques de Moscou.⁴⁴

Durante os anos de censura do Estado Novo de Vargas (1937-1945), o jornal sofreu a ação do Departamento de Imprensa e Propaganda⁴⁵ (DIP) (LIRA NETO, 2013). Nesse contexto, *O Globo* preferia não noticiar matérias delicadas, a publicar notícias com

⁴² Ibidem.

⁴³ Para mais informações sobre a Intentona Comunista de 1935, ver: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>> acesso em 29 set. 2019.

⁴⁴ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>> acesso em 29 set. 2019.

⁴⁵ O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado por Getúlio Vargas á época da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Além de ser responsável por difundir a ideologia do regime ditatorial – e enaltecer a imagem do chefe do Estado brasileiro – o órgão realizava a propaganda governamental e a censura e controle dos eventos artísticos e dos jornais. Para mais informações ver:< <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>> acesso em 16 nov. 2019.

recomendação dos órgãos governamentais. Apesar disso, o jornal apoiava a política trabalhista de Getúlio que criou, em 1942, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Essa orientação de apoio à política social de Vargas foi sendo alterada aos poucos durante os anos finais do Estado Novo e os subsequentes. Com a permissão para a volta do funcionamento dos partidos, *O Globo* passou a se alinhar ideologicamente aos pressupostos da União Democrática Nacional (UDN) que se manifestava liberal-conservadora. Exemplo desse alinhamento se deu no apoio que o jornal conferiu às candidaturas realizadas ou apoiadas pela UDN à Presidência durante a Terceira República (1946-1964), como as duas do brigadeiro Eduardo Gomes e a de Jânio Quadros⁴⁶.

É durante esse período da história brasileira que o atual *Grupo Globo* obteve sua primeira concessão de TV, durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1957. Depois, a empresa conseguiu sua segunda concessão, dessa vez no governo João Goulart (1961-1964) (ARÊAS, 2012). Esses fatos, demonstram o paulatino crescimento do conglomerado de mídia comandado por Roberto Marinho. Mesmo com a expansão para outras mídias – principalmente a TV que produziria a *Rede Globo* –, o proprietário das antigas *Organizações Globo* sempre afirmava que era o jornal quem detinha a supremacia dentro do conglomerado, uma vez que, segundo fala atribuída a Marinho na biografia produzida por Pedro Bial (2004), “*O Globo é que fez a TV Globo*”.

Consequência do crescimento de seu grupo, a influência do jornal sobre os grandes debates públicos aumentou significativamente. Durante os turbulentos anos da Terceira República (1945-1964), *O Globo* teve um papel político relevante como no apoio a ilegalidade do PCB durante o Governo Dutra (1946-1950), na campanha contrária a criação da Petrobras durante o retorno de Getúlio Vargas ao poder, dessa vez pelo voto direto (ARÊAS, 2012; BARBOSA, 2006; BIAL, 2004; SODRÉ, 1999).

Foi durante os anos 1950, segundo Barbosa (2006), que os grandes jornais da então capital federal passaram por grandes mudanças em suas redações fazendo com que o jornalismo conseguisse se autonomizar enquanto campo. Os jornais passaram por uma modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial que propiciou aos mesmos a formulação do discurso da objetividade e da neutralidade (BARBOSA, 2006; RIBEIRO,

⁴⁶ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o> > acesso em 29 set. 2019.

2000). O jornalismo brasileiro teria sedimentado, enquanto campo, a ideia de ser de fato moderador e fiscalizador dos poderes.

Os efeitos desse papel normativo que escamoteia os lugares dos discursos puderam ser vistos durante a intensa campanha contrária da imprensa brasileira a Getúlio durante o ano de 1954 (BARBOSA, 2006; LIRA NETO, 2014; RANGEL 2005; SODRÉ, 1999). *O Globo* tomou parte desse processo, atacando as medidas econômicas e os escândalos de corrupção do governo Vargas (GOLDSTEIN, 2017; LIRA NETO, 2014), mas também denunciando seu concorrente vespertino, *Última Hora* de Samuel Wainer – periódico favorável ao getulismo – de ter se beneficiado de pomposos empréstimos dos bancos públicos para apoiar o governo.

Sodré (1999) descreve esse episódio, afirmando que a campanha da grande imprensa, incluído *O Globo*, tinha o interesse de debilitar e até mesmo destituir Getúlio Vargas da Presidência, e não denunciar, de fato, as condições de empréstimos do jornal alvo dos ataques, uma vez que até mesmo *O Globo* teria sido beneficiado por grandes valores cedidos pelo Banco do Brasil, mais de um milhão de dólares em dois anos para modernizar seu parque gráfico (SODRÉ, 1999, pp. 401-402).

Após o suicídio de Getúlio, o jornal *O Globo* foi identificado por manifestantes como um dos atores algozes do presidente. A sede do vespertino foi alvo de pedradas; caminhões que entregavam os jornais foram incendiados nas ruas do Rio de Janeiro e a *rádio Globo* – que cedera um horário de sua programação para os discursos inflamados do opositor da UDN, Carlos Lacerda – quase foi invadida (AREAS, 2012; BIAL, 2004; LIRA NETO, 2014). Esses episódios marcaram tanto Roberto Marinho que décadas depois, em 1980, ele vetou a narração da carta-testamento de Getúlio Vargas que seria veiculada pelo *Globo Repórter*, programa da *TV Globo* (BIAL, 2004).

Nos anos subsequentes, o jornal criticou intensamente a política externa de Jânio Quadros⁴⁷ – que reatara relações diplomáticas com países do bloco comunista e condecorara Che Guevara em plena Guerra Fria (1945-1989) –, fez campanha pelo parlamentarismo, em 1961, para evitar conceder maiores poderes a João Goulart (PTB), e teve uma linha editorial contrária às reformas de base defendidas pelo presidente deposto pelo golpe militar de 1964 (ARÊAS, 2012).

⁴⁷ Ibidem.

O Globo logo cuidou em apoiar o novo regime instaurado após o golpe, corroborando a narrativa dos conspiradores de que estavam salvando o país do “autoritarismo comunista” em nome da ordem democrática (ver FIGURA 7).

FIGURA 7: CAPA DE O GLOBO COMEMORANDO O GOLPE DE 1964.

FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECIDADA

EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA TEXTO NA 6.ª PÁGINA

ANO XXXIX - 1109.º ANO - 5.ª SEM. - 2 de Abril de 1964 - Nº 11.095

O GLOBO
FUNDAÇÃO DE IRINEU MARRAS



Ressurge a Democracia!

VIVE A NAÇÃO dias gloriosos. Porque sobramos mais e todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opiniões sobre problemas isolados, não sabem a que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

GRANDE ADEUSÃO a ao leito do Sr. Filipe Arraújo, que faleceu a uma hora da manhã, em plena de vida que trouxe destino a liberdade e a democracia, e Sr. Filipe Arraújo de Filipe Arraújo, que dedica ao Brasil para novo contrato a sua vontade e trabalho.

COMO FIDELIANO, ao estado de liberdade, a liberdade não poderia ser a garantia de liberdade, e menos dos cidadãos, e o princípio da liberdade. Em nome da liberdade não pode liberdade admitir a existência de liberdade, como se vê na história, desde a da República Romana.

ADORA O GOVERNADOR de um estado soberano, que em a País continua sua missão de direção a sua grande missão, que em a liberdade não pode admitir a existência de liberdade, como se vê na história, desde a da República Romana.

PODEREMOS desde hoje, vencer a luta constitucionalmente, com o Brasil, de que todos os problemas serão resolvidos, não se trata de liberdade, mas de liberdade, como se vê na história, desde a da República Romana.

SALVO DA CONSTITUCIONAL que sobramos a liberdade, que em a liberdade não pode admitir a existência de liberdade, como se vê na história, desde a da República Romana.

AS FORÇAS ARMADAS, de o Brasil, de que todos os problemas serão resolvidos, não se trata de liberdade, mas de liberdade, como se vê na história, desde a da República Romana.

NO MOMENTO em que o Sr. Filipe Arraújo, que dedica ao Brasil para novo contrato a sua vontade e trabalho.

A ASSEMBLÉIA DE PERNAMBUCO VOTOU O "IMPEACHMENT" DE ARAÚJO

"A Decisão da Pátria"

Leve o Sr. Filipe Arraújo, que dedica ao Brasil para novo contrato a sua vontade e trabalho.

CASTELO BRANCO ADVERTIRA OS COMANDOS: As Forças Armadas São Para Defender a Lei, Não a Bateria

A VIOLÊNCIA CONTRA "O GLOBO"

Silêncio Após o Fuga

FONTE: O Globo, 02/04/1964, p. 1.

Em editorial publicado no dia 2 de abril, O Globo afirmava que:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à

decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. [...] Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez. Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo. [...] Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal. Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores=conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. [...] Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejam dignos de tão grande favor (RESSURGE A DEMOCRACIA, O GLOBO, 02/04/1964).

Logo no ano seguinte ao golpe militar, em 1965, o conglomerado comandado por Roberto Marinho inaugurou a *TV Globo* do Rio de Janeiro. A partir de então, o crescimento das *Organizações Globo* foi vertiginoso (PORTO, 2007, 2012).

Sob o regime militar, Marinho deu um salto decisivo na expansão de seus negócios [...]. Seu jornal estava entre os mais vendidos na cidade e a rádio era líder de audiência. A TV Globo se firmou rapidamente por três razões: um acordo financeiro e operacional com o grupo norte-americano Time-Life, a colaboração com o regime militar e o declínio das TVs Tupi e Excelsior (Roberto Marinho influenciou durante sete décadas. *Folha de S. Paulo*, 07/08/2003)⁴⁸.

Pedro Bial (2004) admite, na biografia que escreveu sobre Roberto Marinho, que havia uma confluência de interesses entre a Ditadura Militar e as *Organizações Globo*. Ele afirma que “[...] acontecia que onde chegasse um novo braço da Embratel, lá iam em seguida os executivos da *TV Globo*, ver se valia a pena adquirir uma nova emissora concessionária na região” (BIAL, 2004, p. 180). Segundo Arêas (2012), os governos militares que se sucederam, ao exercer a Doutrina da Segurança Nacional, realizaram grandes investimentos para o que foi chamado de “integração nacional”, fazendo com que as telecomunicações fossem estratégicas para atingir esse intuito. Nesse sentido, convergindo com os interesses governistas, a *Rede Globo* transformou-se na maior rede de telecomunicação do Brasil (PORTO, 2012).

⁴⁸ Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52057.shtml> > acesso em 29 set. 2019.

Nesse contexto, o jornal *O Globo* passou a ter uma atuação mais governista, alinhada às teses do Regime Militar. Mesmo posições históricas econômicas mais liberais, como a campanha contra o monopólio de exploração do petróleo, foram abandonadas durante o governo Geisel (1974-1979) para que se adequassem à política econômica vigente. *O Globo* também atuou intensamente na luta contra o que chamava de “subversão”, e na defesa de que não havia tortura no país, afirmando que aqueles que denunciavam tal prática, como D. Helder Câmara, atuavam contra o Brasil.

O jornal só veio a reconhecer que o apoio ao golpe militar e à Ditadura foi um equívoco em editorial publicado em 31 de agosto de 2013, ao afirmar que “[...] À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original” (APOIO EDITORIAL AO GOLPE DE 64 FOI UM ERRO, *O Globo*, 31/08/2013). Apesar disso, o *Grupo Globo* sempre é lembrado em manifestações como apoiadora da Ditadura Militar⁴⁹. Inclusive, o atual presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL) – conhecido apologista do regime autoritário que vigorou até 1985 – defendeu os “anos de chumbo” na sabatina do *Jornal Nacional* da Rede Globo durante a campanha eleitoral de 2018⁵⁰, citando editorial publicado pelo *O Globo* – e escrito por Roberto Marinho – em que se afirmava que “participamos [o jornal] da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada” (JULGAMENTO DA REVOLUÇÃO, *O Globo*, 07/10/1984).

Defendendo os feitos do regime instaurado após o golpe de 1964, *O Globo*, em editorial intitulado “O Brasil acima de tudo” – lema apropriado pelo ultradireitista Bolsonaro, em sua campanha à Presidência –, afirmou que:

O país decidiu livrar-se da ação de minorias extremistas que pretendem impor-se pela violência às maiorias. [...] A Revolução já ultrapassou a fase de implementação. Marcha agora, firme para a plena consideração. [...] Os divisionistas que se acautelem. O 31 de março não deterá a sua marcha, pois coloca o Brasil acima de tudo (O BRASIL ACIMA DE TUDO, *O Globo*, 19/09/1969).

⁴⁹ Disponível em < <https://apufpr.org.br/globo-se-retrata-por-apoio-a-ditadura-apos-manifestacoes-contramonopolio/>> acesso em 24 set. 2019.

⁵⁰ Disponível em < <https://www.infomoney.com.br/politica/no-jn-bolsonaro-lembra-apoio-da-globo-a-revolucao-de-64-e-emissora-responde-por-nota/>> acesso em 24 set. 2019.

No processo de distensão política e redemocratização, ainda são emblemáticos alguns episódios, como a acusação de que *O Globo* teria participado da tentativa de fraude nas eleições para o governo estadual no Rio de Janeiro, em 1982, com o objetivo de prejudicar a candidatura de Leonel Brizola (PDT), e a cobertura envergonhada do movimento pelas Diretas Já entre 1983 e 1984 (VENÍCIO, 2005). Nesse período de crise de hegemonia da Ditadura, o conglomerado passou a se afastar das teses estatistas e a se aproximar – novamente – das teses liberais e privatizantes que só mais tarde, nos anos 1990, iriam se consolidar (BARBOSA; RIBEIRO, 2005).

Segundo alguns atores, as então *Organizações Globo* participaram ativamente do processo de transição política controlada para a volta da democracia. Roberto Marinho teria participado de intensas reuniões com agentes políticos durante aquele período, inclusive com Tancredo Neves (MDB) que, eleito em Colégio Eleitoral, seria o primeiro presidente civil em duas décadas (ARÊAS, 2012; PORTO 2012). Após a morte de Tancredo e posse de seu vice José Sarney, o *Grupo Globo* demonstrou, mais uma vez, seu poder ao conseguir a nomeação de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA, atual DEM), quadro histórico da política baiana e aliado de Roberto Marinho, para o Ministério das Comunicações (PORTO, 2012).

Arêas (2012, pp. 90-91), analisando a história do maior conglomerado de mídia do país, conclui que:

Portanto, a “Nova República” instituía-se em um contexto no qual as Organizações Globo se constituíram no conglomerado mais influente do Brasil, com enorme proximidade com o aparelho de Estado, tendo como sócios – donos de afiliadas da TV Globo – importantes dirigentes políticos, incluindo presidentes da República. Marinho tinha notável ascendência sobre os primeiros presidentes pós-ditadura militar, sendo um dos principais responsáveis pela composição do primeiro escalão de seus governos.

Nas décadas seguintes, as empresas do conglomerado comandado pela família Marinho passaram por diversas mudanças no sentido de uma adequação ao processo de aprofundamento da democratização brasileira. Como exemplo, Mauro Porto (2007) sustenta que, em meados dos anos 1990, a *TV Globo* buscou modificar a sua imagem - compreendida como governista – para outra mais aberta e plural. Essa tentativa de transformação teria sido realizada através de alterações nas redações jornalísticas, o que teria gerado mudanças nos valores e práticas jornalísticas da empresa.

O documento de princípios editoriais do *Grupo Globo* – aqui já abordado –, elaborado em 2011 e assinado pelos filhos de Roberto Marinho (falecido em 2003), indica

uma consolidação normativa no que diz respeito ao papel das empresas jornalísticas do grupo. Segundo o documento, “o *Grupo Globo* é apertado, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos⁵¹”. O documento também sustenta que o jornalismo, como uma atividade que produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas, pode apreender a realidade. Para tanto, uma informação de qualidade seria pautada pela prática de três atributos: (1) a isenção como “objetivo consciente e formalmente declarado”, (2) a correção como “compromisso [...] inabalável” e (3) a agilidade ao informar no “menor espaço de tempo da melhor maneira possível”.

Esses três atributos que garantiriam a informação de qualidade das empresas do *Grupo Globo* e que contribuiriam para a configuração de uma imagem pública democrática, apartidária, objetiva e independente de grupos políticos e econômicos, permitiriam a manutenção da credibilidade jornalística. Interessante notar que num episódio recente, em que o atual presidente da República, o ultradireitista Jair Bolsonaro, acusou a *TV Globo* de “infernizar sua vida” e “trair o país”⁵² ao noticiar, no dia 29 de outubro de 2019, a menção de seu nome no processo que investiga o assassinato de Marielle Franco (PSOL)⁵³, ex-vereadora do Rio de Janeiro, o jornal *O Globo* publicou um editorial – dias depois – retomando as três características apontadas pelo grupo para defender a credibilidade do trabalho dos jornalistas da empresa.

Não é novidade. O presidente Jair Bolsonaro não tem apreço pela imprensa independente e profissional. [...] Ele diz que defende uma imprensa livre, mas suas palavras e atos comprovam que ele quer apenas uma imprensa que o bajule e que não busque os fatos como eles são, mas como ele gostaria que fossem. [...] O jornalismo profissional está calcado em três pilares: **isenção, correção e agilidade**. [...] Sem esses pilares, não há jornalismo, não há veículos com credibilidade, não há público que se interesse por eles. [...] O público, que é o mesmo que vota, sabe julgar. E o Grupo Globo fará de tudo para que continue a merecer a confiança e o respaldo do público. Sempre. [...] É preciso repudiar tal atitude do presidente da forma mais veemente possível e denunciá-la como a de um homem que, hoje não se tem mais ilusões, não comunga dos valores democráticos mais básicos. Não se esperem, contudo, reações no mesmo nível. Espere-se mais jornalismo. Espere-se a busca pela verdade, de forma destemida, que retrate os fatos como eles são, positivos ou negativos, inclusive sobre o governo (O LUGAR DE CADA UM, *O Globo*, 05/11/2019, **grifo nosso**).

⁵¹ Disponível em <<https://grupoglobo.globo.com/principios-editoriais/>> acesso em 07 nov. 2019.

⁵² Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/assista-principais-trechos-de-video-em-que-bolsonaro-ataca-globo-e-witzel-e-fala-sobre-marielle.shtml> > acesso em 07 nov. 2019.

⁵³ Disponível em < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/29/suspeito-da-morte-de-marielle-se-reuniu-com-outro-acusado-no-condominio-de-bolsonaro-antes-do-crime-ao-entrar-alegou-que-ia-para-a-casa-do-presidente-segundo-porteiro.ghtml> > acesso em 07 nov. 2019.

É perceptível a defesa da credibilidade da empresa através do editorial, retomando seus princípios e valores para afirmar que faz jornalismo e não partidarismo. Em outra passagem do documento do grupo, afirma-se que “o veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa, faz propaganda. Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica⁵⁴”.

Para garantir a consecução da isenção, os princípios editoriais do *Grupo Globo* contemplam a ideia de que quanto mais houver diversidade nas redações – “em termos de gostos, crenças, tendências políticas, orientação sexual, origens social e geográfica” –, mais os jornais poderão garanti-la e mais abrangente será o olhar em torno da informação. O documento do grupo também afirma que é necessário buscar “um corpo de comentaristas, cronistas e colaboradores, fixos ou eventuais, que seja plural, representando o arco mais amplo de tendências legítimas em uma sociedade democrática”. Na visão expressa pelo documento assinado pela família Marinho, todos esses princípios – que privilegiam a diversidade, a pluralidade, a isenção, a distância de grupos políticos e econômicos – sempre foram praticados desde a criação do jornal *O Globo*, em 1925, e teriam continuado a fazê-lo nas décadas seguintes. Porém, como abordamos nesta seção, a história do jornal se desenrola numa constante relação pragmática com o Estado, a partir de seus interesses econômicos (GOLDSTEIN, 2018).

Compreender a trajetória do jornal *O Globo*, de seu mais longo proprietário, Roberto Marinho, e de seu grande grupo empresarial é relevante para a pesquisa proposta por este trabalho, uma vez que analisaremos editoriais do jornal do maior conglomerado de mídia do país e um dos maiores do mundo. Esse poder midiático e econômico, como já ressaltamos, levou o jornal aqui abordado a usufruir grande poder simbólico e influência política. Por isso, mais uma vez se justifica a importância de analisarmos os editoriais do jornal *O Globo*, enquanto ator político, durante episódios de impacto da Nova República, a destituição dos presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff através de impeachments conduzidos pelo Parlamento brasileiro.

⁵⁴ Disponível em <<https://grupoglobo.globo.com/principios-editoriais/>> acesso em 07 nov. 2019.

3 IMPEACHMENT: UMA PERSPECTIVA POLÍTICA E HISTÓRICA

Um olhar historiográfico para os dados que serão analisados nesta investigação será fundamental porque é a partir desse olhar que os “documentos” são transformados em “monumentos”, ou seja, meros dados ou fatos que seriam simplesmente descritos se tornam elementos socialmente construídos e, então, podem ser desdobrados e decifrados. A partir dessa perspectiva, é possível reconhecer esses elementos em profundidade, compreendendo o que tinham sido, isolando-os, agrupando-os, inter-relacionando e tornando-os pertinentes (FOUCAULT, 2008, p. 8). É a partir dessa perspectiva que o historiador Adam Schaff (1995, p.241), comentando a obra de Lucien Febvre (1989), afirma que “a ciência da história, não consiste apenas [...] em recolher os fatos para formar uma imagem, mas igualmente em explicar o porquê destes fatos. É precisamente esse saber o porquê que constitui a história como ciência”. Sendo assim, a história não consiste somente na descrição dos fatos, mas em sua explicação, compreensão e avaliação (SCHAFF, 1995, p. 265).

Ao trazer esse olhar do campo da História para a pesquisa proposta, pode-se recorrer à produção acadêmica da historiadora Marialva Carlos Barbosa que tem analisado a atuação dos jornais cariocas durante o século XX e sua relação com o poder político. Segundo a pesquisadora, considerar a história não é, propriamente, fazer um estudo histórico, mas sim trazer contribuições da teoria da História para os estudos sobre a atuação de empresas jornalísticas (BARBOSA, 2006). Barbosa (2006, p. 216) critica os estudos sobre os *media* que analisam a atuação e efeitos de suas práticas de forma “deshistoricizada” ao promover generalizações dos achados, sem considerar que cada “[...] espaço social possui uma conformidade histórica e uma trajetória particular”.

Pensar historicamente significa contextualizar os espaços sociais numa cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se constituem como fluxo (antes e depois). [...] Portanto, pensar a ação dos meios de comunicação na sociedade pressupõe reconstruir, interpretar e dar um sentido presumido a essas questões numa dimensão espaço-temporal (BARBOSA, 2006, p. 218).

Nesse sentido, pretende-se evitar análises anacrônicas e desvinculadas de seus respectivos contextos históricos ao comparar a atuação política do jornal *O Globo* – por meio de seus editoriais – durante os dois processos de impeachment. Portanto, passaremos a contextualizar, brevemente, as circunstâncias históricas dos períodos abordados, bem como o que a literatura tem observado sobre a economia política do jornalismo no recorte temporal escolhido e o papel da imprensa durante esses contextos. Esse exercício será fundamental para

propor, de forma segura, variáveis explicativas para compreender as diferenças e semelhanças entre as linhas editoriais do periódico aqui analisado durante os impedimentos de Fernando Collor e Dilma Rousseff e assim, juntamente com a revisão da literatura teórica do jornalismo, embasar a proposição das hipóteses já formuladas.

3.1 AS ORIGENS DO IMPEACHMENT NO BRASIL

O instituto do impeachment no Brasil pode ser definido como um “[...] processo em que é sancionada a conduta de autoridade pública, com destituição de cargo e imposição de pena de caráter político” (QUEIROZ FILHO, 2016). Paulo Brossard (1965, p. 75), autor de *Impeachment* – obra doutrinária brasileira mais importante sobre o tema –, afirma que o instituto do impedimento no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos “[...] tem feição política, não se origina senão de causas políticas, objetiva resultados políticos, é instaurado sob considerações de ordem política e julgado segundo critérios políticos”. Todavia, as definições de impeachment e, da mesma forma, os objetivos dos legisladores desse instituto precisam ser entendidos dentro dos contextos em que estão inseridos para que possamos ter uma maior compreensão não só do impeachment em si, mas também dos jogos de poder dos atores que o mobilizaram.

Parece ponto pacífico, na literatura sobre as origens do impeachment, que ele teria sido instituído na Inglaterra medieval com o intuito de responsabilizar nobres, ministros ou cidadãos britânicos que, por clamor popular, eram acusados de delitos e, por isso, submetidos a sanções do direito penal (BROSSARD, 1965; FAVER, 2016; MORAIS; DAMASCENO, 2012; QUEIROZ FILHO, 2016). A Câmara dos Comuns formularia as acusações contra os ministros reais e a Câmara dos Lordes funcionaria como uma corte de julgamento de caráter criminal (FAVER, 2016).

Ao contrário de suas origens britânicas de teor criminal, os Estados Unidos introduziram o instituto do impeachment em sua Constituição (1787) de forma a ser um expediente exclusivamente político em que os condenados sofreriam apenas sanções políticas (MORAIS; DAMASCENO, 2012). Segundo Brossard (1965 p. 21), na Inglaterra “[...] o impeachment atinge a um tempo a autoridade e castiga o homem, enquanto, nos Estados Unidos, fere apenas a autoridade, despojando-a do cargo, e deixa imune o homem, sujeito, como qualquer, e quando for o caso, à ação da justiça”. Desta forma, o impeachment nos

Estados Unidos teria como objetivo mais proteger o Estado, e menos punir o “delinquente”, evidenciando seu caráter eminentemente político (BROSSARD, 1965 p. 31).

No caso brasileiro, em todas as constituições houve dispositivos legais que permitiram a responsabilização de agentes públicos, porém com características distintas em cada uma delas. Já na Constituição Outorgada de 1824 havia a previsão legal de responsabilizar ministros de Estado através de processo penal por crimes de traição ou abuso de poder de acordo com a tradição britânica (FAVER, 2016; MORAIS; DAMASCENO, 2012). Porém, é quando a Monarquia cai e é instaurada a República, em 1889, que o instituto do impeachment passou a se inspirar na tradição estadunidense. A primeira Constituição republicana de 1891 permitia a responsabilização e o consequente impeachment do chefe de Estado e Governo brasileiro. Desta forma, o impeachment brasileiro passou a ser um processo político em que a Câmara dos Deputados julga procedente ou não as denúncias sobre o presidente e o Senado julga o mérito da denúncia podendo inabilitar o chefe do Executivo (MORAIS; DAMASCENO, 2012).

O impeachment – nesse caráter mais político e de influência estadunidense – foi previsto, a partir de então, em todas as constituições subsequentes. A atual Constituição, promulgada em 1988, regula o instituto do impeachment vinculando-o aos crimes de responsabilidade do presidente:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
I - a existência da União;
II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
IV - a segurança interna do País;
V - a probidade na administração;
VI - a lei orçamentária;
VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento⁵⁵.

Apesar de tipificar os crimes de responsabilidade do presidente da República, a Constituição previa que uma lei especial, a ser produzida pelo Parlamento, iria definir melhor esses crimes e normatizaria o processo de impeachment. Porém, ela nunca seria legislada, fazendo com que a lei que serviu como base para o impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff fosse a Lei de Crimes de Responsabilidades, a polêmica Lei n.º 1.079 de 1950.

⁵⁵ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em 22 jun. 2019.

Desta forma, o Supremo Tribunal Federal teve que se debruçar sobre a constitucionalidade dessa lei durante os dois processos de impeachment da Nova República⁵⁶. Compreender, portanto, os interesses e contextos em que essa lei foi editada, bem como seus efeitos políticos, é relevante para entender a aplicação e as polêmicas em que os processos de impeachment de 1992 e 2016 estiveram assentados.

O projeto de lei sobre os crimes de responsabilidade começou a tramitar no Senado em junho de 1948 (QUEIROZ, 2015). Tinha-se passado apenas dois anos da promulgação da nova Constituição que efetivava a volta da democracia no Brasil depois de quinze anos da chamada “era Vargas”, período de constante centralização política que resultou na ditadura do Estado Novo, comandada por Getúlio Vargas de 1937 a 1945. A Constituição de 1946 trazia a possibilidade do impeachment que deveria ser regulamentado por lei complementar. A justificativa do projeto de lei assinado por parlamentares como Gustavo Capanema, Prado Kelly, João Mangabeira Attilio Vivacqua e Raul Pilla apontava as razões e os objetivos do instituto do impeachment. Queiroz (2015) sustenta que o projeto apontava para um ideal parlamentarista. Raul Pilla, por exemplo, era um agente político conhecido por sua luta pela implementação do regime do parlamentarismo no Brasil naquele período.

Segundo a justificativa apresentada e documentada nos Anais do Senado, “o impeachment é caracteristicamente uma instituição política, cujo objeto não consiste propriamente em castigar delitos, mas principalmente em substituir um funcionário por outro melhor no intuito de obter um bom governo⁵⁷”. Em outro trecho, é reforçada a ideia de que o objetivo do impeachment “[...] é senão o afastamento definitivo do titular da função pública que não revelou aptidões para a exercer⁵⁸”. Essas definições, aliadas à exposição de constitucionalistas durante o texto da matéria, reforçam a ideia de que o projeto que deu origem a Lei n.º 1.079 de 1950 possuía um teor parlamentarista no sentido de delegar poder ao Legislativo de processar e julgar um presidente que fosse considerado pelos parlamentares como inapto ou perigoso para o país, algo semelhante à moção de desconfiança nos regimes parlamentaristas.

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-dez-08/stf-discutira-constitucionalidade-lei-impeachment-dia-16>> e <<https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/271786800/stf-reafirma-rito-aplicado-ao-processo-de-impeachment-de-fernando-collor>> acesso em 6 out. 2019.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1948/1948%20Livro%206.pdf> acesso em 22 jun. 2019.

⁵⁸ Ibidem.

Esse “cavalo de Troia parlamentarista” (ALENCASTRO, 2016; QUEIROZ, 2015) era encampado por grupos que começaram sua carreira política na oposição a Getúlio e seus interventores e por isso passaram a ver no parlamentarismo uma forma de luta contra o centralismo do Executivo varguista. Interessante notar que depois do projeto de lei avançar no ano de 1948, ele foi travado em 1949, por causa da discussão da emenda constitucional proposta por Raul Pilla que estabeleceria o parlamentarismo no país (QUEIROZ, 2015). Uma vez que a emenda não foi aprovada, o projeto de lei sobre crimes de responsabilidade teria sido desenterrado e aprovado no ano seguinte para ao menos garantir a possibilidade de controlar o chefe do Executivo.

Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro (2016), a aplicação “analógica” desta lei na atualidade – uma vez que após a Constituição de 1988 não se produziu uma lei especial que regulamentasse os crimes de responsabilidade – teria provocado um desastre, pois multiplicou os motivos para a destituição de um presidente. Alencastro ainda avalia que a lei de 1950 é obsoleta tanto no que diz respeito ao tempo de sua promulgação, quanto no teor, uma vez que dois plebiscitos – em 1963 e 1993 – reforçaram a escolha pelo presidencialismo como sistema de governo. Para Queiroz (2015), a lei vigente é contrária a um dos pilares do regime de governo que os constituintes de 1988 adotaram: o “presidencialismo de mandato fixo”. Para o autor, catedrático de Direito na USP, o presidencialismo de mandato fixo, só permitiria o impeachment em casos excepcionais. Porém, ao contrário, os tais “crimes” de responsabilidade seriam muito amplos, fazendo com que vários atos dos chefes do Executivo possam se encaixar em algum dos muitos “crimes” daquela lei por seus adversários políticos.

No mesmo ano da aprovação da Lei dos Crimes de Responsabilidade, Getúlio Vargas foi eleito, dessa vez de forma direta, e voltou ao poder mesmo sob a desconfiança de parte do Parlamento, principalmente da ala udenista que era a oposição ao seu trabalhismo. E o mesmo Getúlio, grande razão para a regulamentação mais ampla dos crimes de responsabilidade, foi o primeiro presidente a sofrer um processo de impeachment com a nova lei. A denúncia do processo de impeachment contra o então presidente tinha como base uma suposta conspiração conjunta com o presidente Juan Domingos Perón da Argentina para unificar os dois países. Além disso, também, acusava Getúlio de improbidade administrativa e má execução orçamentária (LIRA NETO, 2014). Segundo o biógrafo Lira Neto (2014), havia uma aliança golpista que unia agentes políticos, principalmente udenistas, o alto comando das Forças

Armadas e setores da imprensa que tinha a intenção de desestabilizar o governo de Getúlio Vargas.

É emblemático o diálogo entre Eduardo Gomes e Afonso Arinos reproduzido na obra de Lira Neto (2014) em que o primeiro tentava convencer seu eminente colega a apoiar o pedido de impeachment, alegando que seria “[...] necessário para que se forme no meio militar uma consciência de que não há solução legal”. Ou seja, a campanha pelo impedimento seria apenas uma preparação para um golpe contra Getúlio. O pedido de impeachment foi rejeitado em junho de 1954 por 136 votos a 35 na Câmara dos Deputados⁵⁹, porém a marcha dos acontecimentos acirrou a crise política levando ao suicídio de Getúlio em 24 de agosto do mesmo ano. Na crise de sucessão – no ano seguinte a morte de Getúlio – dois presidentes em exercício, Carlos Luz e Café Filho, sofreram o impeachment de forma sumária e sem defesa prévia contrariando até mesmo a ampla Lei de Crimes de Responsabilidade de 1950⁶⁰.

A compreensão da natureza do instituto do impeachment no Brasil, ligada aos contextos que deram origem ao mesmo será importante, pois contribuirá para a contextualização dos processos de impedimento de Collor, em 1992, e Dilma, em 2016, uma vez que a lei vigente nos dois períodos foi a Lei n.º 1.079 de 1950. Passaremos então a realizar uma revisão historiográfica sobre os contextos dos dois processos de impeachment, aliando a uma análise de economia política dos *media* nos respectivos períodos e o papel da imprensa durante esses episódios.

3.2 IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR

Lamounier (1990, p. 24) afirma que desde o fim dos anos 1980, período da redemocratização brasileira, houve uma polarização ideológica que pode ser explicada pela existência de algumas “utopias” para a construção de um novo projeto nacional que acabaria com a crise econômica e política que abalavam o país ao fim do governo Sarney (1985-1990). De um extremo estatizante – aqueles que desejavam uma presença ainda mais forte do setor público na economia – ao extremo neoliberal – aqueles que preferiam retirar o Estado da função empresarial e reduzir drasticamente sua função regulatória. Ainda segundo o mesmo autor, havia uma crença de que o caráter plebiscitário do presidente legitimado pelo voto

⁵⁹ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1695336-impeachment-de-getulio-vargas-foi-barrado-na-camara-em-1954.shtml>> acesso em 22 jun. 2019.

⁶⁰ Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dois-presidentes-do-brasil-sofreram-impeachment-em-1955>> acesso em 22 jun. 2019.

direto nas eleições presidenciais de 1989, primeira após a Ditadura civil-militar, daria a ele um “poder estabilizador – capaz de disciplinar os particularismos – e um poder construtivamente desestabilizador – capaz de inspirar grandes mudanças” (LAMOUNIER, 1994, pp. 26-27).

Nesse contexto, Weyland (1993) afirma que os anos 1980 estavam se encerrando com um profundo desapontamento de grande parte da população com as forças políticas nacionais. A década começou com uma profunda depressão e terminava com uma crise de hiperinflação conjugada com a manutenção das elites conservadoras no poder. Apesar do amplo movimento de retorno à democracia, essa decepção – aliada ao fato de que haveria a primeira eleição presidencial em décadas – tornou-se um terreno fértil para um discurso messiânico de que um salvador da pátria levaria o país à realização das utopias antes descritas.

Diante dessa perspectiva, a grande imprensa brasileira aderiu à utopia liberalizante (AZEVEDO 2006; CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; SALLUM JR., 2015). Os grandes jornais tiveram um papel importante para difundir tanto a agenda liberal no Brasil, quanto, também, para a conformação de um ambiente propício a uma personalidade política messiânica.

[...] as temáticas privilegiadas pela *mídia* foram habilmente incorporadas pelo discurso do candidato vitorioso e redirecionadas para o público. Assim, a condenação ao papel do Estado, não só como agente controlador da economia, mas também como gerador da própria crise, os motes da caça aos marajás, da austeridade, do enxugamento da máquina estatal, da modernização da economia e do suposto anacronismo das supostas propostas estatizantes da esquerda, foram repetidos a exaustão, com o respaldo de todo o noticiário, transformando-se, por fim, em verdades históricas necessárias e incontestáveis (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994).

A partir desse quadro, Fernando Collor de Mello (PRN), através de um trabalho eficiente de marketing político, conseguiu incorporar um discurso que ao mesmo tempo em que falava para os chamados “descamisados”, atraía segmentos das elites que temiam a eleição de candidatos da centro-esquerda e esquerda, como Leonel Brizola (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “Collor explorou essa oportunidade de liderança carismática. Jovem, dinâmico e com força de vontade, prometeu um “Novo Brasil” de moderação

econômica, maior justiça social e governo limpo e eficiente⁶¹” (WEYLAND, 1993, p. 8, tradução nossa).

Por uma pequena diferença, Collor venceu o segundo turno contra o candidato do Partido dos Trabalhadores, Lula, e iniciou seu mandato em março de 1990⁶². Empossado, o presidente lançou mão do Programa Nacional de Desestatização (PND). Foram elencadas sessenta e oito estatais a serem privatizadas como a Usiminas e a Siderbrás. Também foram adotadas medidas de ampla abertura às importações e quebra de reserva de mercado.

Para além das medidas liberalizantes, Collor promoveu planos de choque economicamente heterodoxos na primeira fase de seu governo com o objetivo de controlar a inflação (PÉREZ-LIÑAN, 2007; SALLUM JR, 2015). O Plano Collor I – lançado no primeiro dia efetivo de mandato e que é lembrado pela polêmica do confisco de cadernetas de poupança – talvez seja o melhor exemplo dos choques heterodoxos executados sobre a batuta da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Nessa primeira fase, Fernando Collor – aderindo à utopia do poder plebiscitário para aplicar um reformismo liberal – abusou das medidas provisórias e decretos, e governou sem articular uma coalizão partidária que lhe garantisse a formulação de uma base estável no Parlamento (SALLUM JR, 2015). As primeiras semanas pareciam corroborar com a viabilidade de um presidencialismo plebiscitário, haja vista que não houve grande empecilho por parte do Legislativo e do Judiciário às medidas propostas pelo Executivo. Esse período é chamado por Lamounier (1994) de “Ditadura Romana”.

Porém a queda da popularidade do presidente – de 71% no início do mandato a 36% após três meses (SALLUM JR; CASARÕES, 2011) –, a divulgação de escândalos de corrupção de ministros e o começo de uma nova legislatura que tentava reafirmar sua independência, fizeram com que o presidente tivesse que ceder à participação de partidos no Executivo – principalmente do PFL (atual DEM) – ao realizar uma reforma ministerial em fevereiro de 1992 (SALLUM JR, 2015). Nessa segunda fase, Collor optou por uma condução mais ortodoxa da economia através da indicação do ministro Marcilio Marques Moreira numa tentativa de assegurar um apoio maior dos segmentos empresariais e do mercado.

⁶¹ Texto original: “Collor exploited this opportunity for charismatic leadership. Young, dynamic, and strong-willed, he promised a “New Brazil” of economic modernity, greater social justice, and clean, efficient government.”

⁶² Disponível em < <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/15-de-novembro-de-1989-fernando-collor-de-mello-eleito-presidente-9581697> > acesso em 10 fev. 2019.

Apesar das tentativas de formar uma base mais sólida no Congresso, a crise econômica – representada pela queda no PIB, hiperinflação e aumento do desemprego – aliada à crise política – devido às acusações de corrupção feitas por um irmão do presidente, Pedro Collor, e divulgadas na revista *Veja* (FAUSTO NETO, 1994; WAISBORD, 1997) – fizeram com que as reformas econômicas engessassem no Congresso e se formasse uma frente anti-Collor composta, principalmente, pelos partidos PT, PSDB e PMDB (SALLUM JR, 2015).

Durante os trabalhos da CPMI instaurada no Congresso para investigar as denúncias contra os negócios escusos de Paulo César Farias – tesoureiro de campanha de Fernando Collor e tido como seu testa de ferro – foi criado o Movimento pela Ética na Política, que reunia várias entidades da sociedade civil. A partir de julho e agosto de 1992, a CPMI passou a investigar explicitamente a ligação do presidente com a denúncia e a expor os detalhes do esquema, fazendo com que houvesse grandes protestos públicos (PÉREZ-LIÑAN, 2007; SALLUM JR, 2015). Uma entrevista do motorista Eriberto França para a revista *IstoÉ* – e posteriormente confirmada em depoimento a CPMI – revelou que PC Farias bancava as despesas da família de Collor, como a compra de um Fiat Elba e a reforma na Casa da Dinda, residência do então presidente⁶³.

A partir dessas revelações, manifestantes ganharam as ruas, principalmente em agosto de 1992, com destaque para os “*caras pintadas*” – estudantes que pediam o impeachment do presidente de rostos pintados. Em episódio emblemático do período, Collor conclamou os cidadãos brasileiros a saírem às ruas de verde e amarelo para demonstrar que as majorias o apoiavam. Porém, grandes manifestações que privilegiaram o preto surpreenderam o entorno do então presidente⁶⁴. Para Avritzer (2000, p. 191), a aliança entre a opinião pública e os movimentos sociais foram mais fortes do que “[...] as forças patrimonialistas que o presidente mobilizou a seu favor”. O autor afirma que os protestos pelo impeachment teriam sido a “primeira tentativa das forças políticas e movimentos sociais surgidos no final dos anos 1970 para influenciar a distribuição do poder no nível da sociedade política” (AVRITZER, 2000, p. 191).

⁶³ Disponível em:

<https://istoe.com.br/161904_DEPOIMENTO+DE+MOTORISTA+LEVA+AO+IMPEACHMENT+DO+PRESIDENTE/> acesso em 16 nov. 2019.

⁶⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL88753-5601,00-ARQUIVO+G+MANIFESTANTES+VESTEM+PRETO+POR+IMPEACHMENT+DE+COLLOR.html>> acesso em 16 nov. 2019.

Ao final dos trabalhos da CPMI, o pedido de impeachment – elaborado pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcelo Lavenère – foi aceito pelo então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), no dia 1º de setembro de 1992 e deu sequência a tramitação do processo.

Durante o todo o mês de setembro, a imprensa noticiou as disputas em torno da definição do rito de impeachment – uma vez que o STF precisou julgar se havia compatibilidade da lei de crimes de responsabilidade com a Constituição de 1988 (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994) – e a disputa política pelos votos favoráveis ou contrários ao impedimento de Collor. O então presidente ficou em situação delicada tanto pelo contínuo processo de queda na popularidade – às vésperas da votação na Câmara, as pesquisas de opinião indicavam que 80% dos brasileiros eram favoráveis ao impeachment (SALLUM JR., 2015) – quanto pela proximidade das eleições municipais que gerava palanque contra as práticas de corrupção denunciadas e que atingiam Collor.

Com mais de 300 mil manifestantes nas ruas, Collor foi afastado pela Câmara no dia 29 de setembro de 1992 com 441 votos favoráveis à admissibilidade do impeachment, sendo apenas 38 deputados contrários. Sendo assim, o vice-presidente Itamar Franco assumiu interinamente a Presidência afirmando que “a nação pode estar certa de que não haverá corruptos neste governo⁶⁵”. Itamar cuidou em reorganizar seu ministério para compor uma coalizão partidária que compartilhasse a gestão de seu governo e garantisse a estabilidade.

Após dois meses de debate no Senado, em sessão presidida pelo presidente do STF, Sydney Sanches, Collor foi condenado à perda do mandato e de seus direitos políticos no dia 30 de dezembro de 1992⁶⁶ apesar de ter entregado sua carta de renúncia horas antes. De forma concisa, ela dizia: “Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que nesta data e por este instrumento, renuncio à presidência da República, para o qual fui eleito nos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989⁶⁷”.

⁶⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/07/itamar-chegou-presidencia-apos-impeachment-de-collor-relembre.html> acesso em 09 nov. 2019.

⁶⁶ Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/427000-ABERTURA-DO-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-COLLOR-COMPLETA-20-ANOS.html>> acesso em 24 nov. 2018.

⁶⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL242571-5601,00-IMPEACHMENT+DE+COLLOR+COMPLETA+ANOS.html>> acesso em 09 nov. 2019.

No dia seguinte, o jornal *O Globo* lançou editorial de título “Capital do novo Governo”, no qual se propagava a ideia de que o governo Itamar – vice-presidente agora empossado definitivamente como chefe do Executivo Federal – e sua base no Congresso tinham um grande capital político que só seria bem aproveitado se continuassem as reformas de “modernização do país que levou à vitória a chapa eleitoral Fernando Collor-Itamar Franco,[...] a única opção para a economia”. (CAPITAL DO NOVO GOVERNO, *O Globo*, 31/12/1992, p. 6). *O Globo* fazia apelos pela garantia da agenda liberalizante como política econômica para os anos seguintes (ARÊAS, 2012).

Alguns autores têm se debruçado sobre as razões que explicariam a queda de Fernando Collor através do processo de impeachment. Como compreender que o primeiro presidente eleito diretamente após quase três décadas e que encarnava a utopia plebiscitária acabaria por ser deposto pelo Congresso Nacional? Autores como Skidmore (2000) e Melo (2007) apontam para a proeminência das características pessoais de Collor como as principais causas do processo de impeachment. Skidmore (2000, p. 35) afirma que:

[...] não obstante a influência de fatores ambientais e institucionais, não teria havido impeachment se não fosse pelos atributos pessoais de Fernando Collor de Mello. Quaisquer que fossem os defeitos estruturais do sistema político, os políticos convencionais que constituíam o Congresso provavelmente não teriam votado a favor do afastamento do presidente. Foram obrigados a agir por um comportamento presidencial que só pode ser definido como politicamente suicida.

Para esses autores, a personalidade política de Collor que era caracterizada pelo tom belicoso de suas falas e atitudes e pela baixa capacidade de conciliação, explica a edição de inúmeras medidas provisórias e um desprezo à negociação com o Congresso, dificultando assim sua governabilidade (SALLUM JR; CASARÕES, 2011).

Outros pesquisadores analisam a queda de Collor diante dos constrangimentos e tensões do sistema presidencialista brasileiro (LAMOUNIER 1993; SOUZA, 2000).

[...] em condições de superinflação crônica, é infelizmente muito provável que o capital plebiscitário decorrente da escolha eleitoral se esvaia com grande rapidez e que o presidente perca este que é seu principal recurso político: o apoio difuso do eleitorado. Se a este fato acrescentarmos a debilidade de nossa estrutura partidária e parlamentar, a estrutura federativa [...] com seu alto grau de fragmentação, chegaremos seja qual for o titular da Presidência da República, à situação em que o presidente vê erodida sua base de apoio e não dispõe, do ponto de vista legislativo e partidário, de maioria estável e, às vezes, nem mesmo de minoria substancial que permita, por meio de negociações, completar o que falta (LAMOUNIER, 1993, pp. 25-26).

De acordo com tal perspectiva, as características políticas pessoais do presidente pouco importariam porque seria o sistema político fragmentado que dificultaria a construção de uma base parlamentar sólida. Apesar desse conceito, esse grupo de autores, que aponta para a fragilidade do sistema presidencialista brasileiro, considera que ao abrir aos partidos uma maior participação na gestão do governo em fevereiro de 1992, o presidente conseguiria se sustentar politicamente apesar da crise. Para Souza (2000), um conjunto de fatos inesperados acabou por levar a queda de Collor.

Para Sallum Jr. e Casarões (2011), não se pode afirmar que o sistema presidencialista em si é que teria dificultado a construção de uma base parlamentar para Collor, mas sim a própria escolha política do ex-presidente que não via com bons olhos a divisão de seu governo com os partidos, ignorando a articulação de uma coalizão. Os autores avaliam que tanto as características pessoais de Collor, quanto às dificuldades do sistema presidencialista tiveram seu papel para o impeachment, mas ressaltam que é preciso buscar uma melhor compreensão a partir de uma análise mais abrangente do contexto histórico brasileiro.

Sallum Jr. (2015) considera que o movimento que levou ao impeachment de Collor não diz respeito somente à deposição de um presidente acusado de corrupção. Para o autor, esse movimento é explicado a partir da mobilização de frentes, tanto de movimentos sociais quanto partidárias para a superação final do Estado varguista – caracterizado pelo autoritarismo, pouca divisão do poder e falta de soluções negociadas – para que houvesse o estabelecimento definitivo de um Estado democrático.

Nesse sentido, o impeachment de 1992 é analisado a partir da conclusão da transição política para a democracia e das perspectivas dessa transição que teriam sido frustradas no governo Collor. Um exercício de poder que é obtido a partir do consenso, respeitando os poderes constituídos, rejeitando aos padrões clientelistas e patrimonialistas da política brasileira e buscando a redução das desigualdades sociais foram para Sallum Jr (2015), os elementos que uniram diversas instituições da sociedade civil e vários partidos políticos – inclusive os de centro ou mais conservadores – em busca da democratização que se iniciou nos anos 1980. Esse movimento teria continuado a se articular – através do processo de impeachment de Collor – para a consecução desse ideal democratizante frustrado pelas políticas adotadas pelo presidente deposto. Para Sallum Jr. e Casarões (2011, p. 193), a união de partidos com tantas diferenças como PT, PSDB e PMDB em uma frente conjunta pró-impeachment foi a “[...] expressão parlamentar de uma coalizão sociopolítica democratizante

que incluía organizações de classe média, de classe operária e de pobres urbanos e vertebrou o eleitorado urbano e, em especial, das cidades maiores, em favor da democracia”.

a) Papel da imprensa e economia política da comunicação

Segundo o historiador Perry Anderson (1995, p. 55), os oligopólios privados que dominavam a imprensa na América Latina fizeram uma campanha massiva pelo neoliberalismo em boa parte da década de 1990. Nesse sentido, os conglomerados de mídia não estavam alheios às utopias plebiscitárias que descrevemos anteriormente. Segundo uma pesquisa feita pelo IDESP entre dezembro de 1989 e junho de 1990 com 450 pessoas com status de alta liderança sobre a afirmação “o setor público deveria atuar apenas em áreas como educação, saúde e justiça”, 90% dos empresários e 79% de representantes de empresas jornalísticas concordaram mesmo com algumas ressalvas⁶⁸.

Azevedo (2006, p. 40) sustenta que tal adesão majoritária às ideias neoliberais por parte da mídia impressa brasileira, diz respeito ao grande processo de modernização industrial, financeira, gráfica e editorial pela qual ela passou nos anos 1970-80. O autor ainda afirma que essas mudanças foram acompanhadas por “[...] políticas comerciais e de marketing agressivas que transformaram os antigos leitores em consumidores. Essas transformações foram realizadas sob a pressão de uma acirrada competição comercial entre os principais jornais de circulação nacional” (AZEVEDO, 2006, p. 40). A disputa comercial e a necessidade do constante aprimoramento de sua tecnologia fizeram com que os grupos empresariais de jornalismo se engajassem numa luta por maior abertura comercial ao capital estrangeiro, pela redução das restrições às importações e pela superação da crise econômica e da hiperinflação vistas como consequência de um Estado hipertrofiado e com grave desequilíbrio fiscal.

Por isso, ao se debruçar sobre a bibliografia do período, Azevedo (2006, p. 40-41) faz a seguinte afirmação sobre as eleições presidenciais de 1989:

[...] a cobertura da grande imprensa foi abertamente favorável, tanto na mídia eletrônica quanto impressa, a Collor [...] Os principais jornais e revistas de circulação nacional defendiam em suas páginas opinativas as teses neoliberais e atacavam as concepções estatais e nacionalistas, bem como de projetos socialistas. Essas posições [foram] anunciadas de modo aberto e direto nos editoriais e na maioria das colunas e artigos assinados.

⁶⁸ Para mais detalhes sobre a pesquisa ver: LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. *As elites brasileiras e a modernização do setor público: um debate*. São Paulo, Rio de Janeiro: Sumaré/Fapesp, 1992.

Para Lamounier (1990, p. 25), “[...] parece razoável concluir pela existência de uma ampla margem de apoio [Imprensa e meio empresarial] às diretrizes globais de reforma econômica [propostas por Collor], no médio prazo”. Na obra, *A Imprensa faz e desfaz um Presidente* (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994), os pesquisadores afirmam que a plataforma de modernização neoliberal de Collor era defendida constantemente por meio de colunas opinativas e de editoriais durante toda a sua campanha à Presidência. Como comentamos, desde antes das eleições de 1989, os grandes jornais brasileiros já prepararam o terreno para algum candidato que aderisse a retórica de combate aos marajás, os funcionários públicos com altos salários, símbolo de um Estado inchado e que deveria se retirar de qualquer papel de indutor de desenvolvimento. Collor, então, teria sido o candidato que mais incorporou esse discurso que já estava na agenda da imprensa brasileira.

O próprio *O Globo* apoiou a candidatura de Collor em editorial publicado em 21 de novembro de 1989, afirmando que seria o único candidato a combater o estado de coisas em que “[...] alguns se encastelam no Estado [...] e que vivem à sombra do Estado” (O DIVISOR DE ÁGUAS, *O Globo*, 21/11/1992). Além disso, alguns trabalhos ressaltam como os editoriais e artigos opinativos dos principais jornais brasileiros à época evocavam o ideal de que as privatizações se referiam à modernidade, enquanto o estatismo seria associado ao arcaísmo ideológico (AGUIAR, 1993).

Com o desenrolar do governo Collor e o surgimento das denúncias e escândalos de corrupção, vários autores que se debruçaram sobre esse contexto de intensa crise política afirmaram que a grande imprensa brasileira – que durante as eleições favoreceu ao ideal neoliberal defendido por Collor – teve um papel fulcral no processo que levou à queda do então presidente. Azevedo (2006, p. 41) afirma que a crise do governo Collor foi um divisor de águas para o jornalismo político no Brasil. Segundo Sallum Jr. (2015, pp. 258-259), a imprensa brasileira foi “progressivamente” se descolando da órbita governamental para a oposição, de forma a não só reportar o desenrolar da crise, mas para atuar decisivamente na reversão das correlações de força política, moldando a opinião tanto dos atores na arena institucional, quanto dos movimentos de pressão.

O autor argumenta que no processo de deslocamento de posicionamentos, a imprensa teria ajudado a moldar a opinião pública invertendo o sistema de representações que ajudaram a eleger Collor. O antigo caçador de marajás, modernizador, um confrontador da corrupção que queria passar o Brasil a limpo, agora teria se convertido num “agente do particularismo e

dos privilégios” um “anti-herói marajá e corrupto que deveria ser cassado” (SALLUM JR, 2015, pp. 232-233). Da mesma forma, Azevedo (2006) afirma que os *media* assumiram o papel de protagonistas do impeachment de Collor ao agendar constantemente o debate político, denunciando o governo e mobilizando a opinião pública.

O cientista político Anibal Pérez-Liñan (2007), em sua obra de referência *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America*, elaborou uma abordagem sobre as condições históricas que contribuíram para um novo tipo de instabilidade política que geraram processos de impeachment dos chefes do poder Executivo na América Latina nos anos 1990 como o de Collor. Para o pesquisador, dentre essas condições estava o “papel dos meios de comunicação de massa como um *watchdog* [cão de guarda] da moralidade pública” (PÉREZ-LIÑAN, 2007, p. 186, tradução nossa). Segundo Waisbord (2000), foi a partir das revelações de escândalos de corrupção envolvendo agentes do governo Collor que a imprensa brasileira teria, pela primeira vez, aderido ao papel de *watchdog*. A intensa cobertura desses escândalos por parte das empresas jornalísticas teve uma grande influência para a abertura do processo de impeachment contra Fernando Collor (PÉREZ-LIÑAN, 2007; WAISBORD, 1997, 2000;).

Como já ressaltado na introdução deste trabalho, Pérez-Liñan (2007) reconhece que os agentes jornalísticos devem ser considerados atores estratégicos e que o momento e a frequência dos escândalos não são um produto da sorte ou acaso. O autor afirma, através de várias evidências quantitativas, que quanto mais um governo se enfraquece, mais podem surgir os escândalos midiáticos. Ou seja, a ação dos *media* em relação ao campo político se dá em meio a um jogo político em que quanto mais o governo fortalece, menos escândalos podem surgir, e quanto mais o governo se enfraquece, mais oportunidades de produzir escândalos surgem. Pérez-Liñan (2007) questiona então se o jornalismo – enquanto *quarto poder* – agiria de forma oportunista. O autor responde que depende de cada caso, porém afirma que:

Paradoxalmente, é mais provável que uma imprensa moderna, com objetivos de carreira autônomos e habilidades de investigação avançada, se engaje nesse tipo de comportamento estratégico do que uma imprensa tradicional que depende de fontes oficiais ou que seja motivada por objetivos partidários⁶⁹ (PÉREZ-LIÑAN, 2007, p.123, tradução nossa).

⁶⁹ Texto original: “Paradoxically, a modern press corps with autonomous career goals and advanced investigative skills is more likely to engage in this sort of strategic behavior than a traditional press reliant on official sources or driven by partisan goals”.

Dentro desse contexto, Azevedo (2006) ainda afirma que o jornalismo passou a “mimetizar” a função *watchdog* ao investir na investigação e divulgação dos escândalos durante a crise que gerou o impeachment de Collor. Vários trabalhos foram realizados, confirmando o papel político da imprensa nesses episódios. Carneiro, Lattman-Weltman e Ramos (1994) afirmam que houve uma grande relevância do papel da imprensa escrita quanto a fiscalizar o poder público, o que a levou a denunciar os escândalos de corrupção e contribuir para a queda do presidente. Carolina Matos (2008), em *Jornalismo e Política Democrática no Brasil*, aponta para o comportamento da imprensa durante os anos Collor, migrando da parcialidade durante as eleições ao papel fiscalizador e investigativo exercido durante o processo de impeachment.

Já Mário Sergio Conti – em *Notícias do Planalto* (1999) – descortina os bastidores das grandes empresas jornalísticas durante os anos Collor, desde seu aparecimento na capa da revista *Veja* como o “Caçador dos Marajás” até sua derrocada. Destaque é dado para a relação entre Roberto Marinho e Fernando Collor que se tornam aliados num primeiro momento, e com o passar do tempo sofrem um desgaste que poderia explicar um possível distanciamento dos jornais do conglomerado dos Marinho em relação ao ex-presidente. Outros trabalhos, como os de Vinicius Sales do Nascimento França (2015) e Anderson Santos (2016), analisaram a atuação de periódicos específicos na época; este sobre as representações criadas pelas imagens da revista *Veja* em relação a Collor – desde o caçador de marajás até o presidente deposto – e aquele sobre as representações criadas pelas matérias da *FSP* sobre os protestos de ruas que pediam o Impeachment.

Editoriais sobre o impeachment de Collor, publicados pelos grandes jornais brasileiros da época, demonstram como a imprensa brasileira foi um ator político importante através, também, de suas páginas de opinião. A *FSP* – que desde a invasão da Polícia Federal a sua sede em 1990⁷⁰ não gozava de boa relação com o então presidente – fez duras críticas ao mandatário às vésperas da votação do impeachment na Câmara através de editorial.

[...] a sociedade já proferiu o seu veredicto à altura do crime cometido contra à nação: Fernando Collor deve deixar a Presidência da República, por não ter observado o decoro e a dignidade inerentes à instituição. Espera-se agora dos 503 parlamentares daquela Casa que cumpram com sua obrigação moral e política: autorizar o processo de impeachment de um presidente que envergonha o Brasil. [...] de fracasso em fracasso, o desvario de Fernando Collor acabaria por conduzi-lo ao ponto em que se encontra, o único a que poderia chegar, ante a perspectiva

⁷⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-04.shtml> acesso em 16 nov. 2019.

humilhante de ver-se escorraçado do poder que conspirou e não tem mais condições políticas de exercer. Cabe ao Congresso reconhecer esse fato; ou então mergulhará – com Collor e todas as instituições brasileiras – num abismo de ingovernabilidade, infâmia e execração (IMPEACHMENT, *Folha de S. Paulo*, 29/09/1992, p. 1).

FIGURA 8: EDITORIAL EM PRIMEIRA PÁGINA NA FSP APELANDO PELO IMPEACHMENT DE COLLOR.

CORTESIA PARA DIRETORIA

FOLHA DE S. PAULO

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho • São Paulo, terça-feira, 29 de setembro de 1992 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 72 • Nº 23.190 • Al. Barão de Limeira, 425 • Cx 4.000/00

PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES

PARALISAÇÕES

O PLACAR DO IMPEACHMENT

A FAVOR: 396
CONTRA: 72

CONTAGEM REGRESSIVA

EDITORIAL

Impeachment

Um sentido profundo de responsabilidade e decisão tomou o país ao eleger o momento exato, com gesto firme, para um desfecho ao drama que a paralisou. Cabe à Câmara dos Deputados – representação maior da soberania – ser o agente final desta oportunidade histórica. A sociedade já profetizou seu resultado, e a Câmara deve obedecer à Presidência da República, para não ser observada o decurso e a dignidade dos seus institutos. Espera-se agora dos 515 parlamentares daquela Casa que cumpram com sua obrigação moral e política autorizando o processo de impeachment de um presidente que entregou o Brasil.

Se o desenvolvimento da crise chegou à beira da ruptura do ciclo tradicional de impunidade, o mérito

A Câmara decidiu hoje se ativer a derrubar Collor do cargo, 930 dias depois de seu posse. Em episódio histórico ao país, os 515 deputados vão votar a abertura do processo de impeachment do presidente da República. Collor é acusado de pecuniar, ocultar o lar prescrito de seu sede de contagem organizada por sua esposa e recorrer de campanha, Paulo César Farias. O presidente da Câmara, Ilmar Pinheiro, definiu que a votação seria feita com chamada oral e em ordem alfabética. A votação ocorreu entre 276 e 278 votos – dos necessários 316 para o impeachment. O ministro Ricardo Figueiredo, coordenador político do Planalto, não contestou 156 votos, 12 a menos do que o necessário para salvar Collor.

FONTE: *Folha de S. Paulo*, 29/09/1992, p. 1.

FIGURA 9: PRIMEIRA PÁGINA DA FSP COMEMORANDO A DERROTA DE COLLOR NA CÂMARA FEDERAL.

FOLHA DE S. PAULO

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho • São Paulo, quarta-feira, 30 de setembro de 1992 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 72 • Nº 23.191 • Al. Barão de Limeira, 425 • Cx 4.000/00

VITÓRIA DA DEMOCRACIA

IMPEACHMENT!

Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje

FONTE: *Folha de S. Paulo*, 30/09/1992, p. 1.

Na primeira página do dia seguinte, a *FSP* comemorava a derrota de Collor como uma vitória para a democracia brasileira (ver FIGURA 9).

Por outro lado, o *Estadão* — apesar de conferir apoio à saída de Collor da Presidência — pareceu estar mais preocupado com a reação popular caso o Congresso não autorizasse o processo de impeachment contra o então presidente.

O que nos inquieta [...] é que homens tidos como responsáveis não hesitem em prever um estado de desordem social na hipótese de a Câmara dos Deputados, seguindo os trâmites da Constituição e o rito estabelecido por seu presidente e consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, não conceder, por que a diferença de votos for, a autorização que a imensa maioria da população aguarda. [...] Fomos e continuamos sendo a favor da renúncia do presidente da República. Acima de tudo, porém, quando vozes à esquerda e à direita ameaçam com o pior, é indispensável lembrar a todos que, ou se respeita a Constituição ou se abre o caminho para o arbítrio, cujas consequências todos conhecemos (RESPEITAR A CONSTITUIÇÃO, *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1992, p. 3).

FIGURA 10: EDITORIAL DO OESP ÀS VESPERAS DA VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT DE COLLOR NA CÂMARA FEDERAL.

TERÇA-FEIRA - 29 DE SETEMBRO DE 1992 - Notas e Informações - O ESTADO DE S. PAULO - 3

Respeitar a Constituição

Fugiríamos a nosso dever se não transmitissemos a nossos leitores a preocupação que nos assalta no dia de hoje, quando a Câmara dos Deputados vota a autorização para que se processe o presidente da República. Essa preocupação não diz respeito apenas a que governo sucederá ao atual. Que haverá mudança de tripulação, já é público e notório. O que nos inquieta — e já traduzimos esse sentimento em nosso primeiro editorial de domingo — é que homens tidos como responsáveis não hesitem em prever um estado de desordem social na hipótese de a Câmara dos Deputados, seguindo os trâmites da Constituição e o rito estabelecido por seu presidente e consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, não conceder, por que diferença de votos for, a autorização que a imensa maioria da população aguarda.

Não foi apenas o deputado José Genoíno que se referiu à "refundação do Estado", na hipótese de o resultado da votação ser contrário à sua expectativa. O secretário-geral da CUT, Gilmar Carneiro, foi mais longe (sendo talvez mais explícito), ao fazer menção a uma possível guerra civil. O senador José Sarney, que se distinguiu pela pacatez durante todo o seu governo, ao responder à pergunta: "Que acontecerá se o impeachment não passar?", não hesitou em dizer: "O Congresso não faria esse papel. Isso



nos levaria ao desconhecido". O próprio governador Antônio Carlos Magalhães, ele que é favorável ao presidente Collor de Mello, segundo notícias da imprensa, disse temer a ocorrência de quebra-quebra em algumas cidades se o impeachment não for aprovado! Na guerra da informação e da contra-informação, declarações desse tipo, mesmo partindo do governador da Bahia, só produzirão um efeito (talvez desejado por muitos): fazer a Câmara temer pelo "desconhecido" a que alude o senador Sarney e, temerosa, votar a autorização para o processo. Em outras palavras, estabelecer de fato o sistema de governo da rua sobre o das instituições.

Se qualquer um de nós ceder à paixão e permitir que sua vontade — a favor ou contra a permanência do presidente da República em suas funções — se sobreponha àquilo que estabelece a Constituição, estaremos, ai sim, caminhando para o desconhecido e tornando real a serena advertência que o ministro da Marinha fez há semanas, quando comunicou a seus comandados que as Forças Armadas cumpririam a decisão da Câmara e a fariam cumprida, conforme lhes determina a Constituição.

A Carta Magna é clara neste capítulo do impeachment: apenas dois terços (*nem um voto menos*) dos integrantes da Câmara dos Deputados podem autorizar o processo. O constituinte de 1988, seguindo a tradição republicana, quis impedir que maiores ocasionais pudessem afastar a qualquer momento o presidente da República de suas funções. Respeitar este mandamento constitucional é dever dos brasileiros, apreciem ou não os métodos de que o presidente Fernando Collor de Mello lançou e lança mão para manter-se no poder, gostem ou não dos procedimentos "quadrilheiros" (parafrazeando o Código Penal) empregados para governar até pouco tempo atrás. Se, vencidos em nosso ponto de vista, colocarmos-nos contra a decisão da Câmara dos Deputados, portanto contra o que dispõe a Constituição, estaremos dando o passo fatal que nos precipitará no abismo de um sistema político sem leis.

Não faremos previsões sobre o resultado de hoje. Até mesmo porque, somando os números alardeados pela oposição e os cantados em prosa e verso pelo Planalto, fica patente que há mais deputados na Câmara que aqueles que constam de sua folha de vencimentos. Por outro lado, se o Executivo, como diz a oposi-

ção, usou e abusou dos dinheiros públicos para comprar e corromper mentes e mudar o sentido dos corações, afinal podemos dizer que o movimento da ética na política começou a dar seus frutos: afinal, são apenas 200 ou 220 os que se deixaram seduzir pelas artimanhas do presidente Collor de Mello e seus articuladores. Mais que isso: 200 ou 220 que abertamente darão seus votos diante das câmaras de televisão e dos microfones das rádios. A quem estarão prestando contas? Ao Planalto ou a seus eleitores?

Ironicamente à parte, neste terreno em que se denunciam pessoas que amanhã poderão estar votando com os acusadores os projetos de resolução ou de lei mais estapafúrdios, não se fala na mobilização das frotas aéreas à disposição das oposições para trazer a Brasília aqueles que ou não encontraram passagem nos aviões de carreira ou demonstram pouco entusiasmo em votar num momento tão duro da história brasileira.

Nesta hora difícil, ergamos os corações ao alto.

Fomos e continuamos sendo a favor da renúncia do presidente da República. Acima de tudo, porém, quando vozes à esquerda e à direita ameaçam com o pior, é indispensável lembrar a todos que ou se respeita a Constituição ou se abre o caminho para o arbítrio, cujas consequências todos conhecemos.

FONTE: *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1992, p. 3.

FIGURA 11: PRIMEIRA PÁGINA DO *OESP* ABORDANDO A VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT DE COLLOR NA CÂMARA FEDERAL.



FONTE: *O Estado de S. Paulo*, 30/09/1992, p. 1.

Outro grande jornal à época apresentou um comportamento editorial singular. De acordo com a obra de Carneiro, Lattman-Weltman e Ramos (1994), o *Jornal do Brasil* denunciava em suas páginas opinativas que um golpe estava sendo perpetrado contra Fernando Collor desde a CPI de PC Farias, porém, ao se aproximar a votação do impeachment na Câmara, o periódico passou a apoiar o voto sim, ou seja, pela saída do então presidente.

A lógica do golpismo não tem subterfúgios. Quem é capaz de admitir, sem base nos fatos, o afastamento do presidente da República não se sente constrangido em considerar o duplo efeito de extinguir a linha legal da sucessão. [...] A decisão de criar a CPI não se prestará a servir às intenções ocultas dos que não têm a coragem de se opor às reformas das quais o governo Collor se fez arauto. [...] A CPI está no começo, mas já disse a que veio. Prejulguou e quer apenas ficar de prontidão para o bote golpista que o vice Itamar Franco acaba de denunciar. A questão já é conosco, a

sociedade, a opinião pública, a consciência democrática (DESEJO OCULTO, *JORNAL DO BRASIL*, 07/06/1992 *apud* CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994).

[...] Em nome dos mais altos interesses da nação, o *Jornal do Brasil* espera que os congressistas sejam fiéis ao sentimento geral do povo brasileiro e votem pela admissibilidade do processo de impeachment do presidente da República. Politicamente, Fernando Collor de Mello, na verdade, não chegou a representar o início de uma nova fase na vida do país. Ele encerra o ciclo de degradação dos valores democráticos, germinados na escola de arbítrio, na certeza da impunidade e na atmosfera de censura que marcam o período ditatorial (RAZÕES PARA O SIM, *JORNAL DO BRASIL*, 29/09/1992 *apud* CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994).

É a partir dessa atuação vigorosa e estratégica dos *media* durante o impeachment de Fernando Collor, em 1992, que os pesquisadores Carneiro, Lattman-Weltman e Ramos (1994) afirmaram que a “imprensa faz e desfaz um presidente”.

3.3 IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Vinte e quatro anos depois dos episódios que levaram à queda de Fernando Collor, o país voltava a viver um processo de impeachment. Dilma Rousseff (PT), primeira mulher a governar o país, fora deposta pelo Parlamento brasileiro em agosto de 2016. A ex-presidente tinha sido a sucessora de seu padrinho político Luiz Inácio Lula da Silva que desfrutava uma aprovação de 83%, segundo o Datafolha⁷¹, ao deixar a Presidência em 2010. Singer (2012) afirma que o “êxito da candidatura de Dilma Rousseff [...] representou a sobrevivência do lulismo, para além dos mandatos de Lula”. Para Singer (2012), o fenômeno político do lulismo foi marcado pelo:

[...] encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio de programas cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excludente tanto social, quanto regionalmente, por meio de ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital.

Esse encontro teria acontecido, principalmente, nas eleições de 2006, ao haver um realinhamento eleitoral em que a classe média teria migrado em massa para o voto no PSDB, enquanto os mais pobres teriam votado em massa no PT. Essas políticas públicas de combate à pobreza sem confrontar grandes interesses, chamadas de reformismo fraco (SINGER, 2012),

⁷¹Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>> acesso em 30 set. 2018.

teriam sido garantidas através de um pacto conservador com as fragmentadas forças políticas do Congresso Nacional, sob a égide do presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988).

Dilma Rousseff não só teria dado continuidade ao lulismo, como também teria tentado acelerá-lo através da execução dos ensaios desenvolvimentista – a nova matriz macroeconômica baseada num intervencionismo estatal que procurava a diminuição dos juros para financiar a produção – e republicano – “a limitação do sistema clientelista predatório incrustado no aparelho estatal brasileiro” com a diminuição de setores controlados pelo PMDB (atual MDB) (SINGER, 2018, p. 185). Porém, esses ensaios teriam feito com que Dilma desequilibrasse dois pilares do arranjo lulista, a relação com o capital financeiro e a relação com o PMDB, maior partido da base de apoio ao governo no Congresso. Ao mesmo tempo em que o governo Dilma I provocava esses enfrentamentos, centenas de milhares de pessoas tomavam às ruas, em junho de 2013, num movimento espontâneo e de pautas difusas que colocavam em xeque a política e os partidos políticos (AVRITZER, 2016; MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016; SINGER, 2018; SOUZA, 2016). A aprovação do governo passaria a ter grande queda⁷².

O lulismo começava a apresentar sinais de esgotamento. Mesmo com a apertada vitória eleitoral de Dilma Rousseff contra o senador Aécio Neves (PSDB) no segundo turno em 2014⁷³, sua popularidade continuava caindo vertiginosamente⁷⁴. O início da recessão econômica, a disparada da inflação, o desenrolar da operação Lava Jato⁷⁵ que desvendara um grande esquema de corrupção no âmbito da Petrobras, as grandes manifestações contra o Partido dos Trabalhadores e os seus principais líderes – deflagradas em março, abril e agosto de 2015 –, o embate político com a Câmara presidida por Eduardo Cunha (PMDB) formaram o caldo que provocou uma grave crise de governabilidade que enfraqueceu o governo Dilma II (AVRITZER, 2016; MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016; SANTOS, 2017; SINGER, 2018; SOUZA, 2016).

⁷² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>> acesso em 26 set. 2019. Destaque ao trecho da matéria que afirma que a queda de popularidade de Dilma após as jornadas de junho de 2013 foi a maior entre uma pesquisa e outra desde Fernando Collor.

⁷³ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>> acesso em 25 nov. 2018.

⁷⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-diz-ibope.html>> acesso em 26 set. 2019.

⁷⁵ Para mais informações sobre a operação Lava Jato ver: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>> acesso em 12 set. 2019.

Logo após sua reeleição, a então presidente tentava levar à frente um ajuste fiscal para sanar as contas públicas através da nomeação do economista ortodoxo Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, mas encontrava dificuldades para implementar o ajuste devido à forte oposição tanto no Parlamento, quanto dentro de seu próprio partido (ALMEIDA, 2017; SINGER, 2018). Nesse contexto, os jornais de circulação nacional agendaram constantemente os desdobramentos da crise e da consequente abertura do processo de impeachment (ALMEIDA, 2017; MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018). A denúncia elaborada pelos juristas Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr. e aceita pelo então presidente da Câmara no dia 2 de dezembro de 2015 tinha como fundamento as chamadas “pedaladas fiscais” – o atraso de pagamentos devidos aos bancos públicos de programas subsidiados pelo Tesouro – e a execução de decretos de crédito suplementar que teriam aumentado despesas sem a autorização do Congresso⁷⁶.

O Globo, que pautou de forma intensa a crise política tanto na seção noticiosa, quanto na de opinião (ALMEIDA, 2017; SINGER, 2018; SOUZA, 2016; VAN DIJK, 2017), em editorial publicado logo após a aceitação do pedido de impeachment pelo presidente da Câmara, afirmou que:

[...] importa agora tratar do mérito do pedido de impedimento e zelar pelo cumprimento dos ritos estabelecidos por regimentos, leis e dispositivos constitucionais. [...] Importante é que as instituições atuem para garantir a legalidade de toda a tramitação, sem atropelos. Nesse sentido, fica prejudicada a clássica denúncia de golpe que começou a ser feita por petistas a qualquer crítica mais veemente da oposição (LEGALIDADE E LEGITIMIDADE, *O Globo*, 04/12/2015).

Mesmo ressaltando a falta de legitimidade sobre a atitude do deputado Eduardo Cunha ao aceitar o pedido de impeachment – em razão de uma vingança ao PT por não ter lhe dado votos que o salvariam na Comissão de Ética da Câmara (ALMEIDA, 2017; AVRITZER, 2016; SINGER, 2018) –, o editorial reforçava que a tese do golpe não faria sentido, pois os preceitos constitucionais estariam sendo seguidos.

Ainda no mesmo dia em que Cunha deu seguimento ao processo de admissibilidade do impeachment, o vice-presidente da República Michel Temer (PMDB, atual MDB) – político conhecido por sua habilidade na articulação política – teria recebido no Palácio do Jaburu líderes do PSDB e DEM, partidos de oposição ao governo Dilma. Segundo Almeida

⁷⁶Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/ Mesa/presidencia/galeria-presidentes/eduardo-cunha-2015-a-2016/noticias/eduardo-cunha-aceita-pedido-de-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff>> acesso em 24 nov. 2018.

(2016), Temer teria prometido um governo de “união nacional”, enquanto que seus convidados lhe prometeriam votos suficientes para um eventual julgamento de impeachment pelo Senado. A articulação pela derrubada de Dilma ganhava impulso do próprio vice-presidente, eventual beneficiário da queda da então titular da Presidência.

Temer já despertara desconfiança no Palácio do Planalto ao realizar encontros com o empresariado, em meados de 2015, afirmando que seria preciso alguém para pacificar o país e propagandeando o documento produzido pelo então PMDB, “Ponte para o futuro”, que previa uma série de alterações legais e constitucionais para implementar uma agenda de austeridade fiscal: “[...] flexibilização das leis trabalhistas, fim da indexação do salário dos aposentados ao salário mínimo, o fim das chamadas vinculações constitucionais no Orçamento [...]. Era música para os ouvidos de grande parte do empresariado” (ALMEIDA, 2016, p. 124) Além dessas medidas, também se apontava para um limite aos gastos públicos e uma ampla reforma previdenciária.

Iniciando mais uma roda de palestras para empresários, no intuito de divulgar tais medidas, Temer rompeu com Dilma Rousseff através de uma carta vazada à imprensa, afirmando que a então presidente nunca teria confiado nele e que seria apenas um vice decorativo.

São Paulo, 07 de Dezembro de 2015.

Senhora Presidente,

"Verba volant, scripta manent" (As palavras voam, os escritos permanecem)

Por isso lhe escrevo. Muito a propósito do intenso noticiário destes últimos dias e de tudo que me chega aos ouvidos das conversas no Palácio.

Esta é uma carta pessoal. É um desabafo que já deveria ter feito há muito tempo.

Desde logo lhe digo que não é preciso alardear publicamente a necessidade da minha lealdade. Tenho-a revelado ao longo destes cinco anos.

[...]

Entretanto, sempre tive ciência da absoluta desconfiança da senhora e do seu entorno em relação a mim e ao PMDB. Desconfiança incompatível com o que fizemos para manter o apoio pessoal e partidário ao seu governo.

[...]

Tenho mantido a unidade do PMDB apoiando seu governo usando o prestígio político que tenho advindo da credibilidade e do respeito que granjeei no partido. Isso tudo não gerou confiança em mim. Gera desconfiança e menosprezo do governo.

Vamos aos fatos. Exemplifico alguns deles.

1. Passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A Senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas.

2. Jamais eu ou o PMDB fomos chamados para discutir formulações econômicas ou políticas do país; éramos meros acessórios, secundários, subsidiários.

[...]

10. Até o programa "Uma Ponte para o Futuro", aplaudido pela sociedade, cujas propostas poderiam ser utilizadas para recuperar a economia e resgatar a confiança foi tido como manobra desleal.

11. PMDB tem ciência de que o governo busca promover a sua divisão, o que já tentou no passado, sem sucesso. A senhora sabe que, como Presidente do PMDB, devo manter cauteloso silêncio com o objetivo de procurar o que sempre fiz: a unidade partidária.

Passados estes momentos críticos, tenho certeza de que o País terá tranquilidade para crescer e consolidar as conquistas sociais.

Finalmente, sei que a senhora não tem confiança em mim e no PMDB, hoje, e não terá amanhã. Lamento, mas esta é a minha convicção.

Respeitosamente,

MICHEL TEMER⁷⁷

Ainda em dezembro de 2015, Dilma recebeu um alívio com a decisão do STF de não permitir que o presidente de Câmara, Eduardo Cunha, encaminhasse o rito do processo de impeachment de acordo com sua definição. A partir de então, foi só no mês de março de 2016 que o movimento pela deposição da então presidente voltou a ganhar força. Um dos motivos foi o cerco policial-judicial ao ex-presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores. No dia 4 de março, Lula foi conduzido coercitivamente a depor no aeroporto de Congonhas sobre uma suposta relação entre o esquema de corrupção na Petrobras e sua atuação política. A Operação *Aletheia* ocorreu dias antes da maior manifestação pelo impeachment de Dilma – que também tinha como bandeiras a prisão de Lula e o apoio ao então juiz federal Sérgio Moro – levando mais de três milhões de pessoas às ruas⁷⁸. O próprio ex-juiz respondeu às manifestações agradecendo ao apoio recebido.

Neste dia 13, o Povo brasileiro foi às ruas. Entre os diversos motivos, para protestar contra a corrupção que se entranhou em parte de nossas instituições e do mercado.

⁷⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>> acesso em 09 nov. 2019.

⁷⁸ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/13/brasil-tem-maior-manifestacao-contradilma.htm>> acesso em 14 out. 2019.

Fiquei tocado pelo apoio às investigações da assim denominada Operação Lava-Jato⁷⁹.

Ainda nesse mesmo mês, numa tentativa de salvar o governo emparedado, Dilma nomeou o ex-presidente Lula como ministro chefe da Casa civil. Porém, ao final do dia da nomeação, foram liberados ao público áudios fruto da interceptação telefônica que a Polícia Federal empreendeu sobre os números telefônicos utilizados por Lula. Em um desses áudios, a então presidente falava com seu padrinho político sobre assinatura do termo de posse. Com uma grande repercussão midiática, a ligação foi interpretada como uma possível obstrução da justiça. Apesar de a interceptação ter sido realizada após o término do prazo estipulado – considerado então ilegal – Sérgio Moro, num tom político, afirmou que “a democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando estes buscam agir protegidos pelas sombras⁸⁰”. Segundo Avritzer (2016), foi a partir de março de 2016 que a politização da operação Lava Jato se tornou aberta. O pioneiro cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (2017, p. 181) afirmou que “pequenas arbitrariedades que a doutrina punitivista de Sérgio Moro advogava [...] extraíam inabalável defesa dos jornalões”.

Tal cerco policial-judicial aprofundou a crise do governo que se consolidou com a saída oficial do então PMDB da base de apoio a Dilma Rousseff no dia 29 de março de 2016⁸¹. Nesse contexto – marcado, também, por uma intensa e favorável cobertura midiática do processo contra Dilma (que analisaremos à frente) – a Câmara dos deputados aprovou a admissibilidade do pedido de impeachment no dia 17 de abril, contando com 367 votos favoráveis, sendo 137 contra⁸². Os votos dedicados às famílias dos próprios deputados, contra o comunismo, pela inocência das crianças e até em favor de torturadores do Regime Militar marcaram a sessão transmitida ao vivo, num domingo, para todo o país e para uma Esplanada

⁷⁹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/sergio-moro-diz-ter-ficado-tocado-com-homenagens-em-manifestacoes-18866816>> acesso em 08 nov. 2019.

⁸⁰ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/moro-diz-que-governados-devem-saber-que-fazem-os-governantes-18893559>> acesso em 08 nov. 2019.

⁸¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/por-aclamacao-pmdb-oficializa-rompimento-com-governo-dilma.html>> acesso em 16 nov. 2019.

⁸² Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html> > acesso em 07 fev. 2019.

dos Ministérios dividida por um muro que separava manifestantes favoráveis e contrários ao impeachment⁸³.

Em 12 de maio, o Senado ratificou a abertura do julgamento da presidente por 55 votos a 22, levando ao afastamento de Dilma e a ascensão de Michel Temer ao exercício interino da Presidência⁸⁴ com uma agenda própria e distinta daquela que elegeu a chapa em 2014. A MP 726 que foi editada no dia da posse de Temer reestruturava o Ministério, extinguindo os da Cultura e do Desenvolvimento agrário e encerrando com as secretárias ligadas às políticas para mulheres e igualdade racial (AVRITZER, 2016, pp. 141-142).

Após longos embates na comissão especial do impeachment e no plenário do Senado – num contexto onde Eduardo Cunha foi afastado da Presidência da Câmara⁸⁵ e onde foram divulgados áudios de conversas entre caciques do PMDB que afirmavam que era preciso retirar a Dilma para “estancar a sangria” num acordo nacional⁸⁶ –, a presidente foi destituída do cargo, definitivamente, no dia 31 de agosto de 2016, em sessão comandada pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, afirmando ser vítima de um golpe parlamentar⁸⁷.

Limongi e Figueiredo (2017) argumentam que a crise que resultou na deposição de Dilma Rousseff não possuiu um caráter de crise institucional, num confronto entre o Legislativo e o Executivo que provocaria uma “paralisia decisória” – termo usado por Wanderley Guilherme dos Santos em *O Cálculo do Conflito: estabilidade e crise na política brasileira* (2003) para analisar a crise institucional que teria levado ao golpe militar de 1964 – provando a inviabilidade do “presidencialismo de coalizão”. Os autores reafirmam os argumentos de *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional* (1999) de que o Congresso não poderia ser visto como um obstáculo à aprovação da agenda legislativa do Executivo. Não obstante, sob o presidencialismo de coalizão, o presidente disporia de recursos que induziriam os parlamentares a se alinhar e colaborar com o governo de forma a

⁸³ Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/o-muro-na-esplanada-representa-simbolicamente-divisao-do-brasil.html>> acesso em 16 nov. 2019.

⁸⁴ Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/12/senado-abre-processo-de-impeachment-contradilma-rousseff> > acesso em 07 fev. 2019.

⁸⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/teori-determina-afastamento-de-cunha-do-mandato.html>> acesso em 14 out. 2019.

⁸⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml> > acesso em 14 out. 2019.

⁸⁷ Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-perde-o-mandato-e-temer-e-confirmado-presidente> > acesso em 07 fev. 2019.

garantir sua governabilidade. O controle exercido pelo Executivo sobre a iniciativa legislativa criaria incentivos para que parlamentares se juntassem ao governo apoiando a sua agenda.

Para os autores, a crise do impeachment foi resultado das estratégias dos agentes políticos, a saber, aliança entre uma oposição que radicalizou seu comportamento ao não reconhecer o resultado das eleições de 2014 e o grupo peemedebista comandado pela dupla Cunha-Temer que se utilizou do sentimento antipetista para alçar ao poder e aumentar suas chances de escapar das denúncias de corrupção (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2017). Segundo Santos (2016), formou-se uma coalizão conservadora em que houve uma sabotagem do Legislativo ao Executivo. O autor sustenta que essa coalizão não era monolítica, mas se constituiu numa convergência de vetos de relevantes atores políticos ao governo Dilma.

Em outras palavras, apesar das grandes dificuldades de se gerir uma grande coalizão e das grandes falhas da então presidente na condução política e econômica, foram as estratégias não republicanas de agentes políticos que – ao se aproveitar e surfar na crise do lulismo – lideraram a derrubada de Dilma Rousseff da Presidência. Pesquisadores como Albuquerque (2017), Avritzer (2016), Goldstein (2016) Mattos, Bessone e Mamigonian (2016), Santos (2017), Santos e Guarnieri, (2016) Souza (2016), Van Dijk, (2017) e Singer (2018) em seus trabalhos e obras interpretam essas estratégias não republicanas, a que se referem Figueiredo e Limongi (2017), como “recall congressional”, “impeachment ilegítimo”, “golpe parlamentar” ou “golpe de Estado”.

a) Papel da imprensa e economia política da comunicação

Para além dos posicionamentos do jornal *O Globo* – que este trabalho se propõe a analisar – vários autores têm pesquisado sobre a atuação da grande imprensa brasileira durante esses episódios. Noronha (2018) propôs uma análise comparativa sobre a atuação dos *quality papers* *O Globo*, *FSP* e *OESP* durante os dois processos de impeachment que este projeto se propõe a abordar. Através de uma análise de conteúdo qualitativa das primeiras páginas dos jornais, a autora pretendeu responder a seguinte pergunta: o grau de paralelismo político aumentou no Brasil? Através de seus achados, Noronha (2018) identificou que houve uma maior quantidade de comentários orientados e defesas de pontos de vista políticos durante o período do impeachment de Dilma do que durante o impeachment de Collor, confirmando, segundo a autora, o aumento do paralelismo político.

Guazina, Prior e Araújo (2018) realizaram uma análise de enquadramento sobre os editoriais de jornais brasileiros e estrangeiros durante o julgamento de Dilma no Senado. Os brasileiros foram *O Globo*, *FSP*, e *OESP*, e entre os estrangeiros foram analisados os editoriais de *Público* de Portugal, *El País* da Espanha, *The Guardian* da Inglaterra, *Le Monde* da França e *The New York Times* dos Estados Unidos. Segundo os autores, os jornais brasileiros tiveram uma preocupação constante em construir a legitimidade do processo. “Os editoriais brasileiros atuaram em duas principais frentes argumentativas: primeiro, a ênfase em que o ritual constitucional era cumprido; segundo, a constante refutação da tese de golpe reivindicada pela ex-presidente⁸⁸” (GUAZINA, PRIOR E ARAÚJO, 2018, p. 15, tradução nossa).

Os autores também afirmam que os jornais brasileiros assumiram uma posição contrária a Dilma Rousseff e desempenharam uma dupla função ao deslegitimar os argumentos contrários ao processo de impeachment e a cancelar os argumentos oposicionistas a presidente, inclusive, através de ataques políticos e pessoais. Enquanto os três jornais brasileiros estudados pelos autores desempenharam esse papel, os editoriais dos jornais estrangeiros selecionados tiveram uma abordagem completamente diferente do processo. Eles abordaram de forma cética todo o período do impeachment e alertaram para os efeitos deletérios que o afastamento de Dilma poderia provocar na política brasileira. Termos como “farsa” ou até mesmo “golpe” foram usados por alguns dos jornais, demonstrando a preocupação que eles tinham sobre a democracia no Brasil.

Outro recente trabalho com editoriais produzido sobre o processo de impeachment de Dilma foi realizado por pesquisadores do PONTE (Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia da UFPR), Marques, Mont’Alverne, e Mitozo (2018) que concluíram, através de uma análise de conteúdo, que os textos publicados pelos jornais *FSP* e *OESP* se preocuparam em pautar o processo antes mesmo da aceitação da denúncia, convergiram quanto à necessidade de afastar Dilma Rousseff, e procuraram construir a legitimidade do processo. Porém, os argumentos e os métodos pelos quais a saída da presidente deveria acontecer – ou sobre quem estaria em condições de substituí-la – divergiram entre si. Enquanto o *OESP* advogou o impeachment de Dilma como a saída para a crise, a *FSP*

⁸⁸Texto original: “In this sense, the Brazilian editorials acted in two main argumentative fronts: first, the emphasis in that the constitutional ritual was fulfilled; second, the constant refutation of the coup thesis claimed by the former president”.

sustentou que tanto a então presidente, quanto o vice-presidente á época deveriam renunciar para a convocação de novas eleições.

Diante das incertezas provocadas pela grave crise política, econômica e moral que projeta gravíssimas consequências sociais sobre o País, uma coisa é absolutamente certa: do jeito que está não pode continuar. Este governo, inviabilizado por uma presidente da República inábil e inepta, se deslegitimou de fato por uma decisão da maioria absoluta dos brasileiros e precisa ser afastado o mais rapidamente possível para permitir que se dê início à reconstrução nacional (IMPEACHMENT É O MELHOR CAMINHO, *O Estado de S. Paulo*, 07/04/2016, p. 3).

Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo, a nação seguirá crispada, paralisada. É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país. Esta Folha continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional. [...] a renúncia traduziria, num gesto de desapego e realismo, a consciência da mandatária de que condições alheiras à sua vontade a impedem de se desincumbir da missão. A mesma consciência deveria ter Michel Temer (PMDB), que tampouco dispõe de suficiente apoio na sociedade. Dada a gravidade excepcional desta crise, seria uma bênção que o poder retornasse logo ao povo a fim de que ele investisse alguém da legitimidade requerida para promover reformas estruturais e tirar o país da estagnação (NEM DILMA, NEM TEMER, *A Folha de S. Paulo*, 03/04/2016, p. 1)

FIGURA 12: EDITORIAL DE OESP APELANDO PELO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.



FONTE: IMPEACHMENT É O MELHOR CAMINHO, *O Estado de S. Paulo*, 07/04/2016, p. 3.

FIGURA 13: PRIMEIRA PÁGINA DO OESP ABORDANDO O IMPEACHMENT DE DILMA NA CÂMARA FEDERAL.



FONTE: O ESTADO DE S. PAULO, 18/04/2016, p. 1.

FIGURA 14: PRIMEIRAS PÁGINAS DA FSP ABORDANDO A VOTAÇÃO NA CÂMARA E TRAZENDO, EM EDITORIAL, APELO POR NOVAS ELEIÇÕES.

FOLHA DE S. PAULO
 95 ANOS • UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
 DOMINGO, 3 DE ABRIL DE 2016 • R\$ 1,50

EDITORIAL
Nem Dilma nem Temer
 A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país. E o ex-vice-presidente Michel Temer (PMDB) não tem condições de assumir o cargo. Ambos são incapazes de garantir a continuidade da democracia e a estabilidade da instituição que os nomeou. O Brasil precisa de uma nova eleição presidencial para que o povo possa escolher um novo presidente e um novo governo. A atual situação política é insustentável e o Brasil precisa de uma mudança de rumo. É hora de votar novamente.

Governo absorve 72% do crédito do país em 2015
 Com taxa de juro maior, setor público suga verba que poderia irrigar empresas

Empreiteira bancou regalos para presos da Lava Jato, diz testemunha

Surtos de gripe faz paulistas usar máscara em casa

Após o garfido, Cruz se põe mais à direita que Trump

Siapaou
 Há tempo de se pedir, veja como repaginar a casa com inteligência e orçamento no 12

Com cobertura da crise, Folha bate o recorde de audiência e positividade digital

Historio de uma década e aliado do Palmeira contra o Coruchilans, Jo S&B

Subaru Impreza Sedan
 Motor boxer 2.0 com turbo e 180cv. O único sedan com tanque de 60 litros. Taxa 0%.

FONTE: Folha de S. Paulo, 03/04/2016.

FOLHA DE S. PAULO
 95 ANOS • UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
 SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016 • R\$ 1,50

EDITORIAL
IMPEACHMENT!
 Câmara autoriza processo contra a presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em 'grande responsabilidade'

INIBER
 Voto de Dilma Rousseff em favor de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT) foi o primeiro passo para a abertura de um processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT), em sessão de 18 de abril de 2016. O processo de impeachment foi iniciado em 18 de abril de 2016. O processo de impeachment foi iniciado em 18 de abril de 2016. O processo de impeachment foi iniciado em 18 de abril de 2016.

INIBER
 Voto de Dilma Rousseff em favor de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT) foi o primeiro passo para a abertura de um processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT), em sessão de 18 de abril de 2016. O processo de impeachment foi iniciado em 18 de abril de 2016. O processo de impeachment foi iniciado em 18 de abril de 2016.

INIBER
 Voto de Dilma Rousseff em favor de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT) foi o primeiro passo para a abertura de um processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT), em sessão de 18 de abril de 2016. O processo de impeachment foi iniciado em 18 de abril de 2016. O processo de impeachment foi iniciado em 18 de abril de 2016.

FONTE: Folha de S. Paulo, 18/04/2016.

Vale a pena citar, também, o trabalho de Van Dijk (2017) que analisou editoriais do jornal *O Globo* que antecederam a votação do impeachment na Câmara. Segundo o autor, o jornal utilizou estratégias discursivas que incentivavam e acentuavam o antipetismo, tentando deslegitimar narrativa de um golpe contra a presidente.

Outro grupo de trabalhos aborda como os episódios do impeachment foram narrados pela imprensa. Alguns autores, como Fernandes e Chagas (2016) e Pozobon e Prates (2017), dedicaram-se a analisar os recursos narrativos utilizados pelos veículos jornalísticos e concluíram que foram mobilizados recursos que privilegiavam a novelização, a dramatização, a emoção e uma alta personalização dos eventos. Fernandes e Chagas (2016) afirmam que o *Jornal Nacional* da TV Globo optou por uma cobertura teatralizada, dando ênfase aos conflitos entre os agentes políticos em uma busca do poder pelo poder. Pozobon e Prates (2017), estudando os mesmos periódicos, concluíram que houve a produção de um “espetáculo político-midiático” nos jornais. Dilma foi narrada como a grande culpada pela crise e sua destituição foi representada como a única e melhor solução para os problemas políticos e econômicos do Brasil. As autoras também afirmam que “as reportagens que abordaram aspectos econômicos do momento político são voltadas ao posicionamento do empresariado e em defesa do liberalismo econômico” (POZOBON; PRATES, 2017, p. 200). Nesse sentido, Pozobon e Prates sustentam que:

[...] o impeachment enquanto acontecimento político foi capaz de reunir o poder do fato político com os poderes e interesses dos meios de comunicação, em um processo de transformação e de relações de aproximação e tensionamento entre campo político, campo midiático e sociedade. (POZOBON; PRATES, 2017, p. 200)

Essas características – de se voltar ao posicionamento do empresariado e da aproximação entre os campos político e midiático, identificadas pela pesquisa das autoras supracitadas – são ressaltadas num artigo escrito por Luan José Vaz Chagas chamado *Entre fontes e jornalistas: interesses e disputas na cobertura do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no radiojornalismo*. O autor realizou um estudo exploratório sobre a cobertura do impeachment na rádio *CBN Rio* e algumas entrevistas semiestruturadas em profundidade com radiojornalistas de três emissoras – *CBN Rio*, *BandNews* e *Bandeirantes* – para analisar a escolha das fontes e das vozes ouvidas por elas no processo de deposição de Dilma. Chagas (2017) constata que houve uma grande falta de pluralidade de vozes na seleção das fontes. O autor afirma que a maior parte das fontes ouvidas – fora os agentes do campo político – foi de

representantes de setores empresariais como a FIESP ou a Fecomercio que defendiam a queda da ex-presidente como saída para a crise econômica.

Chagas (2017) ainda ressalta que houve uma baixa presença de vozes representando movimentos sociais ou de profissionais que seriam contrários ao impeachment de Dilma. Neste sentido, na ação da maior parte das vozes ouvidas, “o ‘contexto da obra’ serviu de base para articular os argumentos e garantir discursos que levantassem a sensação de crise econômica, a ausência de apoio ao governo no parlamento, os escândalos e as mobilizações das ruas em 2015 e 2016” (CHAGAS, 2017, p. 86).

Outro grupo de trabalhos destaca um caráter misógino na cobertura midiática do impeachment. Jesus (2017) constatou – através de uma análise do discurso sobre publicações jornalísticas impressas e digitais – que entre as formações discursivas mais presentes nos textos existiram aquelas próprias da construção de uma desigualdade entre os gêneros (masculino e feminino), posicionando a mulher em condição de inferioridade. Já Boroski e Carvalho (2016) realizaram uma análise de conteúdo das capas de revistas *Veja*, *Época* e *ISTOÉ*. A proposta do trabalho era analisar como a cobertura política na imprensa pode ser orientada pelas questões de gênero. As autoras concluíram que a cobertura negativa sobre o governo Dilma II não esteve relacionada apenas às denúncias de corrupção ou às crises econômica e política, mas ficou evidente que “as habilidades presidenciais de Dilma foram desqualificadas por questões de gênero.” Boroski e Carvalho (2016, s/p) afirmam ainda que:

Vê-se ainda uma dissociação misógina da imagem de Dilma das expectativas de liderança, e, assim, uma atribuição de uma imagem de emocionalmente inapta a governar e participar de decisões de interesse público. Representação esta cuja construção as capas de revista semanais têm papel importante, pois se valem de estereótipo de gênero seletivo e de baixo nível.

Ainda sobre os trabalhos que expõem uma cobertura sexista da deposição da ex-presidente, o artigo *Dilma, uma ‘presidente fora de si’: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático*, Cardoso e Souza (2016) analisam a famosa matéria da revista *ISTOÉ* (06/04/2016) que tem como subtítulo “Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”. Segundo os autores, a matéria se utilizou de inúmeros estereótipos de gênero que tinham por fim deslegitimar a presidente ao afirmar que ela seria emocionalmente incapaz de governar o país. A comparação com a rainha Maria, “a louca”, mãe do príncipe-regente D. João VI, e as afirmações de que Dilma estaria

destemperada aos gritos e surtos são elementos que compõem o quadro de misoginia que os autores identificam na matéria.

Outros trabalhos como os de Vieira (2016), Weber *et al.* (2016), Pozobon e Prates (2016) e Ruggieri (2017), ao realizarem análises de enquadramento sobre a cobertura de diversos jornais durante a crise do impeachment, concluíram que os mesmos foram majoritariamente favoráveis a deposição da presidente, corroborando na criação de um clima de conformação da opinião pública quanto a sua destituição, valorizando os atos pró-impeachment, construindo uma imagem depreciativa da então presidente como atrapalhada, paralisada e teimosa. Almeida e Lima (2016) e Ciocari (2016) também avaliaram como os posicionamentos dos grandes jornais foram favoráveis ao afastamento de Dilma Rousseff.

A construção dessa literatura científica publicada nos últimos anos – não fazendo aqui um juízo de valor sobre os métodos de cada trabalho – indica que o papel da imprensa brasileira durante a crise do lulismo parece não se conformar apenas a um papel de fiscalização dos poderes constituídos, ou como defensor da opinião e moralidade pública. Tãmanha gama de artigos e dissertações que indicam um favorecimento da imprensa brasileira ao processo de impeachment de Dilma parece dar força ao argumento de que houve um paralelismo político.

Os trabalhos de Fernando Lattman-Weltman e Viktor Chagas indicam um panorama interessante da economia política da imprensa brasileira durante a última década e meia que pode explicar a razão desse possível paralelismo político. Nos artigos *Insegurança, (Re)partidarização e “Fogo Amigo”: A Economia Política dos Meios na Era Lula* (2013) e *Mercado Futuro: A Economia Política da (Re)Partidarização da Imprensa no Brasil* (2016), os autores levantam a tese de que a imprensa brasileira, mesmo constituindo um campo mais autônomo, teria sofrido um processo de repartidarização. Lattman-Weltman e Chagas (2016), ao identificarem que os trabalhos que tratam sobre um viés (ou partidarismo) dos *media* brasileiros explicam tal atuação apenas com base nos pressupostos ideológicos dos proprietários dos mesmos, afirmam que:

Os trabalhos que têm sido produzidos sobre o tema restringem-se sobremaneira à questão da propriedade dos meios, como se o comportamento político dos mesmos fosse matéria de pura e simples vontade política e opção partidária, ou ideológica, de seus donos e interlocutores de classe, enquanto nossa preocupação aqui se detém sobre as condições que impactam a efetiva independência dos veículos e as complexas relações entre oferta e demanda por informação (LATTMAN-WELTMAN ; CHAGAS 2016, p. 348).

Os autores partem da ideia de que é preciso ir além das explicações superficiais para propor uma interpretação para as razões de uma repartidarização do jornalismo brasileiro. Os pesquisadores propõem que é preciso um olhar teórico e histórico para as atuais tendências editoriais e político-partidárias do setor, levando em conta os constrangimentos econômicos, tecnológicos e institucionais que ele tem sofrido na conjuntura política atual.

Lattman-Weltman e Chagas (2013) afirmam que grandes mudanças sociais ocorreram durante a “Era Lula” (2003-2010) como a ascensão de uma nova classe média que dinamizou uma sociedade de consumo. Essa mudança no mercado consumidor, também, teria influenciado o mercado midiático e, por conta disto, os conglomerados de comunicação tiveram que reavaliar estratégias (PORTO, 2010). A revolução tecnológica também teve um grande papel nesse contexto, uma vez que aumentou a oferta gratuita de informação pela internet e mídias sociais. Dentro dessa quadra histórica, os conglomerados começaram a lançar novos jornais que teriam como objetivo atender a esse segmento mais popular que ascendeu pelo consumo (PORTO, 2010; LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2013).

Essa oferta de jornais mais populares teria feito com que houvesse uma concorrência *intramídias*, ou seja, entre jornais do mesmo conglomerado. Um exemplo é a tríade do *Grupo Globo*, *Globo-Extra-Express*. Essa concorrência fez com que os jornais tradicionais – os *quality papers* desses grupos – perdessem espaço no mercado de vendas avulsas e no mercado de publicidade (PORTO, 2010), tendo então que recorrer ao “mercado de discursos públicos”. Esse mercado pode ser definido como um sistema de trocas que:

[...] compreende a revenda de acesso (rigorosamente privilegiado) aos consumidores de ‘informações’, investidores discursivos políticos e ideológicos, lobistas em geral na troca de espaço (e enfoque/enquadramento) de veiculação de fatos e versões, em troca de prestígio, influência e poder, de agenda e veto (LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2016, p. 326).

Sendo assim, foi preciso fidelizar uma clientela mais específica para se adaptar as grandes mudanças ocorridas nesses últimos anos. Ao contrário do que seria razoável supor, essa nova concorrência provocada pelo “fogo amigo” e pela revolução tecnológica não teria resultado em uma maior qualidade na busca pela informação e sim um “noticiário superficial, repetitivo e enviesado para atender supostas demandas prévias adquiridas por uma faixa de público mais limitada a que se prioriza satisfazer e preservar” (LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2016, p. 347).

Nesse sentido, a busca por essa fidelização foi feita a partir de uma segmentação de mercado mais intensamente ideológica. Assim os autores interpretam as causas dessa repartidarização da grande imprensa brasileira nos últimos anos, promovendo um melhor entendimento sobre a atuação da mesma nos episódios que culminaram no impeachment de 2016, uma vez que as pesquisas promovidas nos últimos anos, e aqui discutidas, identificam um papel ativo na construção da legitimidade do processo de destituição de Dilma Rousseff.

A partir dessa revisão historiográfica sobre os processos de impeachment abordados por este trabalho – considerando os contextos de economia política em que as empresas jornalísticas estavam inseridas e o papel desempenhado por elas durante os impeachments dos presidentes Collor e Dilma – passaremos, no próximo capítulo, a explicitar de forma mais profunda a elaboração das hipóteses e questão de pesquisa, como também, a discussão dos procedimentos metodológicos que guiaram a coleta e as técnicas de análise.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E HIPÓTESES

A partir deste capítulo, apresentaremos e discutiremos os procedimentos metodológicos que nortearam a coleta dos editoriais selecionados para a formação do *corpus* deste trabalho, bem como as estratégias e técnicas para a sua análise. Antes, porém, retomaremos a discussão sobre a construção das hipóteses que objetivamos testar para responder a problemática desta pesquisa.

4.1 CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES

Conforme já ressaltado nos capítulos anteriores, a proposição das hipóteses deste trabalho se ampara não só na literatura especializada que aponta para o jornalismo como instituição e ator político, mas também na observação dos processos históricos em que cada impeachment se desenvolveu, bem como do contexto e comportamento da imprensa brasileira nos períodos. Em outras palavras, este trabalho reconhece que, como sustenta as obras de Pierson (2004) e Pierson e Skocpol (2002), não só a “História importa”, como é relevante compreender como o tempo e o lugar impactam os resultados políticos.

Desta forma, levar em conta os processos históricos na elaboração das hipóteses implica considerar que elas foram “[...] formuladas explicitamente sob certas condições limitantes, tempo e lugar” (CODATO, 2008). No capítulo anterior, citamos Barbosa (2006, p. 218) para sustentar que analisar a ação dos *media* na sociedade implica reconstruir, interpretar e dar um sentido a mesma numa dimensão espaço-temporal. Nesse sentido, as hipóteses desse trabalho não têm a guisa de serem generalizáveis ou de confirmar postulados universais. Pierson (2004, pp. 171-172) sustenta que:

Atores, organizações ou instituições particulares são moldados em parte por suas relações espaciais com outros aspectos de um ambiente social. Da mesma forma, um determinado momento no tempo faz parte de processos temporais mais amplos. Eventos são partes de várias sequências de eventos. Seu lugar nessas sequências pode desempenhar um papel crítico na determinação de seu significado. Assim, [essa abordagem] explora as configurações espaciais e temporais que fornecem elementos cruciais do contexto para qualquer objeto de investigação social⁸⁹.

⁸⁹ Texto original: “Particular actors, organizations, or institutions are shaped in part by their spatial relationships to other aspects of a social setting. Similarly, a particular moment in time is part of broader temporal processes. Events are parts of various sequences of events. Their place in those sequences may play a critical role in determining their meaning. Thus, [this approach] explore the spatial and temporal settings that provide crucial elements of context for any object of social inquiry”.

A partir dessas considerações metodológicas, retomaremos as discussões realizadas nos capítulos anteriores para formular as seguintes hipóteses:

H1: O Globo foi modificando progressivamente seu posicionamento editorial sobre a legitimidade da saída de Collor, enquanto, no caso de Dilma, buscou construir a legitimidade para a saída da então presidente ao longo de todo o processo de impeachment.

Segundo Sallum Jr. (2015, p. 258-259), durante a crise política que levou à abertura do impeachment de Collor, a imprensa brasileira foi “progressivamente” se descolando da órbita governamental para a oposição, atuando decisivamente e moldando a opinião dos atores na arena institucional, bem como para conformar as preferências dos atores na arena coercitiva, ou seja, dos grupos de pressão. Uma mudança editorial sobre o apoio a um regime, governo, ou agente político não seria novidade na história do jornal *O Globo*. Como já vimos no Capítulo 2, o mesmo jornal que antes apoiara Getúlio Vargas na Revolução de 1930, engrossou o coro pela sua saída ao fim do Estado Novo e foi crítico voraz de seu segundo governo nos anos 1950. Goldstein (2018), comentando o comportamento do periódico durante a era Vargas, afirma que o jornal comandado por Roberto Marinho desenvolveu uma relação com o poder de constante negociação e adaptação política.

Vale a pena lembrar, como já problematizamos na Introdução, que *O Globo* publicou editorial uma semana antes da abertura do processo de impeachment afirmando a programação de “[...] um golpe contra as instituições democráticas [...]” (A NAÇÃO EXIGE RECUPERAÇÃO MORAL E RESPEITO À LEI, *O Globo*, 22/08/1992, p. 3) e pouco mais de um mês depois, pediu a renúncia imediata de Collor (RENÚNCIA AGORA, *O Globo*, 30/09/1992, p. 1). Confirmar, de forma empírica, essa hipótese corroboraria a tese de Pérez-Liñan (2007) de identificar o jornalismo como ator estratégico, evidenciando seu caráter de ator político (COOK, 2011; EILDERS, 1999) e instituição política intermediária ao influenciar os processos e resultados políticos (THESEN, 2017).

Segundo vários trabalhos (ALMEIDA, 2017; ALMEIDA; LIMA, 2016; BOROSKI; CARVALHO, 2016; CHAGAS, 2017; CIOCCARI, 2016; GOLDSTEIN, 2016; GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2018; MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018; NORONHA, 2018; POZOBON; PRATES, 2016, 2017; RUGGIERI, 2017; SINGER, 2018; SOUZA, 2016; VAN DIJK, 2017; VIEIRA, 2016; WEBER *et al.*, 2016), a atuação da grande imprensa brasileira quanto ao impeachment de Dilma teve como característica importante um

favorecimento a ideia do afastamento da primeira mulher a ocupar a Presidência. Como exemplos, Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) concluíram – a partir dos editoriais de *FSP* e *OESP* – que os jornais se preocuparam em construir a legitimidade da destituição da presidente através do impeachment e os pesquisadores Guazina, Prior e Araújo (2018) confirmaram que *O Globo* também estava inserido nessa campanha pela construção da legitimidade da saída da ex-presidente Dilma Rousseff. Para Van Dijk (2017), o jornal teria recorrido a diversas estratégias do discurso para deslegitimar Dilma, Lula e o PT e para celebrar seus opositores do poder Legislativo e Judiciário. Desta forma, também se verificaria, mais uma vez, a atuação política do jornal *O Globo* durante o processo abordado ao produzir representações discursivas do mundo social através de seus editoriais (BERGER; LUCKMANN, 2013; CHARTIER, 1999; VAN DIJK, 1995).

A confirmação desta hipótese também seria uma contribuição empírica para verificar a presença de valores editoriais nas unidades de análise propostos pelo trabalho de Marques e Mont’Alverne (2019) como “humor momentâneo do jornal” – que seria evidenciado ao se confirmar o abandono à defesa de Collor sendo que, historicamente, o presidente foi apoiado pelo jornal e seu proprietário Roberto Marinho (BIAL, 2004; CARNEIRO; LATTMAN; RAMOS, 1994; CONTI, 1999; SALLUM JR, 2015).

No caso do impeachment contra Dilma, atestaria a presença de outros valores editoriais (MARQUES; MONT’ALVERNE, 2019) no *corpus* a ser analisado como “brigas entre um jornal e um agente ou instituição” – devido a uma oposição dos *media* aos governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores (ALBUQUERQUE; 2016; AZEVEDO, 2016; LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2016) e “acompanhamento” – devido a uma série de editoriais que teriam sido escritos para cobrir um mesmo tópico que gerava controvérsia e que perdurou no debate público no período do impeachment.

H2: Os editoriais do jornal utilizaram argumentos distintos para legitimar a saída dos presidentes. Argumentos econômicos foram privilegiados para sustentar o favorecimento do jornal ao processo contra Dilma Rousseff, enquanto argumentos ligados ao combate à corrupção e fisiologismo foram acionados no caso de Fernando Collor.

A formulação desta hipótese, também, é justificada através de algumas pesquisas já realizadas sobre o papel da imprensa nos episódios de impeachment da Nova República. A pesquisa de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) avaliou que outros jornais de circulação

nacional – *FSP* e *OESP* – sustentaram a legitimidade do afastamento de Dilma, utilizando argumentos ligados à questão econômica, e não em argumentos jurídicos que justificariam o crime de responsabilidade. Já nos episódios do impeachment de Collor, pesquisadores como Carneiro, Latman-Weltman e Ramos (1994), Fausto Neto (1994) Sallum Jr. (2015) e Waisbord (1997, 2000) argumentaram que a imprensa, num processo de mudança de posicionamentos ocorrido durante o desenrolar da cobertura dos escândalos de corrupção, teria ajudado a moldar a opinião pública invertendo o sistema de representações que ajudaram a eleger Collor. Do caçador de marajás, modernizador e confrontador da corrupção ao patrimonialista, corrupto e clientelista (SALLUM JR, 2015, pp. 232-233).

A seção noticiosa do jornal – nos contextos históricos aqui abordados – apresenta indícios da relevância da discussão da crise econômica durante os episódios do impeachment de Dilma e da revelação dos escândalos de corrupção durante o impeachment de Collor. Segundo Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018, p. 225), vários trabalhos têm apontado para a ideia de que “[...] a separação entre seções de notícia e de opinião não seria suficiente para impedir determinados direcionamentos na cobertura jornalística”. As figuras a seguir são exemplos de como as capas do jornal *O Globo* abordaram esses tópicos nos períodos.

FIGURA 15: CAPAS DO JORNAL O GLOBO ABORDANDO A LIGAÇÃO DE COLLOR COM OS ESCÂNDALOS INVESTIGADOS PELA CPI DO PC FARIAS EM 1992.



FONTE: O Globo, 23/08/1992, p. 1.

FONTE: O Globo, 24/08/1992, p. 1.

FIGURA 16: CAPAS DO JORNAL O GLOBO ABORDANDO A CRISE ECONÔMICA DURANTE A CRISE DO GOVERNO DILMA, EM 2016.



FONTE: O Globo, 09/01/2016, p. 1.



FONTE: O Globo, 22/01/2016, p. 1.

Importante destacar as capas dos dias 12 e 13 de maio de 2016 que retratavam a troca de comando do poder Executivo, ou seja, quando Dilma foi substituída pelo então vice-presidente Michel Temer que assumia de forma interina, enquanto aconteceria a definição do mandato presidencial com o julgamento no Senado. O jornal enfatizava a ideia de que Temer ascendia ao poder com promessas de reformas constitucionais como a previdenciária, a do controle dos gastos públicos, a desindexação do orçamento e mudanças na legislação trabalhista para que o acordado fosse mais importante do que o legislado. Segundo as capas das edições abaixo, o objetivo geral dessas reformas seria a diminuição do tamanho do Estado brasileiro.

FIGURA 17: CAPAS DO JORNAL O GLOBO ABORDANDO O AFASTAMENTO DE DILMA E A PROMESSA DE REFORMAS ECONÔMICAS DE TEMER EM 2016.

O GLOBO
 TROCA DE COMANDO
DILMA AFASTADA TEMER ASSUME COM REFORMAS
 Primeiros atos serão para enxugar a estrutura do Estado

Dilma Rousseff foi afastada da Presidência da República no âmbito do leito. A aprovação da admissibilidade do processo de impeachment pelo Senado ocorreu após o voto de 13 membros do PT, partido que detém o Parlamento de maioria com os demais de Dilma Rousseff, não conseguindo mais controlar a condução política e a econômica. O vice Michel Temer (PMDB-SP) assumirá em seguida, com 19 dos 22 ministros escolhidos. E tomará posse no Parlamento em 12 de maio. O sistema eleitoral do Congresso e do Poder Judiciário será mantido. A agenda econômica de Temer será baseada na redução da dívida pública, na reforma da Previdência Social e na reforma da estrutura do Estado, com foco na redução de gastos e na melhoria da eficiência. O vice Temer promete reformar o Congresso e o sistema tributário.

EDITORIAL
'Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal'
 12/05/16

Brasil ainda precisa de legislação que organize o sistema partidário
Novo governo precisa provar capacidade de enfrentar a crise
O retrato de um político formal, atento e forjado por desilusões
Sempre à sombra do PMDB, PT encerra acado sua era no poder
Batalha do impeachment traça cenário para a disputa de 2018

AVULSO DINIZ / 12
LARIPO JARDIM / 12
MARCELLO NETTA / 12
JOSÉ PINHEIRO / 12
FRED BETTO / 12
SIMONE VENTURA / 12
JUSTIN BÉDÉ / 12

FONTE: O Globo, 12/05/2016, p. 1.

O GLOBO
 TROCA DE COMANDO
Temer promete 'governo de salvação' e Estado menor
 No primeiro discurso, presidente interino diz que protegerá a Lava-Jato

Peemedebista deu posse à sua equipe de 23 ministros, com perfil essencialmente político, e apostou em boa relação com o Congresso Nacional para aprovar reformas como a da Previdência, mas sem mexer em direitos adquiridos

“O primeiro discurso após tomar posse como interino de presidente Dilma, o presidente interino Michel Temer, afirmou ao apresentar seu “governo de salvação” e anunciou que recorrerá à legislação prevista para “salvar” os processos de grandes empresas da Lava-Jato. Após dar posse aos 23 ministros de sua equipe, Temer disse que o objetivo é “salvar o Brasil” e “proteger a Lava-Jato” e “proteger os direitos adquiridos”. O discurso ocorreu no Palácio do Congresso e foi transmitido ao vivo. Temer prometeu “governar com responsabilidade” e “proteger os direitos adquiridos”. Ele também prometeu “proteger a Lava-Jato” e “proteger os direitos adquiridos”. O discurso ocorreu no Palácio do Congresso e foi transmitido ao vivo.

EDITORIAL
'Otimismo com o novo tom do Planalto'
 13/05/16

Ao deixar o Planalto, Dilma admite possíveis erros, mas não crimes

Na declaração que encerra sua administração, a presidente afastada, Dilma Rousseff, disse que pode ter cometido erros, mas não crimes, e que, por isso, não se desculpou. Ela afirmou que não se desculpou por não ter conseguido resolver a crise econômica. Ela também afirmou que não se desculpou por não ter conseguido resolver a crise econômica. Ela também afirmou que não se desculpou por não ter conseguido resolver a crise econômica.

Falta de mulheres no novo Ministério é alvo de críticas

Em seu primeiro discurso, o presidente interino Michel Temer não mencionou nenhuma mulher em seu governo. Isso gerou críticas de mulheres e organizações feministas.

Estatais terão de passar por pente-fino para melhorar gestão

Temer prometeu revisar a estrutura das empresas estatais e melhorar sua gestão.

Estreando no Alvorada
ENTREVISTA
FERNANDO BRUNO CARDOSO
 “Se governo não”

MARCEL PEREIRA
 A promessa de Temer é de um governo de salvação

MARCEL NETTA
 Não governo terá que lidar com crises emergenciais

FONTE: O Globo, 13/05/2016, p. 1.

Busca-se então, com esta hipótese, além de identificar os argumentos utilizados pelo jornal em seus editoriais, verificar em que medida a atuação política de *O Globo* se coaduna ou não com o que a literatura tem apontado quanto à atuação das empresas jornalísticas durante os episódios abordados. A confirmação desta hipótese, também, atestaria a presença de valores editoriais como o “paralelismo” – que poderia ser evidenciada com a predominância de argumentos econômicos para legitimar o afastamento de Dilma Rousseff, atestando, desta forma, uma adesão ideológica e não jurídica para a formulação dos posicionamentos – além de, mais uma vez, se atestar a presença do valor editorial “humor momentâneo do jornal” contra o candidato apoiado pela empresa jornalística carioca nas eleições de 1989.

Para concluir, é relevante testar, como última hipótese, a frequência e o tipo de abordagem que o jornal *O Globo* empreendeu quanto à tese de que um golpe estaria sendo urdido contra Collor e Dilma durante seus processos de impeachment. Alguns trabalhos já analisaram esse tema quanto aos episódios da crise do governo Dilma. Guazina, Prior e Araújo (2018) concluíram, por exemplo, que os editoriais de jornais *quality papers* brasileiros (*O Globo*, *FSP* e *OESP*) atuaram em duas principais frentes argumentativas para legitimar o processo de impeachment de Rousseff: primeiro, a ênfase em que o ritual constitucional era cumprido; e segundo, a constante refutação da tese de golpe denunciada pela presidente Dilma. Van Dijk (2017) também afirma – ao analisar editoriais dos meses de março e abril de 2016 – que *O Globo* utilizou diversas estratégias discursivas para legitimar o impeachment de Dilma, inclusive “[...] atacando a acusação de que o impeachment era de fato um golpe político⁹⁰” (VAN DIJK, 2017, p. 225). O autor ainda afirma que houve reações furiosas do jornal *O Globo* quanto à denúncia de um golpe contra a ex-presidente. Os editoriais, nesse sentido, estariam exercendo o papel de configurar a imagem pública da empresa (BELTRÃO, 1980; GOMES, 2009; GUERREIRO NETO, 2013) afirmando seu caráter de instituição democrática ao buscar legitimar o processo de impeachment que apoiava como constitucional e não como um golpe.

Porém, não foram encontrados trabalhos em relação a uma possível discussão midiática sobre a denúncia de Collor de que um golpe estaria sendo arquitetado contra o então presidente. Sendo assim, por mais que não se consiga construir uma hipótese a partir da literatura, este trabalho se propõe a pesquisar a relevância desse tema nos editoriais do jornal durante o impeachment de 1992. Desta forma, dividiremos essa temática da seguinte maneira: testaremos uma hipótese com respeito à abordagem do jornal *O Globo* sobre a interpretação de golpe no caso de Dilma (*H3*) e uma *questão de pesquisa* para obter um resultado exploratório sobre a discussão da tese do golpe contra Collor (*RQ1*).

H3: O Globo abordou constantemente a tese de golpe contra Dilma Rousseff, buscando refutá-la durante todo o processo de impeachment.

RQ1: Qual a frequência e o tipo de abordagem que O Globo empreendeu quanto à tese de golpe contra Fernando Collor durante o processo de impeachment de 1992?

⁹⁰ Texto original: “[...] attacking the accusation that the impeachment was in fact a political coup.”

Capas e matérias do jornal O Globo também indicam a importância dessa temática nos períodos abordados tanto no contexto de impeachment de Dilma, entre o final de 2015 e agosto de 2016, quanto no caso de Collor nos meses finais do ano de 1992. Abaixo, selecionamos exemplos de como a pauta da tese do golpe foi abordada na seção noticiosa do jornal, como se pode ver a seguir.

FIGURA 18: CAPAS DO JORNAL O GLOBO ABORDANDO A TESE DO GOLPE CONTRA COLLOR EM 1992.

FONTE: O Globo, 18/09/1992, p. 1.

FONTE: O Globo, 25/07/1992, p. 1.

FIGURA 19: MATÉRIA DO JORNAL O GLOBO, EM 1992, REPORTANDO O DISCURSO DE COLLOR EM QUE DENUNCIAVA UM 'SINDICADO DO GOLPE' E CONVOCAVA SEUS APOIADORES ÀS RUAS.

4 • O País

Sexta-feira, 14 de Agosto de 1992

Collor convoca ato verde-amarelo

BRASÍLIA — O presidente Collor convocou ontem todas as pessoas que apoiaram o Governo a saírem às ruas ou exibirem nas janelas, domingos próximo, bandeiras e roupas nas cores verde e amarelo. O objetivo desse teste de força informal com a oposição é, segundo Collor, "dar um basta a tudo isto" e mostrar aos adversários que, "custe o que custar, não a quem doer", será o primeiro a defender a Constituição e a democracia.

Em solenidade realizada ontem à tarde no Palácio do Planalto, transformada num autêntico comício, Collor aproveitou a presença de cerca de dois mil motoristas de táxi de todo o país, levados à Brasília em ônibus fretados pela Casa Econômica Federal, para dizer que não se intimidará com as denúncias de corrupção em seu Governo. Ele afirmou que está pronto "para realizar e ganhar o terceiro tur-

no das eleições" e, num trocadilho com a CUT, chamou os seus adversários de "Central Única dos Conspiradores", à qual "está filiado o 'Sindicato do golpe'".

— Quero pedir isso a vocês e irei cobrar de vocês esse pedido porque assim, no próximo domingo, nós estaremos mostrando onde está a verdadeira maioria na minha gente, no meu povo, nos pés descalços, nos descamisados, naqueles por quem fui eleito e para quem estarei governando até o último dia do meu mandato — afirmou, no tom e no estilo que usava na campanha eleitoral, dando murros no púlpito e sendo aclamado pelos motoristas que gritavam "dá-lhe Collor e fora Lula".

O presidente falou de improviso, pois seu discurso não estava previsto pelo cerimonial. Ele lembrou a campanha eleitoral e, aproveitando a cerimônia em que a CEF abriu nova linha de financiamento para motoristas de táxi, reafirmou compromissos da campanha eleitoral.



Às lado do ministro Marcílio (à esquerda) e de motoristas de táxi, Collor discursa no Planalto e diz não se intimidar com as denúncias de corrupção

CEF pagou o transporte dos taxistas
BRASÍLIA — A autoridade

'O SINDICATO DO GOLPE É FILIADO À CENTRAL ÚNICA DOS CONSPIRADORES'

FONTE: *O Globo*, 14/08/1992, p. 4.

FIGURA 20: CAPA DO JORNAL O GLOBO ABORDANDO A TESE DO GOLPE EM 2016.

O GLOBO

EXCLUSIVO/ESCÂNDALOS EM SÉRIE

Delatora diz que Mantega negociou caixa 2 em 2014
Mulher e sócia de João Santana afirmou que R\$ 10 milhões do total que recebeu pela campanha de Dilma não foram declarados

Ministros do STF: Dilma ofende instituições ao falar em golpe
Decano Celso de Mello condena 'gravíssimo equívoco' da presidente
Dias Toffoli afirma que processo de impeachment aprovado na Câmara e que agora está no Senado geram ampla defesa à presidente; petista, porém, deve repetir a estratégia amanhã no ONU

Posse de Lula continua suspensa
O STF adiou o julgamento de ações que contestam a posse do ex-presidente Lula na Casa Civil. Com isso, o petista continua fora do governo até ser considerado inepto no cargo.

Petista só tem 5 votos na comissão
A oposição tem apenas cinco votos na comissão especial que analisará o impeachment do presidente. Dos 21 integrantes da comissão, 14 são de direita.

FONTE: *O Globo*, 21/04/2016, p. 1.

FIGURA 21: MATÉRIA DE *O GLOBO* ABORDANDO A TESE DO GOLPE EM 2016.

Terça-feira 30.8.2016 | País | O GLOBO | 7

BATALHA DO IMPEACHMENT

GOLPE?
A palavra que dominou debate
Adversários veem contradição no discurso, mas Dilma o mantém

LETICIA FERNANDES E VINICIUS SASSINE
 opais@oglobo.com.br

BRASÍLIA— Os argumentos técnicos do processo de impeachment ficaram em segundo plano ontem, quando o Senado ouviu a defesa de Dilma Rousseff. A palavra "golpe" que sempre esteve na ponta da língua da petista e de seus aliados, passou a ser explorada por seus adversários. O grupo pró-impeachment tentou explorar a contradição no discurso da petista, que classifica o julgamento no Senado, presidido pelo presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, como um processo arbitrário.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), líder do governo Temer no Senado, questionou como poderia ser um golpe um processo que dá direito de defesa à petista:
 — A nossa geração viveu na mocidade o golpe de 1964. Sabemos muito bem o que é isso. Portanto, como é golpe? Golpe com a supervisão do STF? — perguntou Aloysio.

Dilma respondeu que, assim que a condenarem sem que tenha cometido qualquer crime, será uma ruptura democrática:
 — Se me julgarem sem crime de responsabilidade, é golpe. A hora que julgarem e condenarem uma presidente inocente, sem crime de responsabilidade, é um golpe integral.

O senador Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB no Senado, também lembrou a palavra dita e repetida pelo PT. Ao questionar Dilma, ele disse que a presidente afastada fez um discurso político, seguindo um "script pronto" para responder às perguntas. O tucano refutou a tese do PT e disse que golpe é se eleger "mentindo para o país".
 — Não pode haver golpe numa Mesa composta por chefes dos Poderes da República. Golpe é vencer eleição mentindo ao país, golpe é quebrar a Petrobras, golpe é fazer terrorismo contra os mais pobres como fez em todas as eleições o partido de Vossa Excelência. Diz que respeita o Congresso, desde que seja absolvida. Parece o pai que diz ao filho: pode torcer para qualquer time, desde que seja pelo Flamengo — criticou Cunha Lima.

A petista afirmou que as "ameaças" contra seu governo ganharam corpo com o avanço da Operação Lava-Jato sobre a classe política.
 — O mais grave dos crimes é condenar uma inocente por um crime que não cometeu, principalmente uma presidente da República — disse Dilma. ●

FONTE: *O Globo*, 30/08/2016, p. 7.

Estabelecidas então, três hipóteses e uma *questão de pesquisa*, passaremos, por conseguinte, a detalhar os métodos de coleta de dados e as estratégias e métodos de análise que guiaram este trabalho.

4.2 MÉTODOS DE COLETA DOS DADOS

O *corpus* empírico da pesquisa foi composto por editoriais que mencionaram os termos "impeachment", "impedimento" e outras palavras-chave que se relacionam ao processo de destituição dos presidentes como "afastamento", "julgamento", "saída" e "golpe". Os editoriais de *O Globo* foram coletados a partir do acervo digital do periódico hospedado em *acervo.oglobo.globo.com* e salvos em formato PDF. Como a busca através da ferramenta de pesquisa do site trazia textos duplicados de difícil visualização (além de nem sempre ser conveniente a diferenciação entre peças editoriais e não-editoriais), preferiu-se realizar o processo de coleta dos editoriais através da leitura dia-a-dia. Para evitar equívocos, realizamos por duas vezes a leitura integral das edições do jornal durante as delimitações temporais propostas para confirmar os textos que continham as palavras-chave. Durante coleta, não consideramos para a formulação do *corpus* os editoriais que não tinham relação com o objeto desta pesquisa. Como um exemplo, não coletamos editoriais que citavam a palavra impeachment em contexto alheio ao abordado por este trabalho.

Fortalecido com a nomeação para a presidência da comissão de **impeachment**, como representante do bloco governista, o deputado Gastone Righi (PTB-SP) – principal adversário da modernização dos portos na Câmara – resolveu usar do seu revigorado prestígio para tentar influenciar os senadores, com vistas a evitar a aprovação do substitutivo de consenso do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) (CONTRADIÇÕES DA QUESTÃO PORTUÁRIA, *O Globo*, 18/09/1992, p. 05, grifo nosso).

Como é possível verificar, o termo impeachment foi citado apenas pelo fato de que o deputado em questão era o presidente da comissão especial, mas não se aborda o impedimento de Collor e sim o jogo político em torno do projeto de modernização dos portos. Por isso, esse editorial não foi considerado. Cabe destacar que esse descarte foi residual e realizado durante a leitura integral dos textos – lembrando que fizemos uma dupla leitura. Por outro lado, coletamos editoriais que por mais que não abordassem os processos de impedimento como tema principal, não só citavam as palavras-chave como, também, faziam comentários sobre os impeachments. Podemos ilustrar essa situação, citando um editorial de *O Globo* que tinha como assunto principal o apelo que o jornal realizou pela renúncia do presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Inviabilizado um acordo com o governo – mais por resistência de petistas que se recusaram a votar em favor dele –, para que o deputado escape da cassação, os embates no Conselho passaram a reproduzir cenas à altura de câmaras de vereadores do mais longínquo sertão. Tapas, gritarias, intervenções protelatórias de nível rasteiro. Mesmo tucanos que estavam condescendentes com Eduardo Cunha, **para que ele aceitasse o pedido de impeachment de Dilma – arma que o deputado usou para chantagear o Planalto – o abandonaram. Ainda antes de ele instaurar o processo do impedimento – dentro das prerrogativas do presidente da Câmara, seja ele quem for** (VENCEU O PRAZO DE VALIDADE DE EDUARDO CUNHA, *O Globo*, 12/12/2015, p. 18, grifo nosso).

Por mais que o tema principal do editorial citado acima tenha sido as manipulações de Eduardo Cunha no Conselho de ética que poderia cassá-lo, o parágrafo faz um adendo para comentar a ação do presidente da Câmara no processo de impeachment de Dilma, fazendo com que seja relevante considerá-lo para a análise.

Em relação ao recorte temporal, como os processos contra os presidentes Collor e Dilma aconteceram em épocas diferentes, com durações distintas e a partir de conjunturas singulares, a quantidade de meses aos quais foram submetidos à análise também foi diferente. O impeachment do ex-presidente Collor, em 1992, começou a ser debatido a partir das revelações de escândalos de corrupção em seu governo – a começar pela entrevista de Pedro

Collor à *Veja* – e, conseqüentemente, da abertura de CPMI que passou a investigar, em julho, a ligação com o presidente e que sugeriu ao final de seus trabalhos – agosto de 1992 – o impedimento do mandatário da Presidência. A denúncia foi apresentada e aceita no dia 1º de setembro e o final do processo se deu no dia 30 de dezembro de 1992. Quanto ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, já ao início de seu segundo mandato se instalou a grave crise política exacerbada pelos escândalos de corrupção no âmbito da operação Lava Jato e pelas manifestações de março de 2015 em que já havia pedidos explícitos pelo impeachment que só seria aberto pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), em dezembro do mesmo ano. O processo terminou apenas no dia 31 de agosto de 2016.

Como as conjunturas políticas foram bastante diferentes nas crises que levaram às saídas desses presidentes, resolvemos tomar como recorte temporal o período institucional do processo de impeachment, ou seja, da aceitação da denúncia até uma semana após a saída dos presidentes para averiguar a repercussão institucional dos processos. Portanto, o recorte temporal para os editoriais que dizem respeito ao impeachment de Dilma Rousseff começa a partir do dia 02 de dezembro de 2015 – quando a denúncia de crime de responsabilidade é aceita pela Presidência da Câmara dos Deputados – até uma semana após o julgamento final pelo Senado – que finda no dia 07 de setembro de 2016. Já para o impeachment de Collor, coletamos editoriais a partir do dia 1º de setembro de 1992 – quando o pedido de impeachment foi recebido e admitido pelo presidente da Câmara Federal, Ibsen Pinheiro (MDB-RS) – até uma semana após o encerramento do julgamento do presidente no Senado, ou seja, no dia 06 de janeiro de 1992.

Nas tabelas 1 e 2 são demonstrados os resultados da coleta empreendida. Foram coletados 25 editoriais para o período do impeachment de Fernando Collor, e 166 editoriais para o período do impeachment de Dilma Rousseff.

TABELA 1: LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE EDITORIAIS POR MÊS PARA O IMPEACHMENT DE COLLOR.

Impeachment de Fernando Collor	Set/92	Out/92	Nov/92	Dez/92	Jan/93	TOTAL
<i>Editoriais</i>	13	05	02	05	00	25

FONTE: O autor (2019).

TABELA 2: LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE EDITORIAIS POR MÊS PARA O IMPEACHMENT DE DILMA.

Impeachment de Dilma Rousseff	Dez/16	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16
<i>Editoriais</i>	17	05	06	15	34	29

Impeachment de Dilma Rousseff	Jun/16	Jul/16	Ago/16	Set/16	TOTAL
<i>Editoriais</i>	15	13	24	08	166

FONTE: O autor (2019).

Todos os editoriais que compõem o *corpus* deste trabalho estão disponíveis através de link⁹¹ para que possam ser acessados de forma mais prática e transparente. A seguir, nas tabelas 3 e 4, estão expostos os títulos dos editoriais coletados, junto às datas em que foram publicadas e as páginas nas quais foram encontrados.

QUADRO 1: DATA, TÍTULO E PÁGINA DOS EDITORIAIS PUBLICADOS SOBRE O IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR POR O *GLOBO*.

Data de publicação	Título do editorial	Página
01/09/1992	O que não muda	06
05/09/1992	Dignidade no desespero	01
05/09/1992	Fora de questão	06
10/09/1992	Votos pela tabela	05
17/09/1992	O preço	03
19/09/1992	Poesia premiada	03
22/09/1992	Inconfessável	05
24/09/1992	Tiros na água	03
24/09/1992	Votomóvel	10
25/09/1992	A âncora jurídica	06
26/09/1992	Fôlego na alma	01
27/09/1992	Castigo	11
30/09/1992	Renúncia, agora	01
01/10/1992	O Governo Itamar	01
03/10/1992	Reforma bloqueada	05
15/10/1992	Contas de chegar	06
21/10/1992	Interesse relevante	06
22/10/1992	Itamar e os portos	01
05/11/1992	Ao trabalho sério	01
21/11/1992	Retrocessos, não	01
12/12/1992	Calma!	04
18/12/1992	Em defesa do mercado	06
22/12/1992	Perigo afastado	06
31/12/1992	Ato de arbítrio	01
31/12/1992	Capital do novo Governo	06

FONTE: O autor (2019).

⁹¹ Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1IsDzAfLI_kWPJeXA_g7woP83sWd0Yn-m.>

QUADRO 2: DATA, TÍTULO E PÁGINA DOS EDITORIAIS PUBLICADOS SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF POR *O GLOBO*.

Data de publicação	Título do editorial	Página
04/12/2015	Legalidade e legitimidade	20
04/12/2015	Realidade	26
05/12/2015	Consenso	08
05/12/2015	Dominância política na crise econômica	20
09/12/2015	O divórcio entre Dilma e Temer	18
10/12/2015	Pregão	10
10/12/2015	Supremo deve é garantir segurança jurídica	20
11/12/2015	Enquanto isso, a economia se deteriora	20
12/12/2015	Venceu o prazo de validade de Eduardo Cunha	18
13/12/2015	Há dinamite de pavio aceso no Orçamento	18
14/12/2015	Há razões técnicas	14
16/12/2015	Limites institucionais no julgamento do STF	24
17/12/2015	Visita ao núcleo político da corrupção	18
18/12/2015	Instituições começam a enquadrar Cunha	22
19/12/2015	STF aumenta a responsabilidade do Planalto	20
24/12/2015	É preciso coragem para fazer História	14
30/12/2015	Populismo latino-americano em ciclo de baixa	18
01/01/2016	À procura da luz no fim do túnel	12
06/01/2016	Endividar-se não resolve crise de estados e municípios	12
09/01/2016	Dilma entre o PT e a realidade do país e do governo	14
12/01/2016	Uma caixa preta chamada China	14
21/01/2016	A difícil tarefa de convencer o empreendedor	12
01/02/2016	Base constitucional	12
08/02/2016	Situação insustentável	10
12/02/2016	Má gestão é um perigo tão grande quanto o ‘Aedes’	14
17/02/2016	Dilma terá no STE um difícil embate	16
19/02/2016	A difícil agenda do novo líder do PMDB	16
29/02/2016	Missão difícil	10
04/03/2016	Eduardo Cunha em curva descendente	18
05/03/2016	Uma reafirmação de princípios republicanos	20
15/03/2016	Um ‘basta’ das ruas a Dilma, Lula e PT	14
16/03/2016	Desemprego expressa o drama humano na crise	18
17/03/2016	Lula e Dilma apostam tudo para tentar sobreviver	18
19/03/2016	O impeachment é uma saída institucional da crise	20
21/03/2016	A serviço do desemprego	12
22/03/2016	A preocupante ofensiva do governo contra a Lava-Jato	16
23/03/2016	Piada	04
24/03/2016	Despertou	10
24/03/2016	Dilma radicaliza e fala de um país imaginário	18
29/03/2016	O que indicará uma debandada do PMDB	22
30/03/2016	Imprevisto	08
30/03/2016	A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo	16
31/03/2016	Tentativa desesperada com o velho fisiologismo	14
01/04/2016	Terapia	04
01/04/2016	Provas da despreocupação com o equilíbrio fiscal	18
02/04/2016	Teste de realidade	08
02/04/2016	Lava-Jato não pode ter o destino da Mãos Limpas	18
03/04/2016	Alívio momentâneo não tira escassez de água da agenda	18
05/04/2016	Mensalão e petrolão evidenciam ‘organização criminosa’	16
05/04/2016	Histórico	19
06/04/2016	Às claras	07
06/04/2016	Tempo no impeachment corre contra o país	22
07/04/2016	Proporcional	08

07/04/2016	Ministro do STF exorbita em impeachment de Temer	20
08/04/2016	O consistente relatório da comissão do impeachment	18
09/04/2016	Memória	06
09/04/2016	Delação de empreiteira é chave para Lava-Jato	18
11/04/2016	Fé religiosa	14
12/04/2016	Dentro da Lei, dentro da Constituição	18
13/04/2016	Líderes têm de contribuir para clima de tranquilidade	20
13/04/2016	Retomada	24
15/04/2016	A irresponsabilidade fiscal nos três poderes	18
16/04/2016	STF acerta ao manter a tramitação do impeachment	20
17/04/2016	Não vai mesmo ter golpe	14
18/04/2016	Um passo para o impeachment	18
19/04/2016	Toma lá	06
19/04/2016	Temer precisará blindar a Polícia Federal	20
20/04/2016	Desvio	08
20/04/2016	Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do 'golpe'	20
21/04/2016	Esquecimento	10
21/04/2016	Dilma põe interesses pessoais e do PT acima do país	18
23/04/2016	Sensato	06
24/04/2016	O Orçamento à espera do desfecho do impeachment	18
26/04/2016	PSDB não pode repetir o PT de 1992	16
28/04/2016	Eduardo Cunha mancha o Congresso	16
29/04/2016	Reformar a Previdência seria bom começo para Temer	18
30/04/2016	O verdadeiro golpe é o das 'diretas já'	18
01/05/2016	Oportunidade de se aperfeiçoar programas sociais	20
03/05/2016	Piscou	04
03/05/2016	Compromisso de Temer precisa ser com a História	16
04/05/2016	A falácia da defesa dos gastos sociais pelo PT	18
05/05/2016	MP inclui Lula na 'organização' de Dirceu	18
05/05/2016	Europa não segue conselho de Dilma e cresce	18
06/05/2016	Renúncia de Cunha é a melhor alternativa	22
07/05/2016	Teses pelo impeachment se consolidam	18
10/05/2016	Ato irresponsável à altura do baixo clero	20
11/05/2016	Desvios	11
11/05/2016	Amplitude	12
11/05/2016	O papel de Lewandowski no impeachment	22
12/05/2016	Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal	22
13/05/2016	Otimismo como o novo tom do Planalto	18
14/05/2016	Tempestade perfeita numa caixa-preta	22
15/05/2016	Impeachment mostra que Brasil não é Venezuela	20
15/05/2016	Atendimento médico nos Jogos, uma questão urgente	20
16/05/2016	Evitar o retrocesso	14
17/05/2016	Todo cuidado é pouco com a CPMF	14
18/05/2016	Governo reintegra o Itamaraty ao Estado brasileiro	18
20/05/2016	Recordação	22
21/05/2016	PT confirma aparelhar em nome do 'projeto'	18
22/05/2016	Quem paga a conta num país de corporações	18
23/05/2016	Dificuldade da defesa	14
24/05/2016	Saída de Jucá estabelece norma positiva no governo	18
26/05/2016	Saída de crises é só pela Constituição	14
27/05/2016	Aproveitar o momento	12
31/05/2016	Renúncia de ministro reduz danos de Temer	16
31/05/2016	As mal-ajambradas explicações de Dilma	16
02/06/2016	Foco	06
04/06/2016	Denúncias aprofundam desgaste de Dilma	12
05/06/2016	A crise nada invisível dos estados	20
07/06/2016	Temer tem de ser inflexível com a corrupção	14

09/06/2016	Enigma	04
10/06/2016	Caixa dois da campanha de 2014 ameaça Dilma	16
10/06/2016	Dimensão	21
11/06/2016	Cunha ultrapassa todos os limites	16
12/06/2016	Momento para se quebrar a rigidez das leis trabalhistas	18
15/06/2016	Obra	08
17/06/2016	Resta a Temer e a todos responder de forma convincente	16
17/06/2016	Questão de tempo	19
18/06/2016	Teto para gastos é o marco zero de reformas	16
19/06/2016	Não há saída da crise fora da Constituição	14
24/06/2016	Combate à corrupção sem prazo de validade	14
05/07/2016	Mercosul precisa sair do imobilismo	14
06/07/2016	Acerto	21
07/07/2016	Tumulto	07
07/07/2016	Brasil e Argentina aumentam pressão sobre Maduro	14
08/07/2016	Fissuras	10
14/07/2016	Sem reformas, sinais de melhora não persistirão	16
15/07/2016	Temer ganha e Cunha perde com Maia na Câmara	20
17/07/2016	Reforma trabalhista preserva e cria empregos	18
20/07/2016	Distensão política ajuda nas expectativas	16
23/07/2016	Ponto Final	03
26/07/2016	Aumentar salários de servidores é incoerente	12
30/07/2016	Lixo da História	04
30/07/2016	Pista	07
02/08/2016	Um basta	06
03/08/2016	‘Tese do golpe’ e da perseguição a Lula é pulverizada	16
03/08/2016	Alto custo	23
04/08/2016	Apressar impeachment não fere direito de defesa	14
06/08/2016	Políticos demonstram não perceber gravidade da crise	18
09/08/2016	Contagem regressiva final para o impeachment	12
11/08/2016	Câmara é incoerente ao resistir à responsabilidade fiscal	14
12/08/2016	Câmara deve ao país cassação de Cunha	18
13/08/2016	Cúmplices	06
13/08/2016	Cabe lembrar que o país continua em grave crise fiscal	14
15/08/2016	Ajuste ilusório	11
18/08/2016	Réquiem	03
18/08/2016	A simbologia de dois presidentes investigados	16
19/08/2016	Mentira	06
19/08/2016	Estatais criadas desde Lula sobrecarregam Tesouro	20
23/08/2016	Autoestima	03
23/08/2016	Teto de gastos é um divisor de águas para o país	12
24/08/2016	Fogueira	03
25/08/2016	Não faltam provas para o impeachment de Dilma	20
27/08/2016	Duas faces	03
27/08/2016	PT quer tirar foco do julgamento do impeachment	18
28/08/2016	PEC dos partidos ajudará na renovação política	18
30/08/2016	Dilma não responde a acusações e repete argumentos	20
31/08/2016	Dilma chega vulnerabilizada à votação	20
01/09/2016	Para que jamais haja outro impeachment	16
01/09/2016	Recepção	35
02/09/2016	Clareza	07
02/09/2016	Agenda decisiva exige união na base	18
03/09/2016	Confusão	08
04/09/2016	Ajuste fiscal protegerá gastos sociais	14
05/09/2016	Questão aritmética	14
06/09/2016	Governo Temer precisa ter cuidado com o FGTS	16

FONTE: O autor (2019).

Com a formulação do *corpus* consolidada, composto por 191 editoriais, apresentaremos, na próxima seção, quais serão as estratégias para a sua análise tendo em vista os testes das hipóteses que auxiliarão a resolução da problemática deste trabalho.

4.3 ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa recorre à Análise de Conteúdo (AC) como técnica fundamental, visto que tal estratégia “[...] trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto estabelecendo categorias para sua interpretação” (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Segundo as autoras, através da AC seria possível “compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem”. Laurence Bardin, autora referência para o método, define a Análise de Conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 42).

Bardin (2009) ainda afirma que essa abordagem tem por objetivo realizar deduções lógicas e justificadas – através de uma sistematização e explicitação do conteúdo das mensagens – que se refiram à origem das mesmas, ou seja, o emissor e seu contexto, bem como o efeito das mensagens. Desta maneira, ao utilizar a Análise de Conteúdo, observaremos os editoriais coletados de forma contextualizada e ancorada nos processos históricos aos quais eles estavam inseridos durante o impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff. Nesse sentido, olhamos para o dado ou fonte histórica não como um mero “documento” sobre o qual obtemos respostas e lições e sim como um “monumento”, uma construção histórica e ideológica (FOUCAULT, 2008).

Esse olhar para os dados que privilegia o “construído” ao meramente “intuído”, considerando seus contextos, também é ressaltado por Bardin (2009) em relação às técnicas de Análise de Conteúdo. Para a autora, uma investigação laboriosa e sistemática sobre os documentos é essencial para se afastar do que ela chama de “ilusão da transparência” ou “perigos da compreensão espontânea”. Sendo assim, a Análise de Conteúdo procura atender a dois objetivos: “a ultrapassagem da incerteza”, ou seja, a ideia de que a leitura realizada pode ser generalizável dando certo rigor a análise; e o “enriquecimento da leitura”, em outras

palavras, uma leitura mais atenta que aumente a pertinência, que privilegie a descoberta e que possa ir além das aparências. A partir desses objetivos, conseguimos apreender duas funções do método aqui analisado: uma função heurística, no sentido de se propor uma análise exploratória do conteúdo – “análise para ver o que dá” –, e uma função de administração da prova, no sentido de servir para a confirmação de hipóteses – “análise para servir de prova”.

Para a efetivação de uma descrição analítica, é preciso que o pesquisador construa unidades de codificação ou de contexto para categorizar as mensagens. Bardin (2009) afirma que essa forma de lidar com as comunicações é chamada de análise categorial ou método das categorias, “[...] espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas da mensagem” (BARDIN, 1977, p. 37).

Esta pesquisa será metodologicamente tributária ao trabalho de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) que, utilizando a Análise de Conteúdo, elencou variáveis independentes categóricas e seus indicadores para a classificação das unidades de análise objetivando o estudo da construção da legitimidade do afastamento de Dilma Rousseff nos editoriais da *FSP* e do *OESP*. Os autores elaboraram três eixos para análise, a saber, (1) Argumento legitimador, (2) Saída para a situação política, e (3) Consequências do impeachment.

Vale ressaltar que, ao utilizar o quadro de variáveis do trabalho supracitado, houve algumas adaptações das categorias do modelo elaborado pelos autores, tendo em vista uma adequação ao objeto deste trabalho e aos seus contextos – foi importante compatibilizar melhor, por exemplo, as variáveis ao contexto político e histórico do impeachment de Fernando Collor em 1992. Essa adequação foi realizada a partir de uma leitura prévia dos editoriais selecionados de *O Globo*. Nesse sentido, adaptamos os eixos da seguinte forma: (1) Razões favoráveis (ou contrárias) ao processo de impeachment, (2) Saídas políticas para a situação e (3) Consequências do (não) impeachment. Pretendemos, através das variáveis desses três eixos, verificar a presença de (1) argumentos que objetivam a busca do jornal por construir um ambiente favorável (ou desfavorável) aos processos de impeachments, (2) defesas de soluções políticas para se debelar a situação de impasse provocada pelos contextos em que a crise geral estava situada, e (3) sustentações sobre o que poderia acontecer no cenário pós-impeachment, caso a saída dos presidentes fosse (ou não) sacramentada.

Sustentamos que os eixos escolhidos e seus conjuntos de variáveis – que estão no QUADRO 3 – formam um *framework* em que é possível verificar como o jornal pode ter construído (ou desconstruído) a legitimidade dos processos de impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff. A razão para a primeira alteração de redação realizada (de “argumento legitimador” para “razões favoráveis [ou contrárias]”) é justificada tendo em vista não provocar ruído entre o primeiro eixo e o problema de pesquisa deste trabalho que, como reiteradamente afirmamos, visa analisar a construção (ou desconstrução) da legitimidade do processo de impeachment de Dilma e Collor através dos editoriais do jornal *O Globo*. Poderia haver uma percepção de que apenas esse eixo (“argumento legitimador”) fosse relevante para a busca de respostas ao problema levantado. Em nossa compreensão, os três eixos de variáveis compõem um quadro geral que pode indicar como o jornal buscou legitimar (ou deslegitimar) os processos. Dessa forma, então, para evitar uma má compreensão, optamos por usar o termo “razões”.

A segunda mudança (de “saídas para a situação política” para “saídas políticas para a situação”) é justificada pela tentativa, mais uma vez, de evitar uma má compreensão do eixo que, nesse caso, procura verificar a existência de defesa de soluções para a situação. Nesse sentido, ao mudar a redação, buscamos evidenciar esse aspecto de qual saída política poderia ser mobilizada pelo jornal como melhor maneira de se resolver a grave crise geral vivenciada pelo país nos dois processos de impeachments analisados. Quanto às variáveis específicas desses eixos, acrescentamos para cada “razão favorável”, uma correspondente, porém contrária ao impeachment. Julgamos essa alteração importante para buscar dados sobre a possibilidade de uma ação do jornal para deslegitimar os processos de impedimento. Essa ação não foi necessária em relação às variáveis do eixo “consequências”, uma vez que elas já compreendem elementos tanto positivos, quanto negativos⁹².

QUADRO 3: EIXOS E VARIÁVEIS PARA A CONSTRUÇÃO (OU DESCONSTRUÇÃO) DA LEGITIMIDADE DOS IMPEACHMENTS.

<p>RAZÕES FAVORÁVEIS (OU CONTRÁRIAS) AO PROCESSO DE IMPEACHMENT</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Crime de responsabilidade - Normas legais (a favor) - Normas legais (contra) - Voz do povo (a favor) - Voz do povo (contra) - Crise econômica (a favor) - Crise política (contra) - Corrupção e fisiologismo (a favor)
--	---

⁹² Para mais informações, verificar o APÊNDICE em que estão registradas todas as alterações para a formulação do Livro de Códigos.

	<ul style="list-style-type: none"> - Corrupção e fisiologismo (contra) - Outra (a favor) - Outra (contra) - Não apresenta razões (a favor) - Não apresenta razões (contra)
SAÍDAS POLÍTICAS PARA A SITUAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Impeachment - Renúncia - Novas eleições - Respeito ao mandato presidencial - Algo deve ser feito (sem que o jornal especifique o quê) - Outra - Não apresenta saídas
CONSEQUÊNCIAS DO (NÃO) IMPEACHMENT	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade política - Instabilidade econômica - Melhora do cenário econômico - Melhora do cenário político - Melhora geral - Futuro incerto - Judicialização do afastamento - Outra - Não apresenta consequências

FONTE: Adaptação de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018).

Importante ressaltar que – assim como na pesquisa de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) – um mesmo editorial pode trazer em seu texto mais de uma variável de cada eixo categórico. Como já ressaltamos anteriormente, os editoriais podem elencar diversos argumentos em prol de uma agenda em busca da aceitação de sua posição, sendo assim, não poderíamos limitar cada unidade de análise a um indicador sob o risco de simplificar a pluralidade que marca o gênero editorial.

Para testar a *H3* e responder a *RQ1*, pretendemos verificar, num primeiro momento, a presença da variável “abordagem da tese do golpe” nos editoriais que compõem o *corpus*. Caso seja atestada a presença, então passaremos a verificar o tipo de abordagem. Nesse sentido, os codificadores deverão classificá-lo como (1) corroboração, (2) refutação ou (3) nenhum. O quadro abaixo apresenta essa variável e suas categorias (mais detalhes no Livro de Códigos no APÊNDICE).

QUADRO 4: VARIÁVEL DA ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE E SUAS CATEGORIAS.

ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE	<ul style="list-style-type: none"> - Corroboração à tese do golpe - Refutação à tese do golpe - Nenhum
-----------------------------------	---

FONTE: O autor (2019).

Para obter uma validação e garantir a replicabilidade dos resultados, um livro de códigos foi elaborado e dois codificadores foram treinados, realizando, nesse processo, um teste de confiabilidade (FIELD, 2009; KRIPPENDORFF, 2004) com uma amostra de 50 editoriais selecionada de forma aleatória.

Após treinamento, discussão e aperfeiçoamento da descrição das variáveis (registradas no Livro de Códigos que está no APÊNDICE), foram realizados testes de confiabilidade para cada uma delas. Foram utilizadas as fórmulas Kappa de Cohen e alpha de Krippendorff para se obter os índices de confiabilidade. Segundo Krippendorff (2004, p. 241-242), o piso do índice para a confiabilidade deve ser de 0.800 e os resultados entre 0.667 e 0.800 são aceitáveis para conclusões provisórias. As tabelas abaixo apresentam os índices para cada variável dos eixos verificados por este trabalho⁹³.

TABELA 3: ÍNDICES DOS TESTES DE CONFIABILIDADE PARA AS VARIÁVEIS DO EIXO “RAZÕES FAVORÁVEIS (CONTRÁRIAS) AO PROCESSO DE IMPEACHMENT”.

Variáveis	Percentual de concordância	Kappa de Cohen	Alpha de Krippendorff (nominal)
Crime de responsabilidade	98%	0.955	0.955
Normas legais (a favor)	92%	0.837	0.837
Normas legais (contra)	100%	1	1
Crise econômica (a favor)	92%	0.826	0.828
Crise econômica (contra)	100%	Sem presença	Sem presença
Crise política (a favor)	96%	0.875	0.876
Crise política (contra)	100%	1	1
Voz do povo (a favor)	96%	0.851	0.853
Voz do povo (contra)	100%	1	1
Corrupção e fisiologismo (a favor)	92%	0.827	0.828
Corrupção e fisiologismo (contra)	98%	0.912	0.912
Outro (a favor)	98%	0.847	0.848
Outro (contra)	100%	Sem presença	Sem presença
Não apresenta razões favoráveis	98%	0.922	0.922
Não apresenta razões contrárias	98%	0.922	0.922

FONTE: O autor (2019).

⁹³ Os resultados dos testes de confiabilidade foram obtidos a partir do cálculo das fórmulas realizado através de *website* disponível em: <dfreelon.org/recal/recal2.php> acesso em 02 out. 2019.

TABELA 4: ÍNDICES DOS TESTES DE CONFIABILIDADE PARA AS VARIÁVEIS DO EIXO “SAÍDAS POLÍTICAS PARA A SITUAÇÃO”.

Variáveis	Percentual de concordância	Kappa de Cohen	Alpha de Krippendorff (nominal)
Impeachment	98%	0.949	0.95
Renúncia	100%	1	1
Novas Eleições	100%	Sem presença	Sem presença
Respeito ao mandato presidencial	100%	Sem presença	Sem presença
Algo deve ser feito	98%	0.898	0.899
Outro	100%	1	1
Não apresenta saídas	96%	0.918	0.919

FONTE: O autor (2019).

TABELA 5: ÍNDICES DOS TESTES DE CONFIABILIDADE PARA AS VARIÁVEIS DO EIXO “CONSEQUÊNCIAS DO IMPEACHMENT”.

Variáveis	Percentual de concordância	Kappa de Cohen	Alpha de Krippendorff (nominal)
Instabilidade econômica	98%	0.898	0.899
Instabilidade política	100%	1	1
Melhora do cenário econômico	98%	0.79	0.792
Melhora do cenário político	100%	1	1
Melhora geral	100%	1	1
Futuro incerto	98%	0.847	0.848
Judicialização	100%	1	1
Outro	100%	1	1
Não apresenta consequências	94%	0.865	0.866

FONTE: O autor (2019).

TABELA 6: ÍNDICES DOS TESTES DE CONFIABILIDADE PARA AS VARIÁVEIS DA ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE.

Variáveis	Percentual de concordância	Kappa de Cohen	Alpha de Krippendorff (nominal)
Aborda a tese do golpe	98%	0.96	0.96
Tipo de abordagem da tese do golpe	95.7%	0.836	0.839

FONTE: O autor (2019).

É preciso fazer duas observações sobre os resultados dos testes. Em relação a algumas variáveis, não foi possível gerar um índice através das fórmulas. Esse dado se refere às variáveis em que não foram atestadas as suas presenças. Nesse caso, o resultado é indefinido, porém, o percentual de concordância com a ausência das mesmas nas unidades de análise foi de 100%. A outra observação é no sentido da justificação do índice obtido para a variável “*melhora do cenário econômico*”, única das 33 variáveis em que o teste de confiabilidade gerou um valor abaixo de 0.800. Porém, como o resultado foi de 0.79 para o

Kappa de Cohen e 0.792 para o alpha de Krippendorff – apenas um décimo abaixo do índice pretendido – e como houve uma concordância de 98%, não seria necessário realizar outro teste. Porém, para um melhor ajuste, houve um reforço do treinamento tanto para essa variável específica, quanto para as outras que obtiveram índices melhores.

Da descrição (através de uma análise categórica e dicotômica) à interpretação das mensagens (última fase da Análise de Conteúdo), Bardin (2009) afirma que a inferência é o procedimento intermediário que vai permitir a passagem de forma explícita e controlada da fase inicial à final. Essa fase intermediária de dedução lógica procura responder a dois questionamentos: (1) o que conduziu o editorial a determinado enunciado? Nesse sentido, procura-se responder quais são as causas ou antecedentes da mensagem; e (2) quais são as consequências que um determinado enunciado pode provocar? Desta forma, refere-se aos prováveis efeitos da mensagem. Em outras palavras, a Análise de Conteúdo se dá na articulação da superfície dos textos descritos e analisados e os fatores que levaram a ter essas características (BARDIN, 2009). Para a discussão desses fatores, se faz necessária, mais uma vez, a contextualização histórica para evitar os anacronismos possíveis ao comparar os posicionamentos editoriais do jornal *O Globo* durante os dois processos de impeachment. Desta forma, esta pesquisa balizará a interpretação dos dados com rigor teórico e metodológico.

Porém, para além da observância dos contextos históricos, é importante conhecer bem a unidade de análise que propomos para compor nosso *corpus* empírico. Apesar de analisarmos editoriais de um mesmo periódico, vinte e quatro anos separam os editoriais coletados no recorte proposto para o impeachment de Collor e de Dilma. Portanto, a forma como os editoriais estão estruturados e dispostos no jornal também se diferencia no tempo.

Em 1992, *O Globo* trazia um editorial sempre na página 6 que era a página de opinião. Nela constavam, além do editorial, alguma caricatura que envolvia episódios políticos de relevo, uma coluna política, a seção de carta dos leitores e um descritivo da empresa jornalística onde continha instruções para assinaturas.

Ao mesmo tempo, era muito comum encontrar editoriais de primeira página quando havia temáticas publicadas de grande discussão pública e quando o jornal fazia apelos urgentes e importantes na arena política. Fora desses dois espaços privilegiados para a publicação editorial, o periódico por vezes trazia nas seções de política e economia alguns

pequenos editoriais que diziam respeito às matérias das páginas em que se encontravam. Essa característica é singular no jornalismo, uma vez que a separação entre notícia e opinião (até mesmo em páginas diferentes para demarcar um “muro impenetrável”) é uma das formas pelas quais a empresa jornalística pretende demonstrar sua objetividade, apesar de que estudos apontem a existência de uma relação entre as seções (CHAPARRO, 2003; KAHN; KENNEY, 2002; MARQUES; MIOLA; MITOZO; MONT’ALVERNE, 2019).

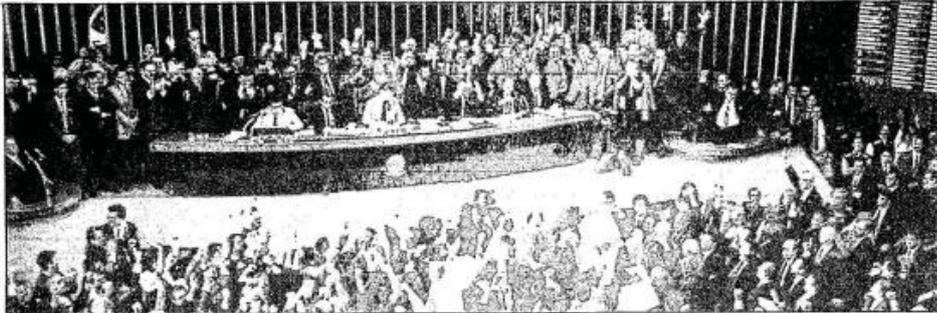
Essa disposição de editoriais ao longo das páginas do jornal *O Globo* justificou, também, a estratégia de privilegiar uma busca “página a página” das publicações do nosso recorte temporal por duas vezes para que não houvesse o risco de descarte de editoriais que continham os termos escolhidos para a seleção.

A dispersão de editoriais ao longo das páginas do jornal também é encontrada nas publicações de *O Globo* nos anos de 2015 e 2016. Para além desse quesito, a página em que estava situada a principal opinião editorial do jornal variava a cada publicação entre as páginas 10 e 24. Outra característica importante é a observação de dois editoriais nessas páginas que também traziam uma coluna política e, assim como em 1992, os dados da empresa jornalística com informes sobre assinaturas.

Porém havia variações, como quando o editorial trazia um grande tema de discussão pública. Nesse caso, normalmente seria publicado apenas um editorial, porém de maior extensão. Outra variação se dava quando o jornal trazia duas opiniões divergentes sobre um assunto polêmico, no caso, de um lado a opinião do jornal e de outro a opinião assinada de um agente político ou agente de alguma corporação que divergia do periódico. As figuras a seguir demonstram essas possibilidades de localização e configuração dos editoriais do jornal *O Globo*.

FIGURA 23: EDITORIAL EM PRIMEIRA PÁGINA DE O GLOBO EM 1992.

CÂMARA APROVA O IMPEACHMENT POR 441 VOTOS A 38



Deputados em sessão no Palácio do Rio Branco (PT-PR) após o fim do processo de impeachment de Collor. O presidente do Senado, José Sarney, está no centro da imagem, sendo abraçado por deputados.

Collor está fora do poder

Renúncia, agora

O PRESIDENTE Collor renúncia a todos os apelos para que renuncie enquanto ainda estiver no cargo. Desde o início da greve geral — que o Congresso Nacional votou a interromper o seu mandato, nos termos da lei.

COM a decisão da Câmara, o presidente muda o cenário. Não há mais impedimentos, e o Congresso pode votar a destituição de Collor em 30 dias de sessão ordinária.

NÃO são necessárias presenças para votar a destituição, pois o presidente não pode comparecer ao Congresso.

UM país de máquinas administrativas sofisticadas, com graves problemas sociais e com o comércio a péssima saúde, não dá condições para vencer a crise profunda. Para um país como o Brasil de hoje, as perspectivas, sem uma renúncia imediata, são sombrias.

É COMO se o povo brasileiro estivesse pedindo para o presidente sair, tendo em vista a situação do país. Como poderia o presidente sair em 30 dias pelo seu cargo?

Em dois anos, um novo governo, se não antes, se torna de dever a vista histórica do Congresso e dos partidos, poderá conduzir o país no sentido da modernização — cumprindo o processo que levou Collor ao poder.

MAS será como implementar o plano de renúncia enquanto o país e seus homens públicos estiverem ocupados com uma disputa pelo poder, onde a população de todo o Brasil espera a solução de seus problemas?

POR isso que o Brasil deve se voltar para a renúncia e voltar a trabalhar em paz, a estabilidade social para o Executivo e o Congresso. Não há problema em aceitar a renúncia de Collor, desde que o Congresso não seja obrigado a votar a destituição de Collor, pois isso seria uma vitória para o Brasil.

NESTE momento, Fernando Collor não tem mais nada a oferecer ao Brasil, pois não tem mais nada a oferecer ao Brasil. Ele não tem mais nada a oferecer ao Brasil, pois não tem mais nada a oferecer ao Brasil.

CHIEDU para não se tornar de novo o presidente desta República, de defesa não renúncia, de defesa não renúncia, de defesa não renúncia.

É a hora de Fernando Collor sair do Brasil, sem o compromisso de um novo governo, que não tem mais nada a oferecer ao Brasil, sem o compromisso de um novo governo, que não tem mais nada a oferecer ao Brasil.



O governador de Sergipe, Sérgio Jobava, em PT, cumprimenta Sarney após renúncia de Collor.

Esta tarde, seis meses e 14 dias depois de posse, seu cargo em mandato de cinco anos, o Governo de Fernando Collor renunciou ao cargo de Presidente da República. O plano de renúncia foi dado pelo deputado Paulo Roberto Campos — o líder da oposição — ao PT, ministro, seis meses antes do impeachment. Com um resultado que aponta um triunfo no impeachment da oposição — 441 votos a favor, 38 contra, 25 ausentes e uma abstenção — após duas horas e 15 minutos de votação, a Câmara dos Deputados votou a favor do processo Collor, por crime de responsabilidade, devido ao seu envolvimento no esquema de corrupção conhecido pelo nome de "Cangaço do Collor".

A renúncia imediata, que deveria ocorrer na plenária de todos os dias, custando o título de Independência, foi dada pelo deputado Ivan Freixo, que, mesmo sem ser necessário, fez questão de votar contra Collor. A maioria dos deputados, ao declarar o voto, fez um pequeno discurso, em favor de Collor ou contra. Alguns, porém, não quiseram fazer um discurso para fazer o processo eleitoral. A chamada "hora do discurso" governista ficou praticamente silenciosa da tribuna dos aliados. Entre os presentes, os votos pro-impeachment do deputado Sérgio Guerra — senador do governador Antônio Carlos Magalhães — e Orlando Moura (PT-PR), membros do partido em que Collor estava abertamente apoiado. A oposição contou com os votos de governistas que se juntaram na segunda chamada quando o resultado já era conhecido.

Itamar deve anunciar hoje seu ministério

O vice-presidente Itamar Franco deverá anunciar amanhã seu ministério, após reunião com os membros do partido e concessão de seu ministério. Da qual ele não se desvia — que incluem o ministro da Justiça, Celso de Bora, ministro da Saúde, Collor, entre outros. Collor, ministro da Justiça, Celso de Bora, ministro da Saúde, Collor, entre outros. Collor, ministro da Justiça, Celso de Bora, ministro da Saúde, Collor, entre outros.

Chico

Circule com este estêo o jornal de Bate para o Mito

Preço desta edição no Estado de São Paulo: Cr\$ 4.000,00

Classificação para o Brasil: 10 e 15 anos: Códigos A, B e C - 30 páginas



Collor ainda quer lutar no Senado pelo cargo

O ministro da Justiça, Celso de Bora, disse ontem, em sessão do presidente, que Collor não se recusa a aceitar o julgamento no Senado. Collor quer lutar pelo cargo de presidente do Senado, Moura Soares, pretende consultar o líder da oposição no presidente seu afastamento do cargo, por seis meses.

Resultado é festejado como Copa do Mundo

Em todo o país, o povo comemora o resultado da votação. Em São Paulo, o povo comemora o resultado da votação. Em São Paulo, o povo comemora o resultado da votação. Em São Paulo, o povo comemora o resultado da votação.

FIGURA 24: PÁGINA EDITORIAL PADRÃO DE O GLOBO EM 2015/2016

Opinião

O divórcio entre Temer e Dilma

A mão invisível que escreve em tempo real o roteiro da crise política escarrega credibilidade. Em meio a uma profunda crise econômica cuja dimensão ainda não é visível, a presidente rejeita, do campo político que está no poder há quase 13 anos, enfraquecendo o processo de impeachment, e busca apoiar em uma base parlamentar flutuante. Votações importantes no Congresso, para enfrentar as dificuldades econômicas, atrasam ainda mais, entusiasmadas pela confusão política, e, se tudo isso não fosse suficiente, o já difícil relacionamento entre Dilma e seu vice, Michel Temer, presidente do PMDB, o segundo maior partido da base do governo, parece ter implodido de vez.

A derrota da proposta do Planalto para a comissão de impeachment é sinal de uma parcela oposicionista forte no PMDB, mas nada é previsível

do, o vice-presidente passou a ser visto no PT e pelo círculo próximo à presidente como um conspirador em ação. A carta pessoal enviada na noite de segunda por Temer a Dilma, publicada ontem pelo GLOBO, se tornou prova documental do afastamento do grupo permeabilista ligado ao vice em relação ao Planalto. Ou até mesmo de uma grave divisão no partido. Quanto a sua semelhante-se causada. Conhecida por ser uma consideração de caciques regionais, o PMDB é o que existe na política brasileira mais próximo do Partido Justicialista, peronista, argentino, em que há representantes da esquerda à direita, incluindo os ex-reis. Algo como a própria aliança montada pelo PT para governar. Temer acusa o Planalto pelo viciamento da carta. E ele próprio recebeu críticas de permeabilistas no Senado, do presidente da Casa, Renan Cabral (AL), e de prótemos como o senador José Sarney.

Entre os 11 pontos da carta, Temer destila mensagens políticas e pessoais, relacionadas por ele como gestos de depreciação de suas funções. Mas como nada é simples no partido, há, no interlúdio, a atuação da bancada do PMDB fluminense, a maioria do partido na Câmara, alinhada à defesa do presidente Dilma. Contra a posição, agora se vê,

de Temer e de uma parte ponderável do partido. É o que se conclui do resultado da votação de ontem, na Câmara, para a escolha da comissão que deliberará sobre o pedido de impeachment, em que a proposta da base do Planalto foi derrotada. Se o partido mesmo do PT a iniciativa de romper com Temer, não foi uma ideia inteligente, por desmontar a estratégia postula de eleger Eduardo Cunha o adversário de Dilma. Pois, num ambiente de folha corrida com ele, a presidente é vencedora indiscutível. Já o confronto com Temer anima apenas a governa militarista. Sem falar que atrairia ainda mais as negociações no Congresso para aprovar projetos importantes. Mas, como tem sido no Brasil dos últimos meses, nada é minimamente previsível enquanto não se souber tudo o que a Lavo-Jato apruma. ■

Luta contra o 'Aedes aegypti' exige mobilização nacional

N a entrevista que o pesquisador Pedro Vasconcelos, do Instituto Evandro Chagas (IEC), que expôs sua relação com o Zika e a microcefalia, deu ao GLOBO, publicada sábado, sobre a epidemia provocada pelo Aedes aegypti, impressionou tanto o relato sobre a realidade em que o vírus se tornou uma grave ameaça à saúde pública quanto a divisão que o próprio cientista levanta sobre a ação do mosquito. "Temos um inimigo poderoso e completamente descontrolado", afirmou. De tais as notícias — das organizações de poder público e da área médica — evidenciam que há grande possibilidade diante da realidade do vetor o dia rápido com que ele tem avançado sobre o país. Supressa a parte, o que fez fora de dúvida é que combater ao mosquito implica uma mobilização nacional. O Aedes está chegando a regiões

até então inabitadas, e que, além do alerta da Organização Mundial de Saúde (OMS), há o risco de ser portador de um vírus para quase todo o território brasileiro. O surto de microcefalia é grave por todos os aspectos. Mas não se deve negligenciar o dado de que, além do Zika, o mosquito também é responsável por outros epidemias de dengue e chikungunya. Devem ser tomadas as medidas necessárias à sua proliferação é importante para evitar surtos nos próximos de monitorar o vetor (afinal, se o poder público precisa atuar com a liberação das ações de contenção da expansão do Aedes, não é menos verdade que também a população precisa fazer o seu parte nas ações de controle do mosquito). Mas, dada a situação de emergência, recomendada pelo Ministério da Saúde e exigida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), na forma de alerta continental, o que se tem a fazer agora é mitigar as consequências do apuro sanitário. Aqui entram a conscientização da população e as ações públicas. A dengue mata, o Zika é agente da microcefalia, e impedir o movimento do inseto é, por ora, o único remédio para evitar a contaminação. Quando o Aedes reapare-

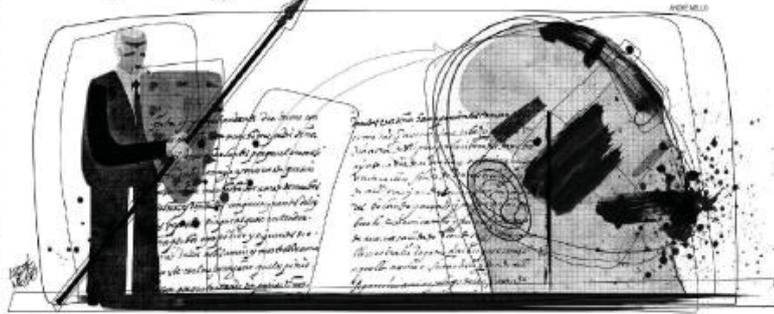
cer no mapa epidêmico do país, na década de 80, principalmente no Rio, então epicentro de surtos da doença — o anúncio de que se usava um verso contra o inseto, o popular fransão. O método, criticado por supostamente também diminuir as possibilidades de vetores, não poderia voltar a ser empregado, pelo menos em situações emergenciais, e de forma mais bem planejada? O quando é crítico, e reclama ações urgentes — a que o poder público costuma buscar, na área de pesquisas, soluções de mais longo prazo, como o desenvolvimento de vacinas e outros anteparos medicamentosos contra essa doença. Sem prejuízo de outras iniciativas que ajudem a mitigar as graves consequências de epidemias em curso, mas que há o risco subjacente de que façam de vez ao contrário dos êxitos anteriores. ■

Poder público e sociedade precisam juntar esforços para combater a proliferação do mosquito e enfrentar epidemias de Zika/microcefalia e dengue

ELIO GASPARI

Temer está pintado para a guerra

Quando Dilma Rousseff disse "sentiu o sempre confiante" na vice-presidente Michel Temer, pois "nao tem que desconfiar dele um milimetro", sabia que essa era uma concessão da realidade própria na qual é capaz de viver. Não, doutor — se em Economia pela Universidade de Campinas, foi preso por delito de opinião e, como se sabe, o país vive o momento da "Pátria Iluminada". As pedaladas fiscais foram uma mentira contábil, o trem-bala e a ferrovia chinesa que uniria o Atlântico ao Pacífico foram delírios palacianos. Mesmo admitindo-se que todos os governos mentem, o perigo não está apenas nas patranhas, mas no momento que acredita no que diz ou se julga livre para dizer qualquer coisa, dando por entendido que se deve acreditar nela. Enquanto a doutora derramava sua confiança em Michel Temer, estava a exemplo do Planalto uma carta do vice-presidente na qual, fegindo-se seu estilo avulso, disse o seguinte: "Sei que a senhora não tem confiança em mim e no PMDB, hoje, e não terá amanhã". Dizem que essa é uma carta de rompimento é pouco. Temer pintou-se para a guerra e tornou-se, ao lado do deputado Eduardo Cunha, o principal estímulo ao impedimento da doutora. Já houve casode vice-presidente (Aureliano Chaves) que, conversando com outra pessoa (o general Ivan Mendes), amargou meter a mão na cara do titular (João Baptista Figueiredo).



Carta como a de Temer é coisa que nunca se viu. Pode-se pensar o que se queira de Temer, mas deve-se reconhecer que ele ficou firmemente oitavo episódio em que foi maltratado pela doutora. No mais processo, a falta de confiança foi explicitada quando ela passou-lhe o tapete depois de pedir-lhe que assinasse a consideração política do governo. Vale lembrar que Temer não precisava do lugar, era manobra poderosa ter dado certo, estabelecendo o governo. No episódio mais recente, Dilma permitiu, na semana passada, que o comissário do Planalto desligas-

Enquanto Dilma dizia coisas nas quais não acredita, seu vice assumiu o papel de pretendente ao trono

A quinta central de Temer está na hostilidade do comissário para com o PMDB. É esse o má que Dilma amarrou ao próprio pescoço. Logo depois de reeleita, ela aceitou a formulação de que o governo podia se afastar do valioso aliado. Isso seria possível, assim como seria possível eleger o peixinho deitado Chitanga para a presidência da Câmara, de rotunda de Eduardo Cunha. Deu no que deu. Desde agosto, quando Temer disse que se fazia necessário buscar "inglês" que tivesse "a capacidade e de reunir a todos", Dilma passou a desconfiar quilômetros de seu vi-

ce. Os dois dançaram uma coreografia da enganação, com Temer esclarecendo que foi mal interpretado, e ela aceitando a exploração pelo, mais uma vez, a culpa terá sido da imprensa. Depois da carta de Temer, não se pode mais falar que há uma conspiração contra a permanência de Dilma Rousseff na Presidência. O processo para que a Câmara vote sua deposição segue o ritual do regime, e o vice-presidente da República assumiu a condição de pretendente ao trono. ■

Elio Gaspari/jornalista

FIGURA 25: EDITORIAL EXTENDIDO DE O GLOBO EM 2015/2016.

Opinião

Para que jamais haja outro impeachment

O impeachment da presidente Dilma Rousseff, economista oriunda do brasiliano gaúcho, é o segundo, na história do estado democrático de direito em 24 anos. O primeiro, de Fernando Collor de Mello, senador por Alagoas, e um dos fil que votaram pela saída de Dilma, foi importante demonstração de vigor das instituições da democracia representativa, dada a falta apenas quatro anos da promulgação da Constituição de 1988, marco do retorno ao estado democrático, após duas décadas de ditadura militar. Mudou o status do Brasil no mundo civilizado. O fato de o afastamento de Dilma ter obtido sete votos a mais que o mínimo exigido de dois terços dos senadores não pode ser ofuscado pelo descompasso entre PSDB e PMDB na aprovação, contra a posição dos ministros, da liberdade para que Dilma ocupe cargos públicos.

São um tipo de dois impeachments, num continente cuja trajetória é pontilhada de artistas institucionais e autoritários, à direita e à esquerda, tendo como ligação, entre esses dois campos, o nacionalismo, muitas vezes tutelado pelo populismo, como tem sido na tragédia do chavismo e foi na debacle do lulopetismo, com a mais grave desestabilização da economia brasileira na República.

É de notável incidência, na América Latina, o fato de essas instituições não serem concebidas sem as rupturas clássicas na região. É uma das razões e estudos de cientistas políticos nas universidades do Brasil, no artigo inaugurado na Nova República, não permitir reformas estruturais no Congresso, para dar governabilidade aos seus inquilinos do Planalto. A decisão existencial.

O PT resolveu literalmente comprar a base

parlamentar, para viabilizar um projeto de centralização no poder. Para isso, assabou a Petrobras, outras empresas públicas e se encobriu em um novo tipo de qual está longe de se livrar nos tribunais. Sempre guiado pela missão dos "fins que justificam os meios".

A razão do impeachment de Dilma é de outra natureza. Restou provado na ocasião encarnada à Câmara por Bello Bianco, procurador que combateu o Esquadrão da Morte em São Paulo, fundador dissidente do PT, os advogados Miguel Reil Jr., ex-ministro da Justiça, na gestão FHC, e Juliana Paschoal, professora do Largo de São Francisco, simbólica fecundidade de Direito da USP, que Dilma cometeu crimes de responsabilidade do orden fiscal e orçamentário. Foi diferente do que aconteceu com Collor, condenado no Senado por quebra de deceto, devido a denúncias de corrupção, mas incartado no Supremo. Tudo também dentro das regras legais. Pois o julgamento no Congresso é de caráter público. No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que têm a ver com a visão ideológica lulopetista, com o sempre belizista da ex-presidente. Não possui desperdiçabilidade que, ao se defender no Senado, Dilma Rousseff usou tática do guia Leonel Brizola: nunca responder às perguntas e lidar o que quiser.

Dilma se converteu à responsabilidade fiscal muito tarde, ao vir a dizer, só nesta semana, ao Senado, ante o cadafalso, que lamentou o PT não haver votado para aprovar a LRF. No poder, antepôs a sem piedade. Dilma não fez qualquer menção, por duas, mas o partido pelo qual se elegera, o PT, também não assistiu a Constituição de 1988. Louse-se a conferência a legenda sempre avança contra a Carta e a LRF. Ao pespor "Constituições exclusivas", por exemplo.

Dilma e os "desenvolvimentistas" não gostam da responsabilidade fiscal. Consideram-na "neoliberal", um obstáculo conservador ao ativismo fiscal do Estado, esta uma obsessão da esquerda latino-americana do pós-Guerra. Mas todos precisam cumprilas, a Carta e a LRF, com as respectivas normas decorrentes.

Dilma perdeu o cargo por secretismo ideológico e voluntarismo, por achar que "vornade político" é o que resolve problemas no governo. Algo do saber-bastarismo. Ao ir contra a Carta e princípios básicos inamovíveis, cometeu suicídio. Collor sofreu impeachment devido à ética; Dilma, por insistir contra planos institucionais que o Brasil comecou a construir no Plano Real, quartel de 1994, com Itamar e Fernando Henrique Cardoso.

EdUARDO CUNHA é, no "ataurá" lulopetista, peça central de um sonríco complexo em que se misturam corrupção imerosos da Lava Jato, defensores do ex-presidente da Câmara e "inimigos das conquistas sociais". É, para a "milícia", Mas foram a obsessão com o ativismo estatal e os gastos sem medidas, maquiados por técnicas de "contabilidade criativa", que construíram a enorme crise fiscal, visível a todos a partir de 2015, quando afloraram os números reais. Os próximos deles. Assim, edificou as bases do seu enforcamento legal. Mas nem tudo é pura ideologia. Houve também forte dose de esperança, a fim de esconder o luto deilus do tapete, enganar um país insustentável na propaganda pública de 2014, e ganhar a reeleição em rotundo estelionato. Depois, veio o sardapá, porque o governo cingiu combustíveis, energia elétrica etc. para repesar de moerem artificial a inflação, a fim de lutar a recessão.

Lulopetistas devem se aprender com Ulysses Guimarães e José Sarney quando, em 1986, fizeram o mesmo para o seu PMDB ganhar as eleições no fim daquele ano, nos escores do Cruz-

do. Elegaram 22 governadores. Dias depois, executaram os ajustes necessários, com liberação de preços e tarifas. O filme passou mais uma vez em 2015, com Dilma. Mas não chegou ao fim, porque as instituições republicanas estão solidificadas.

A edição de decretos de gastos sem aprovação do Congresso e as "pedaladas" — ditar instituições financeiras pagar despesas do Tesouro, numa operação ilegal de crédito à União — ilem colar Dilma. O conjunto da obra de malfeitos básicos é de enormes proporções. Eles vêm desde o final do segundo governo Lula, mas há atarais os crimes cometidos em 2013, conforme limitação imposta pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao aceitar o pedido de impeachment, para demorar Dilma e o lulopetismo de pedregar belezista.

O saldo desses empatesmões ilegais concedidos à União, por decisão do Planalto, pelo Banco do Brasil, pelo Caixa Econômica, pelo BNDES e até pelo FGTS chegou em 2015 a pouco mais de R\$ 50 bilhões, cifra gigantesca. O Brasil havia voltado ao passado, à ameaça da pre-hiperinflação, quando o BB se financiou diretamente no Tesouro e o governo não ordenou a sua privatização. Costuma-se dizer que a estabilização econômica permitida pelo Plano Real se tornou patrimonismo da sociedade. O impeachment de Dilma é prova cabal de que isso é verdade. A partir de agora, qualquer governo que pense em atalhos à margem da Lei, no manejo orçamentário, precisará refletir sobre as implicações de seus atos. O mesmo vale para delitos no campo político-institucional. O fortalecimento não é apenas das cláusulas de responsabilidade fiscal, mas da Constituição como um todo, para desanular de vez projetos belizistas como o do lulopetismo. Serve de aviso geral à nação. ■

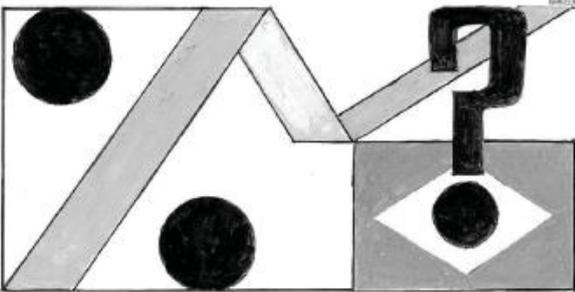
O segundo impedimento em 24 anos, sem rupturas, é sinal de importante fortalecimento das instituições republicanas

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

O destino de Temer: Itamar ou Sarney

Os últimos dois dias na votação do impeachment coincidem com uma impressionante sequência de indicadores econômicos que desceram no detalhe a história atual. De um lado, explicam por que Dilma Rousseff foi condenada. Seu governo produziu a pior crise econômica em 40 anos de história do Brasil, no entanto inaugurada na Nova República, não permitiu reformas estruturais no Congresso, para dar governabilidade aos seus inquilinos do Planalto. A decisão existencial.

O PT resolveu literalmente comprar a base



Na terça e na quarta saíram números das contas públicas. O que se deve notar: a receita caiu, em consequência da recessão, mas a despesa subiu. Resultado: o governo já está segurando os gastos, o dinheiro para gastar encolheu e, assim mesmo, a despesa aumentou em termos reais, ou seja, acima da inflação.

Todo mundo sabe por que isso acontece: as despesas obrigatórias, aquelas que aumentam qualquer que seja a situação econômica. E entre essas, o gasto com aposentadorias e pensões do setor privado. É de espantar: o déficit da Previdência (INSS) subiu para R\$ 72,3 bilhões no período de janeiro a julho deste ano. Trata-se de uma impressionante alta de 67,2% em relação aos mesmos meses de 2015.

Tem mais o déficit de todo o governo central foi de R\$ 51 bilhões tam-

bém nos primeiros sete meses deste ano. Comparando com o rombo da Previdência, que foi maior, fica evidente: faz-se economia em todos os gastos para financiar a Previdência. Sarney dá os dias apenas inevitáveis: colocar um teto à evolução dos gastos públicos totais e a reforma da Previdência, sem a qual será impossível controlar a despesa geral.

As duas propostas já existem e foram colocadas pela nova equipe econômica. Uma estabelece que o gasto de um ano será igual ao do ano anterior mais a inflação. Seita um forte limitador. Neste ano, como vimos, a despesa cresceu 9,8% acima da inflação, enquanto a receita caiu 6,9%. Não

há dos juros e com a redução dos investimentos nacionais e estrangeiros. Além, o Banco Central deu o recado: sem ajuste fiscal, os juros não poderão cair. Se a taxa de juros não cair, o país não entrará no crescimento.

Não será possível resqueilibrar as contas em dois anos e meio. Mas é possível, sim, encaminhar a solução. Isso feito, os investimentos voltam.

Além, os números do IBGE sobre a atividade econômica no segundo semestre, conhecidos ontem, tazeem sinais de recuperação. Anulistas, a maioria, acreditam que a recessão estará superada no final deste ano, com a volta do crescimento em 2017. Mas está tudo na base da confiança. Investidores se movimentam, prospectam oportunidades, mas tudo isso na expectativa de que o novo governo cumprirá a agenda do ajuste.

Se a coisa se encaminhar nessa direção, a economia se move para a frente, com repulso do PIB já em 2017. Se o pessoal perceber que o governo Temer viria nas mudanças, aceita surtos de despesa com ajustes do funcionalismo, por exemplo, topa uma aguada reforma da Previdência, a expectativa fica rapidamente. E o governo se aratara na mediocridade.

Há uma outra parte crucial da agenda: as privatizações e concessões. Se o governo está quebrado, só haverá investimento novo com dinheiro público. E este só entrará no jogo se houver um ambiente favorável. Isso exige remover um emulho ideológico e burocrático que quase criminaliza os negócios privados honestos.

Além, calmos num incrível ambiente: liberdade para a corrupção e entaves para quem ganhar dinheiro honestamente. O que nos lembra que a Lava Jato é parte necessária das reformas.

Sarney, o primeiro vice do PMDB a assumir, fez tudo errado. Itamar deu sorte quando chamou Fernando Henrique Cardoso, e este operou o milagre de Plano Real. Temes começou com uma boa equipe econômica e com alguns maus hábitos políticos, como o de ordenar as corporações do funcionalismo. O jogo está em andamento. ■

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

FIGURA 26: PÁGINA DE EDITORIAIS COM OPINIÃO DO JORNAL E OPINIÃO DIVERGENTE EM 2015/1016.

14 | O GLOBO | Segunda-feira, 14 de dezembro de 2015

O GLOBO

Tema em discussão

O processo de impeachment de Dilma

Nossa opinião

Há razões técnicas

A aceitação do pedido de impeachment da presidente Dilma, representante de um bloco político no poder há 13 anos, encaixado no movimento sindical, com apoio de "organizações sociais" cevasdas com dinheiro público durante todo esse tempo, é a mesma crítica pelo ex-presidente Lula, importante líder popular, de que há muita discussão e senões políticos. Com mais razão ainda porque o pedido de impeachment, encaminhado pelas juristas Hélio Bicudo — fundador dissidente do PT —, Miguel Reale Jr. e Janaina Paschoal, foi acatado pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), além de adversário do PT, investigado pela Operação Lava Jato, e do ex-competidor de contos na Saica, com dinheiro de origem suspeita, não declarando tanto quanto os contos.

Com essa folha corrida e ainda sendo processado ao Conselho de Ética da Casa, por qualificar o decreto ao ter garantido permissão a CPI da Petrobras não possui contos no exterior, Cunha acerta o pedido de impeachment, ato de evidente resiliência contra PT e Dilma. Afinal, não teve do governo partido e a nota que chegou a ser barganhada com ele.

Mas nada disso desqualifica a aceitação do pedido de impeachment, ato de evidente resiliência, como entendem ministros do STF. Impôs-se naquele em que o presidente da Câmara agiu dentro de suas prerrogativas. O laço do posto estar sendo ocupado por Eduardo Cunha é desanimado, mas não torna ilegítima a abertura do processo. Não é golpe.

Há, ainda, o debate sobre crimes de responsabilidade praticados por Dilma no primeiro mandato e também em 2015, no início do segundo governo, por atropelar pareceres da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por exemplo, emitir decretos para liberar gastos não previstos no Orçamento aprovado pelo Congresso, assim como usar bancos federais para financiar despesas do Inssocor.

Os delitos foram mapeados pelo corpo técnico do Tribunal de Contas da União. Com base em relatório sobre as infrações, as contas de 2014 foram rejeitadas pelo TCU, verificado ainda a ser deliberado pelo Congresso. As ilegalidades cometidas esse ano foram incluídas no pedido de impeachment. A crítica das manipulações foi notada em reportagem do "Valor", edição de sexta-feira, baseada em documento de técnicos da Secretaria do Tesouro, de antes ao governo Dilma, ainda em 2013.

Podem-se criticar, mas o não cumprimento da Lei de Desemprego está relacionado ao Constituinte como possível de ser punido com impeachment.

A Carta estabelece que o presidente só pode ser processado por atos cometidos durante o mandato. O dispositivo, porém, foi instituído antes de estabelecido o mandato. Portanto, a depender do magistrado, pode-se entender que o segundo mandato é uma continuação do primeiro, parte de um mesmo governo de cinco anos. Isso, portanto, basta técnica para o pedido de impeachment. Isso não significa que esteja garantida a condenação da presidente Dilma. Sabe-se, desde a cassação de Collor, que o impeachment é muito condicionado pela conjuntura política. ■

Outra opinião

Plantando bananas

AUGUSTO RIBEIRO

Há algumas décadas, o Brasil em retribuição pelos países mais desenvolvidos como uma das repúblicas de bananas da América do Sul. As fragilidades de nossas instituições e a miséria de nosso povo justificavam o apelido jocoso. No entanto, o processo de amadurecimento da democracia brasileira nas últimas três décadas resultou em um movimento crescente de admiração ao Brasil por parte de nossos irmãos do Norte.

Mas surge hoje um vulto de auto-afirmação com cheiro de natiflora que se apresenta com o que há de pior na política brasileira, unindo oportunistas atocados em alguns dos maiores partidos do país e grupos de indivíduos que não aceitam ter seus privilégios ameaçados pelo avanço das liberdades democráticas. Estes tentam, com um processo de impeachment eloiado de legalidade, desinstalar um presidente eleito democraticamente.

A justificativa utilizada por tais personagens traz a marca do golpe. O impeachment, conforme dispõe a Constituição federal, só cabe nos casos em que haja crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República. As tais pedalhadas fiscais não se enquadram em nenhum tipo penal disposto na legislação vigente; se não há crime previsto em lei, não há pena. Retenem-se aos atrasos nos repasses do Tesouro aos bancos públicos para o pagamento de benefícios sociais. Por não atrasar, porém a prestação dos serviços contratados, os bancos cobram juros. Não se trata, portanto, de uma opanção de crédito, que poderia ensejar o en-

quadramento no artigo 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal, como querem forçar os defensores do seu golpe. O impeachment tem natureza jurídica não punição de uma infração jurídica, um golpe contra a ordem democrática, que se apresenta sem ataques ou fatos, mas com artifícios explícitos de manipulação jurídica.

Um país cujo Congresso Nacional se submeta às charrengas articuladas por um deputado alçado à presidência da Câmara dos Deputados sob uma má de destinação de verba pública cuja oposição aceita ser liderada por esse mesmo personagem apenas por uma vã esperança de chegar ao poder: um país que — em que pesem todos os erros e desmandos cometidos pelo partido governista — tem governantes que conseguem tirar-lo do magma da fôrta em apenas uma década, mas não conseguem reconhecer o que são significativos sob uma ótica humanitária e desenvolvimentista. Esse país não pode ser sério, como diria o colonizador.

As colunas não são a perder por conta de revanchismo político, o Brasil recua no tempo e mostra que talvez ainda não estejam preparados para ingressar no mundo das nações desenvolvidas. Enquanto a bola sobe ao sabor dos especuladores do "imrad" (falda pela queda do governo eleito democraticamente, desabam em proporção inversa nossa credibilidade soberana).

Mas isso é óbvio. Que venha o impeachment, e cum o, as tarefas. ■

Augusto Ribeiro é economista sênior na empresa Trabalho Emprego do Rio de Janeiro

DENIS LERRER ROSENFIELD

O impeachment

O governo petista descreve o princípio léxico de não contraditória entre si. Não em poucos casos denotam uma falta completa de sentido. Não seria, pois, de estranhar que suas políticas primem pela desorientação mais extrema. A ausência de pensamento é o seu norte.

Os argumentos inflexíveis contra o impeachment chegam a ser óbvios. Aludiram como sendo um golpe um instituto de nossa própria Constituição.

Primeiro. Se o impeachment é golpe, os golpes são os petistas, a começar pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ivo Wagnar, que defendeu o impeachment dos ex-presidentes Juan Franco e Fernando Henrique Cardoso. O mesmo vale para o ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que defendeu, inclusive em artigo publicado na "Folha de S. Paulo", o impeachment do ex-presidente Fernando Henrique. Não sem razão os senadores Lauer Martins e Ana Amélia Lemos demonstraram no Senado, ao divulgarem esses fatos, a sua mais total indignação.

Segundo. Não faltam pontos de divergência de inalteráveis, ou vice-versa, que apresentem como primeiros argumentos a suposta inverossimilhança resultante do processo de impeachment. A inverossimilhança, aliás, já produzida pelo atual governo. Não há dúvidas. Ou o impeachment do ex-presidente Fernando Collor terminou por resolver um problema de governabilidade, assumindo o seu vice, Itamar Franco, que realizou um governo de unidade nacional. Lá se vão os tempos de Collor, quando ele mesmo presidente da Câmara dos Deputados, no exercício de suas funções, no respeito à Constituição. Ele não fez nenhum julgamento, porém apenas delegou o processo a partir de um pedido assinado pelas juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaina Paschoal. O que está, portanto, em questão é a argumentação apresentada. Desviar o foco para as atribuições do deputado no Conselho de Ética é somente a reprodução de um artifício político voltado para desviar a atenção da questão central do desgoverno Dilma.

Seto. Não se que não cabe ao presidente da Câmara, nem à própria Câmara, julgar no sentido exato o impeachment, na medida em que essa atribuição é exclusiva do Senado. O juízo da Câmara não é um juízo propriamente de mérito, mas tão somente de admissibilidade a partir de uma Comissão Especial, que possa a seguir o seu próprio procedimento. Não, e depois no plenário, é que se desmembrará, a rigor, o jogo das forças políticas, em que os argumentos dos diferentes lados serão esgrimidos. E este jogo tem como base o pedido de impeachment apresentado pelos seus juristas autores.

Sétimo. O impeachment é um instituto do regime presidencialista, que é constitucionalmente concebido como uma forma do voto de desconfiança, que caracteriza os regimes parlamentares. Em ambos, trata-se de um juízo sobre o mau governo, chamando-se que o exercício à sua responsabilização. Ou seja, o impeachment é assentado em situações extremas de mau governo, com infrações, entre outras, à Lei Orgânica (Lei de Responsabilidade Fiscal, no caso das "petis-

las bicudo" e de decretos sem base argumentativa, não autorizados pelo Congresso) e à impenhorabilidade administrativa (missão no período, por exemplo, independentemente de o presidente ter se aproveitado pessoalmente ou não da corrupção).

Sétimo. Neste sentido, o impeachment é impropriamente chamado "crime", por não ser crime no sentido penal do termo, mas por chamar o presidente à sua responsabilização por atos cometidos em sua gestão. Põe-se que se trata de responsabilização administrativa e política de nossa governante máxima, algo que pode ou não estar conectado com um crime penal, que seria, então, julgado pelo Supremo, e não pelo Senado. Ou seja, o impeachment é apenas analogicamente considerado "crime" na falta de um termo melhor, por não compará-lo os elementos básicos do crime no sentido penal. Logo, o argumento de que a presidente é "innocente" não tem nada a ver com o crime de "responsabilidade". Trata-se de mera distração política.

Por último, o impeachment é um julgamento eminentemente político, chamando, no caso, a presidente à responsabilização de seus atos, que monopolizam o país numa enorme crise. Como bem pronunciou o saudoso ex-ministro Paulo Bonfatti, em seu livro "Impeachment": "A ideia de responsabilização é inseparável do conceito de democracia. E o impeachment constitui eficaz instrumento de responsabilização e, por conseguinte, de aprimoramento da democracia". A ele minha homenagem. ■

Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FONTE: O Globo, 14/12/2015, p. 14.

Desta forma, conhecendo o perfil e a composição dos editoriais de *O Globo*, podemos iniciar a aplicação da Análise de Conteúdo às nossas unidades de análise, amparados por um arcabouço teórico e metodológico que nos permita não só comparar os posicionamentos produzidos pelo jornal sobre a construção da legitimidade – ou deslegitimidade – do afastamento dos presidentes Collor e Dilma, como também compreendê-los em seus respectivos contextos históricos, políticos e econômicos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, passaremos a demonstrar os resultados obtidos através da Análise de Conteúdo. Na primeira seção, apresentaremos a análise dos editoriais de *O Globo* selecionados a partir dos dois períodos de tramitação dos impeachments e, em seguida, na segunda seção passaremos a discutir os resultados à luz da literatura do jornalismo político e da historiografia sobre os contextos históricos aqui abordados. Mobilizaremos a literatura levantada por este trabalho no sentido de reforçar e amparar as conclusões de modo a trazer contribuições do Jornalismo, da Ciência Política e da História.

5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPÍRICOS

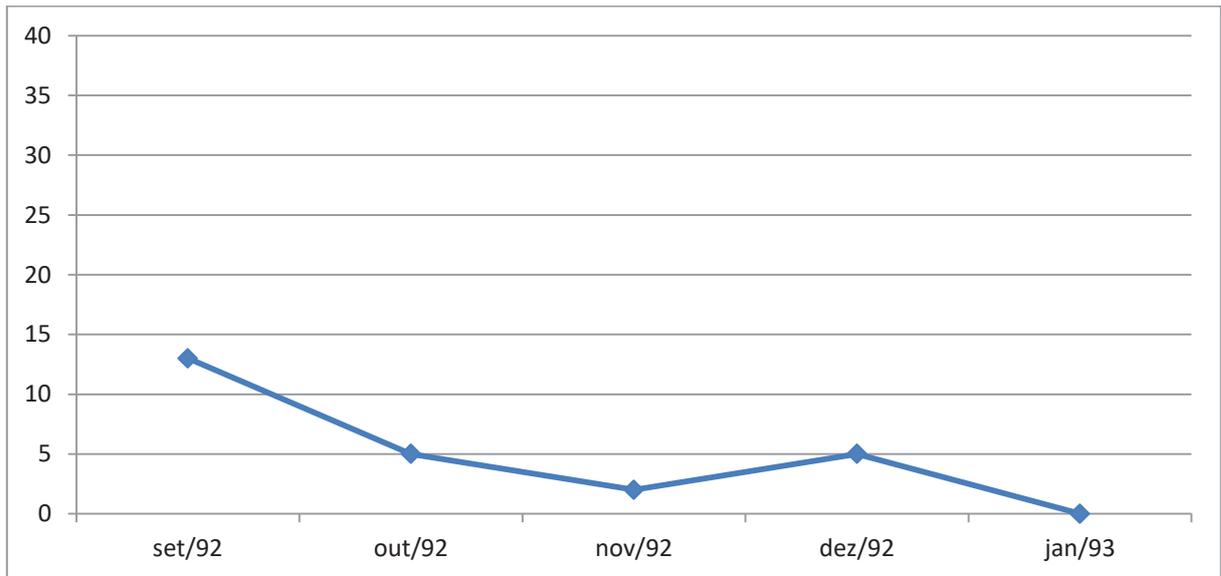
Em um primeiro momento, é importante ressaltar a diferença de volume de editoriais coletados dos recortes aqui estabelecidos para os impeachments de Collor e Dilma. Enquanto foram selecionados 166 editoriais sobre o processo contra Dilma, apenas 25 editoriais abordaram o impeachment de Collor. É bem verdade que devemos ressaltar que, como já afirmamos anteriormente, existem diferenças no número de editoriais que *O Globo* produzia por publicação entre os anos de 1992 e 2015/2016. No capítulo anterior, explicamos que a página editorial padrão do jornal continha dois editoriais durante estes, e apenas um editorial na página de opinião padrão daqueles.

Porém, não há como precisar um número exato de editoriais por edição, haja vista que o jornal, por diversas vezes, trazia alguns pequenos textos espalhados por outros setores como da política, economia e mundo. Ressalvando esse ponto – e, também, o fato de que o impeachment de Collor foi mais célere do que o de Dilma – se contabilizarmos o número de dias dos recortes temporais deste trabalho e dividirmos pelo número de editoriais coletados, poderemos obter uma média do agendamento editorial dos impeachments nos dois períodos. Sendo assim, conclui-se que houve a publicação de um editorial abordando o impeachment de Collor a cada 5,12 dias e um editorial a cada 1,69 dias para abordar impeachment de Dilma. Em outras palavras, o grau de interesse do jornal *O Globo* em pautar essa temática foi mais de três vezes maior com relação ao processo contra Dilma do que o processo contra Collor.

Se fizermos uma comparação do volume de editoriais mês a mês, também lançaremos luz sobre o desenrolar da cobertura do jornal nos processos de impeachment. Nos

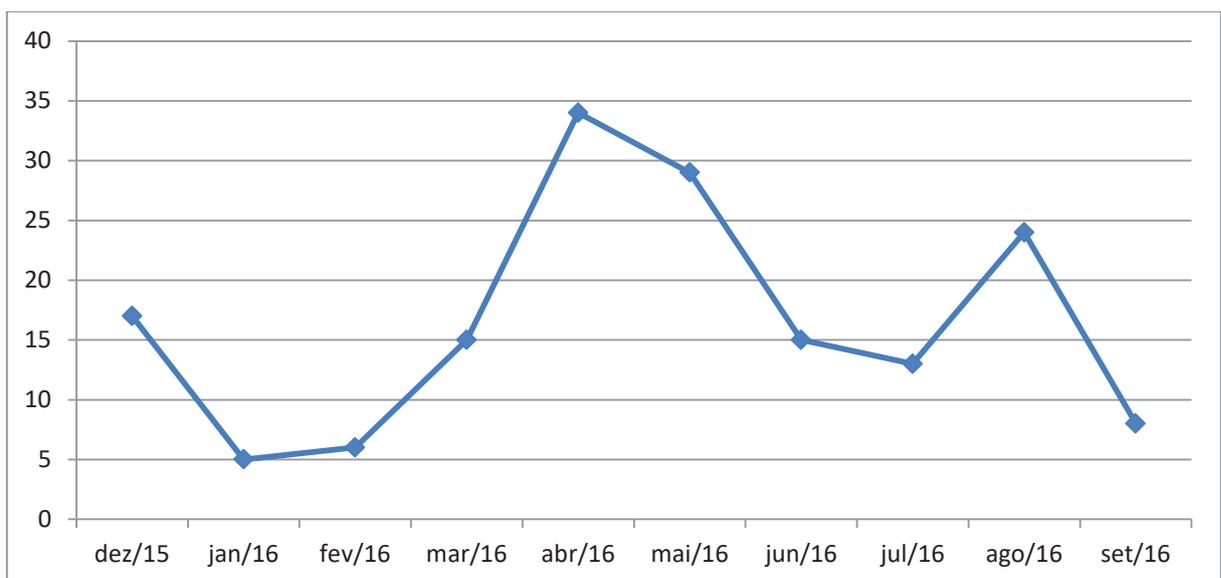
gráficos a seguir, demonstraremos o histórico do volume de editoriais abordando os processos de impedimento nos dois períodos.

GRÁFICO 1: HISTÓRICO DO VOLUME DE EDITORIAIS ABORDANDO O IMPEACHMENT DE COLLOR.



FONTE: O autor (2019).

GRÁFICO 2: HISTÓRICO DO VOLUME DE EDITORIAIS ABORDANDO O IMPEACHMENT DE DILMA.



FONTE: O autor (2019).

Interessante como a linha do volume de editoriais que abordou o impeachment de Collor traça uma trajetória descendente – tanto é que na primeira semana de janeiro não foram encontrados editoriais que citavam os termos escolhidos –, enquanto que a linha que abordou o impeachment de Dilma – além de representar um volume bem maior de editoriais – faz uma trajetória que ascende em três momentos cruciais, a aceitação do impeachment em dezembro de 2015, as votações de admissibilidade da denúncia na Câmara e no Senado nos meses de abril e maio de 2016, e por último, no mês de agosto, quando acontece a votação final do impeachment. Nesse sentido, o foco do jornal *O Globo* durante o processo contra Collor se concentrou no mês de setembro de 1992, quando, ao início, foi aceita a denúncia por crime de responsabilidade, e, ao final do mês, ocorreu a votação da admissibilidade na Câmara.

Esses primeiros elementos de análise são importantes para pensar os próximos resultados obtidos pela aplicação do Livro de Códigos elaborado para atestar a presença de variáveis que podem construir ou desconstruir a legitimidade da saída de Dilma e Collor. Para melhor organizá-los, dividiremos esta seção entre, num primeiro momento, os resultados da análise dos editoriais do jornal quanto ao impeachment de Collor e, logo depois, a análise e comentário dos resultados obtidos quanto ao impeachment de Dilma.

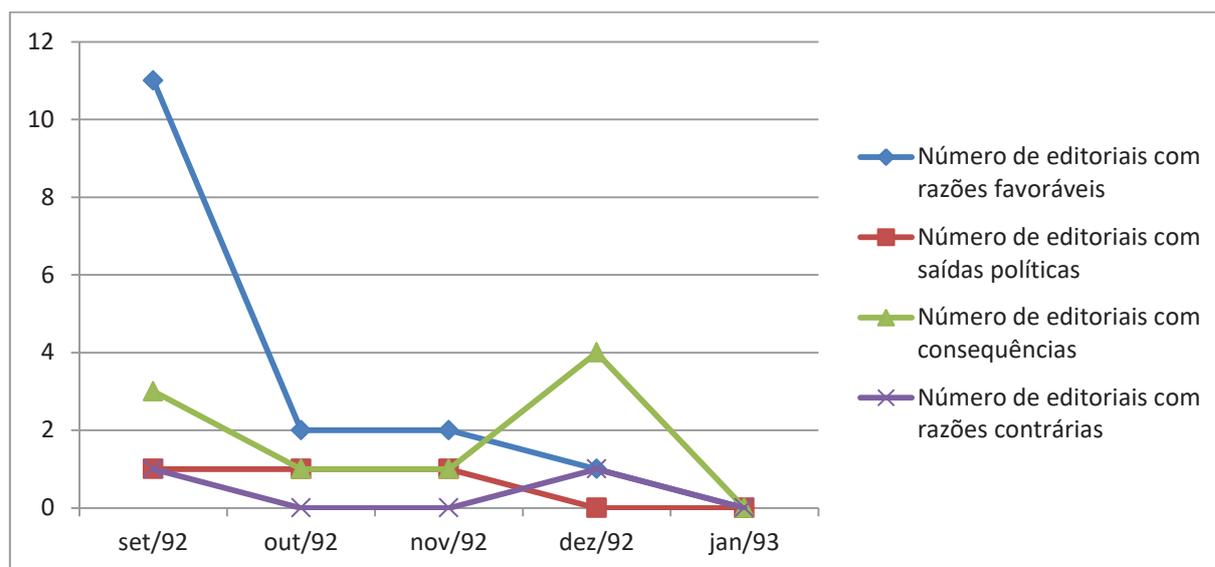
5.1.1 Collor: Entre o “golpe” e a renúncia

Nesta seção, detalharemos os achados da pesquisa concernentes à presença das variáveis mobilizadas pelo jornal *O Globo* durante o impeachment de Fernando Collor para construir, por meio de seus editoriais, a legitimidade do processo. O primeiro dado importante, como já ressaltado, é o pequeno número de editoriais que abordou o impeachment durante os últimos meses de 1992. Mesmo ressaltando que todo o processo durou apenas quatro meses, é evidente a falta de interesse do jornal em se aprofundar ou elaborar uma campanha – tanto para destituir, quanto para defender a permanência do então presidente – em relação a um dos eventos de maior importância da vida política nacional. Portanto, quaisquer conclusões devem sempre ser balizadas pelo aparente baixo grau de interesse do jornal *O Globo* durante o processo de destituição de Collor.

Importante, ademais, pensar na construção da legitimidade dos afastamentos através dos editoriais de *O Globo* não como um quadro estático ou uma fotografia, mas como um filme que se desenrola concomitantemente aos avanços institucionais do processo de

impeachment. Para tanto, o próximo gráfico demonstra os achados sobre os eixos de variáveis mobilizados pelo jornal mês a mês. Importante lembrar que cada editorial pode conter a presença de mais de uma variável e mais de um eixo.

GRÁFICO 3: HISTÓRICO DO NÚMERO DE EDITORIAIS CONTENDO OS EIXOS DE VARIÁVEIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.



FONTE: O autor (2019).

Constata-se que foi no mês de setembro de 1992 que o jornal mais se envolveu com o impeachment contra Collor. O número de editoriais contendo razões que favoreciam o processo representa quase a metade de todo o *corpus* selecionado para o período. É durante esse mês que, analisando os resultados, *O Globo* ainda acompanhou de certa forma, a busca de votos para aprovar ou arquivar o pedido de impeachment. Nesse primeiro mês, o jornal condenou práticas fisiológicas por parte do Planalto para tentar barrar o impeachment na Câmara. Foi ainda ao fim desse mês que o jornal realizou o apelo pela renúncia do então presidente Fernando Collor.

Durante os outros meses – após o afastamento de Collor para que começasse o julgamento no Senado – impressiona a quase total apatia do jornal em cobrir editorialmente o fim do processo de impeachment. Em dezembro de 1992, *O Globo* ainda abordou mais as possíveis consequências do que razões que favoreciam o processo, sempre ressaltando o baixo número de editoriais que o discutiram.

Ao observarmos, de forma mais detalhada, quais variáveis foram mais acionadas e o histórico da presença delas nos editoriais, podemos reforçar melhor as evidências que baseiam a leitura dos resultados. Dividiremos a apresentação dos achados de acordo com cada eixo que elencamos para analisar a construção da legitimidade dos dois impeachments pelo jornal.

a) Eixo de Razões Favoráveis (ou Contrárias) ao processo de impeachment

Apesar das ressalvas que fizemos quanto ao volume de editoriais que abordaram o impedimento de Collor, em 64% dos editoriais do *corpus* foram encontrados elementos que favoreciam o processo de impeachment. As tabelas seguintes trazem os achados sobre o volume de “razões favoráveis” e quais foram mais mobilizadas.

TABELA 7: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “RAZÕES FAVORÁVEIS” DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

IMPEACHMENT COLLOR	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Editoriais com Razões favoráveis	16	64%
TOTAL	25	100%

FONTE: O autor (2019).

TABELA 8: TIPOS DE “RAZÕES FAVORÁVEIS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

RAZÕES FAVORÁVEIS	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
- Crime de Responsabilidade	02	10,52%
- Normas legais (Menção à Constituição e a outras leis)	02	10,52%
- Voz do povo (Avaliação do governo, protestos)	02	10,52%
- Crise econômica	00	0%
- Crise política	02	10,52%
- Corrupção e fisiologismo (uso da máquina pública, repercussão de denúncias e escândalos)	09	47,36%
- Outro	02	10,52%
TOTAL	19	100%

FONTE: O autor (2019).

É bem evidente a maior presença da variável “*corrupção e fisiologismo*” – ocupando 47,36% das razões levantadas – em relação às outras variáveis, corroborando a noção de que *O Globo* parece não querer se afastar do movimento democratizante nacional de combate à corrupção que levou ao impeachment (SALLUM JR, 2005) e que, segundo as obras aqui abordadas, foi incentivado pelos grandes jornais da imprensa brasileira, sendo atores centrais das revelações dos escândalos do governo Collor (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN;

RAMOS, 1994; WAISBORD, 1997, 2000). Apesar de o jornal parecer se afinar ao sentimento de renovação das práticas políticas, cabe destacar que a presença desse indicador vai mais ao sentido de denunciar o fisiologismo na busca de votos para barrar o impeachment, e não são abordados, propriamente, os escândalos de corrupção que levaram à abertura do processo.

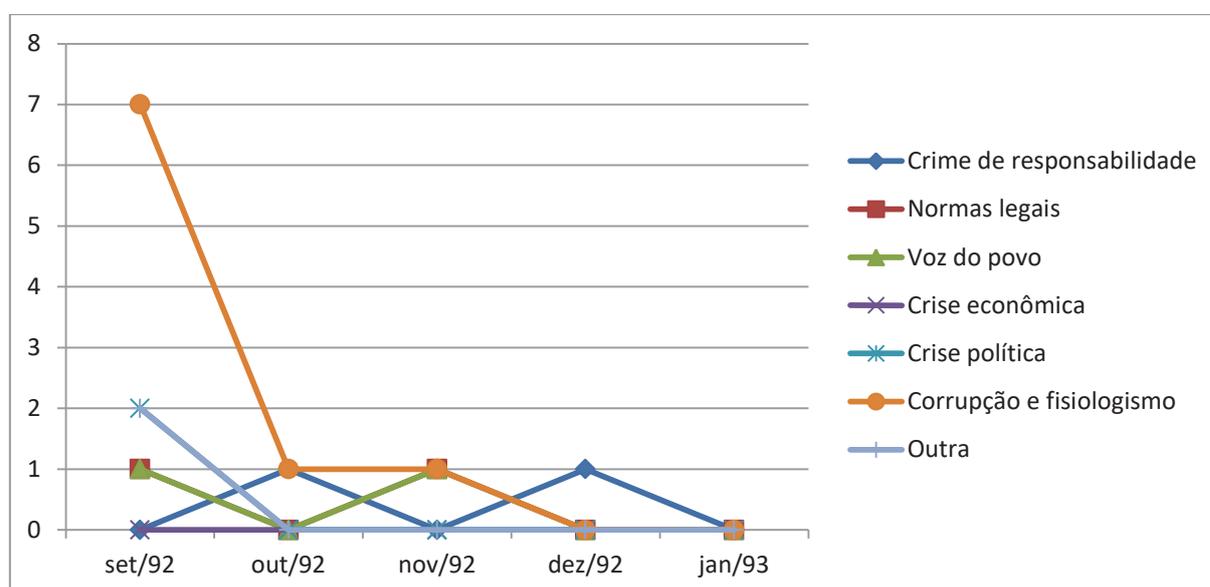
QUADRO 5: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL *CORRUPÇÃO E FISILOGISMO* DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“O presidente Collor tem a prerrogativa de oferecer prestígio em troca de votos que o salvem do impeachment. [...] Mas as prerrogativas de quem batalha pelo mandato desaparecem, se ‘prestígio’ é eufemismo para a liberação descriteriosa de verbas; [Isso] exhibe a terrível contradição de alguém que defende sua suposta inocência praticando atos do mesmo tipos daqueles que compõem a acusação ”.	DIGNIDADE NO DESESPERO	05/09/1992	01
“A aquisição do voto do deputado Tony Gel [...], deixa nu, em sua forma mais simples e aterradora, a estratégia usada pelo Palácio do Planalto para derrotar o impeachment. O voto de Gel custou exatamente a promessa de Cr\$ 28,8 bilhões para a construção de uma barragem em Caruaru, no interior de Pernambuco, onde moram seus eleitores”.	VOTOS PELA TABELA	10/09/1992	05
“Nada aquece melhor o coração de um político do que ver seu nome e seu prestígio sobre rodas [...]. Isso explica a linha de montagem criada na Fundação Banco do Brasil para produzir votos contra o impeachment do presidente Collor. Foram, segundo uma listagem, Cr\$ 17,8 bilhões, divididos em ambulâncias, kombis e as estrelas: reluzentes odontomóveis, a Cr\$ 200 milhões cada um. [...] Pena que a eficiência no atendimento não esconda o gritando caráter fisiológico da frota de votomóveis”.	VOTOMÓVEL	24/09/1992	10

FONTE: O autor (2019).

A ausência da abordagem específica dos escândalos de corrupção contra Collor pode ser relacionada ao baixo número da presença da variável “*crime de responsabilidade*”, indicando que praticamente não se discutiu nem a denúncia, nem a base técnica do pedido de impeachment. Aparentemente, houve um silenciamento sobre isso. Ou seja, por mais que se apresentem razões favoráveis ao processo, os dados indicam um baixo interesse pelos fatos que levaram ao impeachment de Collor.

GRÁFICO 4: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘RAZÕES FAVORÁVEIS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.



FONTE: O autor (2019).

Ao analisarmos a frequência mensal, é possível perceber que foi a mobilização da variável “*corrupção e fisiologismo*” – como principal “razão favorável ao processo de impeachment” – que norteou a cobertura editorial sobre o impeachment de Collor no início de seu processo. Abordagem essa que diminuiu drasticamente nos meses seguintes a ponto de nem ser acionada em dezembro, mês do julgamento final do ex-presidente no Senado.

Ao mesmo tempo, o número de editoriais com “razões contrárias” ao processo foi de apenas 8% como podemos notar na tabela a seguir. Indicando, também, que não houve um interesse em confrontar a denúncia e apoiar Collor.

TABELA 9: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “RAZÕES CONTRÁRIAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

IMPEACHMENT COLLOR	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Editoriais com Razões contrárias	02	8%
TOTAL	25	100%

FONTE: O autor (2019).

TABELA 10: TIPOS DE “RAZÕES CONTRÁRIAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

RAZÕES CONTRÁRIAS	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
- Normas legais (Menção à Constituição e a outras leis)	01	50%
- Voz do povo (Avaliação do governo, protestos)	00	0%
- Crise econômica	00	0%
- Crise política	00	0%
- Corrupção e fisiologismo (uso da máquina pública, repercussão de denúncias e escândalos)	00	0%
- Outra	01	50%
TOTAL	02	100%

FONTE: O autor (2019).

São duas as razões contrárias encontradas. A primeira se refere às normas legais que, segundo *O Globo*, foram quebradas ao se votar o impeachment de Collor, mesmo após a apresentação de sua renúncia ao Congresso.

A decisão do Congresso de julgar Collor mesmo quando este já não era mais presidente da República – pois renunciara ao iniciar-se o julgamento – **viola a constituição** e é pouco provável que seja mantida quando dela recorrer o réu ao Supremo Tribunal Federal. [...] O que aconteceu na madrugada de ontem foi, portanto, **um ato de arbítrio, perigosíssimo gesto de desprezo pela letra da lei; por meio dele, uma casa política investiu-se de poder absoluto, um poder de justicamento, que de modo algum lhe foi conferido pela Nação** (ATO DE ARBÍTRIO, *O Globo*, 31/12/1992, p. 1, grifo nosso).

A outra razão contrária citava o que, para o editorial intitulado “Fôlego na alma”, seria um “moralismo medíocre” e uma hipocrisia de adeptos do impeachment que seria evidenciada se a questão do combate à corrupção se resumisse a saída do ex-presidente – um “*band-aid* moralista” segundo *O Globo* – e não a mudanças institucionais e de alma para combater as práticas fisiológicas da política brasileira (FÔLEGO NA ALMA, *O Globo*, 26/09/1992, p. 1).

b) Eixo de Saídas Políticas para a situação

O volume de editoriais que apresentava “saídas políticas para a situação” se resumiu a três, equivalente a 12% dos editoriais selecionados. Ou seja, o jornal aparenta não pautar soluções para o impasse, nem propor uma campanha em prol de uma saída.

TABELA 11: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “SAÍDAS POLÍTICAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

IMPEACHMENT COLLOR	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Editoriais com Saídas políticas	03	12%
TOTAL	25	100%

FONTE: O autor (2019).

TABELA 12: TIPOS DE “SAÍDAS POLÍTICAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

SAÍDAS POLÍTICAS	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
- Impeachment	00	0%
- Renúncia	01	33,33%
- Novas eleições	00	0%
- Respeito ao mandato presidencial	00	0%
- Algo deve ser feito	02	66,66%
- Outra	00	0%
TOTAL	03	100%

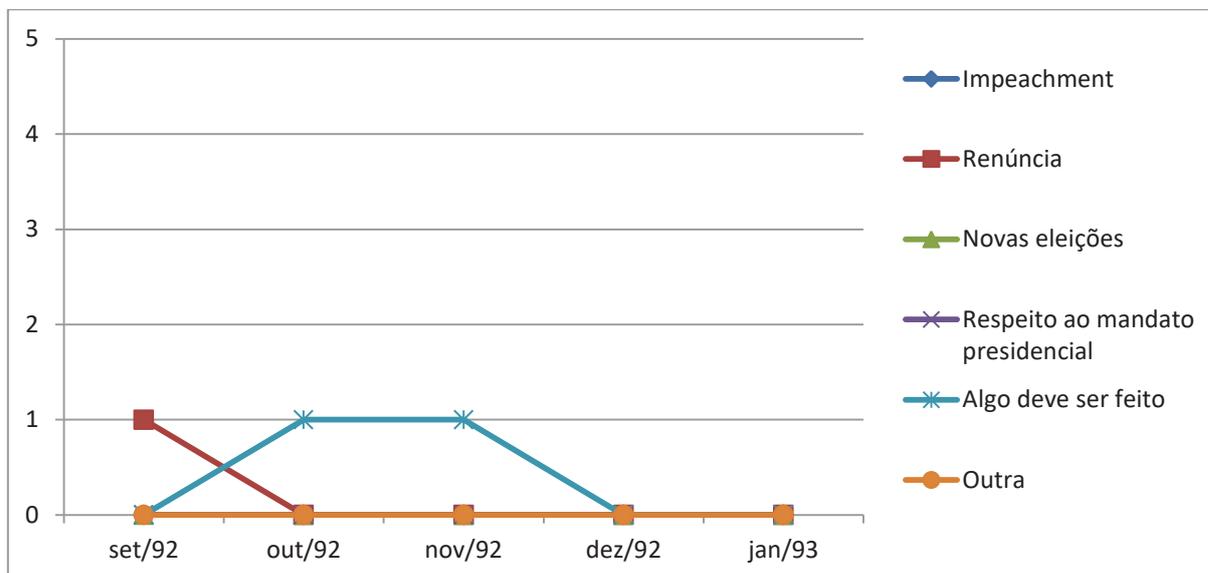
FONTE: O autor (2019).

Entre os editoriais, dois apelavam de forma genérica à realização de algo, e um pediu explicitamente a renúncia de Collor.

Com a decisão da Câmara, a situação muda radicalmente. Não há mais imponderáveis, e sim fatos: o presidente está apeado do poder, por até 180 dias ou definitivamente, a juízo do Senado Federal. [...] Neste momento, Fernando Collor talvez tenha uma última oportunidade de, por um gesto seu, que comece e termine na sua vontade pessoal, fazer algo pelo seu país, e tomar a decisão pela qual será lembrado. **Chegou para ele a hora do ato politicamente mais inteligente, da defesa mais realista, da demonstração mais insofismável de patriotismo: a renúncia** (RENÚNCIA, AGORA, *O Globo*, 30/09/1992, p. 1, grifo nosso).

Esse pedido enfático pela renúncia parece contrastar com o comportamento do periódico durante todo o processo de impeachment, no sentido de não ser realizada uma campanha. Ele acontece logo após a votação da admissibilidade na Câmara em que Collor tem derrota acachapante. Porém, o jornal não voltou a tratar dessa saída nos editoriais posteriores.

GRÁFICO 5: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘SAÍDAS POLÍTICAS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.



FONTE: O autor (2019).

Conclui-se, então, que mesmo elaborando editoriais com fortes apelos – como pela renúncia no dia 30 de setembro de 1992, ou como a condenação da votação do julgamento pelo Senado após a entrega da carta de renúncia – o jornal não voltou ou reiterou as pressões realizadas, fazendo com que esses posicionamentos ficassem isolados durante a cobertura editorial do processo.

c) Eixo de Consequências do (não) impeachment

Quanto à presença das variáveis do eixo “consequências do (não) impeachment”, houve um percentual maior encontrado em relação à proposição de saídas. Foram nove editoriais (36%) do *corpus* que abordaram possíveis efeitos do processo para o país.

TABELA 13: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “CONSEQUÊNCIAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

IMPEACHMENT COLLOR	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Editoriais com Consequências	09	36%
TOTAL	25	100%

FONTE: O autor (2019).

TABELA 14: TIPOS DE “CONSEQUÊNCIAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

CONSEQUÊNCIAS	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
- Instabilidade econômica	03	27,27%

- Instabilidade política	00	0%
- Melhora do cenário econômico	00	0%
- Melhora do cenário político	00	0%
- Melhora geral	03	27,27%
- Futuro incerto	01	9,09%
- Judicialização	01	9,09%
- Outra	03	27,27%
TOTAL	11	100%

FONTE: O autor (2019).

Os achados indicam uma pulverização dos tipos de “consequências” mobilizados pelo jornal no período. “*Instabilidade econômica*”, “*melhora geral*” e “*outra*” são as variáveis mais utilizadas pelo *O Globo*, contabilizando 27,27% cada uma. Essa dispersão do tipo de consequências pode sugerir a ausência de uma posição definitiva sobre os efeitos que o processo de impeachment poderia causar ao Brasil. Houve uma alternância de elementos negativos e positivos na avaliação do jornal.

QUADRO 6: ELEMENTOS NEGATIVOS E POSITIVOS COMO CONSEQUÊNCIAS DO IMPEACHMENT DE COLLOR.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
[...] [a ação do novo Executivo] também frustra os anseios populares [em relação] a forma leviana com que se permite a perturbação do indispensável projeto de modernização das instituições. Há indícios de paralização dos projetos de abertura econômica; e a suspensão, mesmo que temporária, da privatização da Ultrafêtil é lamentável exemplo de predomínio das pressões corporativistas sobre o interesse nacional. Em síntese, delineia-se um “impedimento” dos anseios da Nação de elevar-se ao patamar de progresso a que tem direito.	RETROCESSOS, NÃO	21/11/1992	01
A partir desse momento, o Governo Collor passa ao julgamento da História [...]. Enfim, o processo de democratização consolidado no Governo Sarney foi posto à prova, e mostrou-se eficaz. Isso significa capital. Internamente, confiança na classe política e nos dirigentes do país; no exterior, credibilidade e alguma boa vontade por parte de nossos	O CAPITAL DO NOVO GOVERNO	31/12/1992	06

interlocutores habituais.			
---------------------------	--	--	--

FONTE: O autor (2019).

Entre outras consequências apontadas nos editoriais estão: a possibilidade de um novo governo poder levar a frente o projeto de “modernização” econômica prometida por Collor, a renovação política ou até mesmo a pavimentação para outro bando assumir o poder, caso o processo de faxina ética terminasse apenas com a deposição do presidente.

QUADRO 7: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL *OUTRA* DO EIXO DE CONSEQUÊNCIAS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

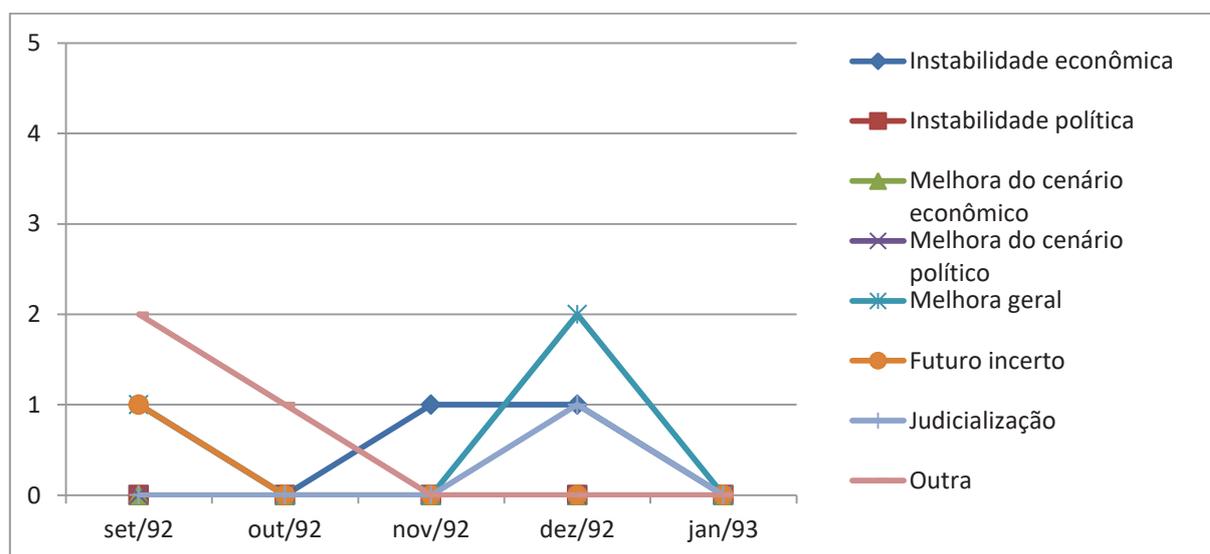
TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
[...] Terá razão quem concluir que não foi a desonestidade que chocou a sociedade brasileira, mas sim, unicamente, a voracidade do desonesto. É terrível e desanimador: esse cenário pressupõe a existência de um nível aceitável de corrupção no Governo. De uma atitude essencialmente hipócrita só poderia resultar o <i>band-aid</i> moralista de que fala Marcílio: derruba-se um modelo de malversação do poder, leva-se aos tribunais um grupo de malfeitores, mas deixa-se intacto o caminho para que outros bandos lhes sigam o exemplo, cada um à sua moda.	FÔLEGO NA ALMA	26/09/1992	01
Em dois anos, um novo governo , se contar com o senso de dever e a visão histórica do Congresso e dos partidos, poderá conduzir o país no caminho da modernização – cumprindo a promessa que levou Collor ao poder.	RENÚNCIA, AGORA	30/09/1992	01
Está na hora de se recuperar, ética e politicamente, o Estado brasileiro. Tivemos a coragem de enfrentar o trauma do impeachment, porque a sociedade, por seus representantes, julgou ter chegado o momento de questionar frontalmente o que acontecia no plano Executivo. Num processo ainda em andamento, pode-se dizer que a Presidência da República foi sacudida por um sopro renovador. Este sopro não	CONTAS DE CHEGAR	15/10/1992	06

deixou de passar pelos corredores do Congresso. Foi, afinal, por ali que correu (e continua a correr) o grande rio da indignação nacional. O Congresso transformou-se em instrumento de renovação.

FONTE: O autor (2019).

No gráfico abaixo, é apresentada a frequência mensal da mobilização das variáveis do eixo de “consequências”.

GRÁFICO 6: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘CONSEQUÊNCIAS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.



FONTE: O autor (2019).

A apresentação dos resultados sobre o uso de argumentos em que o jornal apontou “saídas” e “consequências”, demonstra a ausência de uma campanha ativa de *O Globo* durante o processo que estava em curso contra Collor. Os últimos gráficos reforçam que – ressaltando o acionamento da variável “*corrupção e fisiologismo*” no mês de setembro de 1992 – *O Globo* não fez uma campanha nem para construir, nem para deslegitimar o processo de impeachment contra Collor.

d) Abordagem da tese do golpe

Para finalizar a apresentação dos resultados obtidos durante o impeachment do Collor, as tabelas a seguir demonstram que a tese relacionada à ideia de golpe, levantada pelo próprio ex-presidente, não foi agendada constantemente pelo jornal *O Globo* em seus editoriais. Apenas um editorial trouxe esse elemento à discussão.

TABELA 15: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE” DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

IMPEACHMENT COLLOR	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Editoriais com a tese do golpe	01	4%
TOTAL	25	100%

FONTE: O autor (2019).

TABELA 16: TIPOS DE ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

TESE DO GOLPE	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
- Corroboração	00	0%
- Refutação	01	100%
- Nenhum	00	0%
TOTAL	01	100%

FONTE: O autor (2019).

Apesar de Fernando Collor ter sido apoiado por *O Globo* durante o segundo turno das eleições de 1989 e do então presidente ter denunciado a existência de um “sindicato do golpe” contra ele, o editorial encontrado refutava a tese de que haveria de fato um golpe em curso. Destaque ainda tem que ser dado ao fato de que esse editorial foi assinado pelo próprio Roberto Marinho.

De um lado, ficou patente que não houve deposição do presidente por um ‘golpe branco’, mas simplesmente o seu afastamento do exercício da chefia do Executivo, nos termos constitucionais, para se poder efetuar com equilíbrio e lisura, sem pressões de qualquer natureza, a cabal apuração das responsabilidades indiciados nas graves irregularidades que vieram à luz (AO TRABALHO SÉRIO, *O Globo*, 21/11/1992, p. 1, **grifo nosso**).

É importante ainda lembrar que em fins de agosto de 1992 – durante a fase final da CPI do PC Farias – o jornal denunciou que havia um golpe em curso contra Collor (em editorial que abordamos para levantar o problema na introdução deste trabalho), porém aparenta mudar essa concepção no único editorial que abordou a tese durante o processo de impeachment. A constatação da mudança de abordagem será importante para a discussão,

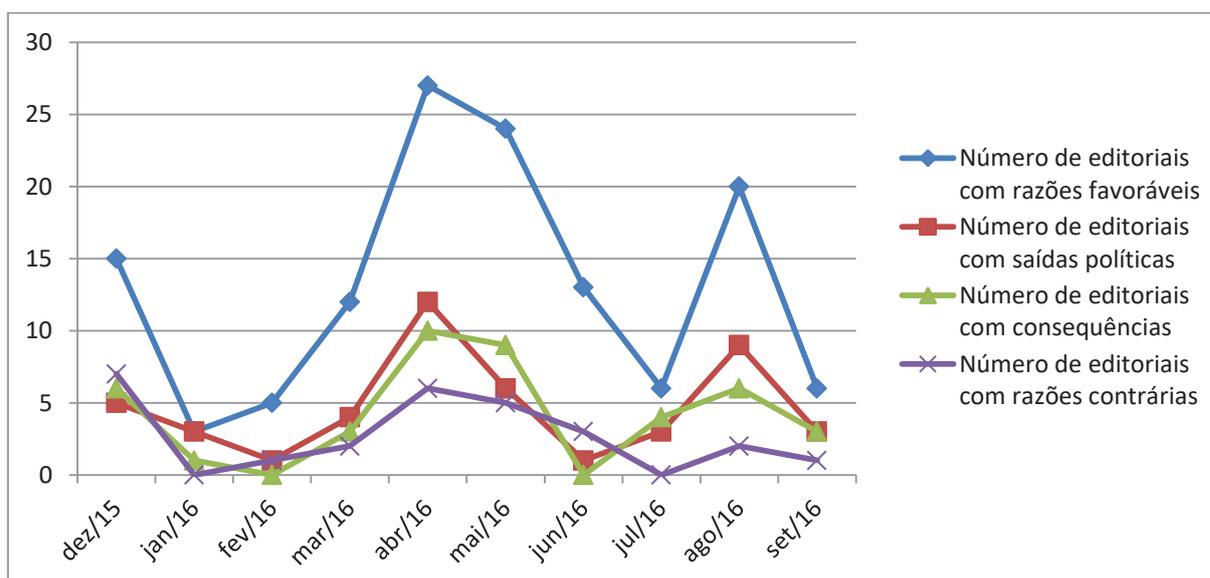
onde faremos uma comparação com os resultados obtidos em relação ao impeachment de Dilma Rousseff.

5.1.2 Dilma: “Não vai mesmo ter golpe”

Apresentaremos, nesta seção, os resultados encontrados quanto aos editoriais de *O Globo* que abordaram o impeachment de Dilma Rousseff. Iniciaremos analisando os resultados gerais dos eixos das variáveis mês a mês.

O GRÁFICO 7 apresenta um desenho em que a presença dos conjuntos de variáveis aparentam realizar um trajeto parecido ao GRÁFICO 2 – no qual é demonstrado o volume geral de editoriais que abordaram a temática em cada mês ao longo do processo de impedimento de Dilma. Isso evidencia o interesse do jornal em mobilizar argumentos que legitimavam o processo de impeachment. À exceção dos meses de janeiro, julho e setembro de 2016, os resultados sugerem que o jornal *O Globo* preferiu mais apontar elementos que favoreciam o processo de impeachment de forma mais geral do que apresentar saídas políticas e consequências. Esses meses citados, onde houve uma convergência maior entre todos os eixos, parecem estar inseridos em períodos com menor movimentação institucional no processo de impeachment.

GRÁFICO 7: HISTÓRICO DO NÚMERO DE EDITORIAIS CONTENDO OS EIXOS DE VARIÁVEIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.



FONTE: O autor (2019).

O volume de editoriais contendo “saídas políticas” e “consequências do (não) impeachment” parece caminhar junto durante o período. Esses dois eixos foram alternando entre serem o segundo e o terceiro conjunto de variáveis mais mobilizados pelo jornal para a construção da sua narrativa de conferir legitimidade à destituição de Dilma Rousseff.

Porém, é interessante a trajetória do eixo “razões contrárias ao processo de impeachment”, pois ele foi bastante acionado no começo do processo – voltando a aumentar entre abril e maio de 2016 – superando, inclusive, a indicação de “saídas” e “consequências”. Esses achados evidenciam a ideia de que havia uma desconfiança de *O Globo* sobre a aceitação do pedido de impeachment por parte do deputado Eduardo Cunha – que comentaremos melhor na apresentação dos resultados por variáveis.

a) Eixo de Razões Favoráveis (ou Contrárias) ao processo de impeachment

As tabelas 17 e 18 trazem os achados para as variáveis do eixo “razões favoráveis ao processo de impeachment”.

TABELA 17: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “RAZÕES FAVORÁVEIS” DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

IMPEACHMENT DILMA	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Editoriais com Razões favoráveis	131	78,91%
TOTAL	166	100%

FONTE: O autor (2019).

Os resultados demonstram o alto grau de interesse editorial do jornal *O Globo* em legitimar um contexto favorável ao processo de impeachment de Dilma. As “razões favoráveis” foram verificadas em 78,91% dos 166 editoriais selecionados no período. Em nível de comparação, o trabalho de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018), objetivando verificar a presença das mesmas variáveis, encontrou um percentual um pouco maior: 85,7% na *FSP* e 86,7% no *OESP*. Porém, os pesquisadores aplicaram a técnica de análise apenas aos três meses fulcrais do impeachment, dezembro de 2015 – mês da aceitação da denúncia –, abril de 2016 – mês da votação da admissibilidade na Câmara – e agosto de 2016 – mês da votação do julgamento de Dilma no Senado. Sendo assim, por serem meses de muitos acontecimentos relevantes do processo de impeachment, não só se justifica essa maior

incidência das variáveis nos editoriais dos outros *quality papers*, como também a relevância da presença de “razões favoráveis” ao processo contra Dilma em *O Globo*, haja vista que este trabalho engloba todos os meses do impeachment, mesmo aqueles com pouca movimentação institucional.

TABELA 18: TIPOS DE “RAZÕES FAVORÁVEIS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

RAZÕES FAVORÁVEIS	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
- Crime de Responsabilidade	39	16,59%
- Normas legais (Menção à Constituição e a outras leis)	33	14,04%
- Voz do povo (Avaliação do governo, protestos)	11	4,68%
- Crise econômica	71	30,21%
- Crise política	18	7,65%
- Corrupção e fisiologismo (uso da máquina pública, repercussão de denúncias e escândalos)	54	22,97%
- Outra	09	3,82%
TOTAL	235	100%

FONTE: O autor (2019).

A TABELA 18 demonstra que a “*crise econômica*” foi a razão mais acionada por *O Globo* para favorecer o processo de impeachment com 30,20% das razões encontradas, seguida de “*corrupção e fisiologismo*” com 22,97%. A variável “*crime de responsabilidade*” foi encontrada em 16,59% e “*normas legais*” com 14,04 % (reafirmando que o percentual foi calculado a partir do número total de variáveis encontradas e lembrando que elas podem ser verificadas mais de uma vez em cada editorial). Esses achados demonstram que por mais que se discutisse a base técnica da denúncia – apoiando a ideia de que Dilma teria cometido crime de responsabilidade e que a Constituição e outras normas legais estariam sendo cumpridas para afirmar a legitimidade institucional do impeachment – foi o conjunto entre crise econômica, em primeiro lugar, e corrupção que foram os argumentos mais utilizados pelo jornal para justificar todo o contexto do processo de destituição de Dilma.

QUADRO 8: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO AS VARIÁVEIS *CRISE ECONÔMICA* E *CORRUPÇÃO E FISILOGISMO* DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“A ideia de um Estado que seria capaz de eliminar a	HÁ DINAMITE	13/12/2015	18

<p>miséria, reduzir a pobreza e ainda fornecer serviços básicos como saúde e educação com eficiência faliu. Aceite-se ou não. Por uma estrondosa ironia, foi pelas mãos do PT, partido defensor desse Estado tutor da sociedade, insaciável coletor de impostos para redistribuir as rendas fazendo o ‘bem’, que esse modelo entrou em colapso. Do ponto de vista moral, o mensalão e o petrolão, este ainda sendo esmiuçado pela Lava-Jato, fizeram o trabalho de reciclar a imagem do PT. E o partido, por meio de Dilma e outros economistas petistas, tratou de desequilibrar de forma estrutural o Orçamento, na talvez maior crise fiscal da História republicana”</p>	<p>DE PAVIO ACESO NO ORÇAMENTO</p>		
<p>“São demais os problemas que cercam a presidente Dilma. É bem verdade que parte substancial deles, representada pela crise fiscal e assustadores desdobramentos, é de sua responsabilidade em associação com o presidente Lula, no segundo mandato deste. [...] Se os prognósticos para a economia continuam de arrepiar, acaba de aparecer no radar da presidente, e do seu vice Michel Temer, a tempestade carregada do julgamento pelo Tribunal Superior Eleitoral (STE) [...]. O juiz Sérgio Moro de Curitiba, da Lava-Jato, enviou, em outubro, documentos com tóxicas provas colhidas pela operação [...] [que] provam, a considerar depoimentos na Lava-Jato, que houve ‘lavagem’ na justiça eleitoral de propina garimpada por empreiteiras em conluio com dirigentes da Petrobras e partidos (PT, PP, PMDB)”.</p>	<p>DILMA TERÁ NO TSE UM DIFÍCIL EMBATE</p>	<p>17/02/2016</p>	<p>16</p>
<p>“O ex-presidente [Lula], do posto de ministro-chefe da Casa Civil, mas com raio de ação ampliado, tem difíceis missões no plano político e econômico. [...] Entenda-se, espantar a ameaça de impeachment, estimular a economia, mas sem perder de vez o controle da inflação (consertar os graves danos que</p>	<p>LULA E DILMA APOSTAM TUDO PARA TENTAR SOBREVIVER</p>	<p>17/03/2016</p>	<p>18</p>

<p>ele mesmo ajudou a provocar na economia). [...] Não será fácil, mesmo para um super-Lula imaginário. Estas já são desafios enormes. E tudo piora com o fato de pairar sobre ele e Dilma a Operação Lava-Jato. [...] surgiu uma nódoa na imagem que a presidente cultiva com vigor, a de ser uma pessoa imune à corrupção. É possível, mas Dilma, por fé ideológica no ‘projeto de poder’ e fidelidade a seu criador, Lula, pode ter desviado o olhar toda vez que era cometido um crime na Petrobras”.</p>			
<p>“Um ingrediente que ajudou na fermentação de uma espécie de angústia nacional foi que, enquanto novas revelações vindas da Lava-Jato – como a delação do senador Delcídio Amaral – tornavam ainda mais frágil a situação do governo Dilma, fragilidade reforçada pelo estado moribundo da economia”.</p>	<p>O IMPEACHMENT É UMA SAÍDA INSTITUCIONAL</p>	<p>19/03/2016</p>	<p>20</p>
<p>“Seria inevitável, então que a imagem de uma ‘organização criminosa’ no PT voltasse com força. A 27ª etapa da Lava-Jato, lançada sexta-feira, sob o nome de Carbono 14, veio reforçar de vez as evidências da ação de um mesmo esquema no mensalão e no petrolão, nos quais há personagens em comum. [...] Enquanto o processo de impeachment de Dilma tramita na Câmara, o espectro do assassinato de Celso Daniel volta a assustar o PT, e agora por meio do juiz Sérgio Moro e a Lava-Jato. Má notícia para o partido. Tudo indica que o aprofundamento dessas investigações reforçará o conjunto de provas que apontam para a atuação de uma organização criminosa de fato nos bastidores do lulopetismo. Por isso, fica mais evidente cada vez mais que mensalão e petrolão têm a mesma origem”.</p>	<p>MENSALÃO E PETROLÃO EVIDENCIAM ‘ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA’</p>	<p>05/04/2016</p>	<p>16</p>
<p>“A aprovação, pela Câmara dos Deputados, da admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma abre uma possibilidade concreta de que a crise econômica e o nó político possam ser</p>	<p>UM PASSO PARA O IMPEACHMENT</p>	<p>18/04/2016</p>	<p>18</p>

<p>equacionados antes de 2018, a partir da saída do PT do Planalto, onde se encontra há 13 anos, o mais longo período na República de um grupo político no poder, por meio de eleição direta. Mas patrocinador de uma catástrofe ética e uma hecatombe econômica".</p>			
<p>"Dos dois [impeachments], o teste mais duro para as instituições tem sido o impeachment de Dilma, relacionado de alguma forma ao desmonte da 'organização criminosa criada pelo lulopetismo para desviar dinheiro público de estatais, a fim de financiar o projeto de poder do PT e aliados. Soube-se depois que o mensalão [...] e o petrolão [...] transcorreram de forma simultânea, sob o controle da cúpula do partido que subiu a rampa do Planalto com Lula, em 2003. [...] O pedido de impeachment não se relaciona, formalmente, às descobertas da Operação Lava-Jato, mas por ser o julgamento do impedimento também político, é certo que o conjunto da obra de malfeitorias que a força-tarefa de policiais federais, procuradores e fiscais da Receita que atuam junto ao juiz Sérgio Moro, em Curitiba, descobriu ajudou a tramitação do processo até aqui, na fase final. [...] Na visão ideológica tosca de mundo das frações de esquerda que compõem o PT, equilíbrio fiscal é conceito conservador, 'neoliberal'. [...] Não admitem que desequilíbrios orçamentários, como os que ajudaram a criar na economia brasileira [...], destruíram a capacidade de o Estado investir e sinalizaram para a insolvência da dívida pública, pois criaram uma dinâmica exponencial dela em relação ao PIB. Assim, também afastaram os investidores privados. E tornaram a depressão uma possibilidade real".</p>	<p>NOVO MARCO DE DEFESA DA RESPONSABILIDADE FISCAL</p>	<p>12/05/2016</p>	<p>22</p>
<p>"[...] o resultado dos delitos [cometidos por Dilma] foi agravar a crise fiscal em que o país já se encontrava, com mais recessão e um desempenho</p>	<p>DIFICULDADES DA DEFESA</p>	<p>23/05/2016</p>	<p>14</p>

<p>trágico. [...] É provável que as elevadas votações que o pedido de impedimento de Dilma tem recebido até agora [...] também reflitam o conjunto da obra: não apenas o descontrole fiscal, mas os casos de grossa corrupção ocorridos na Petrobras e no setor elétrico, ainda sendo mapeados pela Lava-Jato, em Curitiba".</p>			
<p>“Ao lado da mais séria turbulência econômica pelo menos desde o final da República Velha, a Operação Lava-Jato também cumpre uma função aceleradora do impedimento da presidente”.</p>	<p>SAÍDA DE CRISES É SÓ PELA CONSTITUIÇÃO</p>	<p>26/05/2016</p>	<p>14</p>
<p>“A presenteada ao país pelo presidente Lula como a ‘mãe do PAC’, a gerente inflexível e eficiente, Dilma Rousseff governou no Planalto durante cinco anos e de lá foi afastada pelo processo de impeachment em andamento no Senado com a imagem profissional bastante abalada. [...] a gerente não conseguiu destravar os investimentos públicos [...] e a economista de formação conduziu um dos maiores desastres da história do país, devido à aplicação do mirabolante ‘novo marco macroeconômico’. [...] A antiga imagem de Dilma sofre, também, com a revelação, pelo <i>Globo</i>, de que dinheiro do petrolão, portanto surrupiado da estatal, financiou gastos pessoais da presidente [...]”.</p>	<p>DENÚNCIAS APROFUNDAM DESGASTE DE IMAGEM DE DILMA</p>	<p>04/06/2016</p>	<p>12</p>
<p>“[...] o inquérito aberto na Lava-Jato sobre o verdadeiro proprietário do célebre triplex do Guarujá, nada tem a ver com o julgamento final do impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff. Mas, no mundo político, tem, porque se trata de mais um fato importante na história da passagem do lulopetismo pelo poder, em que também se destacam os desmandos econômicos, na área fiscal, cometidos por Dilma. E que a levam ao impeachment”.</p>	<p>DUAS FACES</p>	<p>27/08/2016</p>	<p>3</p>
<p>“O PT resolveu literalmente comprar a base parlamentar, para viabilizar um projeto de</p>	<p>PARA QUE JAMAIS HAJA</p>	<p>01/09/2016</p>	<p>16</p>

<p>eternização no poder. Para isso, assaltou a Petrobras, outras empresas públicas e se enredou em um novelo do qual está longe de se livrar nos tribunais. Sempre guiado pela máxima dos ‘fins justificam os meios’. [...] Mas foram a obsessão com o ativismo estatal e os gastos sem medidas, maquiados por técnicas da ‘contabilidade criativa’, que construíram a enorme crise fiscal, visível a todos a partir de 2015, quando a floraram os números reais”.</p>	<p>OUTRO IMPEACHMENT</p>		
--	------------------------------	--	--

FONTE: O autor (2019).

Outras “razões” encontradas apontam que os governos do Partido dos Trabalhadores – que o jornal denominava de “lulopetismo” – teriam um projeto bolivariano em que se aparelhava as estatais e praticava-se o desvio de verbas públicas para financiar esse projeto de poder. O quadro abaixo apresenta alguns trechos de editoriais em que *O Globo* associava os escândalos de corrupção a um tipo de conspiração bolivariana para a conquista do poder.

QUADRO 9: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL *OUTRO* (PROJETO BOLIVARIANO DE PODER) DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
<p>“O documento ‘resolução sobre a conjuntura’, aprovado pelo diretório do PT no início da semana, é prova cabal da validade do provérbio ‘o papel aceita tudo’. [...] chama a atenção que, no documento, o PT assumo de forma escancarada o aparelhamento do Estado, para colocá-lo a serviço de um projeto de poder nada democrático e republicano. [...] Não que tenha caído a máscara do partido, afinal a verdadeira face do projeto lulopetista nunca esteve completamente oculta. Mas chega a ser um registro histórico um documento em que o diretório nacional do partido assume sua faceta – esta sim – golpista. [...] Importa é entender, de uma vez por todas, que este</p>	<p>PT CONFIRMA APARELHAR EM NOME DO PROJETO</p>	<p>21/05/2016</p>	<p>18</p>

<p>é um projeto que pretende instalar no Brasil um regime bolivariano. Não conseguiu, nem conseguirá, diante da demonstração de solidez das instituições republicanas”.</p>			
<p>“[...] os crimes de responsabilidade de que Dilma é acusada foram cometidos na condução de manobra para maquiagem a trágica situação fiscal do país, mas também no ambiente pantanoso e obscuro do assalto à Petrobras e a outras estatais, cometido pelo lulopetismo, para financiar seu projeto de poder com finalidades bolivarianas”.</p>	<p>SAÍDA DE CRISES É SÓ PELA CONSTITUIÇÃO</p>	<p>26/05/2016</p>	<p>14</p>

FONTE: O autor (2019).

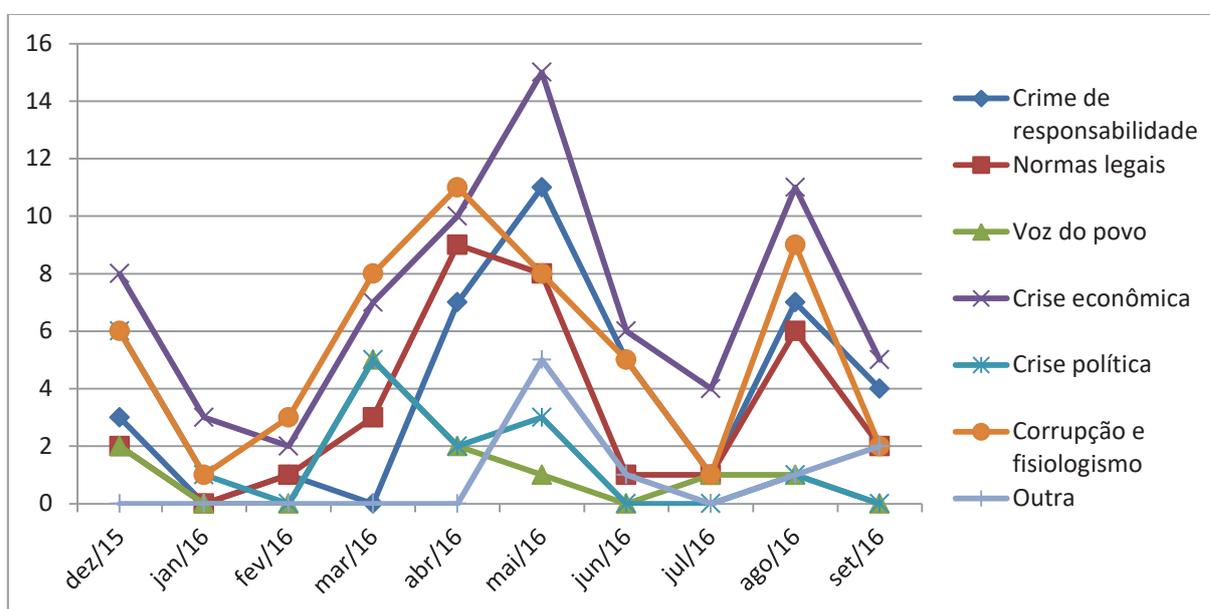
Alguns editoriais afirmavam que por mais que vários aspectos levantados pelo jornal não fizessem parte da denúncia, eles poderiam ser levados em conta pelos parlamentares para condenar Dilma⁹⁴.

O GRÁFICO 8 apresenta como *O Globo* mobilizou as variáveis do eixo “razões favoráveis” durante os meses do processo de impeachment contra Dilma. Os resultados indicam como o jornal foi construindo o ambiente de legitimidade do afastamento de Dilma Rousseff em seus editoriais ao longo do período.

A análise desse gráfico nos permite verificar elementos importantes sobre o desenvolvimento da cobertura editorial durante o desenrolar do processo de impeachment. Em dezembro de 2015, a referência à “*crise econômica*” e seus efeitos já é tida como a variável mais presente para legitimar o processo contra Dilma. Porém, a referência à “*corrupção e fisiologismo*” praticados, segundo o jornal, pelo governo e a “*crise política*” aparecem logo depois como “razões favoráveis” mais abordadas pelo *O Globo*.

⁹⁴ DUAS FACES, *O Globo*, 27/08/2016, p. 3; DIFICULDADES DA DEFESA, *O Globo*, 23/05/2016, p. 14; NOVO MARCO DE DEFESA DA RESPONSABILIDADE FISCAL, *O Globo*, 12/05/2016, p. 22.

GRÁFICO 8: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘RAZÕES FAVORÁVEIS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.



FONTE: O autor (2019).

O conjunto entre crise econômica e política associado aos escândalos de corrupção revelados pela operação Lava Jato parecem fundamentar a abordagem do jornal nesse primeiro momento do impeachment. Vale lembrar que foi ainda no mês de dezembro de 2015 que a variável “*crise política*” apareceu em maior volume, indicando as disputas que resultaram da aceitação da denúncia de crime de responsabilidade contra Dilma, por parte do então presidente da Câmara e opositor da ex-presidente da República.

Com a virada de ano, o jornal parece arrefecer a cobertura editorial do impeachment em janeiro e fevereiro de 2016, porém um dado relevante é que a partir deste último mês até o mês de abril – mês da votação da admissibilidade da denúncia na Câmara dos deputados em que se precisava de 342 votos para o prosseguimento da mesma – a variável “*corrupção e fisiologismo*” passou a ser a mais mobilizada pelo *O Globo*, um pouco a mais que a “*crise econômica*”.

A utilização do discurso contra a corrupção do governo capitaneado pelo PT nesse período pode ter relação com o aprofundamento das investigações contra o ex-presidente Lula, que inclusive sofreu uma condução coercitiva no dia 4 de março, para depor no

aeroporto de Congonhas sobre o esquema de corrupção na Petrobras⁹⁵. Ainda nesse mês, houve o caso da divulgação do áudio entre Lula e Dilma sobre o termo de posse para o ministério da Casa civil concedido para o ex-presidente. Ao dar publicidade a esta e demais interceptações telefônicas de Lula, o ex-juiz federal Sérgio Moro, até então responsável pelos julgamentos dos processos da Lava Jato em Curitiba, acabou por aprofundar a crise política em que Dilma se envolvia cada vez mais⁹⁶. Portanto, os resultados para o mês de março sugerem que as denúncias de corrupção contra o PT, Lula e Dilma foram bastante exploradas pelos editoriais do jornal *O Globo*.

Outro elemento que podemos concluir, ainda no mês de março de 2016, é que houve o maior volume de editoriais contendo a variável “voz do povo”. Lembrando que no dia 13 de março ocorreram as maiores manifestação em favor do impeachment de Dilma⁹⁷. O discurso de que os manifestantes nas ruas contra o governo representavam a voz inequívoca do povo brasileiro foi explorado nestes editoriais abordados.

QUADRO 10: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL *VOZ DO POVO* DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“Neste domingo, impulsionados pelo maior conjunto de manifestações de rua da História do país , o calendário e o relógio da face política da crise apertaram o passo rumo a um desenlace. [...] os milhões de manifestantes de domingo contra Dilma, Lula, PT, e a favor de Sérgio Moro e Lava-Jato – não importa se 3,6 , segundo as PMs, ou 6,9, de acordo com os organizadores –, tiveram tal dimensão, maior que todos os eventos políticos de rua ocorridos hoje no país , que forçam uma definição sobre o futuro de uma presidente acuada em Palácio”.	UM ‘BASTA’ DAS RUAS A DILMA, LULA E PT	15/03/2016	14
“A crise faz com que Dilma e Lula se abracem e joguem juntos seu futuro e, infelizmente, o do país. Às	DILMA E LULA APOSTAM	17/03/2016	18

⁹⁵ Disponível em: < <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/policia-deflagrada-nova-fase-da-lava-jato-na-casa-do-ex-presidente-lula.html> > acesso em 14 out. 2019.

⁹⁶ Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/moro-divulga-grampo-de-lula-e-dilma-planalto-fala-em-constituicao-violada.html> > acesso em 21 out. 2019.

⁹⁷ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/13/brasil-tem-maior-manifestacao-contradilma.htm>> acesso em 14 out. 2019.

favas com a histórica demonstração de repúdio aos dois e a seu partido dada nas ruas no domingo por milhões de brasileiros ".	TUDO PARA SOBREVIVER		
--	----------------------	--	--

FONTE: O autor (2019).

No mês de abril de 2016, período decisivo do processo de impeachment, podemos constatar o aumento da mobilização de “razões favoráveis” e, ao mesmo tempo, uma aproximação entre os índices. Ainda em primeiro lugar, o jornal utilizou os argumentos contra a “*corrupção e o fisiologismo*” com onze citações, depois os argumentos sobre a “*crise econômica*” com dez citações. Depois dessas variáveis, atestamos uma maior presença de “*normas legais*” com nove citações e “*crime de responsabilidade*” com sete citações. Segundo os resultados, foi a partir desse mês que argumentos jurídicos passaram a ser abordados de forma mais relevante para justificar o impeachment que estaria sendo votado pelos deputados federais.

Já em maio de 2016, houve a predominância da “*crise econômica*” como “razão favorável” – assim permanecendo em todos os meses do processo de impeachment – seguido de “*crime de responsabilidade*”, no momento em que se confirmou o afastamento de Dilma e a posse de Temer como presidente interino. A partir de então, como podemos perceber no GRÁFICO 8, *O Globo* mobilizou menos argumentos até voltar a aumentar a abordagem no mês de agosto de 2016, porém com menos “razões favoráveis” que em abril e maio, apesar de ter sido o período final do processo de impeachment em que se desenrolaria o julgamento no Senado. Uma explicação para esse dado pode ser o fato de que o impeachment já estaria precificado e porque, também, já havia um interesse no governo provisório de Michel Temer e em sua agenda de reformas econômicas como a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, e a emenda à Constituição sobre o teto de gastos.

Apesar de as descobertas indicarem um alto percentual de “razões favoráveis” nos editoriais que abordaram o impeachment, é relevante o volume de editoriais que apresentaram “razões contrárias” ao processo. Foram encontrados 27 editoriais – equivalentes a 16,26% - que, de alguma forma, apontavam elementos que também desfavoreciam o processo de impeachment. Apesar do grau não elevado do percentual dessa variável nos editoriais indicar que não foi prioridade do jornal deslegitimar o impeachment, isso demonstra que, ao mesmo

tempo, o jornal não escondeu esses elementos. Os resultados das variáveis mobilizadas nesse eixo, apresentadas na TABELA 19, podem nos auxiliar a entender essa aparente contradição.

TABELA 19: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “RAZÕES CONTRÁRIAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

IMPEACHMENT DILMA	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Editoriais com Razões contrárias	27	16,26%
TOTAL	166	100%

FONTE: O autor (2019).

TABELA 20: TIPOS DE “RAZÕES CONTRÁRIAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

RAZÕES CONTRÁRIAS	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
- Normas legais (Menção à Constituição e a outras leis)	01	3,22%
- Voz do povo (Avaliação do governo, protestos)	02	6,45%
- Crise econômica	00	0%
- Crise política	02	6,45%
- Corrupção e fisiologismo (uso da máquina pública, repercussão de denúncias e escândalos)	25	80,64%
- Outro	01	3,22%
TOTAL	31	100%

FONTE: O autor (2019).

Pouco mais de 80% das “razões contrárias” apontaram uma deslegitimidade dos agentes do impeachment através das denúncias de corrupção ou tentativas de barrar investigações contra os mesmos. Notabiliza-se, principalmente, a preocupação do jornal com a atuação do então presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), durante o processo de impeachment, apontando inclusive “sérios desvios de legitimidade” com a forma pela qual o parlamentar teria aceitado a denúncia contra Dilma.

QUADRO 11: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL *CORRUPÇÃO E FISILOGISMO (CONTRA)* DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“A instalação do processo de impeachment culmina nas intensas barganhas de Cunha, PT e governo sobre os três votos petistas no Conselho de Ética em torno da	LEGALIDADE E LEGITIMIDADE	04/12/2015	20

<p>acusação de quebra de decoro contra o presidente da Câmara, por ter mentido perante última CPI da Petrobras, na sua instalação, ao garantir não possuir contas no exterior. E possuía. O presidente da Câmara contava com os votos do PT, garantidos a ele pelo governo. Mas o partido não aceitou o arreglo, e cinco horas após os deputados garantirem os votos contra o presidente da Casa, Cunha anunciou a concordância com o pedido de processo de impeachment, registrando, de maneira sintomática, que não praticava ‘ato de vingança’. Estava evidente que era vingança, mas agora isto é passado. Há evidências de que o ato do presidente da Câmara carrega sérios desvios de legitimidade. [...] Incomoda que o vetor da reclamação contra a presidente seja um parlamentar com folha corrida reprovável, que usa o caso como retaliação ao Planalto”</p>			
<p>“[...] aconteceu agora [a aceitação da denúncia contra Dilma], porque à frente da Mesa da Casa estava Eduardo Cunha (PMDB-RJ), desafeto do governo e do PT. O fato municia petistas e dilmistas para bombardear o acolhimento do processo, sob o argumento de que se trata de mais um uso indevido da Câmara pelo deputado fluminense para atingir adversários. Além do que, o próprio presidente da Câmara, dono comprovado de contas na Suíça não declaradas, é investigado pela Lava-Jato, tem seu nome encaminhado ao Supremo pela Procuradoria-Geral da República, inclusive com pedido para que seja afastado do cargo”.</p>	<p>BASE CONSTITUCIO- NAL</p>	<p>01/02/2016</p>	<p>12</p>
<p>“[...] Eduardo Cunha teve ontem suspenso, de forma preventiva, o mandato de deputado federal e, por decorrência, perdeu a presidência da Casa. [...] Agora, só resta a Eduardo Cunha a renúncia ao mandato. [...] Assim como a presidente da República sofre processo</p>	<p>RENÚNCIA DE CUNHA É A MELHOR ALTERNATIVA</p>	<p>06/05/2016</p>	<p>22</p>

<p>de impeachment no Legislativo, por crimes de responsabilidade, o presidente da Câmara pode ser punido pelo Supremo por transformar preceitos constitucionais em trapos. [...] O ministro [Teori Zavascki] também levou em conta, no voto, a coincidência de um deputado réu em ação penal (na Lava-Jato, também no STF) presidir a Câmara no momento em que a presidente da República pode ser afastada do cargo. Neste caso, Cunha seria o segundo da linha de substituição do presidente num possível governo Michel Temer. Seria uma ilegalidade, porque a Carta impede réu pelo Código Penal de assumir a Presidência. [...] Não é do estilo belicoso de Cunha, mas ele precisa renunciar. O momento político do país assim exige. O provável governo Michel Temer, a assumir semana que vem, necessita de um Congresso distendido, minimamente apaziguado, para analisar e aprovar propostas estratégicas de reformas de que o país precisa”</p>			
---	--	--	--

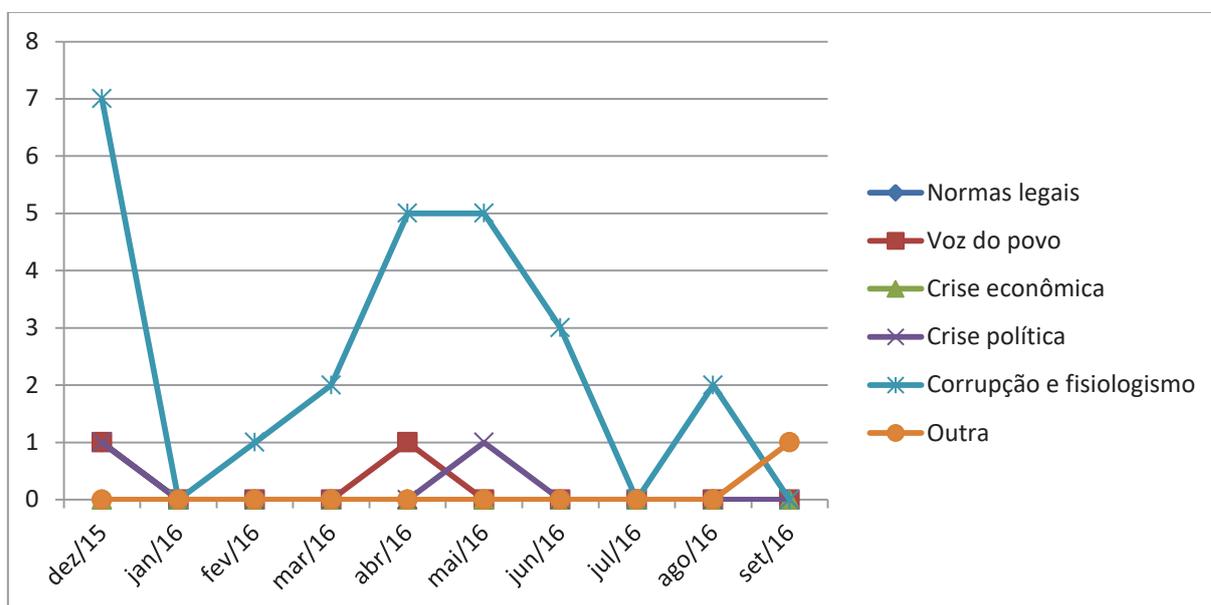
FONTE: O autor (2019).

O pedido enfático da renúncia de Cunha evidencia a campanha editorial do jornal para que o deputado não fosse associado à deposição da ex-presidente Dilma e que o governo Temer conseguisse estabilidade política. O próprio fato do então PMDB participar da coalizão dos governos capitaneados pelo PT, os quais eram chamados de bolivarianos e golpistas pelo jornal, gerava algum grau de apreensão de *O Globo* com respeito à continuação das práticas fisiológicas⁹⁸.

O próximo gráfico aborda o histórico das “razões contrárias” apresentadas pelos editoriais de *O Globo* que, de alguma forma, desfavoreciam o processo de impeachment de Dilma.

⁹⁸ VISITA AO NÚCLEO POLÍTICO DA CORRUPÇÃO, *O Globo*, 17/12/2015, p. 18; TEMER PRECISARÁ BLINDAR A POLÍCIA FEDERAL; *O Globo*, 19/04/2016, p. 20; COMPROMISSO DE TEMER PRECISA SER COM A HISTÓRIA, *O Globo*, 03/05/2016, p. 16; RENÚNCIA DE MINISTRO REDUZ DANOS DE TEMER, *O Globo*, 31/05/2016, p. 16.

GRÁFICO 9: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘RAZÕES CONTRÁRIAS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.



FONTE: O autor (2019).

Compreende-se que *O Globo* apresentou de forma mais relevante, em seus editoriais, a “*corrupção e fisiologismo*” dos agentes políticos ligados ao movimento pró-impeachment, principalmente do então presidente da Câmara Federal, como uma razão que desfavorecia o processo contra Dilma. Destaque pode ser dado à presença dessa variável para o mês de dezembro de 2015. Podemos relacionar esse resultado com a maior presença da variável “*crise política*” como “razão favorável” ao processo nesse primeiro mês abordado, indicando ainda uma campanha do jornal tanto contra Cunha, quanto contra Dilma.

[...] o não cumprimento da Lei de Orçamento está relacionado na Constituição como **passível de ser punido com impeachment**. [...] Existe, portanto, **base técnica para o pedido de impeachment** (HÁ RAZÕES TÉCNICAS, *O Globo*, 14/12/2015, p. 14, **grifo nosso**).

O presidente da Câmara [**Eduardo Cunha**] **deveria renunciar ao cargo**, para se dedicar à sua defesa, sem atrapalhar os trabalhos da casa. **Seu tempo acabou** (VENCEU O PRAZO DE VALIDADE DE EDUARDO CUNHA, *O Globo* 12/12/2015, p. 18, **grifo nosso**).

Mais tarde, em julho de 2016, *O Globo* chegou a comemorar o que, segundo o jornal, seria uma melhora política com a saída dos dois protagonistas desse primeiro momento do processo de impeachment, avaliando que “Cunha e Dilma, dois fatores de polarização na vida

pública, estão, neste momento, em segundo plano [...]” (DISTENSÃO POLÍTICA AJUDA NAS EXPECTATIVAS, *O Globo*, 20/07/2016, p. 16).

É possível, também, perceber que entre os meses de abril e maio de 2016, a variável “*corrupção e fisiologismo (contra)*” voltou a ter mais destaque, possivelmente pelo afastamento de Eduardo Cunha do mandato e da Presidência da Câmara⁹⁹ e da revelação de áudios com diálogos do ex-senador Sérgio Machado – e ex-presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobrás – com caciques do então PMDB, como Renan Calheiros, José Sarney e Romero Jucá. Ficou célebre o diálogo entre este último e o delator ao afirmarem que:

- Machado: Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer]... É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

- Jucá: Com o Supremo, com tudo.

- Machado: Com tudo, aí parava tudo.

- Jucá: É delimitava onde está, pronto¹⁰⁰.

É importante, porém, reafirmar que o fato de *O Globo* apresentar reservas contra os agentes políticos que comandavam o impeachment, não fez com que o jornal deixasse, de forma predominante, de construir elementos favoráveis à destituição de Dilma, como vemos no trecho seguinte: “**Não importam se virão ou não denúncias que comprometam Temer. Não se pode é barrar o processo de impedimento de Dilma em nome disso.** Apressar-se o desfecho do impeachment é o melhor para o país” (APRESSAR IMPEACHMENT NÃO FERE DIREITO DE DEFESA, *O Globo*, 04/08/2016, p. 14, **grifo nosso**).

Interessante comparar essa abordagem de *O Globo* com a dos jornais estrangeiros, estudados por Guazina, Prior e Araújo (2018), que não só abordavam as desconfianças sobre esses agentes do impeachment como, conseqüentemente, mostravam-se céticos em relação ao movimento para o impedimento de Dilma. Nos meses seguintes, as variáveis do eixo “razões contrárias” foram pouco mobilizadas, sendo que, durante toda a tramitação do impeachment no Congresso, foram encontrados de forma residual outros elementos que desfavoreciam o processo contra Dilma.

⁹⁹ Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/teori-determina-afastamento-de-cunha-do-mandato.html>> acesso em 14 out. 2019.

¹⁰⁰ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>> acesso em 14 out. 2019.

b) Eixo de Saídas Políticas para a situação

As tabelas 21 e 22 demonstram o percentual de editoriais que apresentavam as “saídas políticas para a situação” e quais foram as mais mobilizadas pelo jornal.

TABELA 21: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “SAÍDAS POLÍTICAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

IMPEACHMENT DILMA	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Editoriais com Saídas políticas	47	28,31%
TOTAL	166	100%

FONTE: O autor (2019).

TABELA 22: TIPOS DE “SAÍDAS POLÍTICAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

SAÍDAS POLÍTICAS	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
- Impeachment	32	65,30%
- Renúncia	01	2,04%
- Novas eleições	00	0%
- Respeito ao mandato presidencial	00	0%
- Algo deve ser feito	13	25,53%
- Outro	03	6,12%
TOTAL	49	100%

FONTE: O autor (2019).

Percebe-se que o número de “saídas” apontadas pelo jornal é bem menor do que as “razões favoráveis ao processo de impeachment”. Esses achados podem sugerir que apesar de o jornal contribuir, em seus editoriais, para a construção de um ambiente favorável à saída de Dilma, houve uma maior precaução em pedir diretamente seu impeachment. Alguns editoriais, principalmente mais ao começo do processo, foram nessa direção de pregar o respeito ao desfecho do impeachment seja qual fosse o resultado.

QUADRO 12: TRECHOS DE EDITORIAIS APREGOANDO O RESPEITO AO DESFECHO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA SEJA QUAL FOR O RESULTADO.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“Hoje o cenário é mais tranquilo. Iniciado o rito do processo, há esperança de que, independentemente do desfecho , ele consiga romper a preocupante paralisia que tomou conta do país, em função das	LEGALIDADE E LEGITIMIDADE	04/12/2015	20

incertezas”.			
“É crucial ficar estabelecido que, seja qual for o desfecho do processo de impeachment, aprovado ou rejeitado, ele tem de ser respeitado por todos . O momento seguinte vai exigir serenidade e espírito público para tirar o Brasil desta seríssima crise”.	TEMPO NO IMPEACHMENT CORRE CONTRA O PAÍS	06/04/2016	22
“ Não importa o resultado da votação [seja admissibilidade do pedido de julgamento do seu impeachment aprovada hoje ou não] , a democracia representativa brasileira sairá mais forte”.	NÃO VAI MESMO TER GOLPE	17/04/2016	14

FONTE: O autor (2019).

A segunda “saída” mais mobilizada por *O Globo*, “*algo deve ser feito*” (25,53%), evidencia a ideia de ressaltar a importância da resolução dos graves impasses institucionais, porém sem se comprometer com alguma solução específica. Porém, a maioria das defesas de possíveis saídas políticas está ligada ao “*impeachment*” com 65,30% delas. Pedidos de aceleração do processo de impeachment e a defesa de que Dilma cometeu crime de responsabilidade são, por exemplo, facilmente encontrados entre as formas pelas quais os editoriais justificavam a pertinência da saída de Dilma da Presidência.

QUADRO 13: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL *IMPEACHMENT* DURANTE PROCESSO CONTRA DE DILMA.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“Pode-se criticar, mas o não cumprimento da Lei de Orçamento está relacionado na Constituição como passível de ser punido com impeachment . A Carta estabelece que o presidente só pode ser processado por atos cometidos durante o mandato. O dispositivo, porém, foi instituído antes de estabelecida a reeleição. Portanto, a depender do magistrado, pode-se entender que o segundo mandato é uma continuação do primeiro, parte de um mesmo governo de oito anos. Existe, portanto, base técnica para o pedido de impeachment ”.	HÁ RAZÕES TÉCNICAS	14/12/2016	14
“Primeiro passo objetivo no processo de impeachment em tramitação contra a presidente Dilma, o relatório	O CONSISTENTE RELATÓRIO DA	08/04/2016	18

<p>do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), a favor do impedimento, é peça consistente e aborda manobras ilegais que provocaram graves danos à estabilidade fiscal do país, causa da séria crise econômica atual, e ainda em fase de agravamento.</p> <p>O deputado, cujo trabalho será submetido à comissão especial do impeachment, centrou foco nas pedaladas [...] e na abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais, sem aprovação do Congresso. Fatos que justificam o impeachment, por serem crimes de responsabilidade em malversações orçamentárias – com o que não concorda o Planalto. [...] Deverá haver muito debate político e jurídico [...] mas o relatório à comissão especial é um retrato fiel da trajetória de Dilma até produzir o atual desastre econômico, político e social”.</p>	COMISSÃO DO IMPEACHMENT		
<p>“A aprovação, pela Câmara dos Deputados, da admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma abre uma possibilidade concreta de que a crise econômica e o nó político possam ser equacionados antes de 2018 [...]. Mas a derrota de ontem da presidente, revés grande para o projeto de poder do partido, não é definitivo. [...] Mas o Brasil tem pressa, esta é a questão. [...] Aceito o processo pelo Senado, Dilma será afastada por até 180 dias, durante os quais governará Temer. Mas se esgotado o prazo e o julgamento não tiver sido concluído, Dilma volta. É indiscutível que este cenário será letal para todos [...]”.</p>	UM PASSO PARA O IMPEACHMENT	18/05/2016	18
<p>“Não importam se virão ou não denúncias que comprometam Temer. Não se pode é barrar o processo de impedimento de Dilma em nome disso. Apressar-se o desfecho do impeachment é o melhor para o país”.</p>	APRESSAR IMPEACHMENT NÃO FERE DIREITO DE DEFESA	04/08/2016	14
<p>“O processo de impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff, entra hoje na fase final, sem que o</p>	NÃO FALTAM PROVAS PARA	25/08/2016	20

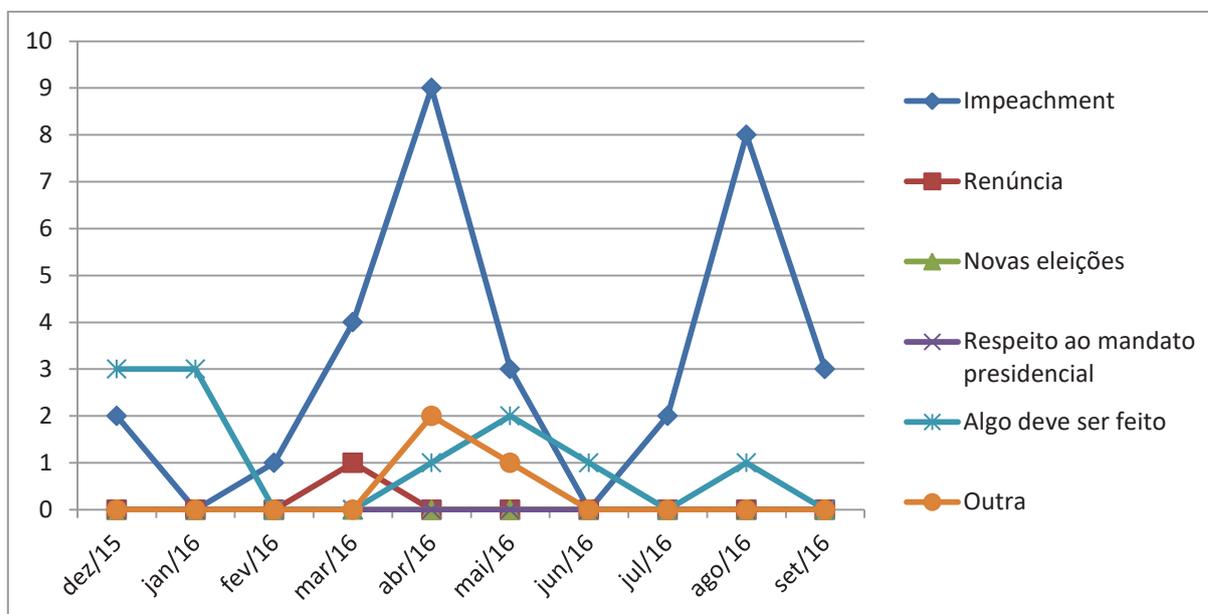
<p>lulopetismo e o advogado da presidente, José Eduardo Cardozo, sejam convincentes ao rebater a acusação de que ela cometeu crimes de responsabilidade no campo fiscal, como definidas pela lei 1.079, de 1950, e estabelecidos na Constituição. [...] Os crimes de responsabilidades são avantajados. Se não, o país estaria crescendo e com inflação baixa. É óbvio”.</p>	<p>O IMPEACHMENT DE DILMA</p>		
<p>“A razão para o impeachment é de outra natureza. Restou provado na acusação encaminhada à Câmara por Hélio Bicudo, procurador que combateu o Esquadrão da Morte em São Paulo, fundador dissidente do PT; os advogados Miguel Reale Jr., ex-ministro da Justiça, na gestão FH; e Janaína Paschoal, professora do Largo de São Francisco, simbólica Faculdade de Direito da USP, que Dilma cometeu crimes de responsabilidade de ordem fiscal e orçamentária. [...] No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que têm a ver com a visão ideológica lulopetista, com o tempero brizolista da ex-presidente. [...] A edição de decretos de gastos sem aprovação do Congresso e as ‘pedaladas’ [...] demoliram Dilma. O conjunto da obra de malfeitos fiscais é de enormes proporções. Eles vêm desde o final do segundo governo Lula, mas bastaram os crimes cometidos em 2015 [...] para derrotar Dilma e o lulopetismo de pedigree brizolista”.</p>	<p>PARA QUE JAMAIS HAJA OUTRO IMPEACHMENT</p>	<p>01/09/2016</p>	<p>16</p>

FONTE: O autor (2019).

A mobilização de “saídas políticas”, durante o desenrolar do processo de impeachment, permite compreender algumas nuances relevantes sobre o apoio à saída de Dilma Rousseff da Presidência. Como podemos verificar, a partir do GRÁFICO 10, *O Globo* teve uma maior precaução em defender o impeachment como uma saída institucional nos primeiros três meses do processo. A incerteza sobre a crise política e o futuro de Dilma pode ter sido um elemento a explicar esse posicionamento editorial. Por mais que já se atestasse a

presença da variável “*impeachment*”, ainda que de forma tímida, a saída “*algo deve ser feito*” foi a mais acionada nesse princípio, indicando essa precaução do jornal.

GRÁFICO 10: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘SAÍDAS POLÍTICAS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.



FONTE: O autor (2019).

Foi a partir de março de 2016 – ainda que não apresentasse um alto volume de “saídas políticas” – que a defesa do impeachment começou a ganhar destaque frente às outras possíveis saídas nos editoriais do jornal. Como podemos perceber, nos meses de abril e agosto de 2016 – quando ocorreram as votações na Câmara e no Senado – *O Globo* defendeu mais abertamente o impeachment como saída política.

c) Eixo de Consequências do (não) impeachment

Passaremos, agora, a apresentar os resultados obtidos quanto ao acionamento do conjunto de variáveis que apontavam possíveis consequências no cenário pós-impeachment de Dilma Rousseff.

TABELA 23: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO “CONSEQUÊNCIAS” DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

IMPEACHMENT DILMA	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Editoriais com Consequências	42	25,30%
TOTAL	166	100%

FONTE: O autor (2019).

TABELA 24: TIPOS DE “CONSEQUÊNCIAS” ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

CONSEQUÊNCIAS	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
- Instabilidade econômica	09	15,78%
- Instabilidade política	02	3,50%
- Melhora do cenário econômico	17	29,82%
- Melhora do cenário político	10	17,54%
- Melhora geral	04	7,01%
- Futuro incerto	06	10,52%
- Judicialização	02	3,50%
- Outra	07	12,28%
TOTAL	57	100%

FONTE: O autor (2019).

Com um percentual um pouco menor que o de “saídas políticas”, o jornal apontou “consequências do (não) impeachment” em 25,30% dos editoriais do *corpus* deste trabalho. A variável mais encontrada foi a “*melhora do cenário econômico*” com a saída de Dilma, contabilizando quase 30% das consequências apontadas pelo jornal. A esse percentual de melhora econômica, podemos acrescentar a presença da variável “*instabilidade econômica*” (15,78%), haja vista que cinco das nove vezes em que foi acionada, estava relacionada à continuação da política econômica de Dilma em ela permanecendo na Presidência.

QUADRO 14: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL *INSTABILIDADE ECONÔMICA* DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“[...] se Dilma seguir o receituário lulopetista, pode até avivar a campanha do impeachment, pelo agravamento da crise econômica ”.	DILMA ENTRE PT E A REALIDADE DO PAÍS E DO GOVERNO	09/01/2016	14
“[...] o bizarro despacho do presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), anulando a votação do impeachment no plenário da Casa, assustou o país , e não apenas pela flagrante impropriedade do ato. [...] As flutuações dos mercados provocadas pela medida de Maranhão alertam para o que está em jogo na crise política ”.	ATO IRRESPONSÁVEL À ALTURA DO BAIXO CLERO	10/05/2016	20

FONTE: O autor (2019).

Após o apontamento de consequências de viés econômico, a “*melhora do cenário político*” foi acionada em 17,78%, vaticinando a distensão política que poderia ser causada

pela saída de Dilma e entrada de Temer que, segundo *O Globo*, teria uma relação melhor com o Congresso.

QUADRO 15: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL *MELHORA DO CENÁRIO POLÍTICO* DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“Outra mudança radical em relação aos tempos de Dilma foi a maciça presença no Planalto de parlamentares, não fosse Temer um político de longa experiência no Congresso, em que presidiu a Câmara por três vezes. Também por isso o novo governo estimula o otimismo, pois, sem o apoio do Legislativo, nada poderá ser feito para se sair da crise ”.	OTIMISMO COM NOVO TOM DO PLANALTO	13/05/2016	18
“Temer montou uma equipe talentosa na área econômica e conta com respaldo de 70% da Câmara e do Senado . Basta não errar”.	ACERTO	06/07/2016	21
“Em contraste com as tensões de todo o curto mandato da presidente Dilma, agravadas pelo clima de guerra criado no lulopetismo em torno da votação do afastamento da presidente, vive-se um período de saudável distensão [...]. Neste quadro, a vitória de Rodrigo Maia (DEM-RJ) na eleição para presidente da Casa, com um discurso apaziguador, veio reforçar a tendência ao desanuviamento. A própria troca de Dilma por Temer, político adestrado no diálogo, de fala às vezes rebuscadas, porém compreensíveis, já significou um avanço ”.	DISTENSÃO POLÍTICA AJUDA NAS EXPECTATIVAS	20/07/2016	16

FONTE: O autor (2019).

Essa melhora política possibilitaria, segundo *O Globo*, o encaminhamento de reformas como a previdência, a trabalhista e do teto de gastos públicos, mudanças constitucionais que apontavam uma guinada para políticas de austeridade, objetivando a

redução dos investimentos públicos que o jornal identificava importante para a superação da crise econômica¹⁰¹.

Merece um melhor detalhamento, a presença de 10,52% da variável “*futuro incerto*”. Os editoriais que previam incertezas apontavam que o alongamento de um processo de impeachment já carregava em si um clima de suspense sobre os rumos do país.

QUADRO 16: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL ‘*FUTURO INCERTO*’ DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“Dilma ganhou fôlego, mas também desafios. Porque se o rito definido pela Corte contrariasse os interesses do Planalto, cresceria uma expectativa de alternância no poder para antes de 2018. Como isso não ocorreu, resta a ela voltar-se desde já e com mais afinco a governar com o mínimo de competência. O que não tem feito. Há ainda amplo campo de incertezas à frente de Dilma ”.	STF AUMENTA RESPONSABILIDADE DO PLANALTO	19/12/2015	20
“ A soma da recessão, crise política, com suas incertezas em relação ao futuro, fez baixar o astral da nação como poucas vezes visto. [...] Enquanto atletas e turistas se despedem do[as] [Olimpíadas do] Rio, o país retoma a pesada e inevitável agenda do impeachment e das reformas para consertar a economia”.	AUTOESTIMA	23/08/2016	8

FONTE: O autor (2019).

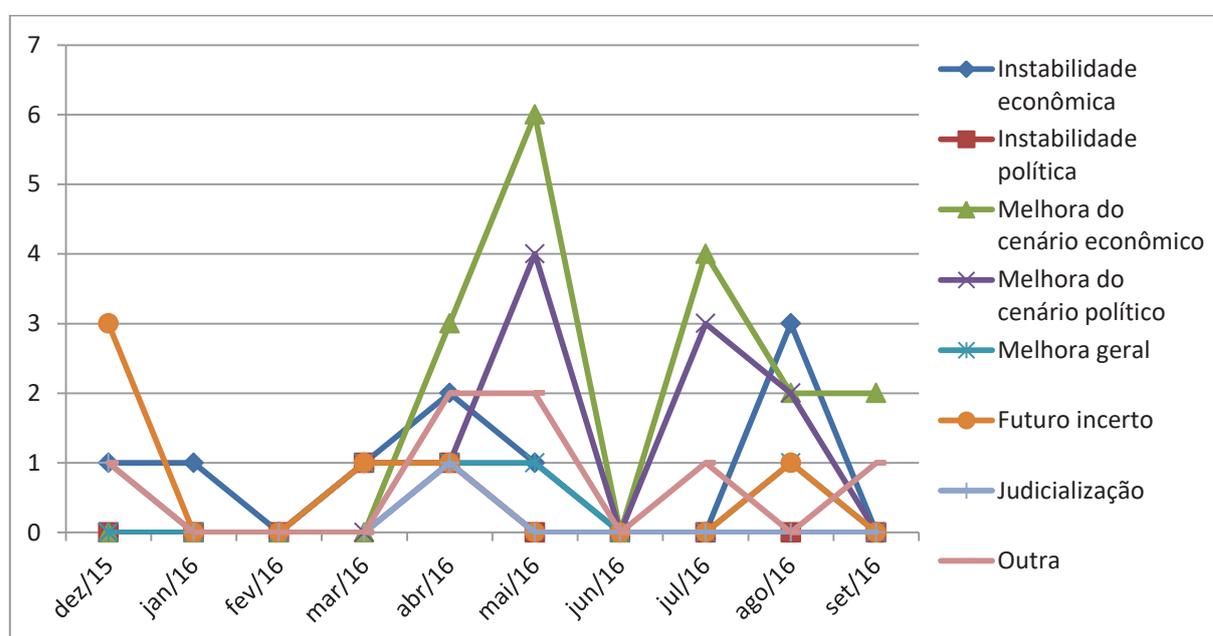
Entre outras consequências do impeachment apontadas pelo jornal, estão, por exemplo, a melhora nas relações diplomáticas que, segundo *O Globo*, possibilitaria reformas no Mercosul, o recrudescimento da operação Lava Jato, e uma melhor manejo do orçamento

¹⁰¹ REFORMAR A PREVIDÊNCIA SERIA BOM COMEÇO DE TEMER, *O Globo*, 29/04/2016, p. 18; OTIMISMO COM NOVO TOM DO PLANALTO, *O Globo*, 13/05/2016, p. 18; EM REFORMAS, SINAIS DE MELHORIA NÃO PERSISTIRÃO, *O Globo*, 14/07/2016, p. 16; TEMER GANHA E CUNHA PERDE COM MAIA NA CÂMARA, *O Globo*, 15/07/2016, p. 20; DISTENSÃO POLÍTICA AJUDA NAS EXPECTATIVAS, *O Globo*, 20/07/2016, p. 16.

público, haja vista que a denúncia apontava para o atraso de pagamentos aos bancos públicos, as “pedaladas fiscais”¹⁰².

O GRÁFICO 11 apresenta a utilização que *O Globo* fez das variáveis do eixo “consequências” durante os meses do processo de impeachment. Uma característica importante foi a presença de diversas variáveis desse eixo que se alternaram mês a mês ao discutir o cenário pós-impeachment, sendo que as de viés econômico tiveram uma maior importância.

GRÁFICO 11: HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS DO EIXO ‘CONSEQUÊNCIAS’ DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.



FONTE: O autor (2019).

Observando a linha temporal, percebemos que, corroborando com os resultados das variáveis dos outros eixos, o mês de dezembro de 2015 apresentou o maior índice de incertezas quanto ao futuro, devido ao agravamento da crise política que desembocou na aceitação da denúncia por crime de responsabilidade. Com o desenrolar dos acontecimentos, a partir do mês de abril, o jornal voltou a abordar um conjunto de consequências, porém é no mês de maio de 2016 que ele passou a apontar mais efeitos no cenário pós-impeachment.

¹⁰² LAVA-JATO NÃO PODE TER O DESTINO DAS MÃOS LIMPAS, *O Globo*, 02/04/2016, p. 18; APROVEITAR O MOMENTO, *O Globo*, 27/05/2016, p. 12; PARA QUE JAMAIS HAJA OUTRO IMPEACHMENT, *O Globo*, 01/09/2016, p. 16.

Chama atenção o fato de ser nesse mês, e não em abril – onde foi votada a admissibilidade do impeachment na Câmara – que *O Globo* mobilizou mais variáveis do eixo “consequências”. Destaca-se, portanto, o apontamento de que haveria uma melhora econômica, com seis citações, e uma melhora política, com quatro citações.

Essas descobertas indicam o ápice do ânimo, na perspectiva do posicionamento editorial, com os efeitos do processo de impeachment que no dia 12 de maio, em votação no Senado, afastou Dilma e empossou, interinamente, Temer na Presidência da República. Como já mencionamos, esses resultados sugerem que *O Globo*, através de seus editoriais, acreditava que a saída de Dilma levaria ao estancamento da crise política e a possibilidade de se tocar mudanças constitucionais que sinalizariam uma retomada econômica. Esse ânimo voltou a ser retomado em julho de 2016, como podemos perceber no gráfico acima, porém, em agosto parece que houve uma desconfiança de que Temer não estaria tão comprometido com a agenda de austeridade defendida pelo jornal, levando a um aumento da presença da variável “*instabilidade econômica*”.

QUADRO 17: TRECHOS DE EDITORIAIS APRESENTANDO A VARIÁVEL *INSTABILIDADE ECONÔMICA* DEVIDO À DESCONFIANÇA DO COMPROMETIMENTO DE TEMER COM O AJUSTE FISCAL.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“Ora, enquanto isso, o sopro de otimismo com o afastamento de Dilma, expresso em alguns índices econômicos, tende a se esvaír, à medida que o governo interino, sem resistir a pressões políticas e de corporações, sem resistir, a pressões políticas e de corporações, cede no ajuste fiscal, o que degrada as expectativas e ameaça colocar o país de volta à estaca zero do final da gestão Dilma”.	APRESSAR IMPEACHMENT NÃO FERRE DIREITO DE DEFESA	04/08/2016	14
“Forçado a evitar zonas de atritos no Congresso, para não sofrer traições no julgamento final do impeachment de Dilma no Senado, nem resistências incontornáveis a reformas imprescindíveis para a superação da crise, o Planalto de Temer tem sido flexível demais, por exemplo, nas negociações do acordo de renegociações dessas dívidas. [...] Mas	POLÍTICOS DEMONSTRAM NÃO PERCEBER GRAVIDADE DA CRISE	06/08/2016	18

um importante recuo do governo no ajuste fiscal, motivo de duras críticas de aliados tucanos no Planalto”.			
--	--	--	--

FONTE: O autor (2019).

d) Abordagem da tese do golpe

Os achados também nos permitiram observar o combate que o jornal travou para legitimar como constitucional o processo de impeachment contra Dilma. Como já apontamos, com 14,04% de incidência, a quarta “razão favorável” mais acionada pelo *O Globo* foi o respeito às “normas legais e a Constituição” que, segundo o jornal, estaria sendo observado em todo o processo. Nesse sentido, o jornal desqualificou de diversas maneiras a interpretação de que um golpe parlamentar estaria em curso. A próxima tabela demonstra o número de editoriais, no recorte aqui contemplado, que travou essa batalha de narrativa contra a denúncia de um movimento golpista para derrubar a ex-presidente Dilma.

TABELA 25: VOLUME DE EDITORIAIS APRESENTANDO A “ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE” DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

IMPEACHMENT DILMA	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Editoriais com a tese do golpe	49	29,51%
TOTAL	166	100%

FONTE: O autor (2019).

TABELA 26: TIPOS DE ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE ADOTADOS NOS EDITORIAIS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.

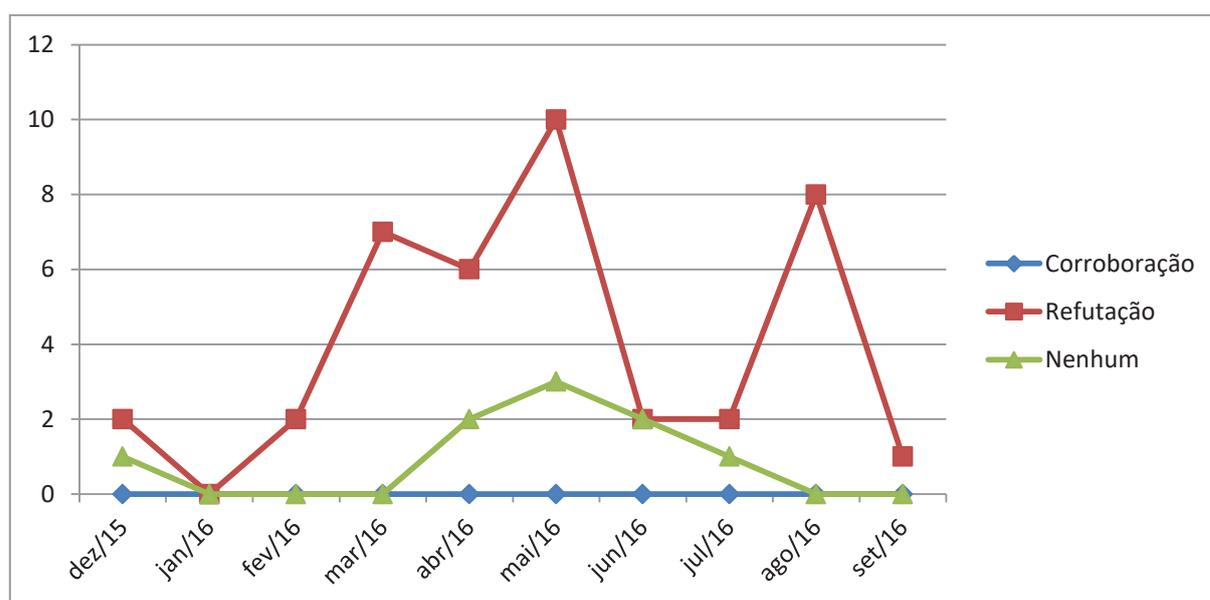
TESE DO GOLPE	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
- Corroboração	00	0%
- Refutação	40	81,63%
- Nenhum	09	18,36%
Total	49	100%

FONTE: O autor (2019).

Esses dados demonstram o grau de importância que a opinião do jornal *O Globo* deu ao combate à ideia de um golpe parlamentar contra Dilma. Mais de 1/4 dos editoriais que abordaram o impeachment contiveram e discutiram a tese do golpe que – como já abordamos no Capítulo 3 – era defendida não só por partidários do governo deposto, mas também por vários acadêmicos (ALBUQUERQUE, 2017; AVRITZER, 2016; MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016; SANTOS, 2017; SANTOS; GUARNIERI, 2016; SINGER, 2018;

SOUZA, 2016; VAN DIJK, 2017). Desses 49 editoriais, mais de 80% desqualificaram a ideia de um golpe contra Dilma Rousseff e 9 editoriais apenas citavam a denúncia de um golpe sem refutar ou corroborar. No GRÁFICO 12, apresentamos os tipos de abordagem sobre essa temática durante os meses do processo de impeachment.

GRÁFICO 12: HISTÓRICO DA ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA.



FONTE: O autor (2019).

Pode-se observar que – por mais que já se abordasse e se refutasse a tese do golpe – é a partir do mês de março de 2016 que *O Globo* aumentou o volume de editoriais que combatiam a denúncia de golpe feita por Dilma. Vale lembrar que foi nesse período do processo de impeachment que ocorreram grandes manifestações contra a então presidente e o cerco da Lava Jato ao seu padrinho político, Lula.

Como já comentamos, é nessa conjuntura que foi divulgado o áudio da conversa entre os dois ex-presidentes. A partir desse episódio, os setores contrários ao impeachment de Dilma começaram a disputar as ruas, e a ex-presidente começou a realizar eventos no Palácio do Planalto para estimular a resistência. Foi na cerimônia de posse de Lula como ministro chefe da Casa civil – logo invalidada pelo ministro do STF, Gilmar Mendes -, que Dilma afirmou:

Convulsionar a sociedade brasileira em cima da inverdade, de métodos escusos, de práticas criticadas, viola princípios e garantidas constitucionais, viola o direito do cidadão e abre precedentes gravíssimos. Os golpes começam assim¹⁰³.

Nesse sentido, para Dilma e seus correligionários, o golpe não era fruto apenas das estratégias não republicanas de seus opositores políticos, mas também de setores do Judiciário e do Ministério Público que atuavam pela Operação Lava Jato. Interessante notar que no mês de março de 2016, como já ressaltamos, a “razão favorável” mais acionada pelo jornal *O Globo* em seus editoriais foi “*corrupção e fisiologismo*”, apoiando as denúncias contra Lula, Dilma e o PT.

De acordo com os resultados, nos meses de abril e maio, o jornal continuou refutando a tese de golpe contra Dilma, sendo que neste último – quando Dilma é afastada pelo Senado – atingiu o maior volume com dez editoriais. Também podemos relacionar esse dado com o aumento das “razões favoráveis” de viés jurídico nesse período. Atestamos, nesses mesmos meses, a maior presença das variáveis “*normas legais*” e “*crime de responsabilidade*”, ou seja, ao mesmo tempo em que o jornal afirmava que não haveria um golpe contra Dilma, *O Globo* passou a legitimar o impeachment sustentando que o processo estava seguindo os ritos constitucionais e que a então presidente tinha cometido crime de responsabilidade com as “peladas fiscais” e a edição de decretos de crédito suplementar para o orçamento sem a aprovação do Parlamento.

Após o afastamento de Dilma do Planalto para que houvesse o julgamento no Senado, os achados indicam que *O Globo* arrefeceu o combate à narrativa do golpe e só voltou à carga no mês de agosto de 2016, quando a então presidente foi deposta com o encerramento do processo de impeachment.

O jornal utilizou diversos elementos discursivos para combater a tese do golpe ao longo de todo o processo. Abaixo, selecionamos alguns trechos de editoriais para ilustrar como ocorreu a desqualificação do golpe contra Dilma Rousseff.

QUADRO 18: TRECHOS DE EDITORIAIS DESQUALIFICANDO A TESE DO GOLPE CONTRA DILMA.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“Importante é que as instituições atuem para garantir a	LEGALIDADE E	04/12/2015	20

¹⁰³ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/os-golpes-comecam-assim-ataca-dilma-sobre-grampos-na-posse-de-lula-18897417>> acesso em 14 out. 2019.

<p>legalidade de toda a tramitação, sem atropelos. Neste sentido, fica prejudicada a clássica denúncia de ‘golpe’ que começou a ser feita por petistas a qualquer crítica mais veemente da oposição”.</p>	<p>LEGITIMIDADE</p>		
<p>“O PT, por sua vez, insiste no mantra do ‘golpe’, cada vez mais desafinado, diante das evidências de que tudo tramita sob o manto da Constituição. Inclusive na Lava-Jato”.</p>	<p>UM ‘BASTA’ DAS RUAS A DILMA, LULA E PT</p>	<p>15/03/2016</p>	<p>14</p>
<p>“Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda do PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra ‘golpe’ ganha grande relevância. ‘Golpe’ é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações – mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de impeachment da presidente em tramitação na Câmara. [...] Acreditar no conto da carochinha do ‘golpe’ é aceitar como verdadeiro o conluio do Supremo numa operação para defenestrar por vias legais Dilma do Planalto. Só uma alucinação. Vários ministros da Corte já negaram essa ideia tresloucada [...]. O golpe farsesco convence apenas desinformados e ingênuos, serve tão-somente aos mal-intencionados – estes, sim, golpistas – que desejam envolver numa espessa nuvem de fumaça as provas e as evidências de grossa corrupção que envolve quadros petistas”.</p>	<p>A FARSA DO ‘GOLPE’ CONSTRUÍDA PELO LULOPETISMO</p>	<p>30/03/2016</p>	<p>16</p>
<p>“Assim como não houve golpe contra Collor, não há também contra Dilma, seja a admissibilidade do pedido de julgamento do seu impeachment aprovada hoje ou não”.</p>	<p>NÃO VAI MESMO TER GOLPE</p>	<p>17/04/2016</p>	<p>14</p>
<p>“Numa ação típica de ‘agitrop’, agitação e propaganda, o PT disseminou a ideia de que haveria um ‘golpe’ em andamento no Brasil, sob o disfarce de um processo de impeachment. Disciplinada, a militância foi em frente. [...] Mas pelo menos na</p>	<p>BOLIVARIANOS E DILMA SE ISOLAM NA FARSA DO ‘GOLPE’</p>	<p>20/04/2016</p>	<p>20</p>

<p>militância, o ‘golpe’ fantasioso se espalhou. Depois, teria na própria presidente Dilma ardorosa propagadora [...]. O governo lulopetista segue o padrão de regimes bolivarianos [...] os quais ao primeiro sinal de fortalecimento da oposição – dentro da Lei – denunciam ‘golpe’. Nenhuma novidade, portanto que os atuais cabeças desses governos [...] repitam a cantilena do ‘golpe’. [...] Dilma e companheiros estão isolados na fantasia golpista. [Dilma] tem toda a liberdade de falar o que quiser, mas ao propagar mentiras sobre a situação institucional do país incorre em grave erro, porque se trata da presidente manchando, de maneira deliberada, a imagem no exterior da própria República. Golpe com a participação do Supremo, no Brasil, seria candidato a entrar no Guinness, no quesito bizzarrice”.</p>			
<p>“[...] Dilma Rousseff, entrincheirada no Planalto [...] inflamada, repetiu a tese ilusória de que estava sendo vítima de um ‘golpe’. [...] A presidente afastada [...] [em] entrevista à ‘Folha de S. Paulo [...] aproveitou para desdobrar a tese esperta do ‘golpe’ – comprada internamente por militantes, e, no exterior, por aliados, simpatizantes e desavisados. [...] Dilma repete a visão delirante do ‘golpe’”.</p>	AS MAL-AJAMBRADAS EXPLICAÇÕES DE DILMA	31/05/2016	16
<p>“Na visão lulopetista, o Poder Judiciário atuaria de forma tendenciosa, contra petistas, nos processos sobre os casos de corrupção. Daí a reclamação na ONU e a tese delirante do ‘golpe’”.</p>	TESE DO ‘GOLPE E DA PERSEGUIÇÃO A LULA É PULVERIZADA	03/08/2016	16
<p>“O pronunciamento da presidente afastada repetiu a ideia, sem pé nem cabeça, de que é vítima de um ‘golpe parlamentar’, desfechado por uma conspiração fantasiosa das elites, sob o ‘silêncio cúmplice da mídia’. [...] STF este ao qual a defesa da presidente recorreu algumas vezes, o que jamais seria possível</p>	DILMA NÃO RESPONDE A ACUSAÇÕES E REPETE ARGUMENTOS	30/08/2016	20

<p>num verdadeiro golpe. Aliás, sequer haveria STF num golpe para valer, não de fantasia. [...] Essa versão delirante do processo de impeachment visa encobrir o desrespeito, comprovado de forma sólida pela acusação, à Constituição e à Lei de Responsabilidade, pela presidente Dilma, em 2015, ao continuar com as ‘pedaladas, e na emissão de decretos de liberação de despesas, sem a aprovação do Congresso. [...] Mas vale tudo para insistir na farsa do ‘golpe’”.</p>			
---	--	--	--

FONTE: O autor (2019).

Como se verifica, *O Globo* associou a interpretação de um golpe contra Dilma a termos como farsa, delírio, fantasia, bizarrice, cantilena, conto da carochinha, mentira, ação de agitação e propaganda, entre outras adjetivações num tom de deboche e estupefação. O jornal deixava bem claro sua visão na época e combatia a ideia em seus editoriais ao afirmar: “não vai mesmo ter golpe¹⁰⁴”.

5.2 DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que a *HI* – os editoriais de *O Globo* buscaram construir a legitimidade da saída de Dilma ao longo do impeachment, enquanto que em relação ao Collor foram alterando seus posicionamentos – foi parcialmente comprovada. Tomando como ponto de partida o editorial abordado na introdução deste trabalho, em que *O Globo* acusava parlamentares da oposição – antes do início do processo de impeachment – de estarem tramando um golpe contra Collor, é perceptível a mudança do posicionamento editorial que chegou, logo depois, a pedir sua renúncia. Enquanto se verificou essa mudança de abordagem durante os episódios de impeachment de Collor, no caso da destituição de Dilma, *O Globo* foi construindo um ambiente de legitimidade do processo ao longo de todo o período de tramitação do impeachment no Congresso. Porém o teste dessa primeira hipótese é repleto de ressalvas, principalmente para o caso de Collor.

Como pudemos verificar na apresentação dos resultados, apesar de 64% dos editoriais conterem razões que favoreciam o processo de impeachment e de *O Globo* pedir

¹⁰⁴ Essa assertiva, também utilizada como tema deste trabalho, foi título de editorial de *O Globo* publicado em 17/04/2016, dia da votação da admissibilidade do processo de impeachment contra Dilma.

enfaticamente a saída de Collor pela renúncia, o número de editoriais que abordou e discutiu a temática foi baixo, denotando uma falta de interesse em fazer alguma campanha tanto favorável, quanto contrária ao impeachment. Apenas no mês de setembro de 1992, o jornal acompanhou, de fato, os acontecimentos do processo. Porém, ainda assim, vale a pena lembrar que não se discutiu a base da denúncia de crime de responsabilidade contra Collor nos editoriais do período. Da mesma forma, *O Globo* não fez campanha por uma saída. Somente um editorial apelava para que Collor renunciasse à Presidência, não voltando a reiterar o pedido nos editoriais dos meses seguintes. Inclusive nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1992, foi ínfimo o número de editoriais que abordaram o impeachment e mesmo os poucos encontrados também não mobilizaram muito os eixos de variáveis que elencamos para compreender o processo de legitimação do impeachment.

Essas ressalvas, que fazem com que afirmemos que a *HI* se confirmou apenas parcialmente, permitem que identifiquemos uma diferença relevante entre o que a literatura aponta sobre papel e a ação do jornalismo durante o impeachment de Collor e o papel específico desempenhado pelo *O Globo* nesse contexto histórico. Como demonstramos no Capítulo 3, a imprensa brasileira é apontada pela literatura como um ator importante para a queda do então presidente ao denunciar progressivamente os escândalos de corrupção que vieram à tona, principalmente após a entrevista de Pedro Collor à revista *Veja* em maio de 1992 (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; CONTI, 1999; FAUSTO NETO, 1993; PÉREZ-LIÑAN, 2007; SALLUM JR, 2015; WAISBORD, 1997, 2000). Os pesquisadores Carneiro, Lattman-Weltman e Ramos (1994) afirmam até que Collor perdeu o mandato presidencial sob a pressão impositiva das mesmas empresas jornalísticas que apoiaram sua ascensão à Presidência, justificando o título de sua obra “*A imprensa faz e desfaz um presidente*”. Por mais que *O Globo* tenha se unido a essa cobertura noticiosa sobre os grandes escândalos, a cobertura editorial foi tímida em abordar o processo de impeachment.

Quanto à busca da construção da legitimidade do impeachment de Dilma Rousseff, *O Globo* desempenhou um papel diferente e mais ativo, mobilizando um volume crescente de editoriais ao longo do processo e fazendo uso de vários argumentos ligados às razões, saídas e consequências para legitimar a saída da ex-presidente. Porém, é importante salientar que a dinâmica dessa construção dos posicionamentos editoriais do período não foi monolítica, nem estanque. Ao analisarmos esse processo a partir de uma perspectiva temporal, mês a mês,

percebemos que essa construção foi complexa e dinâmica. O jornal atuou relacionando seus posicionamentos aos acontecimentos políticos e ao desenrolar das movimentações institucionais, reagindo, propondo saídas, apontando razões e refletindo sobre possíveis consequências no cenário pós-impeachment. Nesse sentido, confirma-se que *O Globo* evidenciou, através de seus editoriais, seu caráter de ator político (ALLERN; BLACH-ØRSTEN, 2011; COOK, 2011; EBERWEIN; PORLEZZA; SPLENDORE, 2015; EILDERS, 1999; THESEN, 2017; VAN AELST; WALGRAVE, 2017) e estratégico (PÉREZ-LIÑAN, 2007).

Porém, cabe mais uma vez uma ressalva de que *O Globo* demonstrou certa preocupação com as ações dos agentes políticos que estavam operando o impeachment, principalmente Eduardo Cunha, e, inclusive, abordou denúncias de corrupção e obstrução da justiça por parte desses atores. Essa apresentação de razões que desfavoreciam o processo instaurado contra Dilma, porém, não foi suficiente para que o jornal deixasse de apoiar o impeachment, haja vista que representou 65% das saídas políticas acionadas, e de contribuir para a legitimação da destituição da presidente à época. Nesse sentido, a atuação do jornal *O Globo* está em linha com o que concluem os trabalhos produzidos sobre o papel que a imprensa brasileira desempenhou nesses episódios em que houve majoritariamente um favorecimento a destituição de Dilma (ALMEIDA, 2017; ALMEIDA; LIMA, 2016; BOROSKI; CARVALHO, 2016; CHAGAS, 2017; CIOCCARI, 2016; GOLDSTEIN, 2016; GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2018; MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018; NORONHA, 2018; POZOBON; PRATES, 2016, 2017; RUGGIERI, 2017; SINGER, 2018; SOUZA, 2016; VAN DIJK, 2017; VIEIRA, 2016; WEBER et al., 2016).

Ao afirmarmos que o papel e atuação editorial do jornal *O Globo* não foi a mesma durante os impeachments de Collor e Dilma, é preciso, como reiteradamente afirmamos, que amparemos nossa análise nas conjunturas históricas de cada período. Da mesma forma é essencial observar as respectivas rotinas de produção editorial de *O Globo* conjugadas às diferenças internas do jornal em 1992 e 2016 e ao contexto maior da economia política dos meios de comunicação de cada período. Discutir os resultados das hipóteses formuladas apenas observando o dado de forma descontextualizada e “deshistoricizada”, não só não contribui para o entendimento do jornal *O Globo* como ator político nos dois episódios, como pode fazer com que cometamos o erro do anacronismo, ao observarmos o ator como universal e atemporal e não um sujeito histórico que age num tempo e num lugar.

A partir dessa compreensão, recorremos à tese de Doutorado do cientista político Adriano Codato (2008) que, ao analisar a relação entre elites políticas estaduais e instituições de governo durante o “Estado Novo” a partir de uma perspectiva contextual, afirma a importância de que os trabalhos que sustentam a assertiva: “História importa”, não só respondam “o que ou como aconteceu?”, mas também “porque aconteceu?”. Em outras palavras, estudos que consideram o contexto histórico como uma variável explicativa para os fenômenos políticos não podem se resumir a um “*story-telling*”, a descrição de uma narrativa, mas sim propor “explicações sociológicas” para os achados.

A defesa por uma leitura crítica dos dados para que se proponham explicações, é essencial, como já ressaltamos no Capítulo 3, para observarmos os dados não como documentos, mas como monumentos (FOUCAULT, 2008), uma construção histórica que pode ser explicada, compreendida e avaliada (SCHAFF, 1995). Nesse sentido, reiteramos que “pensar a ação dos meios de comunicação na sociedade pressupõe reconstruir, interpretar e dar um sentido presumido a essas questões numa dimensão espaço-temporal” (BARBOSA, 2006, p. 218).

Sendo assim, é importante localizar historicamente a atuação do jornal *O Globo* durante os impeachments para melhor compreendê-la. Para tanto retomaremos aqui os conceitos já explanados em capítulo anterior. É importante salientar que o governo Collor (1989-1992) era o primeiro democraticamente eleito pelo voto direto após um longo tempo de Estado de exceção. O esforço democratizante desempenhado por movimentos sociais que surgiram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – instituições da sociedade civil como a OAB e ABI, representando alguns setores da imprensa brasileira, e partidos políticos de centro e de esquerda e que tiveram como pontos altos o movimento pelas Diretas Já (1983-1984) e a promulgação da Constituição cidadã, em 1988 – ainda estava razoavelmente articulado (AVRITZER, 2000; SALLUM JR.; CASARÕES, 2011; SALLUM JR., 2015).

Nesse contexto, havia a existência de utopias sobre o caráter plebiscitário que um novo governo eleito representaria, conforme sustentou Lamounier (1994). Como já afirmamos, as maiores empresas jornalísticas brasileiras à época aderiram a utopia liberalizante que pregava a diminuição do Estado, uma maior abertura ao capital externo, a privatização das estatais e a quebra de monopólios e reservas de mercado. O alto grau de investimentos na modernização das redações e dos parques gráficos nos anos anteriores é um fator explicativo, segundo Azevedo (2006), para essa adesão ao ideal neoliberal por parte das

empresas jornalísticas. Essa compreensão explica a razão pela qual a maior parte da grande imprensa brasileira apoiou Collor – inclusive *O Globo* – principalmente no segundo turno, contra os candidatos da esquerda. Collor se colocou, então, como o modernizador do Estado brasileiro e se cacifou para encarnar a utopia plebiscitária liberalizante defendida pelos grandes jornais (AZEVEDO, 2006; LAMOUNIER, 1994), apesar da desconfiança em relação a sua personalidade.

A frustração com o governo Collor, resultado da forma autoritária de governar sem consensos e respeito aos outros poderes, das constantes denúncias de corrupção, clientelismo e fisiologismo fez com que a coalizão democratizante se rearticulasse na crítica e defesa do impeachment (SALLUM JR, 2015). Em outras palavras, o movimento pelo julgamento político de Collor e sua responsabilização era visto como uma forma de reafirmar o Estado democrático recém-reinaugurado. Nesse sentido, a literatura aponta que os jornais foram progressivamente se reposicionando para ter uma ação decisiva contra Collor, apesar de sua defesa do liberalismo econômico.

É nesse contexto que a atuação do jornal *O Globo*, como ator político durante o impeachment de 1992, se manifesta. É importante reiterar que é nos editoriais que estão as marcas ideológicas da empresa jornalística (ARMAÑANZAS; NOCÍ, 1996). É através dos posicionamentos editoriais produzidos pelo jornal que podemos compreender quais são as *representações* construídas, a partir de Roger Chartier (1999), na relação entre opinião e ideologia do jornal. É nesse sentido, como já mencionamos no Capítulo 2, que mesmo as declarações ou posicionamentos factuais, quando relacionadas ao resto do texto e ao contexto político, possuem uma natureza avaliativa e ideológica (VAN DIJK, 1995).

É preciso lembrar, também, a influência direta que Roberto Marinho praticava em relação aos rumos e posicionamentos do jornal durante o tempo em que ele comandou o conglomerado de mídia, denominado à época de *Organizações Globo*. Vale a pena recordar a sua afirmação sobre como ele utilizava o poder adquirido por suas empresas: “Sim, eu uso o poder, mas eu sempre faço isso patrioticamente, tentando corrigir as coisas, buscando os melhores caminhos para o país e seus estados. se [esse poder] é usado para melhorar as coisas, como nós fazemos, isso é bom (MARINHO, Roberto, 1987, tradução de LIMA, 2005). Como verificamos no Capítulo 2, Roberto Marinho redigia e até assinava diversos editoriais que se reportavam a grandes acontecimentos políticos da história brasileira. A proximidade de Marinho com o poder político – inclusive como apoiador de Collor e sua agenda econômica –

é relevante para compreender a atuação de *O Globo* durante os episódios de impeachment em 1992.

A partir dessas premissas, propomos que, em 1992, *O Globo* estaria entre se posicionar ao lado do sentimento e coalizão cívico-partidário democratizante ou na defesa do presidente – apoiado pelo jornal durante as eleições de 1989 – que levava à frente o que o periódico chamava de “modernização” do país com sua agenda neoliberal. A partir desse quadro e relacionando com os resultados obtidos por este trabalho, a falta de uma campanha tanto para depor, quanto para sustentar o ex-presidente Fernando Collor pode ser um indicativo de uma possível preocupação do jornal em relação a sua abordagem do impeachment. Precaução em acabar por auxiliar, de um lado, uma possível mudança da política econômica promovida por Collor, caso apoiasse de forma enfática sua saída, e do outro lado, de ir contra o sentimento nacional democratizante, representado no movimento pela deposição de Fernando Collor, caso defendesse o então presidente.

Nesse sentido, é possível perceber, em alguns editoriais, uma tentativa de dissociar a crise política – em que o ex-presidente estava envolvido – do programa econômico do governo Collor.

QUADRO 19: TRECHOS DE EDITORIAIS QUE DISSOCIAVAM A CRISE POLÍTICA DO GOVERNO COLLOR DE SEU PROGRAMA ECONÔMICO.

TRECHOS DOS EDITORIAIS	TÍTULO	DATA	PÁGINA
“Sem dúvida alguma, o presidente Collor mostrou sensibilidade política ao identificar os caminhos apontados pela história e ao buscar neles a sua bandeira. Mas não será furto de seus méritos lembrar que as políticas da modernidade não lhe pertencem, nem deveriam morrer no evento de um final abrupto de seu mandato. Algumas estratégias e posturas são partidárias; outras têm tal significado e abrangência que se situam em plano mais elevado. São suprapartidários; pertencem ao momento histórico, à Nação inteira. No caso da modernização, e no liberalismo passado a limpo e atualizado que ela	O QUE NÃO MUDA	01/09/1992	06

<p>representa, pode-se dizer que seu cenário é o mundo todo. [...] Seria um contra-senso, uma verdadeira fuga à realidade, imaginar neste momento que a filosofia da modernidade tem o seu destino no Brasil amarrado ao destino político de Fernando Collor. Essa associação indébita não pode ser suposta em nenhum de dois casos: nem como argumento a favor de votos contra o impeachment do presidente, nem com pretexto para fazer o país recuar a posturas e credences ideológicas que já eram velhas quando o Muro de Berlim ainda estava de pé. [...] O atual programa de governo, em suas linhas gerais, representa mais que uma opção correta: ela é a única escolha para uma sociedade que não se conforma com a estagnação e a miséria. Portanto, transcende às pessoas e aos partidos”.</p>			
<p>“No bojo da campanha pelo impeachment do presidente Collor, algumas correntes políticas têm-se aproveitado para ressuscitar bandeiras contra a privatização, numa tentativa de trazer insegurança para o mercado e tumultuar o processo. Não deverão ter qualquer êxito: o programa de privatização, assim como diversas outras iniciativas no campo econômico, nada têm com o impeachment, e muito menos com os escândalos que o trouxeram à luz. A opinião pública não confunde a política privatizante com episódios de tráfico de influência e outras formas de corrupção – só o fazem, com falsos argumentos, os eternos e renitentes defensores da estatização”.</p>	FORA DE QUESTÃO	05/09/1992	06

FONTE: O autor (2019).

O próprio *O Globo*, no editorial veiculado no dia 30 de setembro de 1992 em que pedia a renúncia de Collor, não o fazia por causa de uma adesão a denúncia de crime de

responsabilidade, mas sim porque ele perdera, após a votação da admissibilidade na Câmara, a capacidade de levar à frente a agenda de reformas econômicas que o jornal defendia¹⁰⁵.

Essa interpretação pode ser defendida através do texto do último editorial selecionado por este trabalho ao afirmar que Itamar Franco, como presidente efetivado, e a classe política teriam adquirido um grande capital que só seria bem investido ao “preservar o projeto de modernização que levou a vitória eleitoral a chapa Fernando Collor-Itamar Franco. [...] é a única opção para a economia – principalmente para uma que precisa descontar mais de uma década de atraso [...]” (O CAPITAL DO NOVO GOVERNO, *O Globo*, 31/12/1992, p. 6).

Nesse sentido, conseguimos compreender que *O Globo* não pretendeu se afastar do esforço democratizante e, de fato, foi mudando seu posicionamento sobre a saída de Collor – evidenciando, inclusive, a presença de um critério de editorialidade proposto por Marques e Mont’Alverne (2019), a saber, “humor momentâneo do jornal” – porém com um pequeno número de editoriais, não se posicionando especificamente sobre as bases da denúncia contra o presidente, nem fazendo campanha contra o mesmo, e apelando para a garantia da manutenção da política econômica que vinha sendo tocada por Collor.

Mais de vinte anos depois, o país vivia outro momento histórico. Como já abordamos, após as jornadas de junho de 2013, o lulismo que hegemonizou a disputa eleitoral e venceu quatro eleições presidenciais seguidas (sendo a última em 2014) dava sinais de esgotamento. A crise econômica e política retroalimentada pelas revelações da Operação Lava Jato, veiculada constantemente pela imprensa, aprofundaram ainda mais o desgaste do governo Dilma II (AVRITZER, 2016; MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016; SANTOS, 2017; SINGER, 2018; SOUZA, 2016). O antipetismo levava milhões de pessoas às ruas que pediam a prisão de Lula e o impeachment de Dilma Rousseff.

Antes mesmo da crise do lulismo, quando os índices de popularidade dos governos capitaneados pelo PT ainda era significativos, grandes mudanças ocorreram na economia política do jornalismo. As transformações sociais ocorridas durante esse período, como a ascensão de grandes segmentos populacionais à classe média e, também, com o advento das novas tecnologias e mídias sociais fizeram com que os conglomerados de comunicação tivessem que elaborar nossas estratégias de mercado como a criação de periódicos mais

¹⁰⁵ RENÚNCIA, AGORA, *O Globo*, 30/09/1992, p. 1.

populares que acabaram competindo com os *quality papers*. Esse aumento da competição, inclusive *intramédias* fez com que os grandes jornais adotassem uma postura mais ideologicamente orientada para fidelizar um público, uma repartidarização (LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2013, 2016).

Nesse contexto de uma cobertura editorial mais politicamente segmentada, alguns trabalhos já apontaram que *O Globo* demonstrou uma posição ideológica contrária aos governos petistas (ALBUQUERQUE, 2016; AZEVEDO, 2016; GOLDSTEIN, 2013). Essa cobertura adversária também pode ser associada, a partir da abordagem pós-colonial de Albuquerque (2017), a uma apropriação do discurso do “quarto poder” que fortalece uma retórica de guardião e fiscalizador dos poderes e que concede a si mesmo a legitimidade para desempenhar um papel político. Ou seja, afirmando representar o interesse público, a empresa jornalística legitima um paralelismo político às tendências ideológicas em geral e condena governos eleitos que não estariam em conformidade com seus critérios ideológicos. Em vários editoriais analisados, é evidenciada uma oposição à política econômica de Dilma associando-a, por exemplo, a um projeto de poder¹⁰⁶. Isso denota a verificação de outros critérios de editoriedade como “paralelismo”, “brigas entre um jornal e um agente político ou instituição” e “acompanhamento”.

A partir dessa compreensão, se justifica o alto grau de interesse do jornal em construir a legitimidade da saída de Dilma da Presidência, apesar de *O Globo* ter demonstrado pragmatismo ao apontar mais as razões favoráveis para criar o ambiente de legitimidade do que propriamente pedir enfaticamente o impeachment. Os resultados sugerem que o grau de importância que o jornal deu a certos argumentos que legitimavam o processo teve relação com os acontecimentos políticos que se sucederam ao longo do impeachment, evidenciando como o jornal desempenhava estrategicamente sua atuação política através dos editoriais.

Já a *H2* – utilização de argumentos econômicos para legitimar a saída de Dilma e de argumentos ligados ao combate à corrupção e fisiologismo para a saída de Collor – restou confirmada. De fato, *O Globo* utilizou argumentos distintos de legitimação da saída dos dois presidentes. Em relação a Collor, a maioria das razões favoráveis foi no sentido de condenar as práticas fisiológicas do Planalto para conseguir barrar os votos pelo impeachment.

¹⁰⁶ NOVO MARCO DE DEFESA DA RESPONSABILIDADE FISCAL, *O Globo*, 12/05/2016, p. 22; PARA QUE JAMAIS HAJA OUTRO IMPEACHMENT, *O Globo*, 01/09/2016, p. 16.

Editoriais, já citados aqui, promoviam uma reprimenda a Collor por parecer não compreender o sentimento hegemônico de combate ao que foram consideradas as más práticas da política brasileira. Como já sustentamos anteriormente, por mais que tenhamos atestado a presença em maior quantidade da variável “*corrupção e fisiologismo*”, na realidade o jornal não discutiu a denúncia nem os escândalos de corrupção que levaram a mesma nos editoriais de nosso recorte temporal. Nesse sentido, ao desfavorecer a imagem de Collor denunciando suas práticas fisiológicas, *O Globo* tentou manter-se alinhado ao esforço democratizante do período materializado no combate à corrupção, sem buscar aprofundar as causas que levaram o então presidente – que sustentava a política econômica ideal para o jornal – ao julgamento político.

Quanto aos argumentos para sustentar a legitimidade da saída de Dilma, os de natureza econômica realmente foram os mais mobilizados, quer para apontar razões favoráveis ao processo, quer para apontar possíveis consequências da permanência ou saída de Dilma após o término do impeachment. Esse resultado, que está alinhado ao que o trabalho de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) concluíram sobre os argumentos mais utilizados pelos jornais *FSP* e *OESP*, confirma que o centro do debate se deu na discussão sobre a política econômica de Dilma que contrastava como as tendências político-ideológicas do jornal *O Globo*.

Nesse sentido, para combater os efeitos da crise econômica, compreende-se a campanha do jornal para que fossem feitas reformas constitucionais de maior controle dos gastos orçamentários, de flexibilização das leis trabalhistas, de maior austeridade com os benefícios previdenciários. Propostas estas que estavam contidas no documento *Ponte para o futuro*¹⁰⁷ elaborado pelo então PMDB de Michel Temer, este que assumiria a Presidência com a deposição de Dilma.

A partir desse quadro, evidenciou-se que, por mais que o jornal tenha discutido a base técnica da denúncia de crime de responsabilidade, foi a oposição ideológica à política econômica do governo Dilma que mais mobilizou *O Globo* a sustentar a legitimidade do impeachment de 2016. O jornal atuou politicamente criando *representações* que

¹⁰⁷ À época do lançamento do documento produzido pelo PMDB (atual MDB), *O Globo* publicou um editorial laudatório ao programa, considerando a “Ponte para o Futuro” como base para um amplo acordo nacional contra a crise, que, segundo o jornal, seria uma segunda chance para os petistas “entender[em] enfim, o que é uma política econômica sensata”. Para *O Globo*, “PMDB propõe competente esboço de programa de ajuste estrutural, capaz de servir de agenda para um entendimento político à altura das turbulências econômicas” (BASES PARA UM AMPLO ACORDO NACIONAL CONTRA A CRISE, *O Globo*, 31/10/2015, p. 16).

deslegitimavam um governo que levava à frente uma política econômica e ideológica diversa da pregada pela empresa jornalística do maior conglomerado de mídia do país, e por isso, possuía seus próprios interesses econômicos autônomos, evidenciando, mais uma vez, o critério de editorialidade “paralelismo”.

Interessante que tanto para pedir a renúncia de Collor em 1992, quanto para construir a legitimidade do processo de impeachment de Dilma entre os anos de 2015 e 2016, foi a política econômica que parece ter sido o centro do debate. No caso de Collor, para que outro governante conseguisse cumprir a política econômica liberal já vigente à época, e no caso de Dilma, para que se mudasse a condução da economia através de outro governante que colocasse em pauta os fundamentos econômicos defendidos pelo jornal.

Quanto à *H3* – o combate à tese do golpe contra Dilma foi realizado ao longo de todo o processo de impeachment com o objetivo de refutá-la –, ela também pode ser confirmada, haja vista a importância crescente da discussão da temática do golpe contra Dilma Rousseff nos editoriais. Os quase 30% de 166 editoriais demonstram o interesse do jornal em agendar a tese do golpe denunciada por Dilma, partidos de esquerda e, também, de vários segmentos formadores de opinião. A incidência da tentativa de refutação demonstra o conteúdo qualitativo dessa abordagem editorial. Os mais de 80% dos editoriais que levantaram a discussão sobre o golpe buscaram refutá-lo. Como analisamos, essa refutação foi realizada usando diversas técnicas discursivas, objetivando ridicularizar a tese, como também seus adeptos.

Essa atuação e combate de *O Globo* à interpretação de que estaria ocorrendo um golpe pode ser justificada como uma tentativa do jornal em se legitimar como instituição democrática. Mais uma vez recorremos à abordagem pós-colonial defendida por Albuquerque (2017) para propor que a aderência ao discurso de “quarto poder” democrático permitiu a naturalização dos interesses e tendências político-ideológicos do jornal conferindo a ele o *poder simbólico* (BOURDIEU, 1997) de produzir *representações* sociais. Dentro dessa perspectiva, vale a pena reiterar esse conceito de Chartier (1999, p. 17): “As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Ou seja, a universalização do discurso do jornal, baseada na lógica do representante da opinião pública para fiscalizar os poderes constituídos, acaba por naturalizar sua opinião e, de certa forma, camuflar seus interesses.

A proposição de que o jornalismo, nos últimos anos, passou por um período de repartidarização (LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2013, 2016) e de maior ideologização e que, nesse contexto, *O Globo* atuou de forma oposicionista contra os governos petistas, colaborando para a construção da legitimidade do impeachment de Dilma pode explicar a forma e a constância do combate que o jornal travou contra a tese do golpe. Uma maior militância mobilizada contra o impeachment de Dilma a partir de março de 2016, a constante denúncia pública da ex-presidente de que estaria sofrendo um golpe, a desconfiança e o ceticismo de empresas jornalísticas estrangeiras quanto às motivações dos atores do processo contra Dilma, e a mobilizações de setores da sociedade civil, movimentos sociais e formadores de opinião podem ser elementos explicativos para a escalada do intenso combate de *O Globo* para deslegitimar essa interpretação e se reafirmar enquanto instituição democrática.

Quanto à *RQI* – qual a frequência e a forma como *O Globo* abordou a tese de golpe contra Collor? –, percebemos a diferença entre as abordagens sobre a tese de golpe nos dois impeachments. Por mais que o jornal tenha retratado a denúncia de Fernando Collor na seção noticiosa, até mesmo nas primeiras páginas, *O Globo* elaborou apenas um editorial em quatro meses para discuti-la e refutá-la. Chama atenção o fato de que esse editorial tenha sido assinado por Roberto Marinho e apenas no mês de novembro, mais de um mês depois do afastamento de Collor para que fosse julgado pelo Senado. A interpretação sociológica e histórica de que o movimento pelo impeachment de Collor foi conduzido por uma ampla coalizão democratizante que já atuava desde os anos 1980 pelo fim das arbitrariedades da Ditadura Civil-militar e por uma Constituição que garantisse a ampliação dos direitos civis e sociais deslegitimava a denúncia de Collor de que seu processo de responsabilização política era antidemocrático, o que pode indicar a razão da baixa necessidade da abordagem dessa temática nos editoriais de *O Globo*.

Sendo assim, como compreender o posicionamento editorial do jornal em agosto de 1992, denunciando um golpe em curso? O quadro abaixo compara a diferença da abordagem desse tema antes do impeachment e durante o impeachment.

QUADRO 20: POSICIONAMENTOS EDITORIAIS SOBRE A TESE DO GOLPE ANTES E DURANTE O IMPEACHMENT DE COLLOR.

ANTES DO IMPEACHMENT	DURANTE O IMPEACHMENT
<p>Neste momento, assistimos a esse triste espetáculo montado no palco do Congresso, em que forças políticas do Governo e da oposição disputam votos para se manter ou se depor o presidente legitimamente leito. Chega-se ao cúmulo de se elidir preceitos constitucionais, usurpando-se as atribuições do Poder Judiciário para se ferir as prerrogativas essenciais do Poder Executivo. [...] Em suma, programa-se um golpe contra as instituições democráticas a pretexto de se punir o envolvimento do presidente da República nas práticas irregulares apuradas, sem se evidenciar preocupação com a correção das mesmas.</p>	<p>O pronunciamento do ministro Fernando Henrique Cardoso [...] deixou patente [...] a solidez das nossas instituições democráticas, evidenciada na solução da crise do impeachment [...]. De um lado, ficou patente que não houve deposição do presidente por um “golpe brando”, mas simplesmente o seu afastamento do exercício da chefia do Executivo, nos termos constitucionais, para se poder efetuar, com equilíbrio e lisura, sem pressões de qualquer natureza, a cabal apuração de responsabilidades dos indicados nas graves irregularidades que vieram à luz.</p>

FONTE: A NAÇÃO EXIGE RECUPERAÇÃO MORAL E RESPEITO À LEI, *O Globo*, 22/08/1992, p. 3; AO TRABALHO SÉRIO, *O Globo*, 05/11/1992, p. 1, grifo nosso.

Vale reiterar a interpretação de que *O Globo* estava entre o sentimento da coalizão democratizante, já explicado aqui, e o apoio ao presidente que levava à frente a agenda econômica neoliberal defendida pelo jornal. É interessante que nesse mesmo editorial em que se denunciava um golpe, *O Globo* tenha sustentado que sem a ação de uma corrente política que cumprisse rigorosamente as normas legais para se lutar institucionalmente, e não seletivamente, contra a corrupção que “[...] **o combate à inflação, as tentativas de restauração econômica, os esforços de modernização econômica continuarão afundando nessa areia movediça de irregularidades institucionalizadas**” (A NAÇÃO EXIGE RECUPERAÇÃO MORAL E RESPEITO À LEI, *O Globo*, 22/08/1992, p. 3, grifo nosso).

Percebe-se que, assim como no pedido de renúncia pouco mais de um mês depois, existia uma grande preocupação do jornal com uma possível mudança da política econômica com a queda do governo Collor e, no editorial de novembro de 1992 que refutava o golpe, ao

comentar um pronunciamento do chanceler Fernando Henrique Cardoso, quando o jornal comemorou sua fala que teria deixado clara “a solidez das nossas instituições democráticas, evidenciada na solução da crise do impeachment, e, ao mesmo tempo, reiterou **a decisão de manter a política econômica nacional nos novos paradigmas emergentes com o fim das ideologias**” (AO TRABALHO SÉRIO, *O Globo*, 05/11/1992, p. 1, **grifo nosso**). Ou seja, os editoriais do jornal, nesse período, sugerem que tanto o que motivou a denúncia de um golpe contra Collor antes do impeachment, quanto o pedido da renúncia do então presidente após a votação na Câmara e a posterior refutação de que havia um golpe foi a preocupação com a manutenção da política econômica que vigeu à época. Mas uma vez, as crenças e tendências ideológicas de *O Globo* parecem indicar o teor da cobertura editorial dos processos de impeachment.

A partir disso, restam alguns questionamentos: Por que tanto tempo de silêncio sobre essa questão? Como o jornal modificou sua interpretação de que havia um golpe sem mencionar ou se retratar em relação ao editorial anterior? É relevante o fato do editorial que refutava a tese do golpe, em novembro, ter sido assinado pelo próprio Roberto Marinho. O reforço do nome do proprietário do jornal, quebrando o silêncio sobre a temática, e a precificação de que o impeachment era dado como irreversível – junto a amplo apoio de setores que atuavam durante o processo de redemocratização – podem sugerir alguns caminhos para a compreensão desses questionamentos.

Além das questões contextuais que possibilitam “historicizar” a atuação do jornal durante os períodos distintos que aqui abordamos, é fundamental retornar à discussão sobre as rotinas de produção editorial. Já sustentamos no Capítulo 2 de que é preciso compreender que, por mais que exista um *habitus* no campo jornalístico, há diversidade na forma como cada empresa jornalística toca o dia-a-dia da produção jornalística (FIRMSTONE 2008; MONT’ALVERNE; ATHANÁSIO; MARQUES, 2018; OAKES, 1964).

A rotina de elaboração do editorial, a relativa liberdade dos editorialistas em proporem pautas e a forma como elas são apresentadas, bem como os jogos de poder dentro de um conselho editorial impactam a produção da opinião do jornal. Sendo assim, é importante salientar que analisamos editoriais que se distanciam vinte e quatro anos no tempo e, conseqüentemente, o processo de elaboração dos mesmos pode ter sofrido alterações que, aliando aos contextos mais amplos, moldaram os posicionamentos da empresa jornalística.

Em suma, a discussão dos resultados, aliada a uma perspectiva histórica, reforça o caráter de instituição e ator político do jornalismo. A proposição de explicações sociológicas para os achados, a partir dos contextos de economia política dos *media* nos dois períodos aqui abordados, nos permite reforçar que as empresas jornalísticas não são meros instrumentos de elites econômicas ou políticas, mas sim partícipes de uma instituição independente que possui práticas e rotinas e papéis normativos os quais, ao noticiar e opinar sobre os processos políticos, se tornam atores políticos relevantes na democracia.

As diferenças de cobertura editorial de *O Globo* durante os dois processos de impeachment ocorridos na Nova República podem ser compreendidas a partir desse arcabouço teórico que desmistifica e desnaturaliza a retórica do *watchdog* e *quarto poder*. Essas grandes narrativas sobre o papel do jornalismo na democracia brasileira acabam por camuflar os interesses autônomos das empresas jornalísticas e seus alinhamentos político-ideológicos. Nesse sentido, importante ressaltar a relevância do jornal *O Globo* como *quality paper* do maior conglomerado de mídia do país. A apreensão e compreensão das *representações* produzidas pelo periódico nos permitem acessar a internalização das lutas de poder (*habitus*) do campo jornalístico nesses dois períodos e, conseqüentemente, o entendimento dos posicionamentos produzidos pelo jornal na construção da legitimidade da saída de Dilma e Collor.

Para concluir, reforçando que o jornalismo possui um papel público relevante para a democracia, é importante que as empresas jornalísticas sejam mais transparentes e responsivas em relação aos cidadãos com respeito aos seus processos decisórios. Em um contexto de desconfiança das instituições – inclusive do jornalismo – e, conseqüentemente, um cenário de desafios para o sistema democrático (VAN AELST *et al.*, 2017), um caminho para ser mais responsivo seria uma maior abertura às múltiplas vozes que compõem a sociedade para que haja mais pluralismo e representatividade, apontando assim para a busca do retorno da confiança na instituição jornalística. É preciso ressaltar que, como abordamos no Capítulo 4, *O Globo* abre, por vezes, sua página editorial para opiniões diversas das defendidas pelo jornal, porém seria relevante que tal iniciativa fosse aprofundada.

Num contexto histórico em que o jornalismo brasileiro se tornou um “outro quarto poder” que, em vez de fiscalizador, passou a agir como “poder moderador”, a sua democratização, tendo em vista o desenvolvimento de uma instituição mais plural e aberta a uma abrangência de vozes, seria uma forte aliada para evitar que as empresas jornalísticas,

usando as palavras de Albuquerque (2017, p. 3, tradução nossa), possam “[...] solapar a democracia, ao mesmo tempo em que afirmam defendê-la¹⁰⁸”.

¹⁰⁸ Texto original: “[...] undermine democracy, at the same time they claim to defend it”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs realizar uma pesquisa empírica para compreender como o jornal *O Globo* construiu a legitimidade dos processos de impeachment de Fernando Collor, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016, através de seus editoriais. Tomando como pressuposto que o jornalismo é uma instituição e ator político nas democracias, propomos, especificamente, (1) comparar a atuação política do jornal *O Globo* durante os processos de impeachment de Collor e Dilma, (2) identificar os argumentos que foram utilizados pelo jornal para fundamentar os posicionamentos de seus editoriais durante os episódios que levaram ao afastamento desses presidentes e (3) analisar as possíveis contradições entre os posicionamentos do jornal durante esses processos de impeachment, relacionando aos respectivos contextos históricos, políticos e econômicos.

Para ancorarmos a análise de dois contextos diferentes, reafirmamos a importância de observarmos as singularidades de cada processo histórico, levantando uma literatura que discute as razões para as crises que levaram à deposição de Dilma e Collor através do impeachment e, também, que analisa o cenário da economia política da comunicação nos períodos e o papel da imprensa nesses processos históricos.

A partir da discussão teórica do Jornalismo, da Ciência Política e da Historiografia, propomos três hipóteses e uma *questão de pesquisa*: (H1) *O Globo* foi mudando, progressivamente, seu posicionamento editorial sobre a legitimidade da saída de Collor, enquanto que, no caso de Dilma, buscou construir a legitimidade para a saída da então presidente em todo o processo de impeachment; (H2) Os editoriais de *O Globo* utilizaram argumentos distintos para legitimar a saída dos presidentes. Argumentos econômicos foram privilegiados para sustentar o favorecimento do jornal ao processo contra Dilma Rousseff, enquanto argumentos ligados ao combate à corrupção e fisiologismo foram acionados no caso de Fernando Collor; (H3) *O Globo*, constantemente, abordou a tese de golpe contra Dilma Rousseff, buscando refutá-la durante todo o processo de impeachment contra a então presidente; e, como *RQI*, propomos um estudo exploratório para verificar qual foi a frequência e o tipo de abordagem que *O Globo* empreendeu quanto à tese de golpe contra Fernando Collor durante o processo de impeachment de 1992.

Analisando os resultados, a *H1* foi parcialmente confirmada. Em relação à atuação política através dos editoriais, *O Globo* buscou, concomitantemente ao processo de

impeachment de Dilma, construir a legitimidade de sua saída. Ao analisarmos qualitativamente as 166 unidades de análise coletadas para esse período, verificamos que *O Globo* teve um papel ativo em todo o processo, dialogando com os leitores e com as elites políticas e econômicas, reagindo aos acontecimentos na esfera institucional, utilizando argumentos que mais se adequavam aos momentos do processo de impeachment, propondo saídas e apontando as consequências do (não) impeachment. Já em relação ao impedimento de Collor, por mais que tenha se verificado uma mudança de posicionamento do jornal entre o apoio a ele no início de seu mandato e, inclusive, denunciando um golpe contra o ex-presidente e seu pedido de renúncia, a cobertura editorial foi pequena, fazendo com que mesmo os editoriais mais assertivos e que apelavam por saídas ficassem isolados durante o período. Esse fato denota que o jornal, por mais que tivesse mudado seu posicionamento, não realizou uma campanha sólida e constante nem para destituir, nem para apoiar o presidente durante o impeachment.

Por outro lado, as outras hipóteses foram integralmente confirmadas. Quanto à *H2*, verificamos que *O Globo*, de fato, utilizou argumentos distintos para legitimar a saída dos dois presidentes. A variável mais acionada pelo jornal para a legitimação do processo em 1992 foi “corrupção e fisiologismo”, porém sempre ressaltando a baixa quantidade de editoriais produzidos por *O Globo* sobre o impeachment durante o processo. Propomos que o jornal buscou construir sua identidade como instituição democrática ao não se afastar da retórica do combate à corrupção, bandeira do que foi chamado de coalizão democratizante entre partidos políticos, movimentos sociais e entidades de classe que estava mobilizada pelo processo de impeachment de Collor. Enquanto isso, nos episódios do impeachment de Dilma, *O Globo*, utilizou, predominantemente, argumentos econômicos para legitimar a saída da então presidente, tanto as apresentando como razões para o processo, quanto levantando possíveis mudanças no cenário econômico com seu afastamento ou com sua permanência que, neste caso, apontava para o aprofundamento da crise com a continuação de sua política econômica. O contexto de maior repartidarização da imprensa e o histórico de um embate ideológico contra os pressupostos econômicos defendidos pelos governos petistas pode explicar a maior presença de argumentos de viés econômicos para legitimar o processo contra Dilma.

Quanto à *H3*, confirmamos que o jornal teve um alto interesse em entrar no debate se o impeachment de Dilma fazia parte de uma conspiração golpista ou não. Quase 30% dos

editoriais coletados para o período abordaram a tese do golpe e, desse percentual, 40 editoriais refutavam de forma categórica – e até mesmo num tom de deboche – a denúncia da perpetração de um golpe em 2016. Interessante notar que em relação à denúncia de Collor de que um “sindicato do golpe” conspirava contra seu governo, *O Globo* só abordou uma única vez como o objetivo de refutá-la – em novembro de 1992, um mês após o afastamento do então presidente, resultado político derivado da votação na Câmara Federal.

Propomos a explicação de que enquanto o impeachment de Collor era hegemonicamente pensado como um aprofundamento do processo de redemocratização iniciado na década anterior e que, por isso, com sua saída já precificada, não havia razão para esse debate – a não ser para o jornal modificar sua compreensão, já que em agosto daquele ano tinha apontado um possível golpe contra o presidente que catapultava a agenda econômica desejada pelo *O Globo*. Já durante o impeachment de Dilma, houve uma maior polarização e resistência de vários setores da sociedade como partidos de esquerda, movimentos sociais, entidades de classe, intelectuais e até mesmo uma maior desconfiança da imprensa estrangeira sobre os rumos da democracia no Brasil. Nesse contexto, o jornal levou à frente um combate à tese do golpe, também num intuito de reafirmar seu caráter democrático, buscando legitimar a destituição da presidente contra a qual fazia forte oposição.

A discussão desses achados permite que se reafirme o referencial teórico que identifica o jornalismo como instituição e ator político. O discurso de autolegitimação que o jornalismo moderno adquiriu ao longo do século XX, através da retórica de que as empresas jornalísticas são um *watchdog* da moralidade pública e um *quarto poder* nas democracias modernas, agindo como fiscalizadoras dos outros poderes e representantes da opinião pública permite a elas um papel político relevante. Como discutimos, adotamos a abordagem pós-colonial defendida por Albuquerque (2017) que compreende a adesão ao ideal de “quarto poder” por parte da instituição jornalística nas sociedades latino-americanas como uma forma de naturalizar seu papel de moderador e portador de veto sobre o processo democrático.

Ao revisitarmos a história do jornal *O Globo*, fundado pela família Marinho, verificou-se a relevância que o mais importante periódico do maior conglomerado midiático do Brasil possui em sua relação aos grandes episódios da política nacional. Esse poder simbólico conferido pelo discurso que pretende representar o interesse público, mesmo que a empresa tenha um caráter privado, orientou atuação política do jornal também durante os contextos que aqui estudamos. Mobilizamos o conceito de *representações* de Roger Chartier

(1999), pesquisador da História cultural, como instrumento teórico-metodológico para analisarmos a opinião editorial, o lugar que define as marcas ideológicas dos *media*.

Nesse sentido, compreendemos a atuação política do jornal *O Globo* durante os processos de impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff. É importante ressaltar que o jornalismo, como instituição política, difere das outras eleitas e representativas. A instituição jornalística é de caráter intermediário (THESEN, 2017), pois ao noticiar, enquadrar, agendar e opinar sobre os agentes, instituições e fatos políticos não o faz de modo igualitário e, por isso, as escolhas, mesmo inconscientes, do jornalismo - fruto de seu *habitus* - são inerentemente políticas como defendemos durante todo o trabalho.

Apesar da contribuição desta pesquisa para a compreensão da relação entre o jornalismo e a política nesses dois momentos históricos relevantes da democracia brasileira, entendemos que existem algumas limitações neste trabalho. Em primeiro lugar, reconhecemos que a coleta a partir das palavras-chave selecionadas que diziam respeito especificamente aos impeachments pode não abarcar toda a atuação do jornal contra (ou a favor) dos governos ameaçados. É verdade que outros editoriais que não citaram especificamente algum termo associado aos processos institucionais de destituição dos presidentes podem contribuir para um clima de insatisfação e descontentamento. Acusações sobre corrupção, crise econômica e crise política podem também ter sido realizadas pelo jornal sem se referir ao impeachment diretamente, mas podem auxiliar a construir esse ambiente desfavorável (ou favorável) aos presidentes que passaram pelo processo. Para amenizar essa limitação, tentamos alargar os filtros ao elencar não só a palavra impeachment, mas outros que, ao realizarmos uma leitura e análise prévia, entendemos serem úteis para coletar o maior número de editoriais possível que debateu o impeachment para termos confiança nos resultados deste trabalho.

Além do fato de que editoriais que não abordaram explicitamente os impeachments podem ter contribuído para a construção da legitimidade dos processos, a seção noticiosa, também, pode acabar reforçando as posturas editoriais da empresa jornalística (MARQUES; MIOLA; MITOZO; MONT'ALVERNE, 2019) - lembrando, inclusive, que *O Globo* possui uma peculiaridade que é apresentar pequenos editoriais ao longo das páginas do periódico para que o jornal possa opinar sobre as notícias apresentadas sobre política, economia e sociedade.

Outra ressalva vem da teoria da História. Compreende-se que quanto mais nos distanciamos no tempo do objeto de estudo, mais conseguimos compreender o quadro maior. Nesse sentido, é possível afirmar que existe uma maior consolidação historiográfica sobre o período de Collor do que sobre a crise dos governos petistas e a consequente destituição de Dilma Rousseff. Apesar disso, é possível afirmar que há uma profusão de trabalhos que têm se debruçado sobre o contexto do impeachment de 2016 e, também, várias pesquisas sobre o papel da imprensa nesses recentes episódios da política nacional. Nesse sentido, a confiabilidade de nossa revisão de literatura que embasou explicações para os resultados obtidos é reforçada.

Por último, ressaltamos que era possível um recorte temporal mais flexível para a coleta de editoriais, abordando, por exemplo, os antecedentes da crise política que desembocou nas denúncias de impeachment – tanto é que utilizamos editoriais anteriores ao recorte, porém apenas no sentido de problematizar o estudo –, porém haveria uma dificuldade em se estabelecer qual seria o marco inicial e causal das crises decorrentes desses processos históricos. Por esta causa, sustentamos que para termos um recorte mais seguro, foi favorável tomar como critério os dias em que perpassou os processos institucionais dos impeachments, à exceção da inclusão de uma semana a mais para verificar a repercussão da saída dos presidentes.

A discussão das limitações deste trabalho nos abre, também, perspectivas de uma agenda de pesquisa que aprofunde a compreensão dos resultados aqui obtidos e amplie a possibilidade de outros trabalhos que dialoguem com este. De forma mais geral, é importante que mais pesquisas empíricas sejam realizadas, no sentido de se observar o jornalismo enquanto ator político autônomo. Há algum tempo, a literatura estrangeira tem produzido trabalhos teóricos e empíricos para verificar se – e em que medida – pode-se classificar a instituição jornalística como um ator político. No Brasil, ainda existem poucos trabalhos que mobilizam esse arcabouço teórico que pode lançar luz sobre como as práticas, rotinas e papéis normativos do jornalismo tem influenciado sua cobertura, relação e acesso aos processos políticos nacionais. Desta forma, um passo qualitativo seria dado para compreendermos melhor os fenômenos que o campo da Comunicação política se propõe a pesquisar.

Quanto à compreensão específica sobre a relação das empresas jornalísticas com os processos de impeachment na Nova República, outras pesquisas podem inserir os editoriais de outros *quality papers* como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Apesar de

verificarmos a presença, ainda pequena, de trabalhos que realizam uma análise do conteúdo dos editoriais sobre os episódios de impeachment – como o trabalho de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) que inspirou metodologicamente este trabalho –, faltam pesquisas que analisem a totalidade dos editoriais produzidos pelos jornais nos períodos, sendo importante não só aumentar o volume das unidades de análise, como também realizar estudos comparativos para identificar as diferenças e semelhanças entre as coberturas editoriais dos jornais.

Portanto, sustentamos que este trabalho contribui para um segmento de pesquisas que não só observam a instituição jornalística como ator político independente, mas também como sujeito histórico que está relacionado a outros campos sociais e – a partir de seus interesses, nesse jogo intrincado de relações objetivas historicamente fundamentadas – age, movimentase e interfere nas relações de poder.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, (31), pp.1–25, 1988.
- AGUIAR, C. B. **Imprensa e eleições 1989: Razão e Sedução na opinião das elites**. Tese de doutorado, defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1993.
- ALBUQUERQUE, A. Um outro ‘Quarto Poder’: imprensa e compromisso político no Brasil. **Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 4, pp. 23-57, 2000.
- ALBUQUERQUE, A. Another ‘Fourth Branch’ Press and political culture in Brazil. **Journalism**, v. 6, n. 4, pp. 486-504, 2005.
- ALBUQUERQUE, A. As três faces do quarto poder. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, **XVIII Encontro da Compós**. Belo Horizonte, MG, jun. 2009.
- ALBUQUERQUE, A. O paralelismo político em questão. **Compólitica**, v. 2, n. 1, pp. 5-28, 2012.
- ALBUQUERQUE, A. Em nome do público: Jornalismo e política nas entrevistas dos presidentes ao Jornal Nacional. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.16, n.2, maio/ago. 2013.
- ALBUQUERQUE, A. Voters against public opinion: The press and democracy in Brazil and South Africa. **International Journal of Communication** 10: pp. 3042–3061, 2016.
- ALBUQUERQUE, A. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. **Journalism**, v. 20, n. 7, pp. 906-923, 2017.
- ALENCASTRO, L. F. O cavalo de Troia do Parlamentarismo. In: MATTOS, H. BESSONE, T. e MAMIGONIAN, B. (org) **Historiadores pela Democracia: O golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.
- ALLERN, S.; BLACH-ØRSTEN, M. The news media as a political institution a scandinavian perspective. **Journalism Studies**, 12(1), pp. 92–105, 2011.
- ALMEIDA, R. **À Sombra do Poder: Bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016.
- ALMEIDA, A. T. S.; LIMA, V. T. L.S. Dilma Rousseff na imprensa brasileira: Da Reeleição ao Processo de Impeachment. **ENCONTROS – ANO 14 – Número 26**, 2016.
- ALVES FILHO, F. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, São Paulo, v. 50, nº 1, p. 77-89, 2006.

ANDERSON, C. W. Towards a sociology of computational and algorithmic journalism. *New Media and Society*, 15(7), pp. 1005–1021, 2013.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARÊAS, J. B. **Batalhas de O Globo (1989 – 2002): O neoliberalismo em questão**. Niterói: Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense, 2012.

ARMAÑANZAS, E.; NOCÍ, J. D. **Periodismo y argumentación. Géneros de opinión**. Universidad del País Vasco, 1996.

ARNOLD, R. D. **Congress, the press, and political accountability**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

ATHANÁSIO, E. **A corrupção política na opinião da empresa jornalística: um estudo dos editoriais da Folha de S. Paulo de 1990 a 2016**. Curitiba: Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, 2017.

AVRITZER, L. O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do impeachment de Fernando Collor de Mello. In: ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (orgs.). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, F. A. Imprensa e Legislativo: os editoriais da Folha de S. Paulo sobre o Senado (2003-2004). In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 14, **Anais...** Niterói: Compós, 2005.

AZEVEDO, F. A. Democracia e Mídia no Brasil: um balanço dos anos recentes. In: GOULART, J. O. (org) **Mídia e Democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.

AZEVEDO, F. A. **A Grande Imprensa Brasileira. Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014)**. São Carlos, SP, 2016.

AZEVEDO F. A. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 24, nº 2, maio-agosto, p. 270-290, 2018.

AZEVEDO, F.; CHAIA, V. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, pp. 173–204, 2008.

BARBOSA, M. C. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, v. 12, n. 2, p. 215-234, 2006.

BARBOSA, M. C.; RIBEIRO, A. P. G. Telejornalismo na Globo: Vestígios, narrativas e temporalidades. in BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. (orgs.). **Rede Globo: 40 Anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, pp. 205-223, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, M. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. (Orgs.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 235-256, 2016.

BENSON, R.; BLACH-ORSTEN, M.; POWERS, M.; VERA, S.; WILLIG, I. Media systems online and off: Comparing the form of news in the U.S., Denmark, and France. **Journal of Communication**, 62: pp. 21–38, 2012.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, p.239, 2013.

BIAL, P. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BIROLI, F. O Jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia. (2012). Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1837.doc>. Acesso em 30 set. 2018.

BLUMLER, J. G.; KAVANAGH, D. The third age of political communication. **Journal of Public Affairs**, 1(3), pp. 201–209, 1999.

BOROSKI, M.; CARVALHO, F. “A presidência tem gênero: o conteúdo relacionado a Dilma Rousseff nas capas de revista durante o segundo mandato”. Congresso Internacional Comunicação e Consumo. **Anais**, 2016. Disponível em: <http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT4/GT04-MARCIA_BOROSKI.pdf> acesso em 15 jan. 2019.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. **Él sentido práctico**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

BROSSARD, P. **O Impeachment: aspectos da responsabilidade política do presidente da república**. Porto Alegre: Globo, 1965.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; GONÇALVES, C. A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. In: **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 1, art. 6, 2003.

CARDOSO, Y; SOUZA, R. Dilma, uma ‘presidente fora de si’: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.3, n. 2, pp.45 – 65, 2016.

CAREGNATO, R. C.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679, 2006.

CARNEIRO, A. D.; LATTMAN-WELTMAN, F.; RAMOS, P. A. **A Imprensa faz e desfaz um Presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

CHAGAS, L. Entre fontes e jornalistas: interesses e disputas na cobertura do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no radiojornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 14 Nº 1.- ISSN 1984-6924, 2017.

CHAPARRO, M. C. Jornalismo não se divide em opinião e informação. In: CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'Aquém e d'Além Mar – Percursos e Gêneros do Jornalismo Português e Brasileiro**. Jortejo Edições, Santarém (Portugal), 1998.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CIOCCARI, D. A Queda: Os Últimos meses de Dilma Rousseff pelas páginas do jornal Folha de S. Paulo. **Revista ALTERJOR Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 07– Volume 02**. Edição 14, 2016.

CODATO, A. **Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo**. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 2008.

CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COOK, T. The news media as a political institution: Looking backward and looking forward. **Political Communication**, 23(2), pp. 159–171, 2006.

COOK, T. O Jornalismo Político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, pp. 203-247, julho - dezembro de 2011.

COSTA, I. C. G. Quem fará a nossa Perestroika? Imagens de Mikhail Gorbachev no jornal O Globo. **Tempo**, v. 13, n. 25, pp. 139–164, 2009.

DELGADO, L. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, v. 14, n. 28, 2010.

EBERWEIN, T.; PORLEZZA, C.; SPLENDORE, S. Media as political actors, In: MAZZOLENI, G.; BARNHURST, K.; IKEDA, K.; MAIA, R.; WESSLER, H. (Org.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. 1ed. Londres: Wiley-Blackwell, 2015.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, 43(4): pp. 51–58, 1993.

EILDERS, C. Synchronization of Issue Agendas in News and Editorials of the Prestige Press in Germany. In: **Communications**. Volume 24, Issue 3, pp. 301–328, 1999.

EILDERS, C. Media as political actors? Issue focusing and selective emphasis in the German quality press. **Journal German Politics**. Vol 9, 2000.

EILDERS, C. Conflict and Consonance in Media Opinion: Political Positions of Five German Quality Newspapers. **European Journal of Communication**, 17(1), pp. 25–63, 2002.

ESPINOSA, P.M. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario El País. **Ámbitos** 9–10: pp. 225–238, 2003.

FAUSTO NETO, A. A sentença dos *media*: o discurso antecipatório do *impeachment* de Collor. In: FAUSTO NETO, A.; BRAGA, J. L.; PORTO, D. (org.) **Brasil: comunicação, cultura & política**. Rio de Janeiro: Diadorim, pp. 328–55, 1994.

FAVER, M. Impeachment: evolução histórica, natureza jurídica e sugestões para aplicação. in: **Revisa de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: vol. 271, pp. 319-343, jan/abr. 2016.

FEBVRE, L. **Combates pela História**. Ed.: 2ª. Editora Presença: Lisboa, 1989.

FERNANDES, C. M.; CHAGAS, G. C. A dramaticidade na narrativa do impeachment de Dilma Rousseff (PT) no Jornal Nacional. in: **Cultura Midiática**, Ano IX, n. 17 - jul-dez/2016.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIGUEIREDO, A.C; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999.

FIRMSTONE, J. The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the British press towards Europe. **Journalism Practice** 2(2): pp. 212–229, 2008.

FIRMSTONE, J. Editorial Journalism and Newspapers' Editorial Opinions. In: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, 2019.

FONSECA, F. C. P. A Formação da Agenda Ultraliberal no Brasil: o papel da grande imprensa. In: GT Mídia, Política e Opinião Pública. 29º encontro anual da ANPOCS. Disponível em <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/29-encontro-anual-da-anpocs/gt-25/gt11-10/3719-ffonseca-a-formacao/file>> acesso em 25 de nov. de 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANÇA, V. S. N. **A Folha de S. Paulo e os protestos pelo impeachment de Collor. Dissertação** (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GOLDSTEIN, A. The Perfect Storm: Crises and impeachment during Dilma Rousseff's second term. *anal.polit.* [online], vol.29, n.88, pp.90-104, 2016.

GOLDSTEIN, A. The Brazilian Press and its “Moral Crusades”: An Analysis of Several Cases under President Getúlio Vargas’ Second Term and President Lula da Silva’s First Term. **Dados**, v. 60, n. 2, pp. 395-435, 2017.

GOLDSTEIN, A. The Press and Classical Populism in Argentina and Brazil. **Latin American Perspectives**, 45(3), pp. 109–123, 2018.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, W. **Jornalismo, Fato e Interesses: ensaios de teoria do Jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. Vol 1. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMIS, L. **El medio media (La función política de la prensa)**. Barcelona: Mitre, 1988, pp. 18-19.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Framing of a Brazilian Crisis: Dilma Rousseff’s Impeachment in National and International Editorials. **Journalism Practice**, v. 13, n. 5, pp. 620-637, 2019.

GUERREIRO NETO, G. Da opinião à identidade: Características do editorial em dois jornais brasileiros. **Sobre Jornalismo**, Vol 5, nº2 - pp. 92-105, 2016.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, Vol 2, 1929. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 2.ed. Coleção: Comunicação e Linguagens, 1999.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. **Comparing Media Systems: three models of media and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HANITZSCH, T. Journalists in indonesia: Educated but timid watchdogs. **Journalism Studies**, 6(4), pp. 493–508, 2005.

HANITZSCH, T e VOS, T.P. Journalistic Roles and the Struggle Over Institutional Identity: The Discursive Constitution of Journalism. in: **Communication Theory** 27(2), pp. 115–135, 2017.

HYNDS, E. C.; ARCHIBALD, E. ‘Improved Editorial Pages Can Help Papers’ Communities’, **Newspaper Research Journal** 17(1_2), pp. 14-24, 1996.

ITUASSU, A. O enquadramento (ou o preconceito) da descrença: uma análise das seções de Opinião de O Globo e da Folha de S. Paulo durante a campanha eleitoral de 2010. In:

ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre (RS). **Anais...** Porto Alegre: Compós, 2011.

JESUS, G. S.. **Impeachment da presidente Dilma Rousseff: a legitimação do processo pelo dispositivo midiático**. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

KAHN, K. F.; KENNEY, P. J. The Slant of the News: How Editorial Endorsements Influence Campaign Coverage and Citizens Views of Candidates. **American Political Science Review** 96(2): 381-94, 2002.

KRIPPENDORFF, K. Reliability in content analysis. **Human Communication Research**, v. 30, n. 3, p. 411-433, 2004.

LAMOUNIER, B. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. *in* LAMOUNIER, B. (org) **De Geisel a Collor: O balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

LAMOUNIER, B. A questão institucional brasileira. In: LAMOUNIER, B; NOHLEN, D. (orgs.). **Presidencialismo ou parlamentarismo: perspectivas sobre a reorganização institucional brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. **As elites brasileiras e a modernização do setor público: um debate**. São Paulo, Rio de Janeiro: Sumaré/Fapesp, 1992.

LATTMAN-WELTMAN, F; CHAGAS, V. Insegurança, (Re)partidarização e ‘Fogo Amigo’: A Economia Política dos Meios na Era Lula. Trabalho apresentado no 22o Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Salvador, 4-7 de junho, 2013.

LATTMAN-WELTMAN, F; CHAGAS, V. Mercado Futuro: A Economia Política da (Re)Partidarização da Imprensa no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, no 2, pp. 323-356, 2016.

LIMA, V. Globo e Política: ‘Tudo a ver’, in BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. (orgs.). **Rede Globo: 40 Anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, pp. 103-129, 2005.

LIMONGI, F; FIGUEIREDO A.C. A Crise Atual e o Debate Institucional. **Novos estud.** CEBRAP: São Paulo, V 36.03, pp. 79-97, novembro, 2017.

LINZ, J. The perils of presidentialism. **Journal of Democracy**, vol. 1, no 1, pp. 51-69, 1990.

MAIA, R. C. M.. Deliberação e Mídia. In: Rousiley C.M. Maia. (Org.). **Mídia e Deliberação**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 1, 2008, pp. 93-119.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. Elaborating the ‘new institutionalism’. **The Oxford handbook of political institutions**, v. 5, pp. 3-20, 2006.

MARQUES, F. P. J.; MIOLA, E.; MITOZO, I.; MONT'ALVERNE, C. Similar, But Not The Same: Comparing Editorial and News Agendas in Brazilian Newspapers, **Journalism Practice**, 2019.

MARQUES, F.P.J.; MONT'ALVERNE, C.; & MITOZO, I.B.. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatorio (OBS*)**, 12(3), pp.224–245, 2018.

MARQUES, F. P. J.; MONT'ALVERNE, C. What are newspaper editorials interested in? Understanding the idea of criteria of editorial-worthiness. **Journalism**, v. 1, pp. 1-1, 2019.

MATOS, C. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008.

MATTOS, S. As Organizações Globo na mídia impressa, in BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. (orgs.). **Rede Globo: 40 Anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, pp.267-286, 2005.

MATTOS, H. BESSONE, T. e MAMIGONIAN, B. (org) **Historiadores pela Democracia: O golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

MELO, C. **Collor: o ator e suas circunstâncias**. São Paulo: Ed. Novo Conceito, 2007.

MELO, J. M. **A opinião no Jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELTZER, K. Newspaper editorial boards and the practice of endorsing candidates for political office in the United States. **Journalism** 8(1): pp. 83–103, 2007.

MIGUEL, L. F. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p. 191-199, 2000.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, 55-56: pp.155-184, 2002.

MIGUEL, L. F. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 51: pp. 123-140, 2003.

MIGUEL, L. F. & BIROLI, F. A Produção da Imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 25 n° 73, pp. 60-76, 2010.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. D. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de 'mensalão' nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, v. 13, n. 1, pp. 97–123, jun. 2007.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Contracampo**, pp. 1–27, 2013.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)**, v. 12, pp. 121-137, 2015.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A pauta do dia: Um estudo sobre o agendamento do Congresso Nacional brasileiro nos editoriais da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 2, pp. 120–147, 2016.

MONT'ALVERNE, C. **Pródigo em decisões contra o interesse público: imagem pública, agendamento e enquadramento do Congresso Nacional nos editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo**. [s.l.] Universidade Federal do Ceará, 2016.

MONT'ALVERNE, C.; ATHANÁSIO, E.; MARQUES, F. P. J. The journalist between the profession and the newspaper's interests: Values and routines in the production of Folha de S. Paulo's editorials. **Brazilian Journalism Research** 14(2): 384–411, 2018.

MORAIS, M. E. P. M.; DAMASCENO, A. M. M. O impeachment no ordenamento jurídico brasileiro. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-impeachment-no-ordenamento-juridico-brasileiro,35861.html>>. Acesso em 27 jun. 2019.

NAVA, M.; MARQUES F. P. J. From “Leftist” To “President”: Journalism and Editorial Coverage of Brazil's Lula in Five Elections, **Journalism Practice**, 13:10, pp. 1200-1221, 2019.

NETO, L. **Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)** / Lira Neto. – 1. ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NORONHA L. **The Media Coverage in Cases of Political Instability in Brazil: the impeachment processes of Collor and Rouseff**. Dissertação de Mestrado. University of Antwerp, 2018.

NORTH, D. C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, (5), pp. 97–112, 1991.

OAKES, J. B. **Interview – John B. Oakes**. New York: Oral History Research Office, 1964.

PACHECO, A. As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

PAGE, B. I. ‘The Mass Media as Political Actors’. **Political Science and Politics**. Vol.29(1), pp. 20-24, 1996.

PATTERSON, T. E., & DONSBAGH, W. News decisions: Journalists as partisan actors. **Political Communication**, 13(4), pp. 455–468, 1996.

PEREZ-LIÑAN, A. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.

PETERS, C., & WITSCHGE, T. From grand narratives of democracy to small expectations of participation: Audiences, citizenship, and interactive tools in digital journalism. **Journalism Practice**, 9(1), pp. 19–34, 2015.

PIERSON, P. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

PIERSON, P.; SKOCPOL, T. Historical Institutionalism in Contemporary Political Science. In: KATZNELSON, I.; MILNER, H. V. (eds.). **Political Science: State of the Discipline**. New York: W.W. Norton, 2002.

PORTO, M. TV news and political change in Brazil: The impact of democratization on TV Globo's journalism. **Journalism**, v. 8, n. 4, p. 363-384, 2007.

PORTO, M. The changing Landscape of Brazil's News Media. In: LEVY, D; NIELSEN, R. (org). **The changing business of Journalism and its Implications for Democracy**. Oxford: Reuters for the Study of Journalism, 2010.

PORTO, M. **Media Power and Democratization in Brazil: TV Globo and the Dilemmas of Political Accountability**. Nova York: Routledge, 2012.

POZOBON, R.; PRATES, A. C. A crise no governo Dilma: enquadramentos propostos pela Revista Veja. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 17, n. 42, 2016.

PRICE, V. **Public Opinion**. Newbury Park, CA: Sage, 1992.

QUEIROZ, F. M. R. Impeachment e Lei de Crimes de Responsabilidade: o cavalo de Troia parlamentarista. Disponível em <<https://brasil.estadao.com.br/blogs/direito-e-sociedade/impeachment-e-lei-de-crimes-de-responsabilidade-o-cavalo-de-troia-parlamentarista/>> acesso em 27 jun. 2019.

QUEIROZ FILHO, G. C. Natureza do processo de impeachment e controle judicial. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema5/2016_4886_processo-impeachment_gilvan-correia-de-queiroz-filho> acesso em 27 jun. 2019.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

RIFFE, D.; SNEED, D.; VAN OMMEREN, R. How editorial page editors and cartoonists see issues. **Journalism Quarterly** 62(4): 896–899, 1985.

ROBINSON, S. Someone's gotta be in control here': The institutionalization of online news and the creation of a shared journalistic authority. **Journalism Practice**, 1(3), pp. 305–321, 2007.

RUBIM, A. A. C. e AZEVEDO, F. A. Mídia e Política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. In: **Lua Nova**, nº 48, p.189-214, 1998.

RUGGIERI, A. L. **A pesquisa de opinião pública como discurso de manipulação : a campanha do Instituto Datafolha pelo impeachment de Dilma Rousseff**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

RYFE, D. M. The nature of news rules. **Political Communication** 23(2): 203–214, 2006.

SALLUM JR. B. **O Impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. São Paulo: Editora 34, 2015.

SALLUM JR, B; CASARÕES, G.S.P. O Impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, 82: pp. 163-200, 2011.

SANTAMARIA, L. **El comentario periodístico. Los géneros persuasivos**. Madrid, Paraninfo, 1990.

SANTOS W. G. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SANTOS, W. G. **A Democracia Impedida: O Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SANTOS, A. **O Espetáculo na Política Brasileira: a despolitização do político através das imagens de Fernando Collor nas capas da revista VEJA (1988-1992)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SCHAFF, A. **História e Verdade**. Ed.: 6ª. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHUDSON, M. O modelo americano de Jornalismo: exceção ou exemplo? **Revista Comunicação e Cultura**, nº 3, pp. 115- 130, 2007.

SCHROTT, A. Dimensions: Catch-all label or technical term. In: LUNDBY, K. (ed.) **Mediatization: Concept, Changes, Consequences**. New York: Peter Lang, pp. 41–62, 2009.

SEYMOUR-URE, C. **The Political Impact of Mass Media**. London: Constable, 1974.

SHOEMAKER, P. J.; REESE, S. **Mediating the Message**. 2nd ed., White Plains, NY: Longman, 1996.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. **O Lulismo em Crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SKIDMORE, T. A queda de Collor: uma perspectiva histórica. In: ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (orgs.). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SKOCPOL, T. Bringing the State Back. In: EVANS, P.; RUESHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (ed.) **Strategies of Analysis in Current Research**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-37, 1996.

SOARES, M. C. O Papel do Jornalismo na Prática Democrática in: **Democracia, Comunicação Política e Eleições**. 32º encontro anual da ANPOCS. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2393&Itemid=230> Acesso em 22 jul. 2016.

SODRÉ, M. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2009.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, A. O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil. In: ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (orgs.). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe: entenda como e porque você foi enganado**. São Paulo: Leya, 2016.

SPARROW, B. H. **Uncertain guardians: The news media as a political institution**. London: Johns Hopkins University Press, 1999.

SPARROW, B. H. A research agenda for an institutional media. **Political Communication**, (23), pp. 145–157, 2006.

STRÖMBÄCK, J. Four phases of mediatization: An analysis of the mediatization of politics. **International Journal of Press Politics**, 13(3), pp. 228–246, 2008.

STRÖMBÄCK, J.; VAN AELST, P. Why political parties adapt to the media: Exploring the fourth dimension of mediatization. **International Communication Gazette**, 75(4), pp. 341–358, 2013.

THELEN, K.; STEINMO, S. Historical Institutionalism and Comparative Politics. In: S. STEINMO, K. THELEN e F. LONGSTRETH (eds.). **Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-32, 1994.

THESEN, G. An Intervening Intermediary: Making Political Sense of Media Influence. In: VAN AELST, P. e WALGRAVE, S. (orgs.). **How Political Actors Use the Media: A Functional Analysis of the Media's Role in Politics**. Gewerbestrasse: Springer International Publishing, 2017.

VAN AELST, P. et al. Political communication in a high-choice media environment: a challenge for democracy? **Annals of the International Communication Association**, v. 41, n. 1, pp. 3-27, 2017.

VAN AELST, P.; WALGRAVE, S. Information and Arena: The Dual Function of the News Media for Political Elites. In: VAN AELST, P. e WALGRAVE, S. (orgs). **How Political Actors Use the Media: A Functional Analysis of the Media's Role in Politics**. Gewerbestrasse: Springer International Publishing, 2017.

VAN DIJK, T. A. Opinions and ideologies in editorials. In: **Paper for the 4th international symposium of critical discourse analysis, language, social life and critical thought**. Atenas, pp. 14–16, dezembro, 1995.

VAN DIJK, T. A. How Globo media manipulates the Impeachment of President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, 11(2), 199–229, 2017.

VIEIRA, A. Political Crisis and Impeachment: an analysis of the effects of mediatic coverage on Dilma Rousseff's deposition. **Perspec. Dial.: Rev. Educ. e Soc.**, Naviraí, v. 4, n. 8, pp. 4-26, 2016.

VOS, T. P. A Mirror of the Times, **Journalism Studies**, 12:5, pp. 575-589, 2011.

VOS, T. P.; THOMAS, R. J. The Discursive (Re)construction of Journalism's Gatekeeping Role, **Journalism Practice**, 13:4, 396-412, 2019.

VOS, T. P.; WOLFGANG, J. D. Journalists' Normative Constructions of Political Viewpoint Diversity, **Journalism Studies**, 19:6, 764-781, 2018.

WAHL-JORGENSEN, K. News production, ethnography, and power: on the challenges of newsroom-centricity. In: BIRD, E. (ed.) **The Anthropology of News & Journalism**. Bloomington: Indiana University Press, pp. 21–34, 2009.

WAISBORD, S. The Narrative of Exposés in South American Journalism. **International Communication Gazette** 59(3). SAGE Publications: pp. 189–203, 1997.

WAISBORD, S. **Watchdog Journalism in South America**. Columbia: Columbia University Press, 2000.

WEYLAND, K. The Rise and Fall of President Collor and its Impact on Brazilian Democracy. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1993.

WIGGINS, JR. The function of the press in a modern democracy. **Journalism Quarterly** 19(2):159–171, 1942.

WILLIG, I. Newsroom ethnography in a field perspective. **Journalism** 14(3): pp. 372–387, 2012.

APÊNDICE

LIVRO DE CÓDIGOS

A partir do trabalho de Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018), adaptamos os três eixos de variáveis elaborados pelos autores para analisar a construção da legitimidade do processo de impeachment contra Dilma Rousseff nos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Originalmente, a categorização das variáveis foi formulada com a seguinte forma:

VARIÁVEIS INDEPENDENTES E SUAS CATEGORIAS.

ARGUMENTO LEGITIMADOR	<ul style="list-style-type: none"> - Crime de responsabilidade - Normas legais - Voz do povo - Crise econômica - Crise política - Corrupção e fisiologismo - Outro
SAÍDAS PARA A SITUAÇÃO POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Impeachment - Renúncia - Novas eleições - Algo deve ser feito (sem que o jornal especifique o quê) - Outra
CONSEQUÊNCIAS DO IMPEACHMENT	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade política - Instabilidade econômica - Melhora do cenário econômico - Melhora do cenário político - Melhora geral - Futuro incerto - Outra

Fonte: Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018).

Para adaptar o quadro de categorias às particularidades encontradas através de uma análise prévia dos editoriais selecionados do jornal *O Globo* e, também, de acordo com as diferenças entre os dois processos de impeachment, optou-se pelas seguintes alterações.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES E SUAS CATEGORIAS.

	<ul style="list-style-type: none"> - Crime de responsabilidade - Normas legais (a favor) - Normas legais (contra) - Voz do povo (a favor)
--	---

RAZÕES FAVORÁVEIS (OU CONTRÁRIAS) AO IMPEACHMENT	<ul style="list-style-type: none"> - Voz do povo (contra) - Crise econômica (a favor) - Crise política (contra) - Corrupção e fisiologismo (a favor) - Corrupção e fisiologismo (contra) - Outra (a favor) - Outra (contra)
SAÍDAS POLÍTICAS PARA A SITUAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Impeachment - Renúncia - Novas eleições - Respeito ao mandato presidencial - Algo deve ser feito (sem que o jornal especifique o quê) - Outra
CONSEQUÊNCIAS DO (NÃO) IMPEACHMENT	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade política - Instabilidade econômica - Melhora do cenário econômico - Melhora do cenário político - Melhora geral - Futuro incerto - Judicialização do afastamento - Outra

Fonte: Adaptação de Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018).

Como mudanças, alteramos a redação de dois eixos das variáveis, a saber, “argumento legitimador” para “razões favoráveis (ou contrárias) ao impeachment” e “saídas para a situação política” para “saídas políticas para a situação”. A razão para a primeira alteração é justificada tendo em vista não provocar ruído entre essa variável e a questão de pesquisa deste trabalho que visa analisar a construção (ou desconstrução) da legitimidade do processo de impeachment de Dilma e Collor através dos editoriais do jornal *O Globo*. Poderia haver uma percepção de que apenas esse primeiro eixo (argumento legitimador) fosse relevante para a busca de respostas à pergunta levantada. Em nossa compreensão os três eixos de variáveis compõem um quadro geral que legitima (ou deslegitima) os processos. Dessa forma, então, para evitar uma má compreensão, optamos por usar o termo “razões”.

A segunda mudança é justificada pela tentativa, mais uma vez, de evitar uma má compreensão da categoria que procura verificar a existência de defesa de soluções políticas para a situação. Nesse sentido, ao mudar a redação, buscamos evidenciar esse aspecto de qual saída política poderia ser mobilizada pelo jornal como a melhor forma de resolver a grave crise geral vivenciada pelo país.

Quanto às variáveis desses eixos, acrescentamos para cada “razão favorável”, uma correspondente, porém contrária ao impeachment, já que seria importante buscar dados sobre

a possibilidade de uma ação do jornal para deslegitimar os processos de impedimento. Essa ação não foi necessária para as variáveis do eixo “consequências”, porque elas já compreendem elementos tanto positivos, quanto negativos.

Ainda assim, acrescentamos a variável “*respeito ao mandato presidencial*” no eixo “saídas políticas” para verificar se houve pedidos contrários a saída dos presidentes e, também, acrescentamos a variável “*judicialização do afastamento*” no eixo “consequências” para analisar se existiu previsão do jornal para a continuação do impasse político através de uma luta judicial. Desta forma, a tabela de variáveis independentes passou a ter a seguinte forma:

VARIÁVEIS INDEPENDENTES E SUAS CATEGORIAS.

<p>RAZÕES FAVORÁVEIS (OU CONTRÁRIAS) AO PROCESSO DE IMPEACHMENT</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Crime de responsabilidade - Normas legais (a favor) - Normas legais (contra) - Voz do povo (a favor) - Voz do povo (contra) - Crise econômica (a favor) - Crise política (contra) - Corrupção e fisiologismo (a favor) - Corrupção e fisiologismo (contra) - Outra (a favor) - Outra (contra) - Não apresenta razões (a favor) - Não apresenta razões (contra)
<p>SAÍDAS POLÍTICAS PARA A SITUAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Impeachment - Renúncia - Novas eleições - Respeito ao mandato presidencial - Algo deve ser feito (sem que o jornal especifique o quê) - Outra - Não apresenta saídas
<p>CONSEQUÊNCIAS DO IMPEACHMENT</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade política - Instabilidade econômica - Melhora do cenário econômico - Melhora do cenário político - Melhora geral - Futuro incerto - Judicialização do afastamento - Outra - Não apresenta consequências

Fonte: Adaptação de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018).

A partir desse quadro, dois codificadores foram treinados através de um livro de códigos provisório para realizar testes-piloto para averiguar possíveis dissonâncias e assim aperfeiçoar este livro. Os codificadores discutiram a primeira versão deste livro no dia 9 de setembro de 2019. A partir dessa discussão, selecionamos aleatoriamente 20 editoriais (4 para o impeachment do Collor e 16 para o impeachment de Dilma) para o teste-piloto. Após essa primeira codificação, os codificadores realizaram uma reunião no dia 13 de setembro, em que foram discutidas e propostas as seguintes mudanças no livro:

- (1) Adicionar as variáveis “*não apresenta razões favoráveis*”, “*não apresenta razões contrárias*”, “*não apresenta saídas políticas*”, “*não apresenta consequências*”. O objetivo seria gerar dados sobre o desinteresse do jornal em não abordar os três grandes eixos de variáveis independentes que impactam o posicionamento editorial sobre a legitimidade dos impeachments.
- (2) Modificar a redação do eixo “razões favoráveis (ou contrárias) ao impeachment” para “razões favoráveis (ou contrárias) ao processo de impeachment”. Essa alteração foi importante para não haver a interpretação de que as variáveis desse eixo só seriam atestadas com a defesa da saída política “*impeachment*”. O eixo tem, por fundamento, o objetivo de identificar a apresentação de elementos que justificam, ou legitimam, o processo de julgamento político aos quais os presidentes estavam sendo submetidos e não, exclusivamente, argumentos favoráveis ou contrários à deposição. Ou seja, partimos aqui do pressuposto de que os jornais podem apresentar razões favoráveis ou desfavoráveis aos processos em andamento, sem necessariamente pedir enfaticamente alguma saída política.
- (3) Propor a alteração da descrição da categoria “*outro*” nos três eixos. Veja abaixo a mudança da redação:

PRIMEIRA REDAÇÃO	ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO
Quando não preenche as descrições anteriores favoráveis ao impeachment	Quando se verifica outra razão que não preenche as descrições anteriores que legitimam o processo de impeachment
Quando não preenche as descrições anteriores contrárias ao impeachment	Quando se verifica outra razão que não preenche as descrições anteriores contrárias ao impeachment
Quando não preenche as descrições anteriores	Quando não apresenta saídas políticas para a

	situação
Quando não preenche as descrições anteriores	Quando se verifica outra consequência que não preenche as descrições anteriores

Essas alterações pretenderam aperfeiçoar o objetivo da categoria “*outra*”. A primeira redação poderia confundir os codificadores por apresentar dubiedades quanto ao seu sentido, como por exemplo, atestar a ausência de razões. Sendo assim, a alteração possibilitou uma redação mais objetiva sobre o intento da categoria que é o registro de outra razão, saída, ou consequência abordada pelo jornal, mas que não estavam descritas.

- (4) Alterar a descrição da variável “*voz do povo (a favor)*” e “*voz do povo (contra)*” para a seguinte redação:

PRIMEIRA REDAÇÃO	ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO
Referência à avaliação do governo (opinião pública) ou aos protestos favoráveis a (o) presidente para desestimular o impeachment	Referência à baixa avaliação do governo (sondagens e pesquisa de opinião) ou aos protestos contrários a (o) presidente
Referência à avaliação do governo (opinião pública) ou aos protestos contrários a (o) presidente para sustentar o impeachment	Referência à avaliação do governo (sondagens e pesquisa de opinião) ou aos protestos favoráveis a (o) presidente.

Justifica-se a alteração para evitar o termo “opinião pública” que é por demais genérico. Em seu lugar foi escrito “sondagens e pesquisa de opinião”. Também foram retirados os trechos finais que pressupõem vinculação direta com a sustentação ou desestímulo ao impeachment dos presidentes. Como já ressaltado, o objetivo da verificação dessas variáveis que compõem o eixo “razões favoráveis (ou contrárias) ao processo de impeachment” é identificar elementos que formem um ambiente que legitime os processos e não necessariamente a vinculação a defesa da destituição pelo impeachment.

- (5) Modificar a redação da variável “*corrupção e fisiologismo (contra)*” como é detalhada na tabela abaixo:

PRIMEIRA REDAÇÃO	ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO
Referência à prática de corrupção ou fisiologismo para viabilizar o impeachment e/ou utilização do	Referência a uma deslegitimidade dos agentes políticos que atuavam pelo impeachment, por conta de denúncias de

afastamento do (a) presidente como forma de paralisar as investigações sobre denúncias e escândalos de corrupção	corrupção, fisiologismo ou obstrução das investigações
--	--

A alteração proposta pretende tornar a descrição mais objetiva e simples para a instrução mais adequada aos codificadores.

(6) Alterar a redação da variável “*judicialização do afastamento*” da seguinte forma:

PRIMEIRA REDAÇÃO	ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO
Referência a uma judicialização do afastamento da(o) presidente	Referência a uma continuação do impasse devido a possíveis disputas judiciais após o impeachment

A descrição anterior não explicava o que seria propriamente a “*judicialização*”, nem contemplava explicitamente o período em que poderia acontecer, no caso, após o impeachment. Desta forma, a nova descrição auxiliaria a averiguação da presença dessas variáveis nas unidades de análise.

Para testar, então, o livro de códigos e realizar o teste de confiabilidade da codificação da variáveis, escolhemos aleatoriamente, desta vez, 50 editoriais (o que corresponde, aproximadamente, a 30% do corpus) que ainda não tinham sido analisados. Após a codificação, foram realizados os testes de confiabilidade (cujos resultados foram apresentados no trabalho). Como os resultados foram significativos, em reunião realizada no dia 23 de setembro de 2019, resolvemos confirmar as descrições já escritas e alteradas e passar a codificação total do corpus. Desta forma, passaremos a apresentar a versão final das mesmas, e os objetivos de cada variável.

O primeiro bloco tem por finalidade atestar a presença ou a ausência de três grandes eixos de variáveis independentes na formulação dos posicionamentos dos editoriais do jornal *O Globo* sobre os impeachments de Fernando Collor e Dilma Rousseff, a saber, (1) razões favoráveis (contrárias) ao processo do impeachment, (2) saídas políticas para a situação, e (3) consequências do (não) impeachment.

BLOCO 1

• RAZÕES FAVORÁVEIS (CONTRÁRIAS) AO PROCESSO DO IMPEACHMENT

Variável	Descrição
Crime de responsabilidade	Referência à acusação específica feita a(o) presidente na denúncia de impeachment
Normas legais (a favor)	Referência à Constituição e a outras leis para sustentar o impeachment como legítimo
Normas legais (contra)	Referência à Constituição e a outras leis para sustentar o impeachment como ilegítimo
Voz do povo (a favor)	Referência à baixa avaliação do governo (sondagens e pesquisa de opinião) ou aos protestos contrários a (o) presidente
Voz do povo (contra)	Referência à avaliação do governo (sondagens e pesquisa de opinião) ou aos protestos favoráveis a (o) presidente
Crise econômica (a favor)	Referência à crise econômica (e seus efeitos)
Crise econômica (contra)	Referência ao agravamento da crise econômica (e seus efeitos) para desestimular o impeachment
Crise política (a favor)	Referência à crise política (e seus efeitos)
Crise política (contra)	Referência à crise política (e seus efeitos) para desestimular o impeachment
Corrupção e fisiologismo (a favor)	Referência ao uso da máquina pública e à repercussão de denúncias ou escândalos de corrupção que atingem o (a) presidente e seu governo
Corrupção e fisiologismo (contra)	Referência a uma deslegitimidade dos agentes políticos que atuavam pelo impeachment por conta de denúncias de corrupção, fisiologismo ou obstrução das investigações
Outro (a favor)	Quando se verifica outra razão que não preenche as descrições anteriores que legitimam o processo de impeachment
Outro (contra)	Quando se verifica outra razão que não preenche as descrições anteriores contrárias ao impeachment
Não apresenta razões (a favor)	Quando não apresenta razões favoráveis
Não apresenta razões (contra)	Quando não apresenta razões contrárias

Pretende-se verificar como – e em que medida – o jornal mobilizou razões favoráveis ou contrárias para justificar os processos vigentes às épocas contra Dilma e Collor. Os codificadores marcarão 1 para presença, ou 0 para ausência para cada variável elencada e descrita acima.

• SAÍDAS POLÍTICAS PARA A SITUAÇÃO

Variável	Descrição
Impeachment	Defesa impeachment como saída
Renúncia	Defesa da renúncia do (a) presidente como saída
Novas eleições	Defesa da convocação de novas eleições como solução para o impasse
Respeito ao mandato presidencial	Defesa da continuação do mandato presidencial como solução
Algo deve ser feito	Defesa da necessidade de haver alguma solução, mesmo que não seja especificada qual

Outro	Quando se verifica outra saída que não preenche as descrições anteriores
Não apresenta saídas	Quando não apresenta saídas políticas para a situação

Pretende-se verificar que saídas políticas foram mais mobilizadas como solução para os graves impasses vividos pelo sistema político brasileiro em cada contexto. Os codificadores marcarão 1 para presença, ou 0 para ausência para cada variável elencada e descrita acima.

- **CONSEQUÊNCIAS DO (NÃO) IMPEACHMENT**

Variável	Descrição
Instabilidade econômica	Referência à instabilidade econômica após o impeachment
Instabilidade política	Referência à instabilidade política após o impeachment
Melhora do cenário econômico	Referência a uma melhora do cenário econômico do país após o impeachment
Melhora do cenário político	Referência a uma melhora do cenário político após o impeachment
Melhora geral	Referência à melhora em várias áreas após o impeachment
Futuro incerto	Referência a um contexto de incerteza após o impeachment
Judicialização do afastamento	Referência a uma continuação do impasse devido a possíveis disputas judiciais após o impeachment
Outro	Quando se verifica outra consequência que não preenche as descrições anteriores
Não apresenta consequências	Quando não apresenta consequências do impeachment

Pretende-se verificar que consequências do contexto pós-impeachment, o *jornal O Globo* mais mobilizava para construir ou desconstruir a legitimidade dos impeachments de Collor e Dilma. Os codificadores marcarão 1 para presença, ou 0 para ausência para cada variável elencada e descrita acima.

BLOCO 2

ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE

VÁRIÁVEL	DESCRIÇÃO
Aborda a tese do golpe	Quando é abordada a tese do golpe contra o (a) presidente

Pretende-se verificar a frequência com que os editoriais de *O Globo* abordaram a tese de golpe que Collor e Dilma denunciaram durante os processos de impeachment que estavam sofrendo. Os codificadores marcarão 1 para presença e 0 para ausência.

TIPO DE ABORDAGEM DA TESE DO GOLPE

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	CÓDIGO
Corroboração à tese do golpe	Quando é corroborada a tese de que havia um golpe contra o (a) presidente	2
Refutação à tese do golpe	Quando é refutada a tese de que havia um golpe contra o (a) presidente	3
Nenhum	Quando não apresenta opinião sobre a tese do golpe	4

Pretende-se verificar se os editoriais de *O Globo* em que foi atestada a presença da abordagem da tese do golpe a corroboraram ou a refutaram. Os codificadores marcarão 2 para os editoriais que corroboram a tese do golpe, 3 para os que refutam a tese de um golpe ou 4 para os que não emitem nenhuma opinião sobre a ideia de um golpe contra os presidentes, ou seja, se resumindo a expor a tese de forma neutra.